

AQUILES COELHO SILVA

**CIDADE ADEMAR (SP) EM PARTIDO ALTO
ESPAÇO, RAP E RECUSA NEGRA**

Rio de Janeiro
2024

AQUILES COELHO SILVA

**CIDADE ADEMAR (SP) EM PARTIDO ALTO
ESPAÇO, RAP E RECUSA NEGRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Filipe Souza Corrêa (IPPUR)

**Rio de Janeiro
2024**

CIP - Catalogação na Publicação

S586c Silva, Aquiles Coelho
Cidade Ademar (SP) em partido alto: espaço, rap e
recusa negra / Aquiles Coelho Silva. -- Rio de
Janeiro, 2024.
0227 f.

Orientador: Filipe Souza Corrêa.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Cidade Ademar (SP) - Espaço urbano. 2. Partido
Alto - Cultura e identidade negra. 3. Poesia e
resistência negra. 4. Planejamento urbano e
racialidade. 5. Recusa negra e territorialidade. I.
Souza Corrêa, Filipe, orient. II. Título.

AQUILES COELHO SILVA

**CIDADE ADEMAR (SP) EM PARTIDO ALTO
ESPAÇO, RAP E RECUSA NEGRA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 12 de Setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Denise Ferreira da Silva

Department of Spanish & Portuguese – NYU (EUA)

Prof. Dra. Glória Cecília dos S. Figueiredo

Faculdade de Arquitetura – UFBA

Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Prof. Dr. Filipe Souza Corrêa

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

para minha avó Albertina

*elas são que nem a gente
disse Margarida*

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, muito amor pela minha família que nunca me quis andando só, que não me deixou faltar, que me trouxe bem-vindo a esse mundo. Todo o axé que soubemos colher e cultivar, das terras da Bahia, Minas Gerais, São Paulo, e tantos outros lugares que nos trouxeram, inclusive, até aqui. Meus pais, avós, tias e primas. Muito amor pela minha área, muito amor pelas ruas, pela gente, pela minha família, muito amor...

Felizmente, fui uma pessoa bem recebida em muitos lugares por onde passei, fiz amigos e colhi vida e aprendizado. Agradeço imensamente à Karoline Santos, que me acompanhou, acolheu, amou e ensinou ao longo do período de escrita dessa dissertação, e sem quem este trabalho seria outro. Geógrafa e educadora que muito admiro, foi sem dúvidas minha principal interlocutora ao longo dessa pesquisa. Muito amor por e pra você.

Agradeço a todas as amigas que fiz no Rio de Janeiro e que me acolheram por aqui, ao longo de uma pandemia e tantos outros tempos, Carol Aleixo, Thiago Gallego, Udson Carlos, Matheus Raymundo, Bárbara Ferreira e Lygia Pereira, dentre tantas outras. Na UFRJ, agradeço às amigas que fiz, pesquisadoras que admiro e com quem muito aprendi por entre Ximeninhos e reuniões online: Stefany Santos, Igor de Souza, Ana Cristina Araújo, Silvia Baptista, Rita de Cássia, Wladimir Valadares, Emmily Leandro, Jonathan Ferreira, Reginaldo Braga, Natália Alves dentre tantas outras pessoas queridas que conheci aqui.

Às amigas de São Paulo, pesquisadoras, artistas, bonitas e elegantes, agradeço imensamente. Se não fossem as possibilidades que criamos e vi serem cultivadas na Coletiva GIRA¹ e no projeto História da Disputa², essa pesquisa não seria possível. Sou imensamente grato por conhecer e trocar com pessoas que admiro. À Caróu Ressurreição, agradeço muito pelos convites e oportunidades ao longo desse período. Oportunidades

¹ <https://www.instagram.com/gira.coletiva/>

² <https://www.historiadadisputa.com/sobre/>

de receber pelo trabalho de pesquisa; oportunidades de realizar curadoria e entrevistar pesquisadoras e ativistas incríveis; a primeira oportunidade de escrever sobre música. Obrigado por acreditar e pela revisão deste texto.

Às parceiras, cúmplices e amores da GIRA, todo meu coração. Essa coletiva fez ninho no meu peito, me apresentando tesão pela pesquisa e respeito e horizontalidade em um meio de pesquisadoras geniais. Agradeço por todas as trocas e sonhos que compartilhamos e realizamos, mesmo antes de sabermos que era possível sonhá-los. Das cotas raciais nas universidades públicas, às passagens pela 35ª Bienal de Arte de São Paulo. Agradeço imensamente à Amanda Oliveira, Barbara Barbosa, Nathalia Carneiro, Barbara Soares, Diogo Francisco de Oliveira, Amanda Racielle, Lea Tosold, Álvaro Okura, Caio Netto dos Santos, Roger Melo, Viviane Nogueira e demais pessoas que cultivaram a rebeldia conosco. Agradeço a Levi e Jorge, por compartilharem um pouco de seu tempo e suas maravilhosas famílias conosco.

Agradeço também a banca, que cuidadosamente leu e se dispôs a trocar comigo sobre esse trabalho que, repito, apesar de ser meu foi concebido por muitas pessoas. Glória Cecília dos Santos Figueiredo (UFBA), Denise Ferreira da Silva (NYU) e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (IPPUR), agradeço por compartilharem comigo desse momento. Agradeço à Denise por sua obra, que tanto me inspirou e provocou ao longo deste processo. Agradeço também à Filipe Souza Corrêa, que me acolheu como orientando em meio a um processo já em curso de pesquisa, e que me auxiliou ao longo desta trajetória.

Felizmente, hoje tenho amizades e amores, família, espalhados no mundo e no tempo; e as palavras, que dão conta de tão pouco frente a tudo aquilo que queremos dizer, não bastam pra citar. Agradeço a todas essas pessoas que me acolheram por onde passei, me dando força, axé e não me deixando desistir.

A todas aquelas que se dispõem a dividir seu tempo comigo e com este trabalho, a todas as leitoras possíveis que acessarem esse documento, desejo uma boa leitura. Que o texto provoque, acolha, permita o movimento. Que auxilie nas jornadas daqueles que ainda estão por vir. Às leitoras, obrigado.

RESUMO

Este trabalho se apresenta como uma performance, uma coreografia em forma de texto. No primeiro ensaio, "Escrita em Partido Alto", delineia-se o objetivo central da dissertação: conformar um solo teórico a partir do qual seja possível ampliar o debate entre o pensamento negro radical e o campo dos estudos urbanos. A partir de uma crítica à noção de espaço enquanto categoria moderna, e em diálogo com autores como Muniz Sodré e Denise Ferreira da Silva, situam-se as concepções de espaço e racialidade que estruturam a análise. Tomando como pano de fundo o processo de renovação urbana em curso na segunda década do século XXI no distrito de Cidade Ademar (Zona Sul de São Paulo), discute-se a segregação racial e a gentrificação como expressões da violência racial e das lógicas de reprodução do capital. O texto propõe uma leitura estética e política da cidade, onde a escrita performática se entrelaça com a musicalidade do rap e as reverberações do pensamento negro radical, configurando uma crítica poética à noção de desenvolvimento urbano. A violência racial, compreendida como categoria política, torna-se central para compreender a produção e reprodução da cidade. A performance se faz assim, à medida que as palavras versam e dançam entre o improvisado e o coro-refrão, por entre as reverências feitas ao pensamento negro radical que forma e informa este experimento.

Palavras-chave: espaço; gentrificação; racialidade; rap; segregação; recusa negra; branquitude; território; colonialidade; violência urbana.

RESUMEN

Este trabajo se presenta como una performance, una coreografía en forma de texto. El primer ensayo, “Escrita em Partido Alto”, esboza el objetivo central de la disertación: crear un terreno teórico a partir del cual sea posible ampliar el debate entre el pensamiento negro radical y el campo de los estudios urbanos. A partir de una crítica a la noción de espacio como categoría moderna, y en diálogo con autores como Muniz Sodré y Denise Ferreira da Silva, se sitúan las concepciones de espacio y racialidad que estructuran el análisis. Con el telón de fondo del proceso de renovación urbana en curso en la segunda década del siglo XXI en el distrito de Cidade Ademar (Zona Sur de São Paulo), se discuten la segregación racial y la gentrificación como expresiones de la violencia racial y de la lógica de reproducción del capital. El texto propone una lectura estética y política de la ciudad, donde la escritura performativa se entrelaza con la musicalidad del rap y las reverberaciones del pensamiento negro radical, configurando una crítica poética a la noción de desarrollo urbano. La violencia racial, entendida como categoría, se vuelve central para entender la producción y reproducción de la ciudad. Así transcurre la performance, mientras las palabras fluyen y bailan entre la improvisación y el coro-estribillo, entre las reverencias hechas al pensamiento negro radical que forma e informa esta experiencia.

Palabras clave: espacio; gentrificación; racialidad; rap; segregación; rechazo negro; blancura; territorio; colonialidad; violencia urbana.

ABSTRACT

This work is presented as a performance, a choreography in text form. The first essay, “Escrita em Partido Alto”, outlines the central objective of the dissertation: to create a theoretical ground from which it is possible to broaden the debate between radical black thought and the field of urban studies. Based on a critique of the notion of space as a modern category, and in dialog with authors such as Muniz Sodré and Denise Ferreira da Silva, the conceptions of space and raciality that structure the analysis are situated. Taking the process of urban renewal underway in the second decade of the 21st century in the outskirt district of Cidade Ademar (South Zone of São Paulo) as a backdrop, racial segregation and gentrification are discussed as expressions of racial violence and the logic of capital reproduction. The text proposes an aesthetic and political reading of the city, where performative writing is interwoven with the musicality of rap and the reverberations of radical black thought, configuring a poetic critique of the notion of urban development. Racial violence, understood as a political category, becomes central to understanding the production and reproduction of the city. So, the performance takes place as the words flow and dance between improvisation and chorus, among the reverences made to the radical black thought that forms and informs this experiment.

Keywords: space; gentrification; raciality; rap; segregation; black refusal; whiteness; territory; coloniality; urban violence.

LISTAS DE OBRAS (visualização de página inteira)

<i>Playlist</i> com as músicas citadas no texto:	
https://youtube.com/playlist?list=PLmIWIBBwPdEN1NAU4m34Y_J7JPoYtEFG7	
Obra 1 - Notas sobre o cultivo (2023)	5
Composição extraída do livro de poesia <i>Notas sobre o cultivo</i> (2022). Autor: Aquiles Silva.	
Obra 2 - Sobrevivendo no Inferno (2024)).....	28
Composição realizada com base nas letras do disco homônimo do grupo Racionais MCs, utilizando as imagens de satélite do Google através de programação e artesanaria digital. Autor: Aquiles Silva	
Obra 3 - Dois trechos da Rua das Flechas, em 2011 e 2021	311
Composição com imagens da plataforma Google StreetView.	
Obra 4 - Negro Drama (2024)	50
Recorte de composição realizada com base nas letras da música homônima do grupo Racionais MCs, utilizando as imagens de satélite do Google (2024) e mapas de São Paulo que datam de 1871 à 1988, disponibilizados pelas plataformas GeoSampa e Pauliceia 2.0 através de programação e artesanaria digital. Autor: Aquiles Silva	
Obra 5 - <i>Okê Oxóssi</i> , 1970. Autor: Abdias Nascimento	600
Acervo MASP. Acesso em: 04/02/2025	
Obra 6 - Negro Drama (2024)	91
Recorte de composição realizada com base nas letras da música homônima do grupo Racionais MCs, utilizando as imagens de satélite do Google (2024) e mapas de São Paulo que datam de 1871 à 1988, disponibilizados pelas plataformas GeoSampa e Pauliceia 2.0 através de programação e artesanaria digital. Autor: Aquiles Silva	
Obra 7 - Notas sobre o cultivo (2023)	149
Composição extraída do livro de poesia <i>Notas sobre o cultivo</i> (2022). Autor: Aquiles Silva.	
Obra 8 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	177
Composição de excertos de materiais publicitário relativos à localização dos empreendimentos mapeados ao longo do período estudado.	
Obra 9 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	179
Composição de excertos de materiais publicitário relativos à representação cartográfica dos empreendimentos mapeados ao longo do período estudado. Autor: Aquiles Silva	
Obra 10 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	180
Composição de excertos de materiais publicitário relativos às conexões estabelecidas entre os empreendimentos mapeados ao longo do período estudado e a região Sudoeste. Autor: Aquiles Silva	

Obra 11 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	183
Composição de excertos de materiais publicitário dos empreendimentos mapeados ao longo do período estudado relativos às noções de distinção e privilégio. Autor: Aquiles Silva	
Obra 12 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	184
Composição de excertos de materiais publicitário dos empreendimentos mapeados ao longo do período estudado relativos às noções de vigilância, segurança e futuro. Autor: Aquiles Silva	
Obra 13 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	186
Composição de excertos de materiais publicitário dos empreendimentos mapeados ao longo do período estudado relativos às noções de diversão entrecortada por contextos de despejo e remoção: O morro dos macacos, no distrito de Pedreira, e a Ocupação Vitória. Autor: Aquiles Silva	
Obra 14 - Material publicitário dos empreendimentos (2024).....	196
Composição de excertos de materiais publicitário do edifício VIDI Cupecê entrecortada por publicações realizadas no perfil da Ocupação Vitória no Facebook. Autor: Aquiles Silva.	
Obra 15 - As Chamas.....	203
Composição elaborada pelo autor. Poema de Juarez José Teixeira.	
Obra 16 - Notas sobre o cultivo (2023)	209
Composição extraída do livro de poesia Notas sobre o cultivo (2022). Autor: Aquiles Silva.	

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Cidade Ademar, território de bandidos. Fonte: Jornal da Tarde (1989). Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.....	123
Figura 2 - Aviso de vizinhança solidária, Cidade Ademar (2022)	126
Figura 3 - Cartaz comunitário de Cidade Ademar, 2022	128
Figura 4 - Anúncio de venda de imóveis (Cidade Ademar)	139
Figura 5 - Receita de garrafada, por Maria da Silva Santos (2023)	148

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do preço do m ²	189
Gráfico 2 - Evolução do valor venal mediano do m ²	190

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setor da construção por raça	132
Tabela 2 - Composição dos subsetores por raça (CAGED: 2022)	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização de Cidade Ademar em meios aos distritos de São Paulo (SP)	29
Mapa 2 – Cidade Ademar, com destaque às vias Rua das Flechas e Av. Cupecê	30
Mapa 3 – Loteamentos irregulares e favelas mapeadas em Cidade Ademar e arredores	33
Mapa 4 – Distribuição de renda por setor censitário em Cidade Ademar e arredores (2010)	34
Mapa 5 – Concentração da população negra por setor censitário em Cidade Ademar e arredores	35
Mapa 6 - Concentração da população negra por setor censitário em São Paulo	36
Mapa 7 - Concentração da população branca (2010) e empreendimentos lançados.	93
Mapa 8 - Concentração da população negra (2010), remoções (2010-2023). ..	94
Mapa 9 - Cidade Ademar - Mapeamento de 1954 pela empresa VASP – Cruzeiro.	96
Mapa 10 - Primeiros bairros em Cidade Ademar (Bittencourt, 2015)	96
Mapa 11 - Setores censitários onde a concentração de brancos, ou negros, alcança 80%.	107
Mapa 12 - Excerto do Mapa 2ª, referente à Macroárea de Estruturação Metropolitana que compõe o plano diretor de 2014	112
Mapa 13 - Jardim Matini, Apresentação "PAC-2 DRENAGEM ZAVUVUS", realizada pela SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação (2018) ..	120
Mapa 14 - Concentração de pedreiros por 1.000 habitantes (2010)	137
Mapa 15 - Concentração de mortes causadas por operações policiais em Cidade Ademar (2013-2018).	141
Mapa 16 - Concentração de mortes causadas por operações policiais em São Paulo (2013-2018)	142
Mapa 17 - Valor do m² em 2023 em Cidade Ademar e arredores	191
Mapas 18, 19 e 20 - Valor do m² em Cidade Ademar (2003, 2013, 2023)	193
Mapa 21 - Valorização do m² em Cidade Ademar (2003-2013)	194
Mapa 22 - Valorização do m² em Cidade Ademar (2013-2023).	194
Mapa 23 - Valorização do m² (2013-2023), ameaças de remoções e remoções (2010-2023).	195

SUMÁRIO

1 ESCRITA EM PARTIDO ALTO	16
2 A MINHA ÁREA É TUDO QUE EU TENHO... UMA INTRODUÇÃO	29
3 NEGRO DRAMA – POR UM ENTENDIMENTO RACIALIZADO DO ESPAÇO	41
3.1 Da lama – Raça e racialidade no Brasil	43
3.2 Demais pro seu quintal – Espaço e racialidade.....	71
3.3 Notas desde Cidade Ademar	92
4 DA PONTE PRA CÁ – SEGREGAÇÃO RACIAL E A PRODUÇÃO DA CIDADE DESDE CIDADE ADEMAR.....	98
4.1 Nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar – A produção capitalista (do prédio e) da cidade desde Cidade Ademar	110
4.2 Um monstro sem rosto e coração – Erguendo e mantendo a cidade	130
5 A FÓRMULA MÁGICA DA PAZ – DESENVOLVIMENTO URBANO E GENTRIFICAÇÃO	156
5.1 Essa porra é um campo minado - gentrificação e acumulação capitalista urbana.....	159
5.2 Cidade Ademar, o que fazer quando a fortaleza tremeu e quase tudo ao seu redor, melhor, se corrompeu?	174
5.3 E quando a ideologia enfraqueceu?	197
6 NOTAS DE ENCERRAMENTO.....	204
REFERÊNCIAS.....	210
ANEXOS	223

1 Escrita em Partido Alto

[Mãe,] juro que vou te provar que não foi em vão, mas cumprir ordem de bacana não dá mais não... (Eu sou 157, Nada como um dia após o outro dia, 2002)

Toda a dificuldade deste texto, como do[s] anterior[es], vem da vontade “onipotente” de desligar-me dos mestres, como se pudesse inventar uma língua dentro desta própria em que escrevo. (Nascimento, 2018, p. 420).

Desde criança, ouço rap. Foi o primeiro ritmo, a primeira expressão artística que me tocou, no sensível – ou assim inventei que fosse. E para mim o rap foi um acesso, acesso a um mundo desconhecido para uma criança de uma quebrada da Zona Sul de São Paulo, da Vila Missionária.

Territorialmente o rap me apresentou São Paulo³ – da Sul à Norte, da Leste à Oeste – e seus arredores, outras periferias e “a cidade”, como nos referi(a)mos aos centros comerciais e históricos do município. Mais do que listar ruas, bairros e cidades, o rap também me localizou frente a estes espaços. Através de narrativas centradas nos de baixo – pretos e empobrecidos, sobretudo – o rap me trazia ao mesmo tempo uma sensação de acolhimento, senso de comunidade e a lenta e avassaladora noção de qual lugar essa sociedade destinava às minhas e aos meus: territorialmente, a periferia; economicamente, a miséria; juridicamente, a prisão; eticamente, ao não-lugar do esquecimento.

Ao passo que comigo partilhavam a cidade, as narrativas do rap me apresentaram também as desigualdades que permeiam o espaço urbano paulistano – as desigualdades no acesso a serviços essenciais, à segurança, à mobilidade etc.... – e mais importante, como estas desigualdades são experimentadas de forma distinta pelos diferentes corpos-sujeitos que circulam na cidade. A urgência que envolvia as narrativas sobre estas desigualdades e violências demandava ação, e assim o rap me apresentou o sentimento de revolta, antes mesmo que eu me reconhecesse Sobrevivendo no Inferno⁴.

³ E outras tantas cidades onde nunca estive... tudo na melodia diaspórica que chegou até mim.

⁴ Ao longo do texto, optei por enunciar diversas referências diretas e indiretas que, como parte do método aqui enunciado, constroem e entremeiam teoricamente, esteticamente e politicamente o texto como um todo. É também uma forma de compartilhar um segredo, que

Assim, ao longo do processo de pesquisa e escrita desta dissertação, fui ganhando convicção de que seria não só injusto, como empobrecedor não dar à cultura Hip Hop e sobretudo a um de seus pilares, o rap, parte do crédito teórico do que hoje toma a forma de texto. As narrativas presentes no rap e por mim escutadas foram tão importantes para a manufatura deste texto como o foram as leituras acadêmicas realizadas. De que forma, porém, poderia referenciar tais produções em um trabalho acadêmico?

Penso que trazer tais expressões artísticas apenas enquanto referências, tal qual formatei tantas outras referências acadêmicas, seria fazer um mau uso deste amplo arquivo. Impulsionado por outros trabalhos que trabalharam o rap com campo dos estudos urbanos⁵ e pelas ferramentas que o Hip Hop me apresentou, pretendo aqui fazer outro uso deste arsenal.

Meu primeiro ponto é a ideia de que o rap já traz consigo uma estrutura para referências bastante particular enquanto uma de suas bases, pilares ontológicos, o *sample*. Originalmente o rap, enquanto gênero, se baseia em duas figuras centrais, a/o MC, mestre de cerimônia, que canta/versa; e a/o DJ, *Disc-Jockey*, que se responsabiliza pela *base* musical que comporá a trilha. Esta *base* no geral era um *sample*, um trecho de outra música, modificado ou não, posto em *looping*. Sem me prolongar em pormenores, entendo o *sample* como forma não apenas de construir novas músicas, mas também homenagear suas referências musicais. Longe do plágio, ou do roubo intelectual, o *sample* aparece na cultura musical negra como demonstração de respeito e admiração. Como então eu poderia *samplear* estas canções, que informaram o trabalho, como transpô-las ao texto (acadêmico) sem que percam seu dinamismo e potência poética?

Trago aqui a ideia de potência poética, mobilizado pelo desafio proposto por Denise Ferreira da Silva ao lançar mão da ideia de uma “perspectiva materialista bruta” (2020a, p. 212). A partir de uma crítica ao

norteia o percurso espiralar da própria escrita como uma repetição de ecos, ou coros (Hartman, 2022; Martins, 1995, 2021). Neste caso, a referência é ao álbum *Sobrevivendo no Inferno*, dos Racionais MCs (1997).

⁵ Ver por exemplo Tiaraju D’Andrea (2013), Reinaldo de Oliveira (2008) ou o mais recente *Racionais: entre o gatilho e a tempestade* (Vieira; Santos, 2023).

pensamento linear que organiza o pensamento moderno, que estrutura também o pensamento científico⁶, Denise propõe um pensamento “poético”, “composicional” ou “fractal” como metodologia que, quando aplicada “como um imageamento criativo (fractal) para tratar da subjugação colonial e racial, intenciona interromper a repetição característica de padrões fractais” (ibidem, p. 213). Através do pensamento fractal

Três movimentos se tornam possíveis. Primeiramente, ao tratar do momento de ocorrência (o que acontece), ao invés de tomar a posição como um ponto, onde (no espaço) e quando (no tempo), é possível tratar simultaneamente de todas as quatro dimensões: espaço (profundidade, largura, e comprimento) e tempo (a quarta dimensão de Einstein). Em segundo lugar, ao tratar das quatro dimensões sem privilegiar o tempo, que impõe direcionalidade ao pensamento, a mente torna-se capaz de compreender o que acontece como uma composição instantânea. Finalmente, ao abordar o que acontece como uma composição, é possível tratar de seus elementos constitutivos, que podem também fazer parte de outras composições (o que aconteceu e o que ainda está para acontecer) que abrangem elementos similares. A atenção aos elementos expõe similaridades e permite um tipo de pensamento material capaz de ler simetrias, ou correspondências. Imagens do pensamento poético não são lineares (transparentes, abstratas, vítreas, e determinadas) mas fractais (imanentes, escalares, abundantes e indeterminadas), como a maioria do que existe no mundo (ibidem, p. 213).

Movido a descobrir o que poderia ser uma (versão minha de uma) escrita mobilizada por uma tentativa de pensar a problemática desta dissertação de forma fractal, proponho uma ideia. Assim como Saidiya Harman traz a noção de coro, enquanto “um estilo que coloca a voz que narra e a personagem em uma relação inseparável, de forma que a visão, a linguagem e os ritmos da insurgência modelam e arranjam o texto” (Hartman, 2022, p. 11); trago também alguns trechos dessas narrativas que me formaram e informam, tanto quanto tornaram possível este texto. Quase como um refrão improvisado.

Busco recuperar estes trechos não apenas como vozes que ecoem a minha própria, mas como uma espécie de colagem linguística, um *sample* textual, que possa servir ao mesmo tempo como homenagem, referência e manter sua potência poética. Tal potência aparece na medida em que o *sample*, tal qual meu experimento, é sempre um “reagrupamento do que aconteceu antes e do que ainda está para acontecer” e assim, torna “possível

⁶ Apresento esta crítica ao longo do primeiro capítulo desta dissertação e, portanto, não me deterei nela neste momento.

tratar de seus elementos constitutivos, que podem também fazer parte de outras composições (o que aconteceu e o que ainda está para acontecer) que abrangem elementos similares” (Silva, 2020a, p. 212–3). Em outras palavras, o *sample* recupera o que já foi, o re-de-compondo e o referenciando, assim como eu buscarei fazer ao longo desta dissertação com os versos, que ao estarem completamente imbricados a um contexto específico (uma canção, de um tempo, em um lugar, composta e interpretada por alguém existente, no hoje ou no passado), trazem consigo uma potência *escalar* e *abundante*. A metodologia, tal qual proposta, busca colaborar com projetos dissidentes, comprometidos com a interrupção das repetições do evento racial - a violência racial. Ao apresentarem estes imbricamentos temporais nos versos cantados, as referências podem funcionar como um dialeto privilegiado para uma abordagem da problemática a qual eu me proponho.

Seu potencial poético também se exprime através de seu contexto, sempre *imanente*. Na medida em que se apresentam como versos de faixas musicais, produtos artísticos, sua leitura permite certa *indeterminação* conquanto eu saiba resistir ao ímpeto científico de explicá-las, traduzi-las enquanto sínteses ou referentes de algo teoricamente determinável. Trago os versos assim, de forma esperançosa, no anseio de que seja uma ferramenta que possa auxiliar a expressão deste experimento de pensamento-escrita-poesia a fim de contribuir no movimento de interrupção e atenção “à violência racial em todas suas iterações e expressões” (Silva, 2020a, p. 214).

Vejamos a faixa 1959/2002 de Xis (2002)⁷. A faixa, diretamente alude pelo seu título a dois momentos específicos e de forma não necessariamente continuada no tempo, mas conectada como um *dread* (Moten; Harney, 2023). Lançada em 2002 e também por ter sido gravada em Cuba, se refere categoricamente à Revolução Cubana que ocorre em 1959. Complementa-se a isso a possibilidade imaginativa de tentar, para quem sentir-se apto, imaginar o que era, um *rapper*, preto, da Zona Leste de São Paulo (salve Cohab 2!), viajar a Cuba para ali encontrar-se *con nuestros hermanos* e gravar duas faixas para seu novo disco, *Fortificando a Desobediência* (2002). O

⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=WFY5Wkbh_3M Acesso em: 01/08/2024.

que me vem à mente são os risos, negras risadas, que abrem a faixa em meio a versos cantados e falados “direto de Cuba pra abalar, há-há-há [entre risos]”. Xis abre os versos acompanhados de um belo instrumental, de inspirações caribenhas. Sua fala, de pronto anuncia um ponto de partida para introduzir a música:

Os meus heróis não são criados no cinema, te dou os nomes por favor perceba o tema: gosto de Che [Guevara], gosto de Malcolm [X], de Zumbi, gosto de Steve Biko, gosto do meu próprio sangue. Dedico um foda-se para quem não entender a causa e para Assata [Shakur] mando um beijo pela luta armada, Brasil a pátria, minha luta também é armada, articulada na batida vai seguir rimada.

Delineando uma linha que, hoje, poderia ser pensada como algo em torno do pensamento negro radical, ou ao campo dos *Black Studies*, de forma ríspida, Xis anuncia sua percepção sobre a realidade do negro brasileiro, algo como um campo de guerra (percepção a ser explorada no capítulo 2), e anuncia sua rima como arma de guerra, *articulada na batida*. Seu segundo verso complementa sua demanda:

[...] se Alamar é a Cohab do seu coração, manos e *chicos* formaremos uma só nação. Vamos em frente, juntaremos nossa gente, dizem que o mundo é um gueto então o Rap é nosso continente. [...] 4P preto bomba de São Paulo, lado a lado *com rappers de Havana, revolucionários de la honra cubana*.

A faixa segue, continuada pelo verso “*tranquilo mi'jo*” de Telmary Diaz, que se conecta (ao meu ouvir) diretamente com o longo tempo da faixa sem voz, apenas instrumentais, que abre tempo para respirar e assimilar, não apenas as letras, mas como elas se apresentam dentro de um contexto específico, tão diretamente multi-temporal (ao se pensar as referências explicitadas), mas também tão marcadamente específicas, cantadas por um MC de São Paulo *preto bomba con sus Hermanos en Cuba*. Uma viagem embalada por *Go on and cry*, de Les McCan⁸. O músico amplamente reconhecido, negro estadunidense nascido no Kentucky, performa nessa faixa uma canção, também sobre rompimentos amorosos, extremamente motivacional que demanda: “Go on and cry, don't try to hide your sorrow. Go on and cry, let your feelings show.”; e guia: “(Step by step) Gotta keep on movin'... (Step by step) Yeah, keep on searchin'... (Step by step) Gotta keep on

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Q4H0zmaU5Q> Acesso em: 01/08/2024.

learnin'... (Step by step) Keep on moving, yeah". Assim me parecem fazer os músicos, DJs, produtores e MCs, deixando suas lágrimas rolarem em forma de revolta, como talvez fizesse sorrir Audre Lorde, sempre em movimento, que desta vez conecta negros de diferentes pontos da diáspora, de Alamar, em Cuba, a Cohab, na Zona Leste de São Paulo, intermediadas por Lexington, Kentucky nos Estados Unidos. Territórios que aparecem imbricados à Vila Missionária quando os escuto, o bairro que é para mim, o que é a Cohab 2 para Xis, ou o que Fonte Grande parece ser para Castiel Vitorino (Brasileiro, 2020): uma casa [que] se amarra pelo teto⁹.

A compreensão de tais camadas, como as expressas aqui demandam, é verdade, certo afinco e curiosidade por parte da(o) leitora(o). Definitivamente não pretendo esgotar as possibilidades de compreensão que as faixas aqui *sampleadas* têm e podem vir a ter. A impossibilidade de sua descrição-compreensão total, sempre incompleta, aberta, relacional, indeterminável, exprime a possibilidade de leitura que eu aqui pretendo explorar. Em outras palavras, seu caráter incompleto impossibilita uma determinação fixa justamente por seu caráter profundamente imbricado e relacional, que não sugere, ou demanda, marcos temporais que reflitam início ou fim, tampouco um percurso linear. Não quero em momento algum dizer o que o Hip Hop, ou o Rap, são, ou o que podem ensinar enquanto ferramenta metodológica ou arquivo, mas sim chamar atenção ao que um experimento de observar algumas músicas a partir desta *escrita em partido alto* poderia iluminar.

O que descrevo aqui é também citado e não requer muito mais do que atenção às referências e cuidado na audição para ser percebido. Esta dificuldade é para mim compreendida enquanto opacidade, que almeja resguardar o noturno campo por onde caminham os corpos negros que assim decidem gritar. Em outras palavras poderia dizer que a ferramenta que compõe esta escrita demanda uma escuta ativa – tal qual poderia dizer que demanda o Jazz de Les McCann –, e aqui me proponho a escutar as entrelinhas de faixas, álbuns e versos selecionados por mim para com eles compor minha escrita.

⁹ Referência ao homônimo livro de poesias de Viviane Nogueira (2019).

Alguns dizem que o conhecimento é o quinto elemento do Hip Hop, espero com este trabalho contribuir com esse pilar de uma cultura tão significativa para mim....

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SCRATCH¹⁰ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Se esta escrita pudesse ser considerada, enquanto exercício – não produto final, como um *freestyle*, eu diria *calma lá, volta a fita ou* como disse MAX B.O.: *O freestyle vai, assim o respeito exijo. Eu vou falando de vez em quando erro e corrijo. Mas tô a vontade com a galera sem querer ibope, suavemente mandando que aqui é Hip Hop*¹¹. Sobre o conhecimento ser um possível quinto elemento recentemente tive acesso a uma entrevista¹² na qual Nelson Triunfo, Marcelinho Backspin e P.MC falavam sobre essa questão. Estou plenamente convencido de que seria um engano da minha parte manter o conhecimento como quinto elemento porque isso não seria mais do que uma operação das ferramentas modernas (separabilidade, determinabilidade e sequencialidade) que teria como um de seus principais efeitos a presunção de que o conhecimento pode ser apartado das práticas que configuram a cultura e movimento Hip Hop ao menos nos últimos 50 anos. Ouvi-los falar, foi pra mim como ouvir o Hip Hop, na voz de Márcia Griffiths, cantando *don't let me down, don't let me down*¹³...

Não me interessa aqui executar essa operação. Sei por experiência que o conhecimento chegou até mim junto com os versos cuidadosamente trabalhados pelos MCs que ouvia e envolvidos na melodia produzida por DJs e produtores de forma inseparável. O Hip Hop é o que é, com seus quatro elementos: MC, DJ, Grafite(+Pixo), B-Girls e B-Boys, todos inseparáveis dos

¹⁰ Onomatopeia e categoria descritiva, o SCRATCH alude a prática de “riscar o disco”, prática-técnica largamente descrita e celebrada em músicas como *DJ Cia*, do grupo RZO (2003). Aqui, me permito invocá-la textualmente para interromper-rever-corrigir-seguir.

¹¹ Referência ao verso improvisado, o *freestyle*, realizado por Max B.O. na Roda de Rima Ep. 1 - Arnaldo Tifu, Emicida, Max B.O., Rincon Sapiência com o DJ, KL Jay. <https://www.youtube.com/watch?v=c8hzo6LjH4U>. Acesso em: 04/10/2023.

¹² Entrevista realizada pelo Gringos Podcast (Ney e Eric Jay) em comemoração aos 50 anos do Hip Hop Com Nelson Triunfo, Marcelinho Backspin e P.MC, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=rpDDnRcn3fc>. Acesso em: 04/10/2023. Grato pela oportunidade de ouvir os mestres.

¹³ Referência a música *Don't let me down*, gravada por Marcia Griffiths (1969). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XK3FqOVrYi0> Acesso em: 30/07/2024.

corpos¹⁴ (frequentemente negros) e conhecimento por eles construído e difundido. A própria pedagogia do Hip Hop, como interpretei as palavras de Nelson Triunfo, se estrutura sobre essa experiência de coletividade e aprendizado dialógico, nas trocas. Neste sentido, para fazer jus ao que experimento-proponho aqui enquanto metodologia-prática, experiência de troca, respeitarei também essa pedagogia da inseparabilidade que começo a ver no Hip Hop e tentarei fazer meus *samples* com todo o respeito que eu tenho pela arte. Como admirador e aprendiz dessa cultura-movimento, sigo o texto após esse recuo estratégico.

Segue o som.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SCRATCH XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Entendo também que a urgência, a crueza e violência que por vezes as faixas transmitem em seus versos podem chocar. O choque, no entanto, não é indesejado, senão requerido, na medida em que pode demandar do leitor uma pausa, para sentir e recompor-se para a leitura, um momento de observação (talvez auto reflexão e reposicionamento, por que não?) bem-vindo. Acredito que talvez seja uma das expressões do *terror* que permeia a realidade e poesia de muitas das expressões da cultura negra diaspórica, como a onda narrada por Castiel Vitorino em *Memórias da transfiguração: redizendo a Fonte Grande* (2020), um terror amplamente abraçado e alardeado no mundo da música negra – de *Strange Fruit* na voz de Billie Holiday (1956)¹⁵ a *Diário de um detento* dos Racionais MCs (1997). É o terror que ganha beleza na faixa *É o terror* de GOG¹⁶ e convidados, diretamente da Ceilândia, DF:

Eu sou plebeu até a cabeça e o apogeu. No negro escravo correu sangue meu, meu ancestral sofreu e o seu? Eu sou o povo então posso ser o que quero [...] Eu sou o baixo salário, o incendiário, ou a foice e o martelo. Eu sou o barraco de madeira, criança que chora por falta da mamadeira, o catador no final da feira, o sequestrador sem resgate, o tumulto a discussão e o debate [...] Eu luto pela paz em forma de terror [...] É o terror, é o terror, Rap nacional é o terror que chegou. [...] Sou revolucionário sou nova [sonora] forma de pensar

¹⁴ Aqui quando digo corpo, me refiro à uma possibilidade de leitura dentro do *plenum*, como algo mais próximo a noção de carne [flesh] para Hortense Spillers (2021), uma categoria política produzida para significar existências, não uma condição natural de existência, de vida, imbricada à produção política do corpo.

¹⁵ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=649wWWkW_1o Acesso em: 01/08/2024.

¹⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aQrClzV7OAK> Acesso em: 01/08/2024.

[...] Aquele que chega e aterroriza [...], ladrão eu sou o povo, então posso ser o que quero, o verme que corrói a madame no cemitério até o osso, trabalhador sem nenhum real no bolso, louco normal revolução mental, é o terror: linha de frente eu sou o rap nacional. [...] Eu sou o crime em pessoa, a saída pro moleque que era a toa. Eu sou um fruto descubra o meu valor meu real teor, eu sou o som que apavora o Planalto, um invasor: mãos ao alto! (CPI da Favela, 2000).

Como um *invasor* GOG *transfigura-se* de forma (im)previsível e contínua, de forma que diz, diversas vezes exatamente o-que-quem é, porém sua descrição é sempre difusa, não exatamente localizável: você sabe exatamente quem GOG é, ele é o terror, mas você não pode apontar para o terror. Quando GOG invoca o terror, ele demarca também um compromisso ético com o terror, a responsabilidade de quem invoca alguém, seja para dela discordar ou não, para clamar por terror ou para pedir seu fim. O mesmo se dá com a criança sem mamadeira, com o crime, com o trabalhador e o sequestrador. Isso, para mim, é uma qualidade metodológica que vejo no rap e que trago também, metodologicamente, no sentido de honrar em forma e conteúdo àqueles que reverencio. Neste texto peço, como pediu Xis alguns parágrafos atrás, que perceba o tema: este trabalho não se pretende politicamente neutro ou indiferente, pelo contrário, se constrói sobre outras narrativas, metodologias e tecnologias previamente experimentadas e por isso deve algo a elas, *a promessa de manter o compromisso*.

O grito, a raiva cantada, como que ressoando a escrita de Fred Moten (2020) em *A Resistência do Objeto: O Grito de Tia Hester*, no rap constrói características, que quando observadas de uma *perspectiva negra radical* ampliam suas poéticas e complexas possibilidades de leitura. Como um *invasor* GOG *transfigura-se* de forma imprevisível e contínua, e grita, *um som que apavora o Planalto*, como que respondendo a um dos músicos negros mais cultuados pelo movimento Hip Hop, Isaac Hayes:

If there's something you wanna saym and talkin' is the only way: Rap on, oh, rap on. 'Cause whatever you do, hey! Do your thing, do your thing. If you feel like you wanna scream, and that's your way of lettin' off steam: Scream on, scream on.¹⁷

¹⁷ Trecho de *Do your thing* de Isaac Hayes (1971), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uLJ5tFrXo90> Acesso em: 01/08/24.

Em *País da fome* (2002)¹⁸, Sabotage grita:

Ah, aumenta a raiva em mim, sim, pelo que penso, creio e vejo aqui. até o Louquinho não se despediu de mim, deixou sozinho.... Parte do Canão Deus levou (Ah, levou), um dia desses ele mesmo falou pra mim: “País da fome”, no fundo de uma cela pensa um homem.

A raiva que aumenta no eu lírico de partida apresenta um personagem imbricado, onde memórias se encontram no limiar da ficção, um espaço conhecido e indeterminado como aponta Conceição Evaristo (2017, seq. Da construção de becos). Misturam-se memórias do eu lírico narrado e Sabotage (o que se exprime melhor no trecho citado adiante) que, versadas, são contadas por Deus (ou um homem no fundo de uma cela?). Corpos temporais e atemporais confundem-se, fictícios e reais são *transfigurados* em espaços divididos, mas compartilhados, ou ao menos assim enunciados pelo autor. *Um lugar onde o nome não mais importa* (Brasileiro, 2020). Como uma constelação, prossegue:

[...] Notícia ruim, sim, tive que ser forte, trouxe-me saudade e a imortalidade, então, 4 de setembro, quinta-feira a tarde, eu sei um Monza e um Passat, os donos uns covardes: Tá na podre, meu irmão, a minha outra face. Ali foi que eu perdi a minha cara metade, que da maldade vivida na prisão resistiu: Presídio de Itapetininga tirou três e fugiu. Veja meu irmão, o Edi, saudade me persegue, me fortalece se marcar muito mais, sabe por que ladrão?

Morte, saudade e imortalidade são alguns dos elementos utilizados para descrever o trecho biográfico que narra a perda de seu irmão, o Edi. Seria Edi o homem, que *pensa no fundo de uma cela*, aquele que passou os ensinamentos versados por Sabotage? Como pode a morte, e a saudade, enquanto imortalidade, fortalecerem o eu-lírico-autor? As narrativas imbricadas, que no Hip Hop são frequentemente também autobiográficas e ficcionais, se apresentam como em um feixe de complexidade que permite uma leitura poética, fractal, sempre inacabada, e, portanto, indeterminada, das realidades narradas. Essa fresta, que compõe e permeia estas narrativas será uma importante ferramenta metodológica para construir este trabalho.

Como ferramenta da desobediência, da expressão da urgência, dos conhecimentos e discursos acumulados e repetidos no tempo, das vozes soterradas no subterrâneo das narrativas urbanas, trago também

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bWyNGEF1bXA> Acesso em: 01/08/24.

experimentações cartográficas que compõem este trabalho. Em diálogo direto com o texto, sem intermediações, apresento algumas peças poético-artísticas, montagens, que construí e decidi por acompanhar este trabalho. As obras, penso eu, reconfiguram o experimento cartográfico ao apresentarem mapas e imagens de satélite, sobrepostas com os versos selecionados para cada uma das peças. Como que operacionalizando uma dupla fala (Martins, 1995), as montagens permitem perguntar não apenas o que os versos dizem sob estes mapas, mas também o que os versos dizem sobre eles, e vice-versa.

Essas peças são expressões artísticas visuais que misturam poesia e cartografia, palavra e terra. Na carcaça dos mapas que fazem referência ao município de São Paulo e seus distritos, imprimo versos de corpos que habitaram e habitam estas ruas e vielas. Imaginei esta interpretação à luz da experiência de Aline Motta em seu *A água é uma máquina do tempo*¹⁹, onde a autora brinca com a representação cartográfica de versos de Machado de Assis. Optando por utilizar estes versos em detrimento dos marcadores convencionais para indicar a leitura do território paulistano, abro uma possibilidade de leitura que, *indeterminada*, re-narra a cidade, suas segmentações, e aquilo que corpos negros compõe com a terra. Misturam-se tempos, vozes e experiências *escrevidas* (Evaristo, 2017; Silva, 2023), que identificam a repetição da violência racial, e (realizando o impossível) devolvem-na como rebeldia, apresentando a cidade a partir de uma narrativa onde o tempo não é linear e onde corpo e espaço apresentam-se imbricados.

As peças, em relação à maioria dos mapas convencionais, podem soar confusas ou visualmente caóticas e assim almejei que fossem. O choque, que pode dificultar uma primeira leitura, é espaço temporal no qual frases reconhecidas surgem, onde o território se apresenta/é apresentado. Enquanto o todo, o mapa enquanto peça artística, pode soar confuso ao primeiro olhar; o tempo que o ajuste da escala do mapa, mediado pela ferramenta de ampliação/zoom digital demanda pode ser compreendido enquanto ferramenta de leitura. Aproximado, o mapa permite sua leitura, quase sempre inacabada, dos versos que compõe a experiência. A desordem dos versos abre brechas

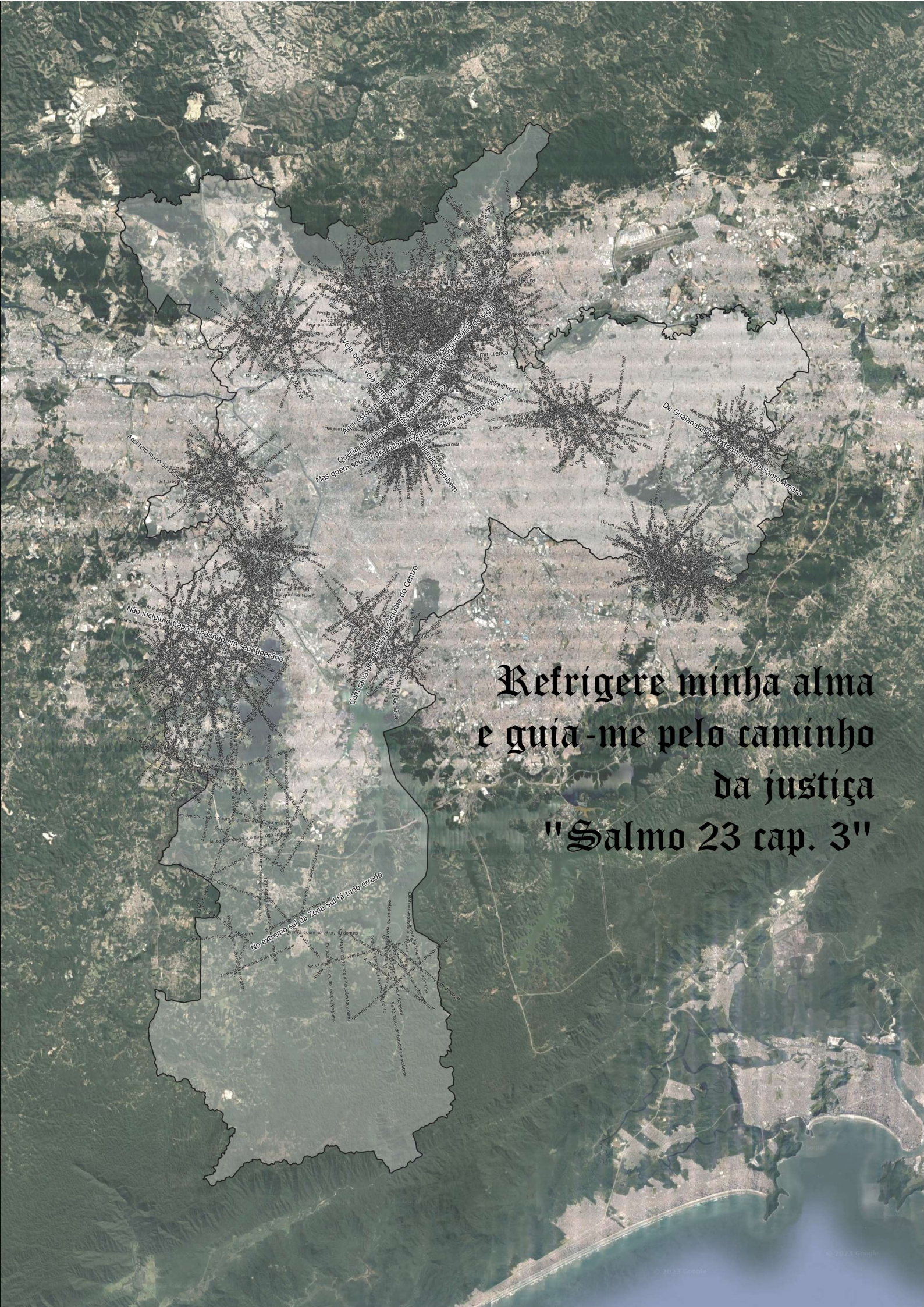
¹⁹ MOTTA, Aline. *A água é uma máquina do tempo*. Fósforo, 2022.

para uma nova leitura da terra sob a qual ele é impresso, leitura simultaneamente informada pelo contexto musical do qual ele emerge; pela percepção que a/o leitora/leitor têm da cidade e das ‘questões urbanas’; pela experiência que a/o leitora/leitor viveu/vive na cidade; e pela proximidade, ou distância, com os versos *sampleados*. Em outras palavras, o que chamo de “caótico” ou “confuso”, são eixos de indeterminação que almejam “desarmar” o mapa enquanto “arma de guerra” (potencial) moderna-colonial (Harley, 2009; Lacoste, 2005). Uma tentativa de orquestrar uma *dupla-fala* em formato visual, de instaurar através da duplicidade um jogo que permita a criação de um *entrelugar* cartográfico, penso em diálogo com o trabalho da rainha Leda Maria Martins (1995). Desta forma, o arsenal do conhecimento científico não necessariamente guarda as melhores ferramentas para ler os mapas.

Por fim, acredito que a conexão com a música possa ser uma via que auxilie na *invenção de uma outra língua dentro desta em que escrevo*. Dedicado a seguir trilhas do pensamento negro radical que inspira este texto, e com isso a questionar categorias centrais de nossa forma social – como a noção de humanidade – a música, e mais especificamente o rap, pode ser um solo comum para oferecer aquelas que me acompanharem nesta empreitada. A música é ainda uma linguagem capaz, mesmo aqui *sampleada*, de conectar elementos do *plenum*, que o olhar humano-europeu, ou o pensamento moderno organizado ao longo dos últimos três séculos, não suporta.

A música é um bagulho que não é nosso, a música é do universo. Você vê e tem músicas que você ouve, cê sai do corpo, cê enxerga, você respira outros ares, enxerga o universo, você vai além da humanidade. Então eu acho que isso [o sample], além de ser uma inspiração, é uma homenagem tá ligado? Pra quem fez, e pra quem vai ouvir (Entrevista com Edi Rock, 2023).

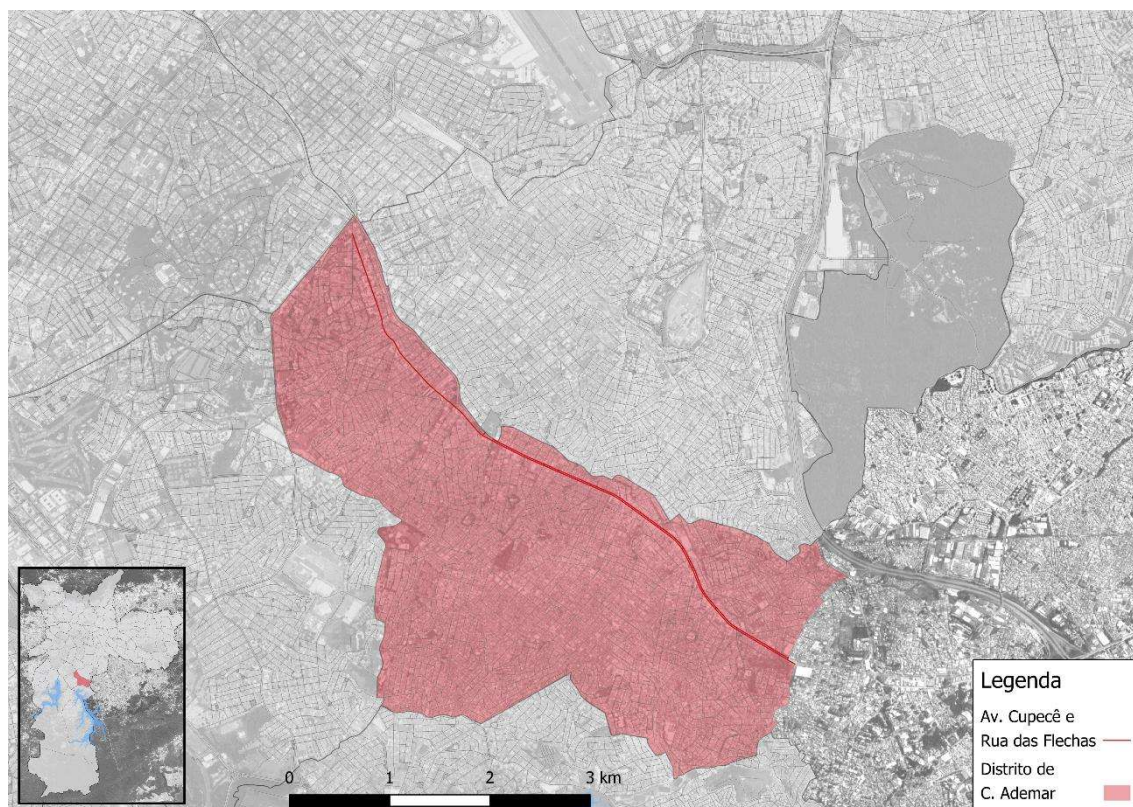
Assim, com auxílio das palavras de Edi Rock, abro esta dissertação na esperança de que ela sirva como homenagem, para todas aquelas e aqueles que fizeram as bases sob as quais eu e este texto se fundam; e para todas aquelas e aqueles que vão ouvir.



Refrigere minha alma
e guia-me pelo caminho
da justiça
"Salmo 23 cap. 3"

A pesquisa se dá sobre este espaço em particular, este distrito, porque a mim ele muito interessa. Sou nascido e criado por ali, tendo a querida Vila Missionária como meu abrigo, bairro onde eu e minha família assim nos tornamos. *Apesar de ser um campo minado, minha área é tudo que eu tenho, minha vida é aqui e eu não consigo sair; é muito fácil fugir, mas eu não vou, não vou trair quem eu fui quem eu sou*²⁰. Território afetivo (Lima, 2021), e com o qual me encontro longamente implicado, Cidade Ademar vêm passando por transformações ao longo das últimas décadas, como o tem sido com parcelas expressivas da periferia que abriga a população negra e empobrecida da cidade (Françoso, 2022; Neres, 2023; Santino, 2023; Santos, 2008; Saraiva, 2008).

Mapa 2 – Cidade Ademar, com destaque às vias Rua das Flechas e Av. Cupecê



Hoje, Cidade Ademar passa por um processo de intensa renovação urbana. Com a aprovação, em São Paulo, do novo Plano Diretor (2014) e do Plano de Zoneamento (2016), o distrito vem sendo palco de fortes transformações, que têm como epicentro o bairro de Jardim Prudência.

²⁰ Referência à música *Fórmula mágica da paz* do grupo Racionais MCs (1997). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9nUHK06-bX4> Acesso em 13/02/2025.

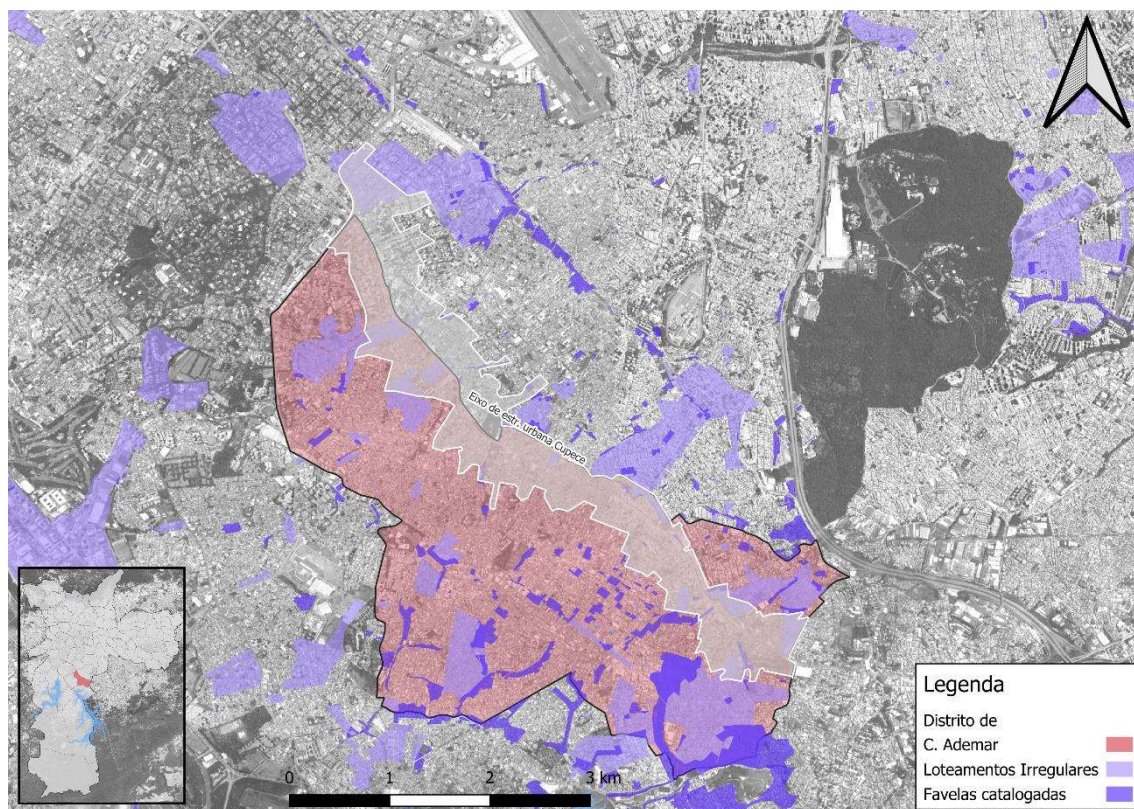


Prédios sem fim tomam conta da outrora pacata Rua das Flechas (acima, imagens de 2011 e 2021, de dois trechos da rua), que se conecta à avenida Cupecê, uma das principais vias de acesso a Diadema (SP) e ao distrito de Cidade Ademar (SP) na Zona Sul de São Paulo. Casas, requintadas e comuns dão lugar a um mar de edifícios que inunda a visão do bairro e arrisca afogar o transeunte, que do nível da rua aparece impotente frente à grandiosidade dos novos edifícios. A imagem que a emergência de um novo padrão de habitação inaugura e potencializa, por um lado impressiona a quem, como eu, conhecia a região a mais de uma década (impressionando ainda mais aqueles que a conhecem há mais décadas); por outro lado, a materialidade e imponência dos novos condomínios parece atestar aos novos (e por que não, antigos) moradores e transeuntes: é assim que a região será agora.

A nova imagem, a forma de expansão da produção material da região, pouco a pouco tende a soterrar as ruínas e memórias daquilo que Cidade Ademar foi até aqui. Não se trata de uma especificidade deste processo particular, mas sim da forma pela qual a potência transformadora, inerente à produção espacial capitalista, atua sobre o espaço, obliterando o passado para dar lugar ao presente e ao futuro, à continua, incessante e aparentemente irrefreável produção de valor – um processo cíclico de destruição/desvalorização que antecede a valorização, largamente reconhecido dentro da economia política (de Harvey a Shumpeter, de Marx a Keynes).

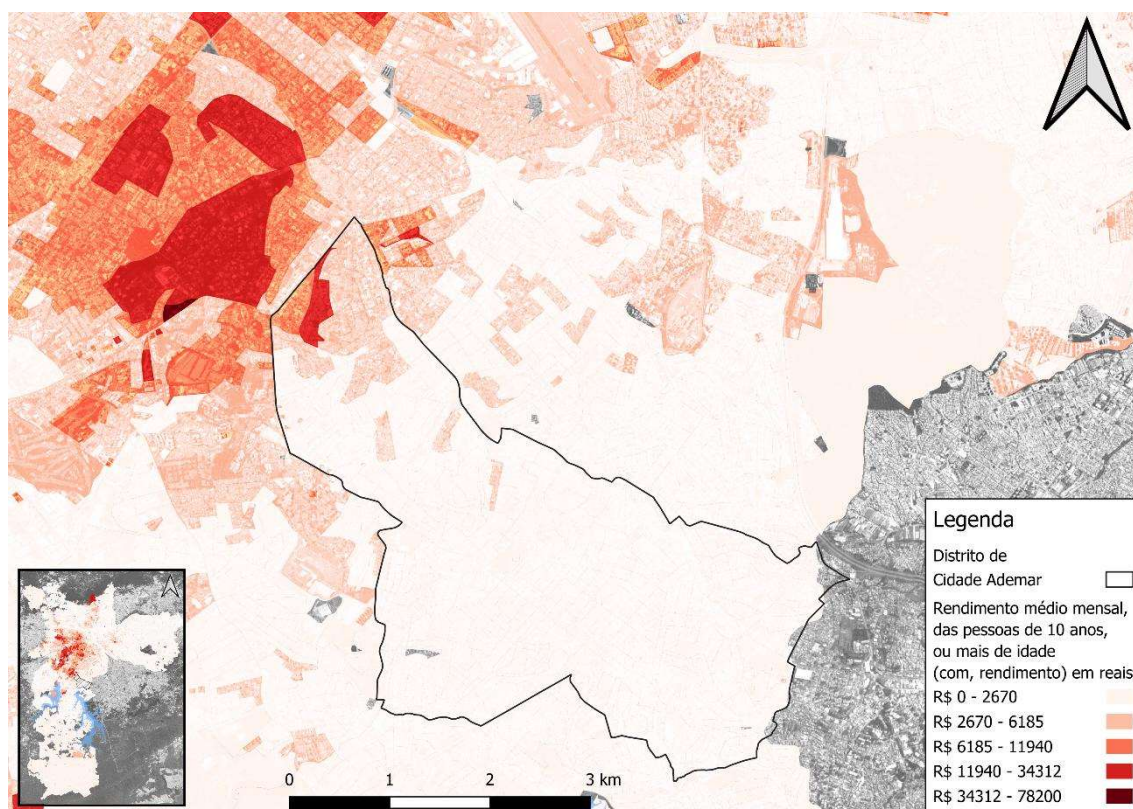
Apesar de poder ser identificado enquanto um distrito pobre, ou ocupado majoritariamente pela classe trabalhadora, Cidade Ademar é tampouco homogêneo internamente. Com elevada desigualdade interna e uma grande parcela de sua população empobrecida, áreas cuja ocupação foi caracterizada como irregular e favelas concentram-se conforme o distrito se distancia do eixo sudoeste da cidade, polo de concentração de capital e trabalho e, conseqüentemente, desenvolvimento econômico do município.

Mapa 3 – Loteamentos irregulares e favelas mapeadas em Cidade Ademar e arredores



A distribuição de infraestrutura, as condições de ocupação e sua relação com as noções de regularidade e legalidade acompanham, por sua vez, outros marcadores que sinalizam uma cidade segregada. Ao observar a ocupação no distrito por faixa de renda, o quadrante noroeste do distrito destaca-se como mais rico. Não por acaso, é neste quadrante que se encontra o epicentro do movimento de renovação ao qual busco atentar, localizado no bairro Jardim Prudência e na Rua das Flechas. O distrito de Cidade Ademar, quando assim observado, admite as fissuras e desigualdades internas que fazem dele um exemplo de como a segregação também ocorre dentro da periferia de São Paulo, um exemplo prático de como a manutenção de uma dicotomia simples entre centro e periferia pode ser homogeneizante e pouco explicativa (D'Andrea, 2013; França, 2017; Tanaka, 2006).

Mapa 4 – Distribuição de renda por setor censitário em Cidade Ademar e arredores

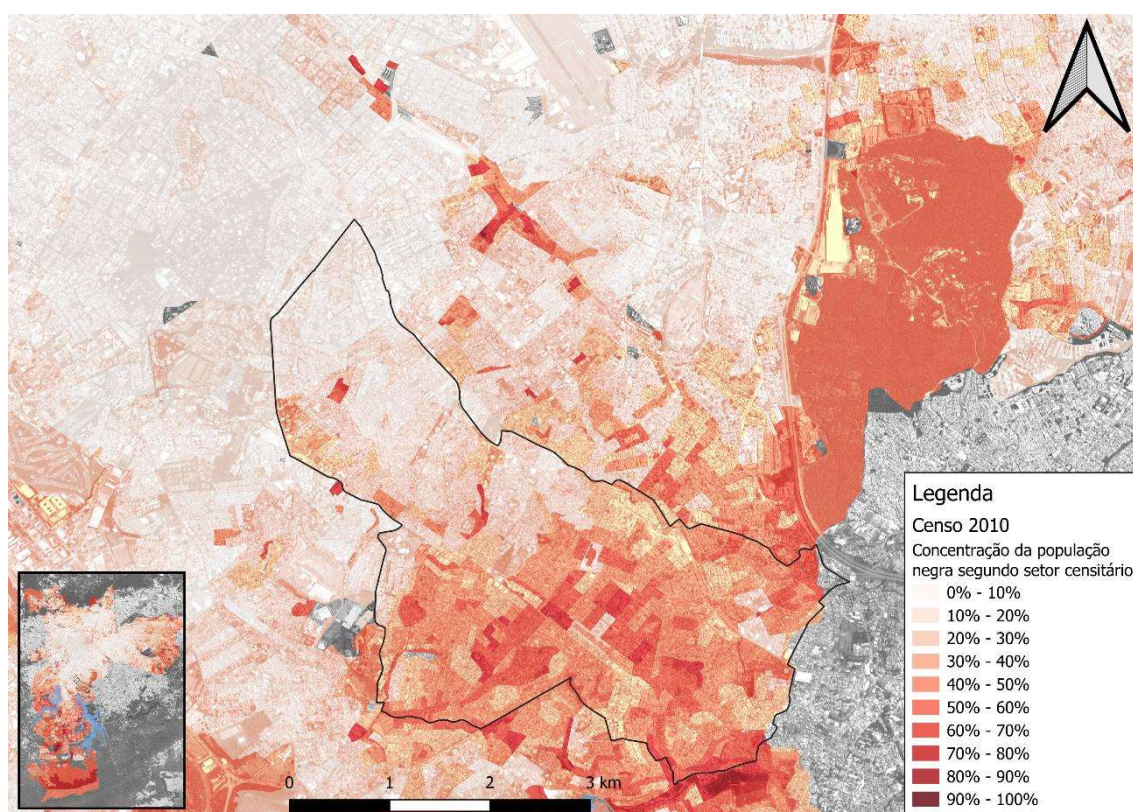


Jardim Prudência aparece na maior parte dos registros como o bairro/região fundante da ocupação urbana do distrito, o que reflete ao apresentar o movimento de ocupação de bairros como Jardim Miriam (Silva, 2019, p. 53). Enquanto Jardim Miriam (Souza, 2022), e outros bairros da região, apresentam uma história de ocupação semelhante, conectada ao processo intermitente que o padrão de crescimento periférico resultou em São Paulo, com ocupação de moradores de maioria negra e autoconstruídos, Jardim Prudência representa outro processo de ocupação. Destinado a trabalhadores formais melhor remunerados, uma mão de obra especializada em sua maioria branca que tende a prosperar economicamente no momento de intensa industrialização – antecedido por um processo de branqueamento e incentivo à recepção dos imigrantes europeus –, a ocupação urbana do bairro se inicia nos anos 1940/50.

Essa oposição histórica entre Jardim Prudência, no extremo noroeste de Cidade Ademar, e “sua periferia”, o restante do distrito se manifesta assim na distribuição de renda, mas não apenas. Cidade Ademar é também um dos distritos de São Paulo com maior concentração de habitantes

negros. Ocupado por aproximadamente 290 mil pessoas, metade da população do distrito é negra²¹, contudo sua distribuição não é homogênea ao largo do distrito, como a breve reconstrução histórica sobre a ocupação do Jardim Prudência permite intuir.

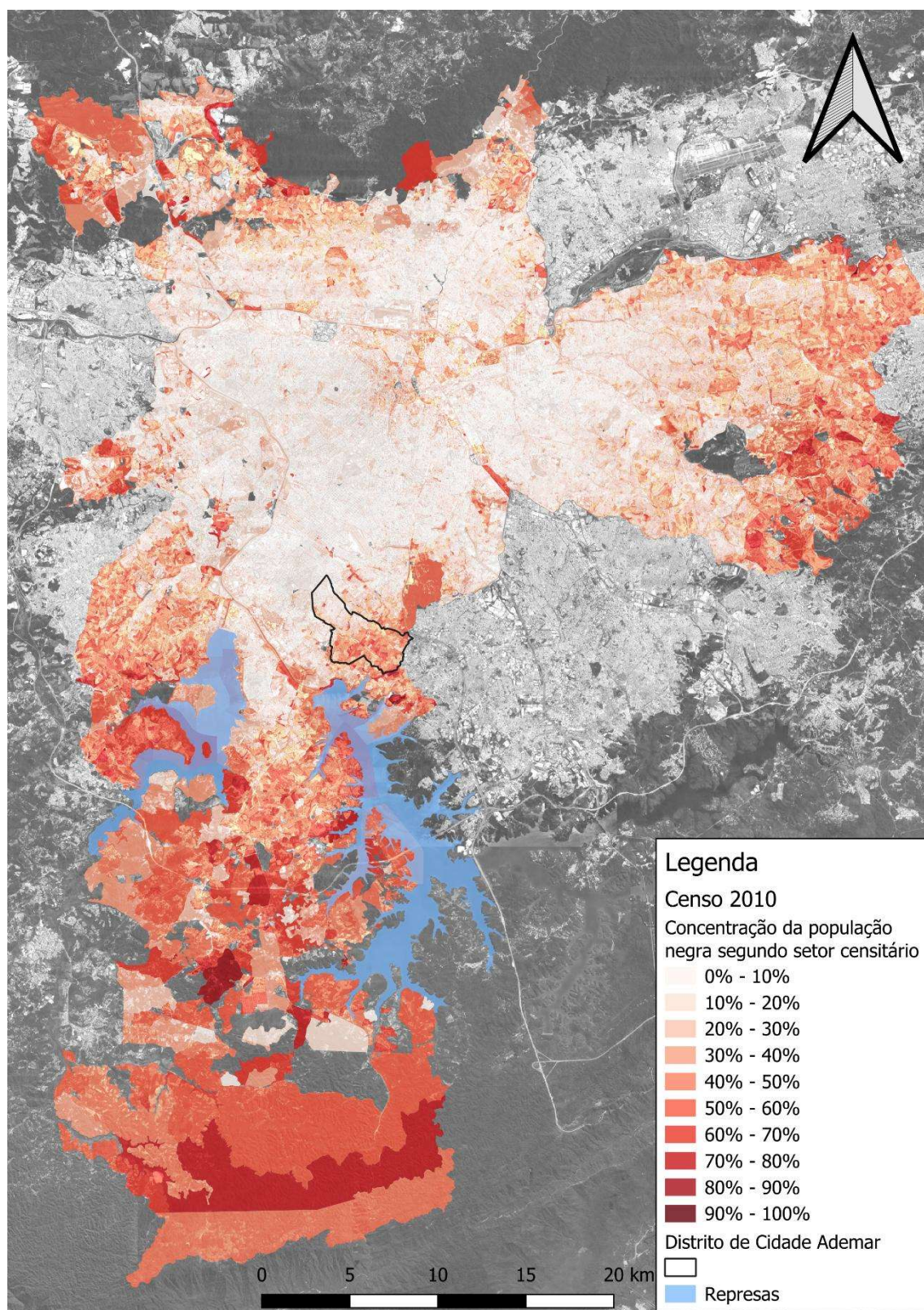
Mapa 5 – Concentração da população negra por setor censitário em Cidade Ademar e arredores



Com uma concentração da população negra nas áreas mais distantes, com menor infraestrutura e pior acesso, Cidade Ademar é segregada, também racialmente. Observando o Mapa 5, vemos no entanto que a segregação racial interna, aqui indicada, aparece como continuum de uma ocupação majoritariamente branca nas áreas mais abastadas da cidade que encontra nas entranhas do distrito uma fronteira racial não formal. Cidade Ademar repete internamente o que aparece como tendência municipal quando observamos o mapa da concentração de negros em São Paulo: uma maior concentração desta população nas áreas mais distantes, com menor infraestrutura e acesso. Aqui, racialmente, Jardim Prudência se aproxima do eixo sudoeste como espaço de ocupação quase exclusivamente branca.

²¹ Segundo dados do IBGE colhidos no censo de 2010, 13 anos atrás (IBGE, 2010).

Mapa 6 - Concentração da população negra por setor censitário em São Paulo



Ainda que a porcentagem de negros que ocupam o distrito seja substancialmente maior do que os esperados 37,1% da cidade de São Paulo²² – esperados caso a segregação racial não fosse um dos alicerces que organizam as condições de ocupação do município como afirmam Danilo França (2017), Reinaldo de Oliveira (2015) e Raquel Rolnik (1989), dentre outros –, apenas dados referentes à ocupação do distrito poderiam ser insuficientes para afirmar a relevância de uma perspectiva racializada para compreender os processos em Cidade Ademar.

Em primeiro lugar há uma expectativa de que a racialidade seja relevante com relação a núcleos urbanos apenas em casos no quais a (quase) totalidade dos moradores compartilhem de uma mesma raça, o que inexiste em uma visão distrital de São Paulo – percepção esta que guarda fortes influências dos estudos urbanos comparativos entre Estados Unidos, África do Sul e Brasil²³. Em segundo, há uma dificuldade em anunciar a racialização de qualquer espaço em um país que reivindica a existência de uma democracia racial e promove(u) um projeto de branqueamento em escala nacional. Enfim, há uma demanda por signos – culturais, narrativos, estéticos e imagéticos – que reivindiquem uma identidade racializada-territorializada a fim de pensar a existência de um espaço racializado, um território racializado.

Este trabalho buscará, ao longo de suas páginas, discutir tais dificuldades enunciativas, na medida em que busco apresentar Cidade Ademar enquanto distrito que demanda atenção à forma como a racialidade configura suas dinâmicas espaciais. Busco um ponto comum com possíveis leitoras e leitores a partir do qual possamos começar a escrita e leitura deste trabalho: o que uma análise racialmente informada poderia dizer sobre o processo de renovação urbana em curso? Seria esta abordagem capaz de ampliar o poder explicativo e transformativo das análises críticas em relação ao processo de expansão e renovação urbana capitalista (em Cidade Ademar)?

Na tentativa de dialogar com estas, e outras, questões nesta dissertação me dedicarei com especial atenção à forma como as categorias

²² Cabe ressaltar que pelos dados preliminares, divulgados pelo Censo IBGE (2022), a população negra na cidade passou a ser de 43,5%.

²³ <https://youtu.be/wPumPz0j1cE?t=6758> Acesso em: 27/02/2023.

espaço e raça (em suas operações prático-teóricas) contribuem para a produção espacial contemporânea (e, portanto, capitalista) em São Paulo, com ênfase no processo de renovação urbana em curso em Cidade Ademar.

Em paralelo, estas narrativas, em especial aquelas que pautam territorialidades negras em outros espaços de São Paulo, quando lidas ao lado deste trabalho, podem funcionar como um *salve*, espero. Convocadas por este trabalho que aqui apresento, tais narrativas somam força política e argumentos em torno da reivindicação de uma história racializada do desenvolvimento urbano do município, que se choca com as narrativas embranquecidas e estabelecidas. Ao mesmo tempo que evoco outras tentativas de estabelecer o reconhecimento de territorialidades negras em São Paulo, me coloco ao lado delas, reivindicando a existência destes espaços, suas demandas por poder de gestão e autodeterminação, ampliando o arcabouço para que outras e outros sujeitos racializados subalternos reivindiquem suas territorialidades urbanas. São como um anúncio de que, se o limite é uma fronteira criada só pela mente, as grades nunca vão prender nosso pensamento mano²⁴.

Busco essas narrativas como forma de fortalecê-las e fortalecer também ao meu trabalho. O faço, porque compreendo como as narrativas negras sobre suas espacialidades urbanas têm servido como forma de promoção da igualdade racial, como forma de tornar emblema uma chaga, como ferramenta na luta por direitos civis e políticos. Neste sentido, mais uma vez me somo a esta falange com o que poderia ser pensado enquanto uma pesquisa-militante. Porém, se as narrativas negras sobre nossas próprias espacialidades, formas de habitar o mundo, servem como ferramenta na luta por direitos civis e políticos, à que servem as narrativas hegemônicas (brancas) sobre as espacialidades negras?

Apresento assim uma discussão que passa por como se implicam as narrativas estigmatizantes e discriminatórias; as novas e antigas legislações que, a fim de promoverem o progresso urbano paulistano, marginalizam, expulsam e criminalizam populações racializadas; e as políticas correntes de

²⁴ Referência as faixas *Salve* e *Crime vai e vem*, do álbum *Sobrevivendo no Inferno* dos Racionais MCs (1997)

desenvolvimento urbano no distrito, ao processo de racialização que permeia a racialização do espaço físico. A isto também poderá servir este trabalho. Porém, para fazê-lo, meu primeiro movimento será dar um passo atrás, para trabalhar a noção de raça, tal como proponho compreendê-la neste trabalho, e assim formar um solo comum a partir do qual seja possível compreender, também racialmente, o processo em curso em Cidade Ademar.

Começo (1.1) com uma discussão sobre o conceito de racialidade, e a concepção de raça no Brasil a partir dos textos de Denise Ferreira da Silva e da obra de Frantz Fanon. Sigo o capítulo (1.2) com uma discussão sobre o “espaço”, partindo de uma reconstrução crítica da compreensão moderna de espaço, em um diálogo entre a obra de Ferreira da Silva, “O terreiro e a cidade” (1988) de Muniz Sodré e o conceito de espaço desenvolvido na teoria da produção espacial de Lefebvre (1974). Aqui reflito também sobre o processo-movimento de racialização do espaço. Finalizo o capítulo com uma retomada de Cidade Ademar, apresentando-a enquanto espaço de fronteira frente a uma lógica de mercantilização-valorização da terra que é racialmente informada e organizada.

Começo o segundo capítulo discutindo o conceito de segregação racial em São Paulo. A partir de uma crítica ao movimento de integração como “solução” possível de enfrentamento à violência racial na cidade existente e em construção, busco ampliar a discussão apontando para a distância intransponível que a racialidade impõe e constrói, bem como para a materialidade de uma cidade que foi construída alicerçada na violência racial. Como forma de reposicionar a discussão, proponho uma análise jurídica e econômica das condições que viabilizam a realização dos novos empreendimentos em Cidade Ademar.

O primeiro movimento realizado é discutir o Plano Diretor e a Lei de Zoneamento vigentes em São Paulo no período (2014-2024) e revisados em 2023. A partir do apontamento de alguns eventos decorrentes da lei, apresento como a racialidade compõe o plano, ainda que ele não trate diretamente de categorias raciais. Enfim, ao tratar do mercado de trabalho da Construção em São Paulo em diálogo com a produção marxista paulistana, busco apresentar

sob quais condições Cidade Ademar e o município são construídas. A proposta é pensar como a racialidade impacta não apenas a disputa pela terra, se não viabiliza a violência que compõe e mantém a cidade, a produção do espaço urbano. Por fim, antes de concluir o capítulo, apresento uma segunda cena, como forma-outra de abordar os conflitos que envolvem a vida (distribuição e produção do espaço no qual se vive) de gerações negras, na cidade e fora dela.

No terceiro e último capítulo, apresento uma leitura sobre o desenvolvimento urbano contemporâneo à luz do conceito de *gentrificação*. Tendo como base a discussão já estabelecida internacionalmente sobre o tema, bem como produções nacionais mais recentes, revisito alguns momentos e processos de nossa historiografia urbana para retomar a violência racial como chave de análise. A partir do levantamento de dados primários e secundários sobre as transformações em curso em Cidade Ademar, discorro sobre as estratégias adotadas de renovação simbólica que atuam sobre o distrito e como estas se relacionam com o arsenal da racialidade. Por fim, finalizo o capítulo apresentando notas exploratórias sobre como lidar com a violência proveniente da força (quase) irrefreável do desenvolvimento urbano.

3 Negro Drama – Por um entendimento racializado do espaço

Em um país onde me ver pobre preso ou morto já é cultural: histórias, registros, escritos, não é conto, nem fábula, lenda ou mito.

[...]

Negro drama, tenta ver e não vê nada, a não ser uma estrela, longe, meio ofuscada. Sente o drama, o preço, a cobrança, no amor, no ódio, a insana vingança negro drama. Eu sei quem trama e quem tá comigo, o trauma que eu carrego pra não ser mais um preto fodido; o trauma da cadeia e favela: tumulto, sangue, sirene, choro e velas.. Você deve tá pensando o que você tem a ver com isso? Desde o início, por ouro e prata: olha quem morre, então, veja você quem mata, recebe o mérito, a farda que pratica o mal

[...]

Eu sou irmão dos meus trutas de batalha [...] Entre o gatilho e a tempestade, sempre a provar que sou homem e não um covarde [...] Eu visto preto por dentro e por fora: guerreiro, poeta, entre o tempo e a memória.

[...]

Veja, olha outra vez o rosto na multidão, a multidão é um monstro sem rosto e coração: ei, São Paulo, terra de arranha-céu, a garoa rasga a carne, é a Torre de Babel. Família brasileira, dois contra o mundo, mãe solteira de um promissor vagabundo...

[...]

Eu sou humano, homem duro do gueto, Brown, Obá; aquele louco que não pode errar.

[...]

Pele parda e ouço funk, vim de onde vêm os diamantes: da lama.

Valeu, mãe,

negro drama...

Início esta dissertação a partir da elaboração de um solo (teórico) comum no qual se encontre contextualizada a noção de raça. Porém, como pensar e trabalhar a complexidade da noção de raça em São Paulo, município altamente miscigenado e racialmente desigual? Que tipo de direcionamento teórico poderia me permitir inclusive ir além da categoria de “desigualdade”, ou “desigualdade racial”, como objeto central da discussão sobre as problemáticas que compõe o campo das relações raciais, enquanto tema de pesquisa?

Tal qual apontei anteriormente, me vejo em Beatriz Nascimento, que *tenta inventar uma língua dentro desta própria* (Nascimento, 2018, p. 420), ao entramar junto ao texto desta dissertação o experimento daquilo que chamei de *escrita em partido alto* na esperança de comunicar também através de sua potência poética. Neste sentido, a preocupação com forma e conteúdo não apenas reflete um desejo de abarcar as dimensões de violência (o trauma, o drama, o preço, a cobrança²⁵) e potência que a negrura simboliza, mas também reconhecer que a negritude enquanto performance de recusa demanda um arsenal teórico que por vezes excede o poder explicativo de categorias do pensamento político moderno como “desigualdade” (de direitos, renda, riqueza, acessos...) ou “democracia” têm – ou deforma-as, as re-de-compõe (Martins, 1995). Para isso busquei um arcabouço teórico que me possibilitasse tanto explorar esta flexibilidade estética, quanto pudesse auxiliar na compreensão do excesso que compreende a dinâmica das relações raciais em São Paulo. O caminho que percorri, acompanhado de outros tantos²⁶, me trouxe até a produção de Denise Ferreira da Silva.

²⁵ Referência à faixa *Negro Drama*, do grupo *Racionais MCs* (Nada como um dia após o outro dia, 2002). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u4lcUooNNLY> Acesso: 01/08/2024.

²⁶ Cabe especial agradecimento à *Coletiva GIRA* pelas trocas, bem como aos grupos que compõe minha trajetória política como o projeto *História da Disputa*, a *Frente Pró Cotas da Unicamp* e o *Núcleo de Consciência Negra da Unicamp*.

3.1 Da lama – Raça e racialidade no Brasil

Em *Homo Modernus – Para uma ideia global de raça* (2022) Denise Ferreira da Silva opera um longo percurso que atravessa a obra de diversos filósofos que ela e a filosofia moderna europeia (enquanto campo científico), consideram fundamentais, ou incontornáveis, no caminhar da construção da própria filosofia moderna europeia e, portanto, de alguns paradigmas que estrutu(r)aram o pensamento científico. Neste sentido, sua produção dialoga diretamente com as obras de autores como Kant, Herder, Descartes, Nietzsche, Locke, Hume e Hegel, quando não as re-des-constrói parcialmente. Ao refazer também o percurso científico – em movimento de re-de-composição – com especial atenção à formação das ciências da vida e do homem (da biologia, antropologia e sociologia), seu campo de diálogo com cânones²⁷ aumenta, e abriga também autores como Darwin, Durkheim, Kroeber, Franz Boas, Margaret Mead e Radcliffe-Brown. Tal epopeia prática-teórica se faz com, como é comum no campo científico, diálogo também com pensadores críticos e/ou dissidentes desta espécie de linha bifurcada que compõe e estrutura a história do pensamento científico e filosófico moderno, tais quais Gayatri Chakravorty Spivak, Dipesh Chakrabarty e Gottfried Leibniz, dentre vários outros. Seu percurso ganha sentido à medida que Denise apresenta sua tese, um exercício materialista histórico²⁸, como algo que

Não é nem um exercício arqueológico e genealógico focaultiano, nem uma mobilização direta da desconstrução derridiana, é algo entre os dois: um mapeamento do contexto de emergência da analítica da racialidade, o arsenal científico que repetidamente reescreve a autoconsciência e configurações sociais da Europa pós-iluminista na transparência. Entretanto, ao fazê-lo, eu também demonstro como a analítica da racialidade realiza aquilo que assombra o pensamento moderno desde a ascensão inicial da razão universal, isto é, a escrita da mente como efeito de um determinante exterior [outer determination, sempre-já diante de, em uma relação, logrando com/ contra seus “outros”, ou seja, uma versão do Eu autodeterminado que necessariamente significa Outra-mente (Silva, 2022, p. 97).

O mapeamento e exercício realizado por Denise será parcialmente reelaborado neste capítulo (abordando não apenas sua tese, mas também

²⁷ Como por vezes são referidos os autores incontornáveis em seus determinados e delimitados campos de pensamento científico.

²⁸ Ou *materialista bruto*, como a autora define sua metodologia em (Silva, 2024a).

outras obras) como que a cultivar um solo por onde caminhar. Ainda que meu trabalho não se pretenda necessariamente uma crítica filosófica, a trama elaborada pela autora me permite, por entre *troços* e destroços do pensamento moderno, desenhar e desenvolver minha pesquisa de forma mais segura. Começamos então pelo princípio, a reelaboração da noção de raça desenvolvida pela autora e o conceito de “analítica da racialidade”.

A elaboração teórica de Denise Ferreira da Silva sobre a ideia de raça remonta à influência do psiquiatra, poeta, pesquisador e guerrilheiro martinicano Frantz Fanon. Tal qual Denise, Fanon apresenta a raça – ou a sua negrura – como algo que é mais do que um simples descritor científico-social que remete a características culturais, genéticas ou geográficas. Em Fanon a adjetivação ‘*negro!*’ trata-se também da realização de um desejo colonial, “uma vontade de objetivar, de encaixar, de aprisionar, de enquistar” (Fanon, 2018, p. 81), trata-se de algo que ao delimitar uma área/possibilidade de existência, amputa, constrange, subjuga (Fanon, 2020, cap. 5): para Fanon, ser negro é algo como viver o *Negro Drama*²⁹. Para ambos, de formas distintas (Fanon, 2018, 2020, cap. 5; Silva, 2001; Silva, Denise Ferreira da, 2022), um exercício fundamental foi a reconstrução, também científica, dos sentidos de raça, ao longo da história europeia e seu movimento de globalização/colonização.

Em *Racismo e Cultura* (2018) Fanon escreve sobre as transformações e sentidos da categoria *raça* ao longo dos séculos XIX e XX. Publicado em 1956, pouco após a primeira edição de *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2020) em 1952, e pouco antes da publicação de *Condenados da Terra* (1979), em 1961, neste artigo Fanon toma algumas notas sobre o processo de transição que marca um declínio do uso da categoria “raça” nas narrativas teóricas e nacionais de forma concomitante à ascensão da categoria “cultura”. Este processo, que acompanha tanto os movimentos de independência africana quando o pós-guerra e as sanções internacionais relativas às práticas genocidas que caracterizam o holocausto, não o

²⁹ Referência a faixa *Negro Drama*, performada pelo grupo *Racionais MCs* (Nada como um dia após o outro dia, 2002).

*Holocausto Urbano*³⁰ colonial, é, como afirma Fanon, marcado por um contexto específico que inclui

A lembrança do nazismo, a miséria comum de homens diferentes, a escravização comum de grupos sociais importantes, o surgimento de “colônias europeias”, quer dizer, a instituição de um regime colonial em plena Europa, a tomada de consciência dos trabalhadores dos países colonizadores e racistas, a evolução das técnicas, tudo isto alterou profundamente o aspecto do problema (Fanon, 2018, p. 80).

Neste sentido, esta transição foi abordada por Fanon não como movimento anticolonial, ou antirracista, mas como continuidade do processo de subjugação racial, não “mais do que uma modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável” (Fanon, 2018, p. 78). A esta “modalidade da hierarquização sistematizada, prosseguida de maneira implacável” podemos chamar colonização e racialização, dado que Fanon aqui observa justamente os efeitos da colonização no norte Africano, com especial atenção à Argélia; os rastros de sangue deixados pelas práticas racistas; e, conseqüentemente, o processo de fabricação do “negro”, enquanto sujeito externo e distinto em relação à Europa e ao mundo globalizado ocidental que o processo de colonização em si fábrica.

Meu interesse na abordagem de Fanon extrapola sua conexão com a teoria trabalhada por Denise, e se encontra na sua preocupação não apenas com os signos que o estigma negro – pensando em diálogo com Goffman (1975) e Ana Cristina Araújo (2023) – reorganiza, novamente o *Negro Drama*, mas sobretudo no processo de racialização que só é capaz de produzir o negro em território colonial e a ele conferir seus sentidos na medida em que cria/repõe os dramas que o acompanham na realidade colonial. Nas palavras de Fanon, poderia dizer que sua prioridade é tratar do “racismo-consequência”, aquele que identificamos como consequência de um sistema social-colonial – ou complexo colonialista, como aponta Deivison Faustino (2020)³¹ – que produz a significância da raça ao mesmo tempo que a produz em meio à miséria, pilhagem e violência; e não do “racismo-causa”, aquele que se manifestaria como uma irracionalidade que sustenta, de forma fragmentada e

³⁰ Referência ao álbum *Holocausto Urbano*, do grupo Racionais MCs (1990).

³¹ Trabalhei uma abordagem semelhante no anteriormente publicado (Silva, Aquiles Coelho, 2023).

subterrânea, aquilo que a ciência (da segunda metade do século XX) diz nunca ter havido: a diferença (biológica) racial. Para Fanon,

A verdade é que o rigor do sistema [colonial] torna supérflua a afirmação quotidiana de uma superioridade. A necessidade de apelar em graus diferentes à adesão, à colaboração do autóctone, modifica as relações num sentido menos brutal, mais cambiado, mais “cultivados”. **Aliás, não é raro ver surgir neste estágio uma ideologia “democrática e humana”** (2018, p. 83. Grifos meus).

Para Fanon o próprio processo de racialização representa, assim, uma violência em si, sendo antes causa do racismo do que seu efeito indesejado. Eticamente e politicamente, seu projeto persegue a libertação dos povos racializados – ou em seu momento, ao menos sua independência política-nacional – e se destina teórica e praticamente àquilo que ele chama refundação da noção de humanidade, que não seria sua mera reposição, mas antes sua desestruturação, uma recriação de paradigmas fundamentais como a universalidade, que guia, por exemplo, as noções de direitos humanos enquanto direitos universais.

Em conclusão, a universalidade reside nesta decisão de assumir o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial (Fanon, 2018, p. 90).

Em forte concordância com a ideia de que o processo de racialização é uma violência em si, Denise desenvolve outra compreensão sobre o que a ideia de universalidade representa, significa e quais seus limites dentro do pensamento ocidental moderno – não necessariamente em discordância, mas acredito que em continuidade ao projeto ético e político do qual Fanon faz parte³². Sejam seus objetivos a exclusão do complexo colonial ou fim do mundo como o conhecemos, os projetos aos quais me somo, também, através deste texto é necessariamente “[...] um programa de desordem absoluta” (Fanon, 1979, p. 21).

Ao dialogar com alguns críticos pós-coloniais, como Dipesh Chakrabarty, Denise posiciona um sério limite naquilo que descreve enquanto o dilema da crítica pós-colonial (Silva, 2022, p. 338). Para a autora,

³² Ressalto aqui que caso pensemos a destruição do ordenamento material e simbólico que estrutura este mundo colonial, ontoepistemologicamente falando, a própria ideia de um relativismo recíproco de culturas se torna algo incompreensível dentro das noções ordinariamente trabalhadas na academia sobre “cultura” e “universalidade”.

dentro/através do texto moderno, a assumpção de um “relativismo recíproco de culturas diferentes” é sempre imediatamente soterrada, “traduzida para dentro de uma gramática e um léxico compreensíveis”, ou em outras palavras “a política da representação encontra seus limites na própria condição que a possibilita, isto é, no texto moderno” (Silva, 2022, p. 338). Este é um dos dilemas que Denise abraça ao indicar como a região da subalternidade foi delimitada através da leitura dos textos responsáveis por reproduzir esta região, com a finalidade de interromper este processo, violento, de subalternização. Sua compreensão, muito distinta em relação aos escritos de Fanon, sobre as significâncias e limites da categoria universalidade, é derivada da própria dinâmica ditada pela analítica da racialidade, que Denise expõe na medida em que dialoga sobre o papel, a significância, da categoria raça enquanto ferramenta instrumentalizada pela analítica da racialidade.

Fanon (2018, 2020, cap. 5) apresenta uma espécie de percurso dos sentidos que a categoria raça toma para justificar a dominação colonial, tendo em conta sua relação com os argumentos científicos utilizados na confecção destas narrativas, um percurso que é feito e retomado em diversas passagens das obras de Fanon. Ao longo do quinto capítulo (“*A experiência vivida do negro*”) de sua tese *Peles Negras, Máscaras Brancas* (2020)³³, Frantz Fanon recria, com sua belíssima escrita poética (subjativa, poderiam dizer), um caminho sobre (algumas d)as (grandes) mobilizações da noção de raça, no último século, que se abre violentamente com as acusações: “Negro imundo!” Ou simplesmente: “Olhe, um preto!” (Fanon, 2020, p. 91).

Fanon anuncia a descoberta do eu lírico, do negro narrador, sobre sua própria negrura como um processo de objetificação que, ao mesmo tempo, retira a “resistência ontológica” do negro em relação aos olhos do branco e a afirma. A descoberta³⁴ de sua própria negrura é também sua violenta realização enquanto colonizado, (não) humano. O marco colonial, a invasão, pilhagem e imposição de um projeto civilizatório europeu é também parte da contínua e violenta invenção da raça, uma invenção que privilegia o homem

³³ Originalmente publicado em 1952.

³⁴ Que em português brasileiro exprime duplo sentido, na medida em que nosso marco inaugural colonial é justamente a “descoberta” do Brasil.

branco europeu como seu ponto mais alto. Que isso aconteça não é surpresa alguma já que todo o processo de racialização que se dá no *complexo colonialista* tem como finalidade a legitimação da dominação colonial, e é o homem branco europeu que ocupou historicamente o lugar do colonizador.

Vejo na escrita poética de Fanon uma negra jornada que perpassa, de forma totalmente despreocupada com uma narrativa linear, pelas diferentes mobilizações e fundamentos que a raça teve ao longo do processo de desenvolvimento metropolitano europeu e pilhagem, escravidão e morte nas colônias, seja em território americano ou africano. O autor dialoga com a construção científica (biológica) do corpo negro e suas particularidades (inferioridades); as noções de unidade cultural e pureza racial trabalhados no campo da eugenia e antropologia colonial; os sentidos que a religião cristã atribuiu à ideia-corpo-objeto “negro”... Um empreendimento que marca “essa descida ao verdadeiro inferno” (Fanon, 2020, p. 15), que pode ser, também, um movimento espiralar, na medida em que apresenta contínuas experiências de violência racializad(or)a, repetições que são na maioria das vezes, construções brancas. Frente a este inferno, mas em movimento em busca de descobrir o que é, o autor grita o terror

Minha mente talvez algum mano não entenda, será que algum cientista desvende esse mistério? Eu quero urgentemente, eu quero o raio-X do meu cérebro! Eu quero saber porque eu penso diferente! Quem morre no dia-a-dia, ladrão, é gente da gente! Um desespero, um sonho, um pesadelo, o sangue (Ahhh!) (GOG, 2000).

Em *Racismo e cultura* (2018), publicado em 1956, Fanon refaz esse percurso temporal dos sentidos e fundamentos mobilizados pela categoria “raça” em um momento onde entende que a categoria “cultura” e as operações com ela realizadas funcionam como uma atualização da “hierarquização (humana) já sistematizada, prosseguida de maneira implacável” (2018, p. 78). Um momento marcado pela “lembança do nazismo [...], quer dizer, a instituição de um regime colonial em plena Europa” (2018, p. 79). Ao delinear uma trajetória do racismo – do “vulgar, primitivo” racismo religioso, passando pelo racismo biológico que se desenvolve nos campos da sociologia e antropologia –, Fanon retoma a concepção de que o racismo, a subordinação dos povos de cor, vêm se atualizando desde sua invenção moderna, e indica

que seu desenvolvimento se faz em diálogo com o desenvolvimento das forças produtivas, denotando a materialidade histórica como ferramenta que também compõe seu trabalho.

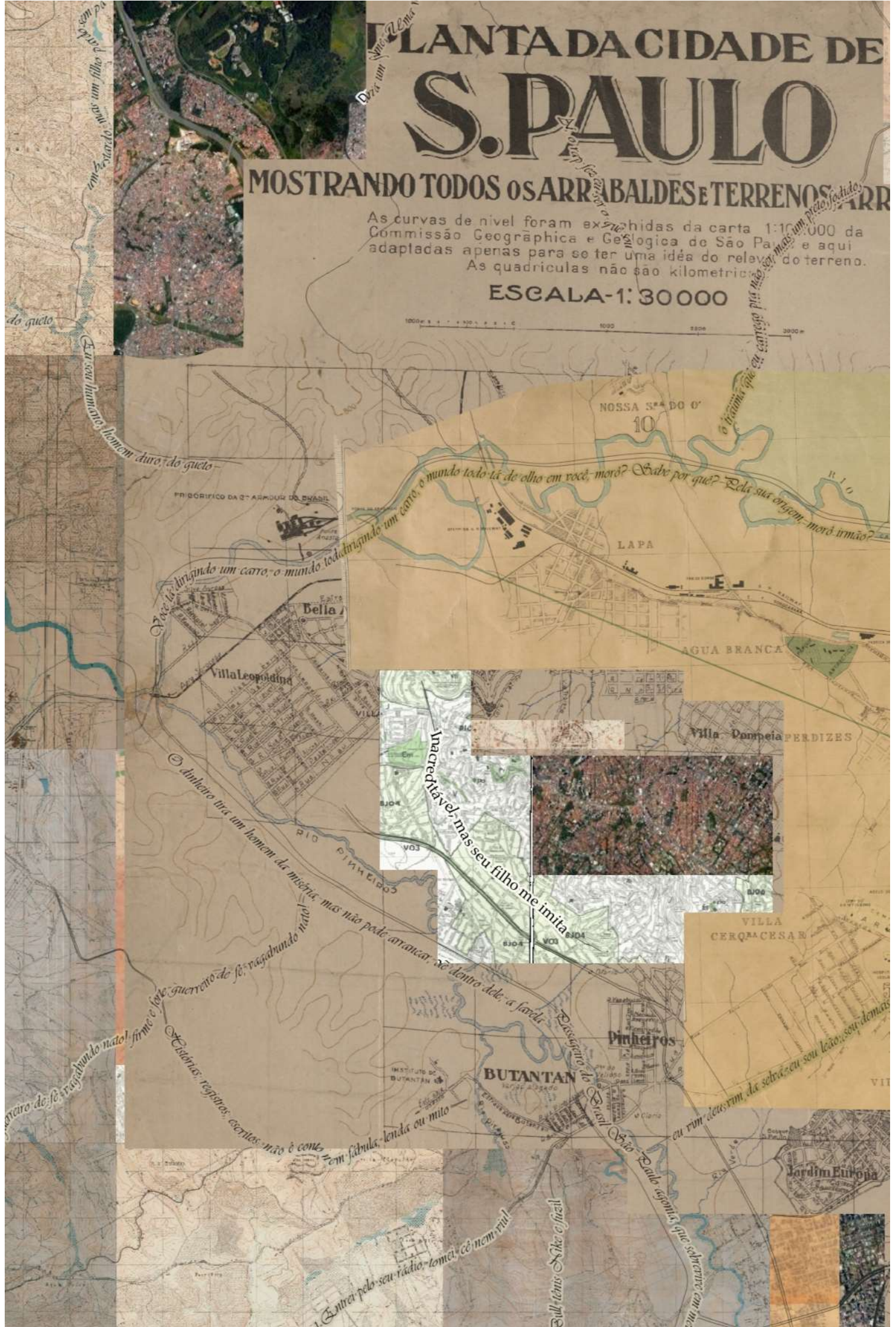
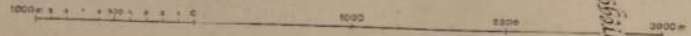
O racismo vulgar na sua forma biológica corresponde ao período de exploração brutal dos braços e das pernas do homem. A perfeição dos meios de produção provoca fatalmente a camuflagem das técnicas de exploração do homem, logo das formas do racismo (2018, p. 82)

PLANTA DA CIDADE DE S. PAULO

MOSTRANDO TODOS OS ARRIBALEDOS E TERRENOS

As curvas de nível foram extraídas da carta 1:100.000 da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e aqui adaptadas apenas para se ter uma idéia do relevo do terreno. As quadriculas não são kilometricas.

ESCALA-1:30.000



O texto que se desenvolve apontando para as armadilhas que o sistema colonial impõe aos colonizados, a forma como os sistemas de referência dos povos colonizados são desestruturadas – epistemicídio!, poderia lembrar Sueli Carneiro (2005) – e sua cultura dissolvida, explicada, traduzida, morta. Em sentido oposto, de resistência contra o poder colonial, Fanon afirma: “o mergulho no abismo do passado é condição e fonte de liberdade” (2018, p. 89). Em uma luta pela libertação de seu território, Fanon aponta como sua luta, “a luta do inferiorizado [,] situa-se a um nível nitidamente mais humano” (ibid.) onde, no jorrar de possibilidades que marcam o fim do regime colonial (um regime de exploração simbólica, econômica, territorial marcado pelo uso da violência racial) as culturas do outrora colonizador e outrora colonizado podem encontrar-se, de forma que, conforme citei poucas páginas acima, “a universalidade reside nesta decisão de assumir o relativismo recíproco de culturas diferentes, uma vez excluído irreversivelmente o estatuto colonial” (2018, p. 90).

Quando voltamos ao quinto capítulo de *Peles Negras, Máscaras Brancas*, marcado por uma busca pelos verdadeiros sentidos da identidade negra (2020, p. 20), encontramos outra perspectiva de Fanon, que deixa de buscar a universalidade e não reclama para si mais humanidade. Na pele, no corpo do próprio negro, que também é Fanon e, que narra o texto, o caminho tomado em um primeiro movimento abraça a irracionalidade, “já que, no plano da razão, o entendimento não era possível” (2020, p. 102). Fanon – como um corpo-constelação, lembrando Sabotage – grita em cantos tanto ameaçadores e vingativos quanto belos-experimentos-poéticos enquanto desce a seu inferno como quem escreve: *eu prefiro contar uma história real, vou contar a minha*³⁵

. Por ter feito tal movimento, antes de tentar uma última tentativa no campo da razão guiada pelas redescobertas riquezas e conhecimento de seu passado, Fanon declara a fatalidade: “Assim, ao meu irracional, contrapunham o racional. Ao meu racional, o ‘racional verdadeiro’. Todas as vezes em que jogava [com/contra o branco], eu perdia” (2020, p. 108). Este movimento, diferente do realizado em *Racismo e Cultura* (2008), permite a Fanon dizer o

³⁵ Referência a faixa *Negro Drama* do álbum *Nada como um dia após outro dia* (1997) dos Racionais MCs.

mesmo, porém de forma diferente. Aqui, ao invés de apontar um horizonte que tem como possibilidade uma condição universal, ele assim se afirma:

[...] Sempre em termos de consciência, a consciência negra é imanente a si mesma. Não sou uma potencialidade de alguma outra coisa, sou plenamente aquilo que sou. Não tenho que perseguir o universal (Fanon, 2020, p. 110).

É nesta fresta de contradição e imprecisão, onde humanidade e universalidade são ao menos a princípio evocadas e repudiadas, concomitantemente, que gostaria de dialogar mais a fundo com a proposta que Denise constrói em *Towards a Critique of the Socio-logos of Justice: The Analytics of Raciality and the Production of Universality* (Silva, 2001) e *Homo modernus — Para uma ideia global de raça* (Silva, 2022).

No primeiro texto supracitado, artigo de 2001, Denise anuncia e desenvolve o conceito de *analítica da racialidade*, uma estratégia de poder “[...] que produziu a diferença racial como uma categoria que conecta território (continente) de ‘origem’, corpos e formas/tipos de consciência” (Silva, 2001, p. 422, tradução livre), uma “ferramenta que combina autodeterminação e dominação, a luz da forma-patriarca, a forma jurídica original” (Silva, 2021, p. 20). Através daquilo que está entre a desconstrução derridiana e a genealogia e arqueologia foucaultiana a autora descreve os diversos momentos da analítica da racialidade, as ciências da vida, as ciências do homem e a sociologia das relações raciais. É a partir do desenvolvimento-análise destes momentos que Denise apresentará como esta estratégia de poder foi fundamental para delinear os limites tanto da *universalidade* quanto da *humanidade* – produzir ambas.

Seu primeiro momento reside justamente no advento da episteme moderna, o século XIX, com a formulação dada pelas ciências naturais (uma formulação científica, portanto) da Vida, enquanto qualidade que os humanos dividiam com outros animais – e que a detinha [a Vida] em seu nível mais complexo e desenvolvido –, e outros tipos de humanos, em relação àqueles que os estudavam, os cientistas europeus. Através da catalogação, manipulação, dissecação e observação; a ciência, fazendo uso da analítica da racialidade, pôde classificar os diferentes tipos humanos ao redor do mundo (Silva, 2001, p. 428) e sobre eles redigir suas já conhecidas conclusões (que

ao mesmo tempo soam óbvias e primitivas aos olhos do pesquisador treinado no século XXI): enquanto povos da África, América e Ásia apresentavam em sua exotividade qualidades e patologias diversas, era apenas na Europa iluminista, já repartida entre Estados-nação neste momento, que o mais avançado grau de desenvolvimento social, produtivo e bélico florescia. Assim, como os humanos representam o grau mais avançado e desenvolvido da vida, é o Homem europeu que significa o grau mais avançado e desenvolvido de forma humana. Como apontava Fanon, e como já é sabido por qualquer pesquisador das relações raciais (e por isso as conclusões acima soam óbvias) o branco-europeu passa a significar o nível hierárquico mais alto dentro da categoria de humano. Uma das diferenças do arcabouço teórico desenvolvido pela professora Ferreira da Silva, em relação a parte das análises do campo das relações raciais, no entanto, é a concepção de que esta estratégia de poder, a analítica da racialidade, não apenas informou a noção de humanidade, se não foi fundamental para sua elaboração na ciência e filosofia moderna.

Feito o mapeamento das condições humanas – um mapeamento quantitativo e hierarquicamente (impreciso e) qualitativo que remete ao porquê do mapa ser também uma arma de guerra (Lacoste, 2005) – o segundo momento da analítica da racialidade se dá justamente enquanto desenvolvimento científico do primeiro, na virada do século XX. Neste período as estratégias históricas de intervenção tomam o lugar das estratégias científicas (enquanto campo ‘restrito’ às ciências naturais) na produção do conhecimento sobre o homem (Silva, 2001, p. 428–9). Enquanto a Sociologia passa a explicar as relações entre as dimensões econômicas e simbólicas da existência moderna; a Antropologia se dedica à investigação das condições materiais e simbólicas nos espaços além da Europa (2001, p. 428), os espaços do Outro-racial que não representa o mais elevado grau de desenvolvimento dentre a hierarquia humana.

While in eighteenth-century Natural History race provided the point of departure for the identification and differentiation of human groups in various regions of the globe, in the modern episteme, the cultural (moral and intellectual) attributes would play a more central role in the characterization of human collectivities. [...] In modernity, the racial acquires political significance not so much because it refers to different kinds of human bodies, but because it indicates qualitatively distinct kinds of human consciousness (ibidem).

Aqui cabe falarmos da categoria *historicidade*. Seguindo a trilha proposta por Foucault³⁶ em *The order of things*, Denise Ferreira da Silva identifica na virada do século XIX uma mudança na forma de pensar (organizar) o mundo, dentro da episteme ocidental, uma transformação marcada pela emergência da figura do *sujeito transcendental*, tal qual formulada por Hegel³⁷. Aqui, para ambos, Denise e Foucault, reside “a verdade” (moderna, pós-iluminista, europeia e com o advento do *complexo colonial* global), ou o caminho da “verdade”, da significância (dos signos/símbolos) e da existência (do ser). Uma verdade que demarca uma aproximação profunda, entre a Coisa³⁸ e sua abstração.

[...] The center of this arrangement was to be occupied by a new epistemological figure, man, the sovereign (self-present and self-transparent) subject and ultimate object of knowledge. According to Foucault, the deployment of historicity in the field of empirical knowledge — premised upon the idea that man, the knowing subject, enjoys a privileged connection with the transcendental being — resulted in that knowledge being conceived as having two tasks: (a) [for the empirical sciences] to reveal how the things of the world manifest particular moments of the transcendental being, i.e., to unearth the natural, universal laws governing sensible phenomena; and (b) [for formal sciences] the transcendental would have the task of providing the foundation for all knowledge (Silva, 2001, p. 428).

Em outras palavras, a *historicidade* “[...] existe como muito mais do que uma provável forma de sucessão; ela constitui uma espécie de modo de ser fundamental”³⁹ (Silva, 2001, p. 429, tradução livre). Na medida em que se traça uma linha principal de eventos – que é aquela traçada, experienciada e historicizada pela forma mais desenvolvida de humano, o Homem branco europeu –, tudo aquilo que é externo surge já como desvio, sempre já hierarquicamente inferior, e que pode (e deve) ser traduzido em outros tempos e espaços relativos a esta História moderna, esta *provável forma de sucessão*. É aquilo que Denise Ferreira da Silva designa no *Glossário de Homo Modernus* como *estratégia de engolfamento*, ou seja, aquilo que permite que “conceitos

³⁶ FOUCAULT, Michel. *The order of things*. Routledge, 2005.

³⁷ HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *The Philosophy of History*, 1900.

³⁸ Coisa aqui, se refere a matéria em estado bruto, um “referente de indeterminação” que o olhar moderno não é capaz de explicar em sua plenitude. Para aprofundamento do conceito. Ver da Silva (2019b).

³⁹ No original: “[historicity] exists as much more than a probable form of succession; it constitutes a sort of fundamental mode of being.”

científicos [...] [expliquem] outras condições humanas como variações das encontradas na Europa pós-iluminista” (2022, p. 23).

Nesta capacidade de ser parâmetro para tudo, de explicar, localizar temporalmente e/ou espacialmente aquilo que é *Outra Coisa* dentro da trajetória do espírito, reside a base que fundamenta a *universalidade* como uma característica privilegiadamente concedida ao espaço europeu, ou ao Homem europeu. Como (eu acho) este processo complexo, refaço o caminho apresentado acima: a *analítica da racialidade* incide neste processo na medida em que

the racial produces human beings as fundamentally mediated (as opposed to self-present, self-transparent, self-determined) beings. However, because it constructs the particularity of European (white) bodies as the most perfect living beings, and the peculiar traits of European bodies and the technological conditions of European space as signifiers of their cultural perfection, the racial would produce them as the privileged signifiers of universality (Silva, 2001, p. 435).

Retomando então o ponto anterior (sobre o Segundo momento da *analítica da racialidade*), este tem sido um dos deveres, e talvez o principal dever por décadas, da Sociologia e Antropologia enquanto campos do conhecimento moderno, tecer as especificidades que delimitam a trajetória do espírito, e traduzir as especificidades que demarcam as diferenças existentes fora do território da *universalidade* e razão, a Europa. A Sociologia e Antropologia investigaram, e criaram, as diferenças raciais que demarcaram os limites da cultura europeia, da cultura moderna – e compreendendo a cultura como um produto histórico organizado por uma coletividade –, demarcando assim também os limites e particularidades destas diferentes mentes racializadas⁴⁰. Na medida em que a cultura moderna produziu (ou foi produzida pelas) civilizações modernas a diferença racial se mantém como aquilo que viabiliza o empreendimento colonial, a “civilização” de povos nativos (seu genocídio e pilhagem, realizados das formas mais violentas e brutais); e também passa a ser ponto de partida (e final) para a investigação e intervenção na vida social dentro ou fora da Europa, de formas muitas vezes quase

⁴⁰ Passo a dizer, a partir daqui, racializadas para me referir aquelas não-brancas, na medida em que, tendo como campo a *universalidade*, o corpo branco não precisa se autoreferir enquanto racializado, sendo a métrica a partir da qual os povos racializados são imediatamente traduzidos-diferenciados.

antagonistas entre si. É, de certa forma, o que permite que O Homem Branco diga a Fanon,

Obviamente [...] de tempos em tempos, quando estivermos cansados da vida em nossos arranha-céus, iremos ao encontro de vocês, como fazemos com nossas crianças... virgens... maravilhadas... espontâneas. Iremos ao encontro de vocês como quem volta à infância do mundo. Vocês são tão verdadeiros em suas vidas, quer dizer, tão gaiatos. Afastemo-nos por alguns momentos da nossa civilização cerimoniosa e polida e examinemos essas cabeças, esses rostos encantadoramente expressivos. De certa forma, vocês nos reconciliam com nós mesmos (Fanon, 2020, p. 108).

Tomada a categoria de raça como “material bruto”⁴¹, as diferenças raciais são ressignificadas em relação ao primeiro momento da *analítica da racialidade*, tornando-se referentes (pré-históricos e pré-conceituais) da diferença cultural, associada a processos geográficos de escala global e processos temporais em escala geológica (Silva, 2001, p. 433). Tendo a raça como estabelecida não em termos da ciência natural (biologia), mas em termos de processos históricos (culturais), a Sociologia das relações raciais, que marca o terceiro momento da *analítica da racialidade*,

defined its task so as to reveal how these natural ‘racial differences’, which operated as signifiers of cultural (moral/ social) difference, entailed a specific form of social relations, namely, ‘race relations’. In the sociological appropriation of race one finds the most subtle effect of re-signification of race difference as a pre-conceptual and pre-historical substantive sign of cultural (moral/social) distance, which disregarded **the connection between bodies, places of origin and forms of consciousness established by scientific strategies of intervention employed in earlier moments of the analytics of raciality** (2001, p. 433, grifos meus).

À esta “conexão entre corpos, territórios de origem e formas de consciência estabelecidas pelas estratégias científicas de intervenção empregadas nos primeiros momentos da *analítica da racialidade*”⁴², podemos nomear junto a Denise Ferreira da Silva como *globalidade*. Um contexto ontoepistemológico onde a particularidade das configurações mentais e sociais (as expressões das culturas e, portanto, das diferenças raciais) encontradas no pós-iluminismo só podem ser compreendidas em referência a regiões do globo pré-designadas, através do arsenal da racialidade, em um passado remoto e virtualmente inacessível. Neste sentido, conforme demonstrarei na seção

⁴¹ No mesmo sentido abordado quando apresentei a noção de *Coisa*.

⁴² Tradução livre do trecho destacado acima.

seguinte, a globalidade demarca uma distância sempre já anunciada e delimitada pela *analítica da racialidade*, mesmo em condições de proximidade física, relativa ou absoluta.

Dessa forma, o processo que vincula brancura e racionalidade produz também o branco europeu como “eu” Transparente – isto é, aquele que a partir da formulação de Hegel, base para a construção moderna/colonial do conhecimento científico, acessa a razão transcendental (espírito), uma moralidade objetiva que lhe permite conhecer e organizar o mundo a partir da racionalidade em um horizonte teleológico que tem como destino a liberdade (Silva, 2014, p. 88–9) – e “os ‘outros da Europa’ como sujeitos vulneráveis, afetáveis, como aqueles cujo destino não é a transparência, mas o apagamento” (Silva, Denise Ferreira da, 2006, p. 70). Enquanto o “eu” Transparente habita o horizonte da liberdade, como campo que a razão universal permite alcançar, a afetabilidade mantém o sujeito racializado aprisionado em sua particularidade. Assim a construção da superioridade da civilização europeia como auge do desenvolvimento humano e referente universal, passa a ser passível de explicação mediante o conhecimento científico: o enfoque na interioridade e na temporalidade produz corpo, território e civilização enquanto significantes da mente (Silva, 2014, p. 79). Em outras palavras, “[...] foi a catalogação das mentes colonizadas que permitiu a construção da estratégia de poder que governa o presente global” (Silva, 2022, p. 67).

Através de uma construção distinta, como apresentei, Denise reconstrói uma ideia, partilhada por Fanon, de que a racialização é em si uma violência. Entendida (aqui) como a imposição de uma qualidade histórico-científica relativa a raça (enquanto categoria pré-histórica e pré-conceitual), a racialização carrega consigo uma operacionalização do arsenal da racialidade que foi utilizada, mesmo em uma leitura crítica da História Moderna, como princípio justificador da violência racial nesta Ilíada colonial; e ao mesmo tempo assegura um não-futuro de aniquilação que previamente justifica toda a violência que há de vir enquanto o mundo moderno-colonial seguir operante em escala global.

While, in the science of man, race difference produced all human beings as racial beings, in the sociology of race relations the racial would become an attribute of bodies and minds which failed to achieve the degree of development proper to modern conditions. **It is their presence which gives birth to these unbecoming ideas and practices of exclusion**, which should have no place in the minds of 'originally' modern beings — the same social processes of exclusion causing the emergence of pathological social spaces and social subjects (consciousness) these unbecoming ideas and practices produce in otherwise egalitarian territory of universality (Silva, 2001, p. 436).

Assim, o momento privilegiado da Sociologia das relações raciais (a ação racista, o ato de exclusão, gerador de desigualdade) que compõe a lógica da exclusão – onde diferença passa a significar desigualdade galgada numa relação de poder desigual, havendo ou não violência total – deixa de ser ponto central para a análise que empreenderei aqui.

Diz-se correntemente que o racismo é uma chaga da humanidade. Mas é preciso que não nos contentemos com essa frase. É preciso procurar incansavelmente as repercussões do racismo em todos os níveis de sociabilidade (Fanon, 2018, p. 82).

Na medida em que a subordinação racial é uma característica imanente do sistema moderno-colonial – tendo a analítica da racialidade viabilizado e estabelecido as bases para todo o empreendimento teórico e material colonial, que segue em curso – é também ela, a dinâmica de subordinação racial, que ganha maior centralidade nesta análise. O momento privilegiado da lógica da exclusão aqui será lido em outra chave que melhor indica as conexões previstas e viabilizadas pela analítica da racialidade. Este momento será lido como *evento racial*, e

por “evento racial”, eu quero dizer aquele que é marcado pela violência racial. Incidentalmente, por “violência racial”, eu quero dizer o trabalho do aparato ético e jurídico do capital global, que toma a forma da violência simbólica (no nível da representação, termos e lógica) e violência total (o trabalho da modalidade colonial de poder, a expropriação de terra, labor e vida) (Silva, 2020a, p. 207).

Tendo apresentado as bases que irão informar minha noção de raça, e a analítica da racialidade enquanto estratégia de poder que organiza a ordem moderna, me deterei com maior atenção à forma como o arsenal da racialidade têm operado no Brasil, desde sua invenção-delírio colonial.

Verde, amarelo, azul, branca e vermelha: são as cores que compõe a bandeira brasileira, só que o vermelho não quiseram botar, é cor de sangue,

*é cor de morte, é cor de farsa. É todo sangue derramado nesses 500 anos (500 anos!), é toda a história maquiavélica tramada nos nossos mocambos. A dominação de um fogo por ouro, foram sofrimentos de um povo que foram se acabando aos poucos. Meus antepassados, indígenas, celebravam os deuses, hoje me lembro que os índios são poucos e só aparecem às vezes, quando são queimados vivos em praça pública por uma raça sádica que faz um mal a sua cultura.*⁴³

⁴³ Trecho da música *A cor que falta na bandeira brasileira* do grupo *Z'África Brasil* (2002)



Nascimento

Partindo da prévia construção sobre as concepções de raça e racialidade que utilizarei como base para minha construção nesta dissertação, cabe uma breve contextualização da operacionalização do arsenal da racialidade no Brasil. Para isso, novamente, minha guia será Denise Ferreira da Silva, cria da (criada na) Zona Oeste do Rio de Janeiro. Desde já, caso não esteja evidente na sessão anterior, meu objetivo aqui passa longe do descarte da riquíssima e extensa produção sobre as interpretações de raça e da sujeição racial – a forma como o racismo é operado, se lermos a partir da lógica de exclusão que guia o campo das relações raciais. Meu intuito aqui é reafirmar o solo teórico por onde hei de caminhar (*te dou os nomes, por favor perceba o tema...*⁴⁴) e, conforme farei nos capítulos que se seguem, entrecruzar tais construções de acordo com os objetivos do texto respeitando, contudo, seus limites e buscando uma leitura respeitosa com aquelas as quais escolho dialogar. Neste sentido, recomendo à leitora que se encontra ante uma possibilidade de leitura que antagoniza parte significativa da produção já existente, que, tal qual eu busco aqui fazer, leia este texto como uma expressão de recusa, de urgência, de ódio e amor – por onde são possíveis construir conexões, tensões e diálogos, e não a emergência de uma nova verdade. O texto está aqui para ser (generosamente) desafiado.

O campo (crítico) das relações raciais no Brasil, e boa parte do mundo colonizado, têm feito grande esforço para atentar para as particularidades de como a raça tem sido articulada aqui. O esforço se justifica frente a uma demanda de distanciamento de dois casos paradigmáticos em específico onde, em geral, se pactua serem os casos onde o racismo foi mais violento (Telles, 1993)⁴⁵. Como Fanon já disse,

não existem graus de racismo. Não se deve dizer que tal país é racista, mas que não há nele linchamentos ou campos de extermínio. A verdade é que tudo isso, e muito mais, existe como horizonte (2018, p. 87).

⁴⁴ Referência a supracitada faixa 1959/2002, de Xis.

⁴⁵ Telles é taxativo ao dizer, por exemplo, que a violência racista no sul dos EUA não encontra paralelo no Brasil, ainda que tenhamos aqui uma história notadamente marcada por um projeto de genocídio das populações negras e indígenas ao longo dos últimos 521 anos (Telles, 2003).

Minha intenção aqui não é a de escrever uma história de particularidades, pois as particularidades só ganham seu sentido pleno frente aquilo que é universal, onde passam a compor, realmente compor, o mundo. A fim de não replicar aquilo que apresentei, em diálogo com Denise, como dilema da crítica pós-colonial; a fim de não replicar a estratégia de engolfamento, ou dificultar o processo pelo qual ela será aplicada ao meu texto, e a todo texto sobre um Brasil não-branco, tentarei outra estratégia. *Como quem segue dizendo, e se em vez de apresentar meu mundo e receber o que é visto, eu apenas fosse, e assim jogasse com regras de dois mundos, dois tempos e espaços, ao mesmo tempo?*

Apresentarei em diálogo com a obra de Denise Ferreira da Silva (Silva, 1998; 2006; 2022), como o arsenal da racialidade é mobilizado na construção de duas grandes teses que acompanham, pois estruturam, o projeto nacional brasileiro: a tese do branqueamento e a tese de democracia racial. Meu intuito ao brevemente apresentar este movimento de aproximação das teses é introduzi-las aqui de forma a viabilizar o posterior trabalho (também) com elas nos capítulos que se seguem.

Desde meados do século XVIII – argumenta Peter Eisenberg no prefácio de *Onda Negra, Medo Branco* de Célia Maria Marinho de Azevedo (1987) – as elites brasileiras se perguntam “O que fazer com o negro?”. A proposição, por conta, já denota a objetificação do corpo negro como parte sujeição racial no Brasil. Podemos tê-la como ponto de partida, uma vez que neste país colonial o Negro nunca esteve sistematicamente e coletivamente no poder, seja institucional seja normativo, enquanto aquele que enuncia a si na esfera pública, um sujeito (da razão). Este talvez seja mesmo um dos pesadelos que assombram a elite, se não desde as guerras travadas contra quilombos e rebeliões, certamente depois de ouvirem o que se passou no Haiti⁴⁶. Acordam gritando (poderia dizer Xis em *O sonho*): *Preto, não pode ter*

⁴⁶ Referência a “Revolução Haitiana”, realizada em 1791 por negros – escravizados, militares e libertos, que tem como resultado a libertação e independência nacional, feita e alardeada como feita por mãos negras, pela primeira vez nas Américas.

*poder, tem que tá fodido, oprimido, vivendo encurralado, um rato escondido, limitado*⁴⁷.

Medo, raiva ou necessidade? Não é exatamente esse o problema que tratarei aqui. A tese de branqueamento foi apresentada como primeira grande solução ao problema brasileiro, o problema de formular para as elites brancas um Estado moderno em plena América colonizada, pior, a última colônia americana a abolir a escravidão – que modernidade seria compatível com a (quase) antítese da igualdade? O primeiro grande movimento realizado foi a elaboração da tese de branqueamento.

Como forma de elaborar um Estado que nestas condições pudesse compor, ou ao menos refletir, a trajetória do espírito⁴⁸ a primeira aposta se dá, paradoxalmente a princípio, no mestiço, mulato, hoje diríamos pardo. Enquanto corpo não exatamente delimitado – na medida em que se expressa de diferentes formas –, mas certamente racializado, o mestiço, seja resultado de instrumentalização (estupro ou relação consensual) da mulher indígena, ou negra, resguarda em si uma esperança – para O Branco. A tese de branqueamento consiste, de forma sintética, na presunção de que, com o tempo, a raça negra desapareceria no Brasil dada a miscigenação que, à esta altura, já compunha a realidade de parte substancial da população nacional – a cada nova geração a população seria mais branca. Nessa tese, que até aqui pode ressoar uma espécie de senso comum, diluído no caldeirão do multiculturalismo, residem importantes passagens que gostaria de detalhar um pouco mais.

Primeiro, é importante salientar que a tese do branqueamento é cientificamente informada – em grande medida – pelo primeiro momento da analítica da racialidade: a questão biológica das raças, os perigos do hibridismo (entrecruzamento de duas raças distintas), a noção de pureza racial e, consequentemente, a superioridade inerente da raça branca (ou ariana, em

⁴⁷ Referência a música *O Sonho*, de Xis e KLJay (2001). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_6EV2Tt4PIg Acesso em: 01/08/2024.

⁴⁸ A trajetória do espírito, aqui pensada com inspirações hegelianas, significa o movimento de autodeterminação da mente, espírito, da humanidade através da razão, de si para consigo mesma, e para com o mundo que o circunda. Neste sentido o Estado aparece como sujeito autodeterminado central do mundo moderno, e seu desenvolvimento como um reflexo de sua trajetória.

algumas leituras, como a do médico Renato Kehl e do corpo científico e político que organiza o Nazismo alemão menos de meio século depois). Como apontam, por exemplo, os estudos de Weber Lopes Góes (2015) e Petrônio José Domingues (2002, 2019), a eugenia, um campo científico dirigido ao aprimoramento, ou “cultivo” da raça. Como ambos os estudos – dentre diversos outros frequentemente produzidos por pessoas racializadas – destacam, uma das preocupações centrais da elite que detinha o poder econômico, jurídico e político da emergente nação brasileira, que recém havia abolido a escravidão, era como clarear a nação, torná-la algo passível de se inserir dentro da trajetória dos Estados modernos, em outras palavras, como se livrar do negro (e da negrura que compunha a colônia, mas que não deveria compor a nação).

Nesse sentido a miscigenação seria uma solução quase passiva, ou assim poderia parecer a quem lesse algumas das declarações que subsidiam a tese, como demonstra Petrônio Domingues ao retomar a declaração de um herdeiro-intelectual paulistano, Paulo Prado, sobre o branqueamento em São Paulo, tomando como referência o “fenômeno do *passing*, dos Estados Unidos. E assim na cruzada continua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece aos poucos, dissolvendo-se até a falsa aparência de aria no puro” (Prado, 1944, p. 167 apud. Domingues, 2002, p. 568). Como o próprio Petrônio Domingues aponta, nesse mesmo estudo, tal passividade seria complementada com o alto índice de mortalidade infantil na população negra (teria seu passado colonial, seu presente empobrecido e violentado, alguma relação com isso?); altos índices de homicídios e criminalização (que parecem se explicar per se – são negros!); as numerosas ocorrências sanitárias com relações a doenças como alcoolismo e tuberculose (cuja explicação ora se dava por sua cultura, ora por sua genética, ora pela geografia... – deve ser por serem negros...). A passividade, como Petrônio demonstra – como Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg apontam em *Lugar de Negro* (1982) – e como eu tratarei também quando falar de Cidade Ademar, na verdade aparece como fachada para uma franca atividade, institucional e parainstitucional, que se dá nos fundos do Estado brasileiro.

Meu intuito aqui é firmar, em acordo (ao menos parcial) com diversos outros autores e autoras, que desde seu primeiro movimento em

direção à construção de um Estado moderno, o Brasil mobiliza o arsenal da racialidade como fundamento para legitimar o contínuo genocídio material e simbólico (Carneiro, 2005; Nascimento, 2016) não apenas da população negra, mas também de todos os povos indígenas aqui presentes antes da colonização. Em outras palavras, teço uma conexão com a ideia de que uma das características que estruturam o Estado e a sociabilidade à brasileira são a contínua pilhagem e violência (colonial) dirigida às pessoas não brancas que aqui vivem, ideia esta amplamente discutida por autores e autoras racializadas (Bento, 2002; Domingues, 2002; Santos, 2008).

Segundo, é fundamental revisar os papéis dos sujeitos racializados nesta narrativa – ou complexo de ações de subordinação racial – que a tese de branqueamento compõe e, necessariamente, já explica (se há preocupação em branquear, isso se reflete também estatisticamente, culturalmente e moralmente na “degeneração” – para usar uma palavra bastante utilizada no período – que a racialidade exprime). O Homem indígena, neste momento da analítica da racialidade, aparece nesta reconstrução narrativa ora como inimigo do processo civilizatório, ora como (aliado) trabalho potencial nas matas, como contam as fantasias bandeirantes paulistas. Contudo, sendo o indígena um corpo ligado a terra (pré) brasileira⁴⁹, à medida que a colonização e a apropriação institucional da terra sobre regimes jurídicos e econômicos de propriedade privada avançam em tempo e espaço, a narrativa colonial-moderna adotada os localiza no passado, um remoto passado colonial, e assim os invisibiliza no presente enquanto esconde no armário da barbárie colonial os ossos e traumas abertos que ficaram pelo caminho (Malheiro; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021, cap. 2).

Nesta primeira narrativa o homem negro representa perigo: o perigo da vagabundagem, criminalidade, desordem e degeneração. Se ao longo da escravidão o corpo negro masculino representava trabalho não pago – um

⁴⁹ Trago aqui a ideia do homem indígena como corpo-produtivamente-explorável ligado a terra com alguma liberdade (talvez demasiada liberdade...) dada a recorrente imbricação levantada entre corpo e terra tanto em diversas narrativas enunciadas por povos indígenas-originários daqui, como a recorrente vinculação acadêmica, quase-recém-descoberta, entre corpo e território que permeia o atual contexto teórico (Haesbaert, 2020; Tuck; Yang, 2012). *Em verdade, eu mesmo me pergunto: não sou também corpo da terra, logo eu, Negro Drama, que vim do mesmo lugar que vieram os diamantes.... da lama?*

corpo legalmente explorável até a morte, ou libertação – no pós-abolição em São Paulo, por exemplo, onde a implementação de políticas de imigração europeia teve grande impacto, o trabalho negro passava a ser menos necessário, ao menos nas posições de melhor remuneração e possível ascensão financeira. Quando começam, timidamente, a demarcar as condições e fronteiras daquilo que seria a posição de cidadão nacional brasileiro, um sujeito de direitos, o corpo negro masculino parece demarcar justamente seu limite: as condições de pobreza extrema (enquanto a pobreza que excede a desigualdade esperada), criminalidade, imoralidade e degeneração. Frente a nascente condição de cidadania, o corpo do homem negro se encontrava como mais um objeto, frente a tantos outros...

Observando o projeto de país, e o Estado moderno em si, como uma expressão da forma patriarcal europeia colonial (Silva, 2006), não é de se estranhar que o homem negro não apareça como parte ativa no processo de produção do branqueamento, afinal é completamente impensável, em termos sistêmicos, a consumação do ato sexual entre o Homem negro e a Mulher branca. Impensável não, mas condenável e possivelmente criminosa, certamente uma (im)possibilidade que não pode ser naturalizada, na medida em que desafia a propriedade privada como forma jurídica que envolve a mulher branca relativa a seus pares, homens brancos. Nesta estrutura política jurídica alicerçada pelo arsenal da racialidade e pelo patriarcado, qual seria o lugar possível então para a mulher negra (enquanto sujeito)? Nenhum, dirá Denise Ferreira da Silva (2006).

Ao passo que os homens, nesta arquitetura patriarcal-colonial-racializada, negros e indígenas, quando “em acordo”⁵⁰ com as dinâmicas coloniais aparecem nesta tese como objetos (força de trabalho) passíveis de exploração produtiva, as mulheres racializadas tomam outro lugar⁵¹. Também

⁵⁰ Em acordo aparece entre aspas na medida em que não acredito que a noção de acordo, marcada pela produção de uma relação entre iguais, consensual, possa significar a ação dos sujeitos subalternos racializados em meio a uma realidade estruturada pela imposição da violência colonial.

⁵¹ Vale frisar que este “outro lugar” corresponde a sua escrita no texto nacional, não na realidade histórica, ou mesmo na realidade vivida. Conforme pretendo discutir um pouco mais a fundo no segundo capítulo desta dissertação as mulheres racializadas sempre foram também “força de trabalho” enquanto agentes produtivas que, na frequente condição de espoliadas,

distantes da posição de sujeito construtor da nação, uma nação que deveria embranquecer, o corpo feminino racializado subalterno aparece como instrumento da miscigenação (Silva, 2006). Enquanto corpo-objeto-propriedade sem dono (dado que, neste cenário construído ontologicamente pela analítica da racialidade não se assegura a possibilidade de agência) a mulher racializada aparece nessa primeira versão como objeto (alcançável) do desejo português (o que inclui as infinitas narrativas sobre a sensualidade e malícia inerente à mulher negra e a pureza e ausência de vergonha atribuídas à mulher indígena – as formas as quais as mulheres racializadas exerceriam sua natureza racial enquanto provocadoras do desejo português). Como que tensionado no tempo me pergunto se esta ausência, este não-lugar simbólico não é o nada, o vazio e o impossível, espaços onde têm sido possível, para a mulher negra em especial, elaborar seus processos de criação, e recusa, como articula Viviane Nogueira da Silva (2023) em seu ensaio que versa sobre Ponciá Vicêncio (2007), da professora e escritora Conceição Evaristo.

O produto deste desejo consumado é central – assim como o é a posição conferida à mulher racializada – para análise empreendida em *À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo* (Silva, 2006). O mestiço, em meio a este projeto de Estado que estrutura-é-estruturado pela tese do branqueamento, assume uma posição ambígua, se não paradoxal. Por um lado, seu corpo anuncia a possibilidade de branqueamento da nação, uma trajetória nacional particular, que responde às demandas modernas, delineando a civilização brasileira enquanto uma forma particular de expressão da cultura Portuguesa (Europeia) na América colonial (Silva, 1998, p. 217); por outro, “o mestiço, institui um sujeito moderno, cuja trajetória temporal é um movimento em direção ao auto apagamento” (Silva, 2006, p. 62). Esta primeira tentativa de escrita de nação – que é também a escrita da especificidade da operacionalização do arsenal da racialidade no Brasil – ressoa aquilo que Denise Ferreira da Silva descreve como duas das temáticas fundamentais do texto nacional brasileiro:

participaram ativamente do processo de construção material e imaterial desta nação moderna brasileira.

(a) Brazilian civilization is a unique expression of a European (Portuguese) culture ('spirit') in the tropics; (b) Native Brazilians were pretty much eliminated already, and African physical traits were disappearing from the Brazilian population due to miscegenation and European immigration [...] (Silva, 1998, p. 217, grifos meus).

O terceiro tópico que caracteriza as escritas do texto nacional, mantendo as duas primeiras características, seria ainda melhor desenvolvido conforme a Eugenia, assim como a concepção biológica e antropológica-catalográfica de raça – o primeiro momento da analítica da racialidade –, perdem legitimidade científica nas primeiras décadas do século XX. Tomando os textos supracitados de Denise Ferreira da Silva como guia, considerarei a escrita de Gilberto Freyre, com destaque à sua amplamente mobilizada obra *Casa Grande e Senzala* (1933), como parâmetro para trabalhar a segunda tese, uma atualização da primeira em novo acordo com a reelaboração da analítica da racialidade: a concepção do Brasil como uma democracia racial.

Pensando a escrita deste projeto, do texto nacional brasileiro, Denise forja uma argumentação de como a racialidade compõe e estrutura o imaginário nacional na qual o branqueamento torna-se horizonte central (1998; 2006). Tomando como referências os textos de Gilberto Freyre como síntese desse projeto que se consolida nos anos 1930 – por sua importância política, adequação argumentativa e circulação nacional e internacional – Denise analisa como a raça enquanto categoria sociológica é empregada na construção do sujeito racializado brasileiro (com especial atenção às figuras do *mestiço* e da mulher negra) e consequentemente na construção que significa o Brasil como uma democracia racial.

Partindo da adaptabilidade, aclimação e plasticidade como características portuguesas, Freyre constrói uma narrativa na qual o Brasil simboliza uma expressão particular da cultura europeia (portuguesa) nos trópicos. A europeidade, condição a construção de uma nação moderna segundo a teleologia que a racialidade e o complexo colonialista instauram, é assegurada nesta narrativa devido à plasticidade portuguesa, que permite a miscigenação sem a perda de suas características essencialmente branco-europeias (Silva, 1998, p. 219). Aqui a descrição exaustiva dos corpos se torna ferramenta de racialização adequada a uma realidade nacional que se

estrutura a partir da miscigenação (ibidem, p. 228), onde os corpos devem ser categorizados, mas o projeto de nação está seguro porque a civilização brasileira enquanto expressão da mente brasileira mantém características essencialmente branco-europeias graças à plasticidade portuguesa. “Bodies are separated and categorized. The soul is ‘undivided’; it is Brazilian (national)” (ibidem, p. 228). Desta forma

[...] a miscigenação inscreve com segurança um movimento histórico duplo, a saber, a trajetória teleológica – o movimento em direção à transparência – do sujeito branco/europeu de uma “civilização moderna” patriarcal, a trajetória escatológica de seus “outros” [...] (Silva, 2006, p. 73).

Ao analisar como são descritos os corpos negros nessa narrativa, a “trajetória escatológica de seus ‘outros’” se explicita. Enquanto o corpo indígena aparece como um corpo do passado, praticamente extinto no presente nacional, o corpo negro aparece como em desaparecimento, branqueamento. Por um lado há a escrita do homem negro como objeto de trabalho assexuado, cuja contribuição para o desenvolvimento nacional é a própria força de trabalho bruta, pouco refinada – como aponta, dentre vários outros teóricos Caio Prado Jr. (Prado Jr, 2011). Por outro, há a construção da mulher negra como instrumento reprodutivo, que contribui com a estruturação da emergente nação brasileira trazendo à vida o sujeito *mestiço*⁵². A escrita da mulher negra como objeto destituído de desejo, faz com que o estupro que caracteriza o processo de miscigenação desapareça neste texto, dada a impossibilidade do consenso. Seu corpo é descrito como sempre disponível ao colonizador.

Isto, e mais a facilidade dos cruzamentos com mulheres de outras raças, de posição social inferior e, portanto, submissas, estimulou fortemente e mesmo forçou o colono a ir procurar aí a satisfação de suas necessidades sexuais. Aliás, particularmente no caso da Índia, é notória a facilidade com que se entregava, e a indiferença e passividade com que se submetia ao ato sexual. A impetuosidade característica do português e a ausência total de freios morais completam o quadro: as uniões mistas se tornaram a regra. E embora quase sempre à margem do casamento — contra as uniões legais com pretas ou índias, sobretudo com as primeiras, havia fortes preconceitos — tais uniões irregulares, de tão frequentes que eram,

⁵² Como também fala Caio Prado (2011). Como apontam críticas como aquela realizada em *O negro na obra Formação Do Brasil Contemporâneo* de Caio Prado Júnior (Santos; Darido; Coelho, 2020), a valorização de discursos como este é um problema ético e político que se apresenta como barreira quase intransponível ao desenvolvimento de outras compreensões da nossa formação nacional, histórica e econômica.

passaram à categoria de situações perfeitamente admitidas e aprovadas sem restrições pela moral dominante [...].

A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contacto, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social, e em consequência, no das relações sexuais também (Prado Jr., 1987, p. 108-110, apud. Santos; Darido; Coelho, 2020).

Tomando o texto de Caio Prado Jr. como espantalho, apresento então a terceira temática que caracteriza a escrita do texto nacional: a particularidade portuguesa: aqui descrita como *impetuosidade*; outras vezes descrita como ausência, ou baixo teor, de preconceito racial; ou ainda alta tolerância à diferença racial. É isso que origina a figura do mestiço, uma ação ativa do colono, sujeito de desejo, altamente descrita e escrutinada nas diversas versões do texto nacional moderno brasileiro, como completa Denise Ferreira da Silva:

[...] (c) because the Portuguese, unlike the English, lacked racial prejudices, they freely mingled with Indians and Africans, which resulted in the constitution of the mestiço, a racial type well-suited to the task of building a tropical civilization. While all three are recurrent themes in re-writings of the Brazilian text, the first two dominated the initial versions. (1998, p. 217, grifos meus)

O mestiço, descendente do homem português, aparece neste texto com uma dupla função: primeiramente como corpo racializado, aclimatado ao trabalho necessário à construção de uma nação nos trópicos, no qual habita uma mente essencialmente portuguesa, europeia; em segundo lugar como corpo que materializa o descrito processo de branqueamento, que tem como horizonte o auto apagamento (Silva, 2006, p. 62).

Isto é, meu argumento é que, enquanto o produto do desejo português, o mestiço, se torna o símbolo da especificidade do Brasil, sendo uma figura fundamentalmente instável, pois é uma incorporação temporária da brasilidade, um passo necessário para sua expressão real, o sujeito brasileiro é sempre já branco, pois Freyre, assim como outros antes dele, constrói o português como o sujeito verdadeiro da história brasileira (Silva, 2006, p. 63).

Desta forma, a democracia racial aparece como categoria que oculta a violência das estratégias de subordinação racial que constituem o projeto civilizacional brasileiro; e que prescinde da assumpção da superioridade racial branca e do movimento de branqueamento populacional. Dentro do texto (colonial) nacional brasileiro e a violenta realidade que o Estado institui, “por

mais penosa que possa nos parecer esta constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco” (Fanon, 2020, p. 17).

What constitutes the core of the Brazilian text is a teleology of assimilation, where Africans and Indians are sublated to the narrative of the always-already (white) national subject, the *mestiço*, which moves towards its full realization, whitening, in the always-postponed (white) future (Silva, 1998, p. 218).

Até aqui busquei delinear as principais temáticas que inscrevem a analítica da racialidade enquanto ferramenta produtiva na própria ideia de nação brasileira, e consequentemente, estruturam o funcionamento da “democracia (racial)” brasileira. Dando continuidade ao meu processo de tecelagem de um solo (teórico) comum, por onde caminhar, me proponho a analisar a categoria *espaço*, tendo como contexto sua construção dentro do pensamento moderno. Como o léxico moderno compreende e interpreta o espaço? Como pensar sobre as intervenções sobre o espaço e seu imageamento? O arsenal da racialidade implica nesta construção abstrata de espaço enquanto categoria moderna?

3.2 Demais pro seu quintal – Espaço e racialidade

Uma das construções filosóficas de Denise Ferreira da Silva que me auxiliará a tratar da construção do *espaço* enquanto categoria moderna, e que ainda não tratei propriamente aqui diz respeito a três elementos constitutivos do pensamento moderno que serão fundamentais ao desenvolvimento que esse segue. Estes elementos, pilares ontoepistemológicos do pensamento moderno, são: *separabilidade*, *determinabilidade* e *sequencialidade* (Silva, 2016).

Acompanhando criticamente a produção de Kant (2020) sobre a razão – e compreendendo-o como um filósofo cuja produção foi central para a confecção daquilo que o pensamento Europeu pós-iluminista entende como

razão – Denise aponta dois elementos centrais para conferir uma capacidade especificamente poderosa e singular à razão⁵³:

(a) *separabilidade*, isto é, a ideia de que tudo o que pode ser conhecido sobre as coisas do mundo está compreendido pelas formas (espaço e tempo) da intuição e as categorias do Entendimento (quantidade, qualidade, relação, modalidade) – tudo o mais a respeito delas permanece inacessível e é irrelevante para o conhecimento; e consequentemente (b) *determinabilidade*, a ideia de que o conhecimento resulta da capacidade do Entendimento de produzir constructos formais, que ele pode usar para determinar (isto é, decidir) a verdadeira natureza das impressões sensíveis compreendidas pelas formas da intuição (Silva, 2016, grifos meus).

Décadas depois, com uma inversão do programa Kantiano a partir do método dialético, a produção de Hegel (1807), e a reformulação das qualidades concedidas ao sujeito moderno-Europeu, conforme busquei expor na sessão anterior, surge a noção que irá operar, ao menos nesse texto, como terceiro pilar ontoepistemológico do pensamento moderno: a *sequencialidade* (Silva, 2016). Conectada diretamente à *historicidade*, como escrita do Espírito como movimento no tempo em direção à Liberdade, a sequencialidade permite, por exemplo, a confecção de uma hierarquia do desenvolvimento humano – que obviamente, a esta altura do texto, leva a concepção do Europeu como referencial mais avançado-complexo dentre os humanos, repartidos (*separabilidade*) através da operacionalização do arsenal da racialidade, que permite catalogá-los (*determinabilidade*).

Estes três elementos do pensamento moderno, Europeu pós-iluminista, são aqueles que possibilitaram e possibilitam também a ordenação do mundo, de forma imbricada ao patriarcado e à analítica da racialidade por exemplo, produzindo-o e reproduzindo-o em um momento de globalização do projeto colonial de pilhagem, morte e acumulação. Da separação do “novo mundo”, as “Américas”, em colônias à operacionalização do arsenal da racialidade como forma de formular (de forma sequencial) a categoria de humanidade, estes pilares do pensamento encontram-se na base da ação-pensamento moderno e da violência e morte que ele carrega consigo por onde passa nos últimos séculos. Acredito que também para pensar as operações

⁵³ Refiro-me aqui à razão transcendental (pura/formal) de Kant, “aquela que mune o conhecimento de ferramentas – intuições e categorias – que compreendem as forças objetivas e necessárias que atuam nos fenômenos, os modos por meio dos quais a extensão das coisas do mundo é acessível ao conhecimento científico” (Silva, 2014, p. 86).

espaciais modernas, incluso aquelas responsáveis pela produção do espaço urbano em Cidade Ademar, seja fundamental pensar como estes elementos operam quando tratamos do espaço, e da relação que as instituições modernas, como o Estado, estabelecem com o espaço. Para fazer este percurso buscarei um diálogo com a produção do professor e escritor Muniz Sodré de Araújo Cabral.

Em sua obra *O terreiro e a cidade* (Sodré, 1988), o autor abre seu argumento destacando justamente a necessidade da ciência e do pensamento Europeu moderno em desvendar (ou criar) sentidos para atribuir à realidade que a cerca. “É preciso transformar a qualquer preço o fato em ideia, em descrição, em interpretação, em suma. achar-lhe *um outro nome além do seu*” (Barthes, 1979ibid. 1988, p. 8). Ora, é justamente sobre isso que tratei quando me referi à demanda por ordenação do mundo: por meio da operacionalização destes pilares, legítima, dado que a razão se pretende universal, o pensamento moderno cria signos que passam a operar como “algo pleno, que preenche um espaço, leva ao conceito filosófico-científico e satisfaz à produção” (idem.). Nesta esta justaposição e aproximação radical, entre signo e *Coisa*, reside a violência que o sujeito moderno – o Eu Transparente – pode direcionar aos Objetos de seu conhecimento. Para Sodré, é a universalidade, enquanto característica imanente e auto atribuída, que estabelecerá a verdade e o poder (ibid. 1988, p. 9).

O que Muniz Sodré entende como a implementação de uma “hegemonia cultural” (ibid. Sodré, 1988, p. 10), que ao mesmo tempo supõe e reproduz a superioridade da cultura – a expressão-produção de um povo em sua forma material e simbólica – marca um ponto de discordância entre sua rica produção e o texto aqui descrito. Apesar de concordar com a violência que a absolutização do universo semântico moderno reproduz-implementa através deste processo colonial, discordo que a questão aqui seja a hegemonia cultural. Para mim, sobretudo quando pensamos sobre o processo de colonização, este movimento trata justamente da implementação de um “novo” contexto ontoepistemológico e, conseqüentemente, produtivo nas colônias, que violentamente busca refundar neste *espaço vazio* – em construção – a linguagem em suas estruturas mais elementares, a própria noção de Mundo e,

enfim, realidade (e por isso ontológicos e epistemológicos: ontoepistemológicos). Isso não pressupõe um questionamento sobre a importância do papel da cultura neste processo, porém demarca que o que pretendo aqui não é uma análise cultural urbana, se não materialista.

É fato que para Sodré, o espaço não se esgota, nem nunca pôde ser esgotado, em sua abstração-significação moderna. Porém, neste momento o que me interessa é justamente pensar, em diálogo também com sua produção, como se dá a produção desta violenta insuficiência-significação moderna. Em sua reconstrução do espaço como categoria moderna o autor data do Renascimento, enquanto movimento teórico-cultural Europeu, onde o espaço passa a ser compreendido em uma dimensão abstrata, enquanto “homogêneo (partes qualitativamente inseparáveis), contínuo (sem qualquer interrupção), infinito (sem limites), tridimensional (dotado de altura, largura, profundidade) etc.” (Sodré, 1988, p. 24).

René Descartes, dentre outros, responde a este esforço de desenvolvimento do pensamento moderno através de sua releitura do espaço euclidiano a partir da geometria por ele organizada e desenvolvida. Sodré lê o espaço cartesiano como uma rede de relações, uma extensão geométrica, relativizada de acordo com um olhar absoluto, que entramado à razão (moderna), serve também como referencial absoluto capaz de organizar (separar, determinar, sequencializar) as relações que ali se estabelecem. Essa leitura relacional, também desenvolvida por Kant, será matematicamente comprovada apenas por Einstein, séculos depois, mas é em Heidegger (1958) que Sodré encontra aquilo que compreende como uma das versões filosóficas centrais para a concepção abstrata de *espaço* adotada pelo pensamento moderno.

Através da instrumentalização da razão moderna (em suas formas matemáticas e filosóficas, atravessada pela operação dos supracitados pilares ontoepistemológicos da modernidade), Heidegger busca dominar o espaço, organizá-lo em abstração – como objeto do pensamento moderno –, como obstáculo para o Homem em sua dominação última e absoluta da realidade. Heidegger (1964) desenvolve o espaço como “extensão uniforme, sem nenhum

lugar privilegiado, equivalente em todas as suas direções, mas não perceptível pelos sentidos" (Sodré, 1988, p. 26). Frente a impossibilidade Hegeliana de controlar o movimento linear e unidirecional do tempo – que se expressa como atualização do movimento do Espírito, o *Eu Transparente*, ou seja, seu próprio devir – a concepção Heideggeriana do espaço permite a razão moderna dominar-organizar o espaço.

A par dos primeiros movimentos desta concepção de espaço datarem, nesta leitura, do Renascentismo Europeu, nos determos aqui nas formas que tomou a partir do período Iluminista, como também espaço-tempo, onde se ergue o pensamento moderno. A organização Cartesiana do espaço permitiu substancial desenvolvimento tecnológico, também no que concebemos como ciência cartográfica, que era aplicada como ferramenta de guerra tanto na delimitação das fronteiras dos recém-fundados Estados modernos, quanto para organizar seu sistema de pilhagem colonial. Como existiram, as “grandes navegações” e o empreendimento colonial foram apenas possíveis a partir da abstração espacial como produto da razão que é elaborada no período.

Nesse sentido, não é a capacidade do projeto moderno de abarcar toda uma realidade que confere seu lugar privilegiado enquanto estrutura ontoepistemológica, ao contrário. É a própria essência do projeto, em seu caráter pretensamente universal, que o torna aparentemente totalizante ao longo do tempo: a prática colonial que o leva à expansão, ressalto aqui, depende da homogeneização, abstrata, do espaço para desenvolver-se e, assim, catalogar “novos” espaços-particulares. À medida que descobre-cataloga novos espaços, o colonizador traz consigo um regime simbólico a ser prontamente instaurado – o que a analítica da racialidade garante e que foi tomado de forma grotesca como “processo de civilização” – no território bárbaro do qual a colônia se origina. Neste sentido, o desenvolvimento moderno da categoria *espaço* e sua implementação-aceitação em escala global é condição e projeto, simultaneamente, para o processo imperialista-colonial Europeu que organiza o mundo moderno em escala global ao longo dos séculos XV à XX: a colonização é de suas primeiras aplicações e também uma confirmação de seu potencial regulador-explicativo da realidade, mediado pelo arsenal da racialidade.

Não se trata apenas da relação que se estabelece com o espaço na modernidade/colonialidade, mas sim do que essa relação permite em termos de subordinação – entre sujeito, o Homem, e objeto, o espaço e os seres racializados, afetáveis, dentre outros objetos do conhecimento. O espaço, tal qual a raça, é tido como matéria bruta, fruto de processos pré-históricos (de escala temporal geológica, quase-eterna) e feito seu mapeamento (feito e refeito de forma sempre mais próxima da Coisa-espaço) a possibilidade de racionalização que o conhecimento moderno significa torna sua abstração algo manipulável dentro da linguagem (de poder) moderna, aproximando de forma irreduzível Coisa-espaço e sua abstração. É este mapeamento que possibilita que o espaço seja dividido (separado), organizado (de formas sequenciais e hierárquicas) e assim manipulado: gerenciado (diríamos com o vocabulário do século XXI, um século que se inicia empresarial) e, portanto, seja passível de intervenções que tem como limite apenas os limites da razão do Homem, limites estes sempre em constante expansão de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e avançar da trajetória do espírito. Nesse sentido, mapeamento e operacionalização do arsenal (de linguagem e poder) moderno são condicionantes para a realização do espaço enquanto categoria onto(epistemo)lógica moderna. É pré-condição, por exemplo, para se pensar a mercantilização ou transformação econômica-jurídica do espaço enquanto matéria bruta para propriedade privada.

Antes de finalizar esta sessão, onde discuto espaço, gostaria por fim de dialogar com a produção de Henri Lefebvre sobre o tema (1968, 2006) em sua dimensão tripartite: espaço percebido/experimentado, espaço concebido e espaço vivido. Para o autor, o espaço é sempre, continuamente e ao mesmo tempo; percebido, concebido e vivido, sendo estas dimensões interconectadas e mutuamente afetáveis – o que caracteriza tanto a indeterminação como movimento teórico, quanto os limites de sua apreensão.

Para Lefebvre, o espaço percebido/experimentado refere-se a seu aspecto perceptível, que pode ser apreendido por meio dos sentidos, percepção que constitui um componente integral de toda prática social. Ela compreende tudo que se apresenta aos sentidos; e este aspecto sensualmente perceptivo do espaço relaciona-se diretamente com a materialidade dos

“elementos” que constituem o “espaço”. Sua dimensão concebida, por sua vez, diz respeito ao espaço não pode ser percebido enquanto tal sem ter sido concebido, previamente, em pensamento. A junção de elementos abstratos para formar um “todo” que é então considerado ou designado como espaço, presume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento. A terceira dimensão do espaço, a vivida, significa o mundo assim como ele é experimentado pelos seres humanos na prática de sua vida cotidiana. Nesse ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Assim, uma de suas características centrais seja justamente o excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio da arte-poesia (Lefebvre, 2006; Schmid, 2012a).

É a partir desta compreensão que Lefebvre irá desenvolver sua teoria de produção do espaço, como uma crítica da teoria Hegeliana, baseada na prática social de Marx e na arte, tal como articulada por Nietzsche (Lefebvre, 2006). Em oposição à síntese dialética Hegeliana, a figura triádica que é o espaço para o autor não se resolve, se não representa três momentos que operam em contínua interação – o que podemos entender menos como uma particularidade do espaço e mais uma característica do desenvolvimento teórico de Lefebvre, que reelabora a dialética Hegeliana em torno de tríades conceituais (Lefebvre, 1986; Schmid, 2012a). Os processos que sintetizam então este movimento dialeticamente interconectado são a produção do espaço material, a representação [produtiva] do espaço, e [a produção dos] espaços de representação.

Tomando como base a tradução realizada por Marta Inez Medeiros Marques e Marcelo Barreto (Schmid, 2012a, p. 11), Lefebvre (1991) assim descreve estes movimentos:

Prática Espacial: este conceito designa a dimensão material da atividade e interação sociais. A classificação espacial significa focar no aspecto da simultaneidade das atividades. A prática espacial, em analogia com a dimensão sintagmática da linguagem, denota o sistema resultante da articulação e conexão de elementos ou atividades. [...];

A representação do espaço: representações do espaço dão uma imagem e desta forma também definem o espaço. Análoga à

dimensão paradigmática da linguagem, uma representação espacial pode ser substituída por outra que mostre similaridades em alguns aspectos e diferenças em outros. Representações do espaço emergem ao nível do discurso, da fala como tal e, conseqüentemente, encerram formas verbalizadas tais como: descrições, definições e especialmente teorias (científicas) do espaço. Ademais, Lefebvre considera mapas e plantas, informação em fotos e signos dentre as representações do espaço. As disciplinas especializadas envolvidas com a produção dessas representações são a arquitetura e o planejamento e também as ciências sociais (e aqui, a geografia é de especial importância);

Espaços de representação: a terceira dimensão da produção do espaço é definida por Lefebvre como a inversão (terminológica) da “representação do espaço”. Trata-se da dimensão simbólica do espaço. De acordo com isso, espaços de representação não se referem aos espaços propriamente, mas a algo mais: um poder divino, o *logos*, o Estado, o princípio masculino e feminino e outros. Esta dimensão da produção do espaço refere-se ao processo de significação que se conecta a um símbolo (material). [...].

Trago estas dimensões de Lefebvre, como o que considero uma complexa e interessante reflexão dentro do pensamento moderno, porque as considero de grande auxílio para delimitar aqui a minha compreensão sobre o *espaço*, enquanto categoria. A re-de-composição que mobilizei aqui, em forte diálogo com Muniz Sodré e Denise Ferreira da Silva, sobre a construção do espaço enquanto categoria moderna, a meu ver, tem forte ressonância na dimensão que Lefebvre descreve como *espaço da representação*. O léxico simbólico que estrutura, possibilita e impõe a construção moderna do espaço é, para mim, justamente aquilo que venho designando aqui como pensamento moderno Europeu, e sua escrita filosófica moderna se fez imposta em sangue e expropriação dos territórios colonizados.

A leitura que faço aqui das elaborações propostas por Lefebvre se distancia, portanto, de leituras como a de David Harvey (2012) que restringem as possibilidades de leitura do espaço na medida em que confinam o *espaço absoluto*⁵⁴ à sua representação matricial (ibid., p. 138). Em sua leitura, Harvey designa o espaço absoluto como o espaço de Newton e Descartes (ibid., 2012, p. 128). Tidas as minhas considerações sobre como a perspectiva de Descartes sobre o espaço é atualizada – em relação ao movimento de atualização do espírito – ao longo do desenvolvimento do pensamento moderno, e a própria concepção de Lefebvre sobre o espaço da representação,

⁵⁴ Uma construção de Harvey, relacionada ao espaço material de Lefebvre, mas rediscutida a partir da teoria do valor em Marx (Harvey, 2012).

como eu o leio, interditam esta leitura, tal qual realizada por Harvey. Tampouco acredito que a crítica do autor quanto à imaterialidade das teorias culturais e pós-modernas caiba a este trabalho, na medida em que é justamente discutindo o efeito produtivo de cada um destes momentos de operação do pensamento moderno – e, portanto, da operacionalização do espaço enquanto categoria moderna, em relação à analítica da racialidade – que busco recolocar tais processos como processos materiais. Assim, mais uma vez, busco me distanciar do campo da escrita subjetiva, apaixonada, não em direção à (verdadeira) escrita da razão, mas a algo que navegue pelas incertas águas da *escrevivência* (Evaristo, 2008), como poeticamente proposto por Viviane Nogueira (2023) – dentro e fora do texto.

Lefebvre segue, contudo, operando com os pilares do pensamento ocidental, com ênfase à separabilidade, tanto quanto mantém o governo do tempo linear – ainda que seu trabalho não pressuponha a síntese dialética que caracteriza o movimento do tempo em Hegel, que constitui a historicidade (fundamento da sequencialidade no pensamento moderno). Quando encontra-se nos limites do pensamento filosófico moderno, com Leibniz e sua concepção do espaço como *o indiscernível* (Lefebvre, 1991, p. 170), Lefebvre volta-se para sua construção do espaço relacional, justamente como a construção que torna possível discernir – ainda que não faça, como o faz Harvey, uma aproximação irreduzível entre *logos* e matéria. Neste sentido, minha abordagem pode ser compreendida enquanto um tensionamento que opera nos limites da elaboração do espaço enquanto categoria moderna, produto da razão universal.

Em detrimento de rejeitar *o indiscernível*, ou *o plenum* – “uma composição contingente e complexa de singularidades entrelaçadas” (Silva, 2020a, p. 213) – que o espaço pode significar, vou adotar uma postura dupla. Por um lado, irei discutir os efeitos produtivos do pensamento moderno, com especial atenção à analítica da racialidade e a operação do espaço enquanto categoria, a partir de uma leitura a contrapelo de processos em curso em Cidade Ademar. Por outro, não me interessa, neste momento em definir-organizar o espaço como algo mais que uma *Coisa*, porém como forma de acessá-la, interagir, trago aqui elementos poéticos, que talvez possam dizer o

indizível. Sim, eu sei que o pensamento moderno se configura como uma estrada venenosa e cheia de morteiro⁵⁵, um campo minado do qual já pensei vezes de mais em me jogar⁵⁶, o que me resta agora é não vacilar⁵⁷ – imagear o que poderia vir a ter sido um (novo) território existencial e físico (Nascimento, 2018).

Espaço e racialidade tornam-se então categorias centrais para se compreender o empreendimento colonial e a produção do espaço nas Américas a partir do século XVI, quando da sua criação como “Américas”. Antes de investir na leitura dos processos em curso em Cidade Ademar, apresentarei então algumas notas sobre como percebo o entrelaçamento destas categorias, com ênfase no processo de racialização do espaço e sua relação com o texto nacional brasileiro, ou a construção do Estado e território nacional brasileiro.

Trabalhos acadêmicos que exploram as intersecções entre ocupação do espaço e raça datam ao menos de 1940, quando tratamos de São Paulo (Mendoza, 2005). Apesar de uma baixa nas produções ao longo da década de 1960, a questão passa a ser tratada novamente a partir dos anos 1970 e desde então tem se mantido em pauta, sendo abordada pelos mais diversos referenciais teóricos e campos do conhecimento (UrbanData, 2023). Antes de tratar de algumas dessas pesquisas, e apresentar minha leitura, cabe uma breve observação sobre o campo.

As desigualdades sociais e raciais e suas expressões espaciais são temática recorrente nas demandas apresentadas pelos mais diversos movimentos negros e populares em São Paulo (Domingues, 2007; Telles, 1998). Na contramão, como temática de estudo acadêmico, as relações étnico-raciais ainda são um tema pouco explorado, ao menos quando tratamos de São Paulo. Segundo dados da pesquisa *São Paulo em Teses: catálogo bibliográfico (1940-2015)* (UrbanData, 2023), até 2015 menos de 5% das

⁵⁵ Referência à música *Negro Drama* dos Racionais MCs (Nada como um dia após o outro dia, 2002).

⁵⁶ Referência à música *Formula Mágica da Paz* dos Racionais MCs (Nada como um dia após o outro dia, 2002). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9nUHk06-bX4> Acesso em: 01/08/2024.

⁵⁷ Referência à música *Malandro não vacila* de Bezerra da Silva (1979). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FCqPts8hH5k> Acesso em: 01/08/2024.

pesquisas foram classificadas como relativas ao área temática “Relações étnico-raciais”⁵⁸. Dessas, mais de 80% foram produzidas a partir dos anos 2000, quando o Brasil, e também as populações negras e pobres brasileiras, viveram uma grande ampliação das políticas de acesso educacional, em diversos níveis. A própria pesquisa aponta, no entanto, sua limitação no que diz respeito à compreensão dos efeitos da implementação das ações afirmativas étnico-raciais para ensino superior federal, com a aplicação da Lei n. 12.711, estipulada em 2012. Assim, é importante salientar que, em alguma medida, minha conversa adiante se dará com exceções, entre trabalhos e autoras.

Bom, diversas autoras e autores se debruçaram, em especial nas últimas duas décadas, sobre o entrecruzamento dos processos de produção espacial na cidade de São Paulo e as, verificáveis, desigualdades-raciais que marcam a cidade⁵⁹. Suas abordagens, como é de se esperar, são também bastante diversas, em termos de referenciais teóricos, territórios abordados e campos científicos de origem. Neste sentido, dada a impossibilidade de rever cuidadosamente estes trabalhos neste texto, buscarei trazer algumas das questões que acredito serem recorrentes nestes trabalhos enquanto, de forma mais propositiva, apresento minha leitura sobre o processo de racialização do espaço e como irei abordá-lo aqui.

Para traçar minha abordagem iniciarei o processo em diálogo com a brilhante tese de Lea Tosold, *Autodeterminação em três movimento: a politização de diferenças sob a perspectiva da (des)naturalização da violência* (2018). Entendo, dentre os pormenores analíticos que irei desdobrar, que a articulação entre os trabalhos se dá também sobre a concordância sobre os desafios, dessa escrevivência, ou da elaboração do texto como um *corp’a’screver*, como propõe Lea: a demanda por uma escrita que recuse a

⁵⁸ “Note-se que havia uma ausência significativa dessa temática mesmo entre pesquisas que aportavam em espaços racializados, como é o caso das favelas e periferias, e mesmo no caso das disciplinas que, a princípio, deveriam ser mais sensíveis a esse debate. Das 877 teses e dissertações da área de Sociologia, apenas 73 (ou 8,3%) foram classificadas na AT Relações étnico-raciais. Já na Antropologia, a frequência aumenta, mas não chega a 15% do total de trabalhos”. Pesquisa disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/sao-paulo-em-teses>. Acesso em 05/10/2023.

⁵⁹ Ver, por exemplo, (Adão, 2017; Carril, 2013; De Azevedo, 1987; Domingues, 2002, 2019; Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Lima, 2021; Oliveira, Reinaldo José de, 2013; Rolnik, 1989; Santos, 2008).

tendência universalizante do pensamento científico e o privilégio do argumento lógico-racional, bem como suas tendências à mera reprodução dos cânones, à abstração acrítica, e sua busca por neutralidade (Tosold, 2018, cap. Metodologia). Ainda que nossos desdobramentos analíticos consistam também de diferenças, o *senti-pensar* de Lea sem dúvida (também) me trouxe até este texto, que agora escrevo.

Partindo da realização de que a espacialização e/ou a dimensão espacial é evocada por diversos movimentos de (r)existência em curso (Tosold, 2018, p. 26), movimentos que almejam transformações estruturais que passam pelo fim deste mundo (tal qual ele é organizado, sob as estratégias de subordinação racial, econômica-capitalista e patriarcal), a autora vê na construção da trajetória temporal expressa pelo binômio progresso/desenvolvimento, uma simultânea imposição temporal e interdição do exercício de temporalidade pelos povos subalternizados, racializados. Sua construção, que se desenvolve a partir do diálogo com Walter Benjamin,

chama a atenção não para uma temporalidade específica do progresso, mas para a própria impossibilidade de exercício da temporalidade decorrente de uma noção de progresso desespacializada, ou seja, que não possui “qualquer vínculo com a realidade”: daí que o tempo revele-se como “vazio e homogêneo”, isto é, *aufgehoben* (suspensão, abolido) – a própria ideia de movimento seria uma ilusão, uma farsa (Tosold, 2018, p. 28–9).

Aquilo que Sodré (1988, p. 26) chama de *ideologia desterritorializante do capital* – a demanda pela anulação do espaço pelo tempo – Lea nomeia, *processo de territorialização do capital*. Dada à conexão que trabalho aqui entre a analítica da racialidade e a dinâmica espacial moderna-colonial, e sua organização no texto nacional, chamo atenção também ao conceito de *branqueamento do território* (Santos, 2009). Partindo do reconhecimento de um projeto de branqueamento que estrutura o Estado brasileiro no pós-abolição, o branqueamento do território aponta para a violência colonial e a dinâmica de subordinação racial que o Estado Brasileiro inscreve também espacialmente, e explicita também o sujeito interessado neste projeto e por ele privilegiado, o sujeito branco que habita o campo da norma, do universal.

A ideia de branqueamento do território implica a redefinição de quem o ocupa e detém o poder de definição de uso do território, de sua imagem, da cultura que ele expressa e que é permitida ser expressada nele, e de sua ocupação enfim. O movimento compreende três dimensões: (i) branqueamento da ocupação do território; (ii) branqueamento cultural do território; e (iii) branqueamento da imagem do território (Santos, 2009, p. 60)

Ainda que as dimensões do movimento de branqueamento do território não sejam adequadas ao arcabouço conceitual que emprego nesta leitura, manterei o seu uso enquanto noção que articula projeto de Estado e as estratégias de espacialização – produção e gestão do espaço – operadas em São Paulo, no caso deste estudo. A meu ver, a desconsideração dessas dimensões se justificam na medida em que reconheço no conceito, e nas produções que dele têm se originado⁶⁰, uma importante conexão entre a racialidade e os processos de (des)(re)territorialização em curso, além de um grande potencial de diálogo com outras produções recentes do campo. De que forma então a temporalidade do progresso, que se relaciona diretamente ao processo de branqueamento do território, funciona como interdição ao exercício da temporalidade dos sujeitos racializados subalternos?

Lea Tosold situa a interdição ao exercício da espacialidade como parte de um processo maior de inviabilização do exercício da temporalidade (Tosold, 2018, p. 29) – qualquer que seja, conquanto seja distinta a temporalidade do progresso. Para a autora, que têm seu texto situado dentro do campo da Ciência Política, a interdição ao exercício da temporalidade e da espacialidade, é também, a interdição a condição de sujeito moderno, dada a reciprocidade (entre sujeitos modernos) ser condição fundamental para a elaboração do sujeito dentro da trajetória do Espírito. Em outras palavras, a interdição que Lea intercepta é justamente aquela que demarca a separação entre o *Eu Transparente* e seus Outros raciais, o que a autora localiza em diálogo com Fanon:

⁶⁰ O conceito vêm sendo elaborado e desenvolvido ao longo de ao menos uma década no NEGRAM – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais, primeiro na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e depois na universidade Federal do Rio de Janeiro. Acredito que a originalidade das pesquisas ali elaboradas e a riqueza das discussões as quais tive o prazer de participar refletem também o potencial relacional do conceito, que não se esgota em suas próprias limitações. Ver, por exemplo, (Almeida, 2023; Araújo, 2023; dos Santos Silva, 2023; Silva, 2022; Silva; Silva, 2019).

Fanon (2008 [1952]; 2013 [1961]) detecta que o que se encontra em questão, no contexto colonial, não é meramente o reconhecimento errôneo (misrecognition) (TAYLOR, 1992), mas a **própria interdição do reconhecimento** (Tosold, 2018, p. 38).

Para Lea Tosold, a desespacialização (territorialização do capital), interdição ao exercício da temporalidade, se configura então como estratégia colonial de impedimento da dialética do reconhecimento (Tosold, 2018, p. 40) – tal qual assumida dentro da teoria política moderna, e elaborada por Hegel (1807). Minha proposta aqui, dada a discussão prático-filosófica que elaborei nas páginas anteriores, é fazer o caminho inverso. Proponho aqui que o corpo racializado subalterno não se realiza enquanto sujeito moderno devido à operação da analítica da racialidade, e não devido à interdição do exercício de sua espacialidade/temporalidade (que entendo como efeitos da operação do arsenal da racialidade).

Isso não impede que concorde com o levantamento realizado por Lea em relação aos mecanismos colonialistas por ela elencados e elaborados, em continuo diálogo com Fanon, que mantém esta interdição do reconhecimento. Entendo que a historicidade, enquanto força motriz do progresso e consequência direta da razão, impõe “x colonizadora x como norma” (Tosold, 2018, p. 42) e também, aliado aos processos materiais e imateriais de operacionalização do arsenal da racialidade, violenta os sistemas de referências dos povos subalternos raciais. Nesse mesmo sentido, concordo também que há uma *necessidade*, de violência, que o capitalismo colonial expressa de forma diversa, seja na produção de desigualdades na relação de infraestrutura (Gonzalez; Hasenbalg, 1982; Oliveira, Reinaldo José de, 2013; Rios Neto; Riani, 2007), ou na continuidade do genocídio homicida (Adão, 2017). Qual o efeito produtivo do espaço colonizado neste contexto? Denise Ferreira da Silva propõe que

Bodies and places in Rio de Janeiro can be read as materialisations of the strategies of intervention deployed in different moments of the analytics of raciality, whose appropriate/on in attempts to provide a map of the modern Brazilian space resulted in the production of blackness to signify the domain of social degeneracy, pathology, and illegality (Silva, 2001, p. 440–1).

É frequentemente lembrado que a produção do espaço moderno urbano paulistano também envolveu a precarização dos espaços de vida das

populações racializadas e pobres, em geral (Arns *et al.*, 1976; Maricato, 1979a); bem como sua estigmatização e criminalização (Carril, 2013; Oliveira, Regina M. de Souza, 2013; Rolnik, 1997; Sodré, 1988, p. 42), que significa também a precarização, estigmatização e criminalização de seus corpos – operações que compõe as estratégias de subordinação racial organizadas pela analítica da racialidade. O poder produtivo do espaço materializa-se, assim, também na produção da racialidade, de forma imbricada à analítica da racialidade.

Por um lado, aquilo que Fanon chama de *epidermização do racismo* (2020) – a colonização do corpo racializado (como aponta Lea Tosold, 2018, p. 45) e/ou a realização-imposição da analítica da racialidade – significa este potencial ontológico do espaço, ou seja, sua capacidade de simbolizar de forma material e sensível a realidade. É neste sentido também que *globalidade* e *historicidade*, enquanto estratégias de subordinação, ao mesmo tempo produzem violência e espoliação contínua dirigida a corpo-espacos subalternos racializados; e demarcam a materialidade destes corpos como inferiores e os destina ao horizonte da morte, como espacos-fora-do-tempo, ou tempos-fora-do-espaco.

Por outro, a própria concepção moderna do espaco como materialização da razão humana integra de forma inseparável espacos e corpos (organizados) como referentes de uma mesma trajetória irrastrável (pois pré-histórica). A (re)produção da degradação, violência e pilhagem aparece como também condição para a manutenção da hierarquia racial, do projeto colonial-moderno. Neste sentido, em direção a condição de implicamento profundo que o *plenum*, e a Coisa, pressupõe, poderíamos pensar o “corpo e território enquanto mutuamente constituídos em relação, [onde] vê-se que não há vazio” (Tosold, 2018, p. 34). Neste sentido a operacionalização do arsenal da racialidade é sempre, também, uma operação espacial.

Sendo o corpo uma dimensão sensível que está implicada no espaco, o corpo *sente-pensa* o espaco em dimensões que excedem a percepção formal do espaco construída pela ontoepistemologia moderna. O

território têm sido categoria recorrentemente elaborada (em sentidos diversos)⁶¹ por atores políticos racializados na tentativa de firmar a continuidade corpo-espço, que tem sido rapidamente apreendida dentro das amarras das diferenças culturais, impossibilitando o reconhecimento do Outro enquanto sujeito (da razão). Impossibilitado de resolver, neste texto, as constrições estruturais que configuram a *estratégia de engolfamento*, irei descrever as operações que espaço e arsenal da racialidade realizam a luz de Cidade Ademar (SP), ou seja, como a racialização do espaço, mobilizada em diálogo com o texto nacional, é elaborada neste espaço – e consequentemente sobre estes corpos. Escolho trabalhar nesta perspectiva como forma de deslocar um pouco a centralidade das noções de ‘identidade/cultura’ na discussão sobre territórios racializados, para pensar este processo de racialização espacial, tal qual o processo de racialização dos corpos, como um movimento de subjugação racial e ordenamento (colonial) do espaço.

***** SIRENES *****

*E eu ficaria mais um pouco, só pra te comer de novo
E ganhar teu coração...
Mas só que eu sou bicho solto, vai que amanhã eu morro
Te ver chorando quero não.... (Jamais!)
E eu ficaria mais um pouco, apertaria outro,
mas as ruas me chamam... (Fé!)
E a correria deixa louco, então sobe balão gordo
enquanto as sirenes cantam...⁶²*

A Trilha⁶³ em loop...

Somos o que somos... E na noite saímos. Em silêncio em meio a segurança da lua, sem pretensão nenhuma a não ser existir, exercer a si. Os tons agudos acrescentam alguma soturnidade à trilha: Tiros nas ruas, sirenes,

⁶¹ Ver por exemplo, as elaborações em torno da categoria *território* propostas por (Adão, 2017; Haesbaert, 2010, 2020; Lima, 2021; Rolnik, 1989; Sodré, 1988).

⁶² Referência a música *Sirenes*, na voz de SD9 em colaboração com *Big Blackk* (2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Mezg-Da3AsY>. Acesso em 09/08/2024.

⁶³ Referência a música *Trilha* dos Racionais MCs (2014). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qRHpGh9GOs> Acesso em: 02/08/2024.

*cães e viaturas são o único som que impera nesse lugar. A morte e a sorte, são cortes na noite escura, reze por mim, porque eu não sei quando vou voltar*⁶⁴...

As Sirenes chegam com o perigo. Todos sabem que não somos fãs de canalhas! Eu? Eu não confio na polícia raça do caralho. Na música, até onde eu sei, as sirenes datam de 1970 na música jamaicana, especialmente no Dub. O que é mais certo é que elas não saíram da música negra, ou jamaicana, desde então: na medida em que as sirenes ganhavam as ruas elas também foram incorporadas na música negra.

Desde que chegamos às Américas, enquanto povo negro escravizado, nossos corpos são mantidos sob a vigilância constante – que viabiliza a análise minuciosa do corpo negro e *mestiço* (Silva, 1998) – e ameaça de violência repentina. O processo de *epidermização do racismo*, como lembra Fanon (1979), nas colônias se dá através da violência em todos seus aspectos e níveis. Nem todos nós sabemos ser como meu trisavô, Liborin, que (dizem) era até matador, negro fugido, mas cujo nome remete aos proprietários, a família dos Libório. Quando perseguido pela polícia, ele rapidamente sumia na mata e transformava-se em formigueiro, ou cupinzeiro, e assim sumia da vista-formal dos policiais e ria-se, quando não picava seus pés. Não sabendo como mudar de forma assim, de supetão, trememos.

O que quero dizer é que esta expressão (i)material do pensamento moderno que se funda com a analítica da racialidade e opera necessariamente a partir da categoria *espaço*, o Estado, sempre se tratou disso. Quando foi que os corpos, objetos da subordinação racial, puderam passar a simplesmente existir de forma inegociável? Hoje a avó de um irmão – que já foi também minha avó – faleceu, internada, no Brasil, de desgosto. Após décadas trabalhando com limpeza de ambientes domésticos e comerciais na Europa, como imigrante ilegal; após décadas longe da família, com pouquíssimas visitas dada sua condição racial-jurídica-econômica-material; após Coisas demais, ela faleceu de desgosto pouco mais de uma semana depois de ser deportada do país onde construiu a sua vida ao longo das últimas décadas.

⁶⁴ Referência a música *A noite*, da Posse Mente Zulu e Paula Lima (2004). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qZX9XWUGUWA> Acesso em: 01/08/2024.

Morreu longe da neta que criou, da filha que assistiu, lá, longe de todos, de desgosto. Um evento racial, mais um. Mais uma imigrante ilegal morta. É assim que a abstração espacial, jurídica, política erguida e mantida pelo Estado nacional opera, sobretudo quando falamos dos Estados Europeus. Todo o excesso de violência que esse evento simboliza é a própria materialidade, indizível, sendo (re)produzida. *A solidão, é, me faz refém, e não confiar em ninguém, é, não me faz bem ter rancor... Meu sexto sentido me diz que a minha liberdade está por um triz! E se eu não cortar o mal pela raiz, ser feliz eu não vou, com essa dor...*⁶⁵

É isso que quero dizer com a materialidade das operações desta forma-Estado que opera o arsenal da racialidade, em regime patriarcal e capitalista. Voltemos à *tortura, em meio às sirenes e muita viatura*⁶⁶...

As sirenes, para aqueles corpos negros, que digamos, se entendem negros em um mundo branco⁶⁷, anunciam um momento de alerta, uma (im)possibilidade prestes a acontecer. Em segundos pode ser que se rompam os trapos da cidadania e humanidade que tão cuidadosamente costuramos. Em segundos, o sujeito de direito pode ser percebido como foi delineado – ameaça ao projeto colonial-capitalista Europeu conectada a outro tempo-espço pelas amarras da globalidade – e, na pior, abordado. O evento racial, mais uma vez.

Se pensarmos a cena da representação à luz do teatro, em sua proposição grega, pedagógica, a racialidade pode estilhá-lo, através da impermanência dos papéis que ela mesma impõe. Mesmo que o corpo negro não se reconheça enquanto ameaça-potencial diante do olhar do Branco, o sujeito da razão, o Eu Transparente em seu papel de observador, pode assim percebê-lo. Como diz Fanon, “[...] o negro não tem resistência ontológica aos olhos do branco. Os negros, de um dia para o outro, passaram a ter dois sistemas de referência em relação aos quais era preciso se situar” (2020, p.

⁶⁵ Referência a música *Memórias*, do grupo Visão de Rua interpretada por Dina Di (Rua, 2004). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JP4FaoZHwlc> Acesso em: 02/07/2024.

⁶⁶ Referência a música *A vítima* dos Racionais MCs (2002). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hr2Kn6CozyY> Acesso em: 05/07/2024.

⁶⁷ Para aprofundar, ouça a música *Racistas Otários*, dos Racionais MCs, em sua versão regrava em 2001 pelo grupo DMN (2001). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D4Y3FvuGM-w> Acesso em: 05/07/2024.

91). Esta imposição colonial situa o negro em uma posição impossível frente à cena de reconhecimento.

Os corpos negros de transeuntes, *flâneurs* (Benjamin, 1975), ao som das sirenes podem subitamente passar experienciar a imposição da racialidade através da identificação racional-legítima de seu corpo enquanto inimigo (Silva, 2014). O corpo negro, objeto-espectador no espaço público, em meio a tantos outros corpos negros, pode ser a qualquer instante convocado à cena, não como sujeito de si, mas como objeto-representação-material da construção do Negro, da Negra. Não há espaço para flunar, protegido pelo manto da impessoalidade que é a multidão. O corpo, qualquer corpo racializado subalterno, passa a exercer o papel pedagógico da cena, não como sujeito, mas como objeto cuja função é receber a violência. A violência é, ao mesmo tempo: a condição para permanência do corpo racializado no palco (grego) da representação; e a metodologia pedagógica que anuncia aos outros corpos do espaço público, espectadores, os limites e possibilidades que sua existência racializada significam – mesmo que o corpo **na** cena não seja mais do que um objeto-performativo. Sua condição de espectador está sempre ameaçada pela violência. Estilhaços, a sirene silencia...

Sobrevivemos, o som segue⁶⁸... A única certeza é que os níveis de violência e ou sua hierarquização aqui, como nos textos de Fanon, pouco importam: a morte, por um instante, foi tão certa quanto a vida. Muito para além dos próprios infernos, vimos de frente o horizonte da morte e sobrevivemos. Mas não todos nós...

Paradoxalmente, é aí que reside a importância da autodefinição, e re-de-composição das (próprias) narrativas frente ao aparato cultural. Ao passo que nos deparamos, com as consequências mais radicais, materiais e aterradoras, que temos plena ciência de que algo definitivamente está fora do lugar, seguramente existe possibilidade, ali em meio ao nada, da recusa. A possibilidade de mergulhar no mar infinito da indeterminação, seja para se autodefinir em algum momento (e em todos), como propõe Audre Lorde (2012),

⁶⁸ Referência a música *The beat goes on*, interpretada por Hollie Cook e Prince Fatty (2012). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wI7xDslCJ6I> Acesso em: 01/08/2024.

seja para nunca mais submergir como foi. O que aquilo que nunca teve nome, que permaneceu ali apesar-de-tudo, a Coisa, pode ser?

3.3 Notas desde Cidade Ademar

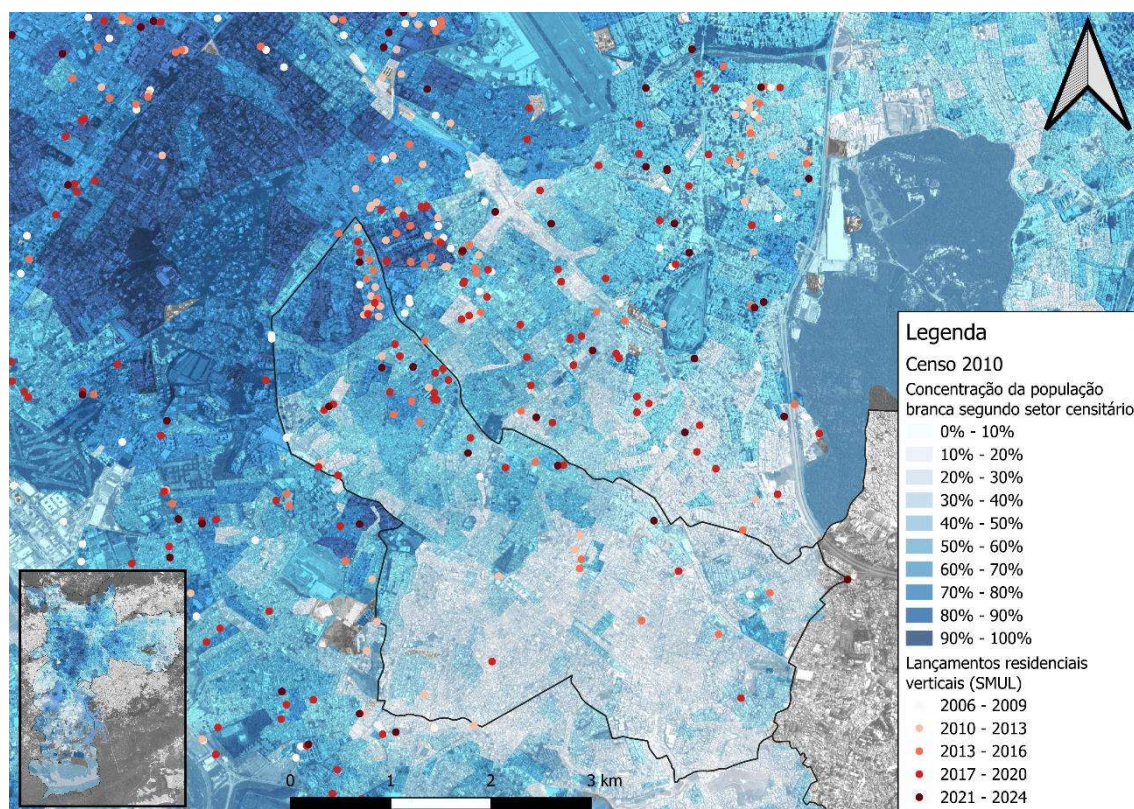
E se, em vez de buscar entender como este processo tornou-se possível privilegiando o tempo e o espaço circunscrito – como o movimento de produção espacial capitalista se deu em Cidade Ademar, como ele se fortaleceu ao longo dos últimos anos – o pensássemos também como uma repetição em termos de embranquecimento do território, desterro de corpos racializados, e operacionalização de uma modelação espacial ancorada em signos, formas e modos de habitar diretamente vinculados a brancura e ao projeto colonial Europeu. E se pensássemos este processo como alicerçado na analítica da racialidade em sua construção dialógica com o texto nacional brasileiro?

Conforme detalharei no próximo capítulo, situo Cidade Ademar dentro de uma dinâmica de segregação espacial, que é racial. Neste contexto entendo Cidade Ademar enquanto um distrito racializado, como o são todos os espaços ordenados pelo pensamento moderno. Ao Noroeste se situam os bairros Chácara Flora e Vila Mascote, bairros que, mediados pela sua ocupação branca, de alta renda, conectam-se materialmente e simbolicamente ao eixo sudoeste da cidade, região do “novo centro” do capital em São Paulo, em contínua expansão e elaboração nas últimas décadas (Fix, 2011; 2003; França, 2017). Neste sentido, os distritos de Santo Amaro e Campo Belo exercem – em meio ao processo (espacial-urbano) de autorreprodução e valorização do capital (imobiliário) – uma força de atração e amalgamação ao eixo noroeste do distrito onde se situa o bairro Jardim Prudência, e a Rua das Flechas, epicentros do processo de renovação, conforme detalharei nos capítulos seguintes.

Jardim Prudência e seus arredores exercem assim uma força de expansão no mercado imobiliário que ali, onde as condições raciais e sociais são adequadas, encontram um potencial de valorização rápida do capital. Se compreendermos esse processo de racialização do espaço no bairro e distrito como operações do arsenal da racialidade que estão em acordo com a *historicidade* e *globalidade*, o processo de branqueamento do território deixa de aparecer como possibilidade, mas como destino, do restante do distrito – sua

atualização e engolfamento dentro da trajetória do espírito que o processo de territorialização do Estado deve materializar. A reprodução do espaço moderno deixa de aparecer como sedução e ganha marcas de violência.

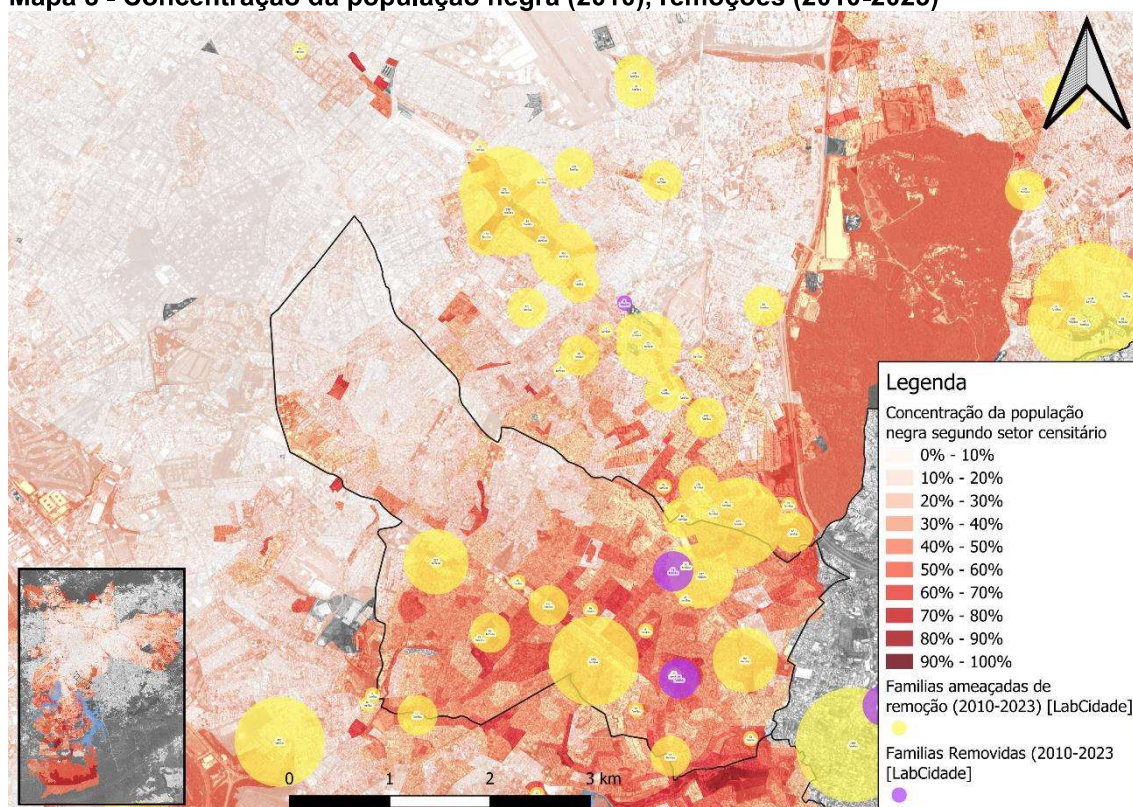
Mapa 7 - Concentração da população branca (2010) e empreendimentos lançados



Como o espaço racializado subalterno se relaciona com isso? Quais são os braços que estão recapeando as ruas da região em franca valorização? Quem irá erguer, pintar, acabar estes novos prédios que parecem materializar a si próprios na região, pipocando onde antes... o que havia antes? Quem cederá o espaço para estes novos prédios, quem seguirá na região?

Os fundões, periferias e favelas que estão, progressivamente, além do eixo noroeste do distrito parecem apartados deste processo, mas acredito que não estão. A verba pública, que passa a ser ainda mais centralizada nas demandas da população branca e de renda superior, é a mesma que não será investida nesses espaços; e é a mesma (ainda que por meio de outra rubrica) que será empenhada nas contínuas remoções, que afetam as populações negras e empobrecidas da região.

Mapa 8 - Concentração da população negra (2010), remoções (2010-2023)



Para além dos processos correntes e eminentes, a sedução orquestrada pelo progresso-desenvolvimento e/ou a violenta imposição pelo movimento irrefreável da historicidade inscrevem estes espaços-corpos racializados como sempre em vias de desaparecer. A trajetória do distrito nunca anunciou nada que não o seu desenvolvimento.

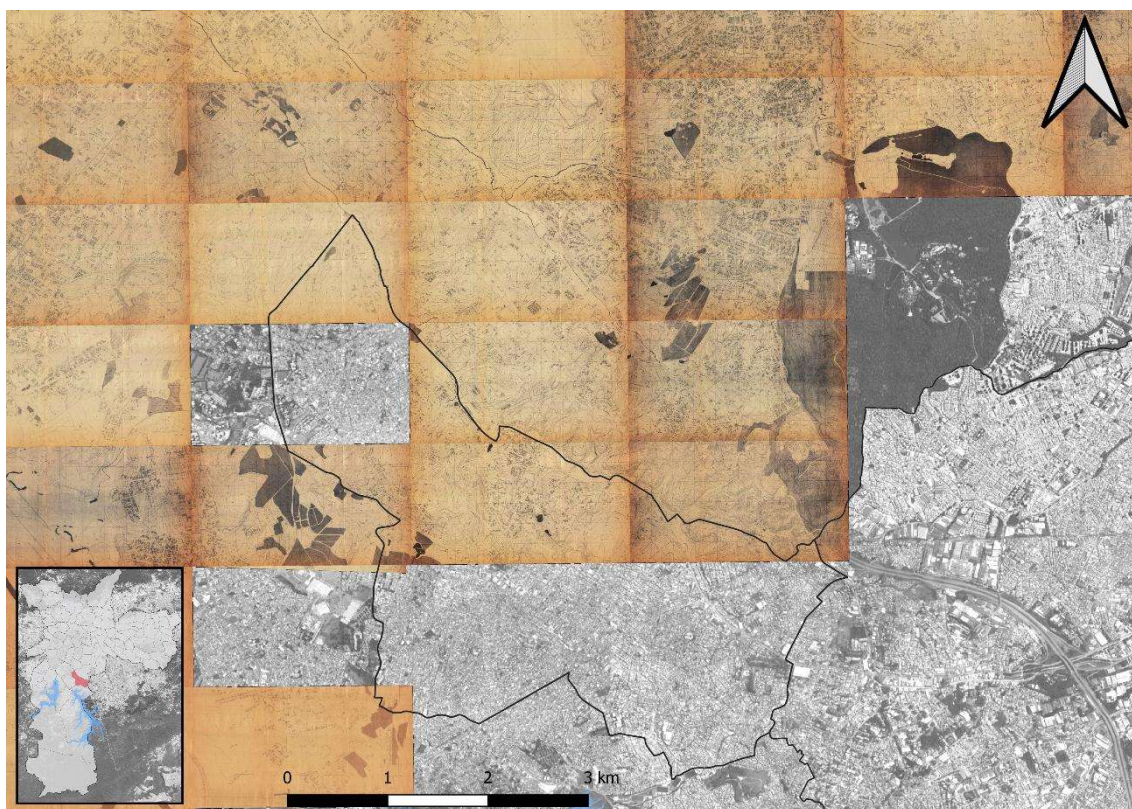
Cidade Ademar era parte do município de Santo Amaro até a década de 1950. Santo Amaro, por sua vez, era uma pequeno povoado até 1829, quando sua rápida expansão se dá com a distribuição das terras, por meio de sorteio, aos colonos alemães que vinham trabalhar e viver na região (Coelho Silva, 2019, p. 45). Este movimento característico de expansão do território nacional, por meio da ocupação de colonos brancos e Europeus – que remete diretamente as estratégias de embranquecimento que permeiam a história nacional – é também o processo de branqueamento do território nacional. Até então a região era povoada por comunidades indígenas, como os Guaranis, que foram mortos, expulsos, escravizados ou, em menor quantidade, assimilados ao povoado em formação.

Sua urbanização data da década de 1950 na maioria das narrativas históricas escritas que abordam o distrito – que não são muitas em 2024 (Bittencourt, 2016; Ponciano, 2004; Santos, 2003). Assim, durante a primeira metade do século XX, Cidade Ademar aparece como espaço de chácaras de lazer e sítios, grandes propriedades em um ambiente até então predominantemente rural. As chácaras e grandes propriedades, eram por sua vez bens – em sua maioria – dos colonos e descendentes que viabilizaram a, até então impossível, expansão da civilização-urbanização que o pequeno povoado de colonos em Santo Amaro do início do século passado nunca poderia. Na grande maioria da historiografia urbana que trata de Cidade Ademar, a primeira metade do século XX é retratada como bucólica, são raros os relatos dos Guarani na região, um passado que começa a ser esquecido, como se nunca tivesse existido frente à inevitabilidade da colonização. A única, embora pouco frequente, exceção sobre a ocupação da região neste hiato histórico faz referência à pedreira, que deu nome ao distrito ao sul de Cidade Ademar, hoje abrigo de pessoas racializadas nas diversas comunidades periféricas e favelas que por ali foram erguidas – e que recorrentemente se encontram em risco⁶⁹.

Bittencourt aponta que o primeiro loteamento do qual se tem notícia foi realizado pela empresa Anchieta, em 1950, dando origem a três bairros iniciais que se situam próximos à atual Avenida Cupecê, no quadrante noroeste do distrito (Bittencourt, 2015). O mesmo é dito por outros autores como Ponciano (2017, 2004), e a narrativa repete o próprio processo de mapeamento da cidade, realizado em 1954. Apesar de mapear mais domicílios – urbanos ou rurais, difícil saber – do que as pesquisas remontam, o próprio mapeamento é descontinuado no que hoje são as áreas ocupadas por uma população majoritariamente negra. O fim do mapeamento delimita também até onde a cidade vai, o que é relevante mapear e assim, pouco a pouco aquilo que não era considerado cidade deixa de figurar nos anais da História oficial.

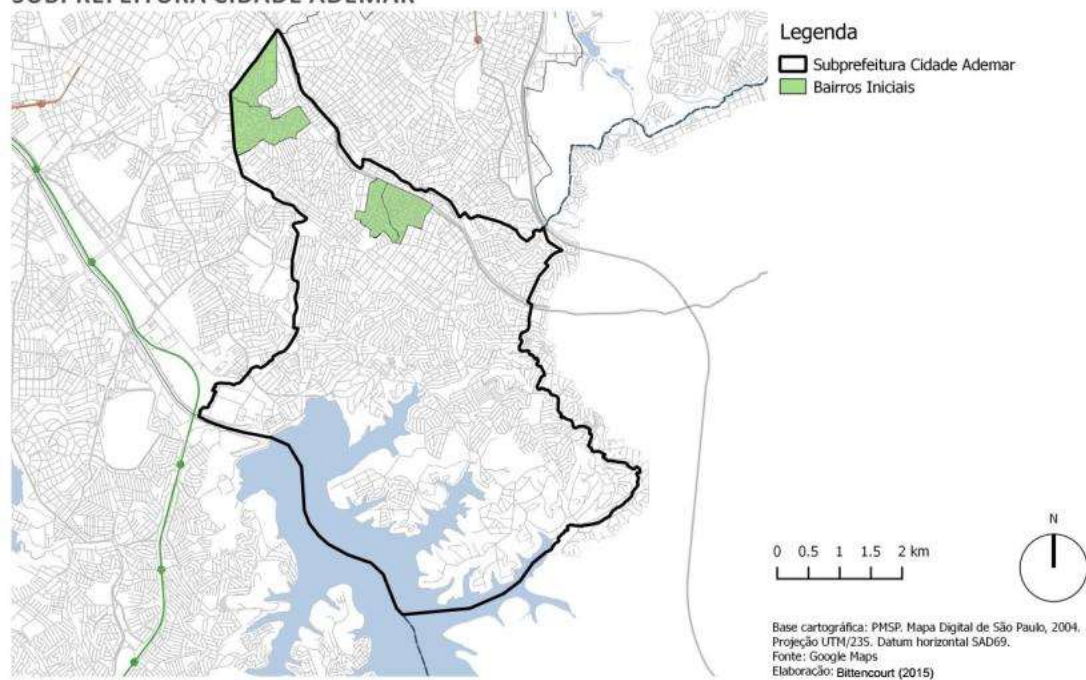
⁶⁹ Sobre um, dos muitos, casos de deslizamentos e desabamentos na região, cujo solo explorado pela Pedreira não é necessariamente estável. <https://gruposulnews.com.br/deslizamento-derruba-cinco-casas-em-comunidade-da-pedreira-proximo-a-diadema/> Acesso em: 08/10/2023

Mapa 9 - Cidade Ademar - Mapeamento de 1954 pela empresa VASP – Cruzeiro



Mapa 10 - Primeiros bairros em Cidade Ademar

MAPA Bairros Iniciais
MAPAS - MONOGRAFIA
SUBPREFEITURA CIDADE ADEMAR



Ao entrevistar alguns moradores, para a produção de minha pesquisa de monografia, hoje livro, encontrei informações distintas do apontado

por Bittencourt sobre os primeiros loteamentos do bairro, ou ao menos sobre sua dinâmica de ocupação. Através da oralidade, consegui relatos de pessoas que vivem na região desde a década de 1950 e, através de suas memórias-vidas, relatam a formação de comunidades como Jardim Miriam, bairro próximo a Diadema já nos anos 1940. Estes mesmos relatos se confirmam com informações de outras fontes, como relatei no livro (Coelho Silva, 2019). O que a história formal de Cidade Ademar normalmente registra, no entanto, dos loteamentos destacados em cinza no mapa acima às casas de veraneio dos colonos que ali iam para seu lazer à beira da represa (Ponciano, 2004), reflete a escrita da civilização – a materialização espacial daquilo que as mentes (a razão) e corpos descritos Europeus (brancos) produzem. Nesse sentido, na trama que busco tecer neste texto os fios do “desenvolvimento urbano” e da “violência racial” pouco a pouco se entrelaçam de forma que seus próprios limites se perdem ao longo do tecido.

Meu objetivo nos capítulos que se seguem é detalhar como a analítica da racialidade e produção espacial material e simbólica de Cidade Ademar se inscrevem, e são inscritas, em relação ao texto nacional e suas teses – do branqueamento e da democracia racial. No segundo capítulo tratarei mais diretamente de sua produção material, o que poderia ser conectado à representação moderna do *espaço*, e também do papel jurídico realizado pelo Estado para a efetivação e regulação deste processo. No Capítulo 3 me deterei então sobre a dimensão simbólica, que se conecta à prática de representação do espaço Lefebreviana, tratando dos signos que esse processo inscreve e remove de Cidade Ademar para realizar o processo de “desenvolvimento urbano”.

4 Da ponte pra cá – Segregação racial e a produção da cidade desde Cidade Ademar

Da ponte pra cá, antes de tudo, é uma escola...⁷⁰

Meu ponto de partida nesta seção, onde pretendo discutir a produção material de Cidade Ademar, será a compreensão de São Paulo como uma cidade segregada racialmente. Tendo em vista uma gama de trabalhos sobre o assunto, que reafirmam meu ponto de partida, cabe, no entanto, qualificar o que entendo por segregação racial.

Flavio Villaça (1998) propõe que “a segregação [socioespacial] é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros da metrópole”, sendo neste sentido, uma característica historicamente imanente nas grandes cidades brasileiras. A existência de segregação racial em São Paulo (e no Brasil), no entanto, é uma noção que gera maiores tensões no campo, sendo sua existência ou relevância objeto de discussões nas últimas duas décadas no campo. Para muitos autores, como para o próprio Villaça,

há segregações das mais variadas naturezas na metrópole brasileira, principalmente de classes e de etnias ou nacionalidades. Vamos abordar a segregação das classes sociais, que é aquela que domina a estruturação das nossas metrópoles (Villaça, 1998, p. 142).

A forma como tratam essa interação entre os tipos de segregação, no entanto, varia. Diversos autores têm apontado para a importância de se tomar em conta a sobreposição de dominações e como as categorias de status, raça e classe interagem ao pensar o espaço urbano e suas contradições (Corrêa, 2008; Ribeiro; Rodrigues; Corrêa, 2009) em um país periférico.

⁷⁰ Referência a música *Da ponte pra cá*, do grupo Racionais MCs (2002). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xe8DN92jtbq> Acesso em 30/07/2024.

A discussão que proponho neste capítulo tem como ponto de partida a ideia de que há segregação racial em São Paulo e que esse processo estrutura a cidade, enquanto fenômeno que compõe ou designa as formas de apropriação e distribuição da terra urbana. Nesse sentido, o reconhecimento da sua existência é basilar para que se pensem possibilidades transformativas da cidade a caminho de noções progressistas como reparação, justiça ou mesmo direito à cidade.

As formas da segregação racial na cidade são diversas, tais quais são diversas as formas a partir das quais se torna possível falar sobre esse fenômeno, compreendê-lo e analisá-lo. Leituras estatísticas, culturais, trabalhistas, históricas e (talvez, sobretudo) realizadas a partir da dimensão vivida ou experienciada das pessoas negras na cidade têm sido centrais para pensarmos sobre a segregação racial – muitas das vezes entramando estas chaves de leitura. De formas distintas, diferentes autoras e autores têm mobilizado a ideia de que o Mundo é diferente da ponte pra cá.

No que concerne a uma leitura quantitativa⁷¹, podemos pensar com Danilo França (2017) e sua relação com a discussão propostas por Edward Telles (2003) e levada a cabo por Eduardo Rios Neto e Juliane Riani (2007), dentre outros. Em sua tese, Danilo examina a segregação racial na cidade de São Paulo através de diversos métodos quantitativos-estatísticos, aprofundando sua análise através de um esquema qualitativo que combina o levantamento de dados com entrevistas sobre as trajetórias e relações estabelecidas por pessoas brancas e negras, de classe média, na cidade. Compreendendo o trabalho de Danilo França como uma resposta-continuidade bastante demarcada ao projeto de pesquisa que Edward Telles (2003) que propõe em sua seminal análise sobre a segregação racial no Brasil – pesquisa ainda bastante relevante e retomada no campo – tomarei aqui esse conjunto, seguramente diverso e conflituoso de autores como guias para elaborar minha abordagem sobre a segregação racial a partir de um diálogo com este fecundo campo de pesquisa.

⁷¹ Ainda que nenhum dos trabalhos apresentados seja exclusivamente quantitativo (uma categoria complexa no campo das ciências sociais), acredito que representem esforços conectados e exemplares deste tipo de abordagem com relação à segregação racial enquanto objeto de pesquisa.

Em *Segregação Residencial* (2003), Edward Telles aponta para a lacuna que havia⁷² na produção do campo brasileiro da sociologia e dos estudos urbanos sobre a questão racial, enquanto estranhamento em uma discussão com um sociólogo brasileiro no final dos anos 1980, onde o mesmo o “revela” que no Brasil “não havia segregação racial, mas apenas segregação por classe social, e que as diferenças raciais no campo habitacional existiam apenas na medida em que eram coincidentes com as diferenças de classes” (p. 161) – ecoando as vozes daquilo que Flávio Villaça (1998) argumentava. A partir do acesso que Telles teve à produção sobre a questão racial de autoras(es) brasileiras(os), muitas das quais negras, seu movimento foi o de buscar se distanciar da ideologia da democracia racial para então verificar a existência da segregação racial no Brasil. Com esse movimento Telles desenvolve a tese de que “a segregação racial no Brasil não é autoevidente” (2003, p. 163), combinando análises quantitativas e uma ampla revisão bibliográfica sobre as relações raciais entre estudos brasileiros e estadunidenses.

Como método, o autor analisa os locais de residência considerando-se grupos de mesma faixa de renda (utilizando para isso, os dados do Censo), Telles identifica uma segregação racial que não pode ser explicada apenas economicamente, ainda que a caracterize como menos significativa do que a estadunidense. Seu trabalho torna-se, nos anos seguintes, um marco nos estudos urbanos na medida em que talvez seja o primeiro trabalho academicamente legitimado, ou seja de ampla circulação no meio acadêmico, que atesta a existência de alguma segregação racial em São Paulo.

A partir do programa de pesquisa⁷³ proposto por Telles, Eduardo Rios-Neto e Juliana Ruas Riani (2007) desenvolvem sua análise sobre os impactos que a segregação tem em relação à perpetuação da desigualdade racial. Aqui os autores analisam a condição dos domicílios, acesso a serviços públicos e a infraestrutura urbana, enquanto elementos que qualificam a

⁷² Perspectiva situada ainda em 1993, quando o texto foi pela primeira vez publicado.

⁷³ O que entendo como as guias e lacunas que Edward Telles aponta, mas não necessariamente resolve, em seu texto.

segregação racial existente e suas consequências negativas para a população negra.

O artigo publicado pelos autores dialoga com a produção de Telles, construindo com ela sua argumentação e reforçando a ideia de que ao diminuir o contato entre diferentes raças e classes a segregação racial residencial potencializa o conflito racial e de classes, prejudicando assim duplamente a população negra ao **a)** dificultar a apropriação do capital social que a população branca detém, e que os autores argumentam ser importante para concretizar movimentos de ascensão social; **b)** dificultando o acesso das pessoas negras ao bens de consumo públicos e infraestrutura urbana consolidada, localizados sobremaneira nas áreas ocupadas pela população branca (Rios Neto; Riani, 2007, p. 101).

Em *Segregação Racial em São Paulo* (2017), sua tese de doutorado, Danilo França analisa a segregação racial em São Paulo, considerando-as privilegiadamente a partir de diferentes faixas de renda⁷⁴ e tendo como ponto de partida (em forte diálogo com o trabalho de Telles), a hipótese de que há segregação racial em São Paulo. Para verificar a segregação, e confirmar sua existência a partir de dados espacializados provenientes dos Censos de 2000 e 2010⁷⁵, foram mensurados os índices de dissimilaridade⁷⁶, os quocientes locacionais e os índices de Moran, e suas já estabelecidas categorias, negros e brancos de acordo com sua faixa de renda. Para qualificar esta segregação e identificá-la no espaço urbano de São Paulo, o autor também fez uso das técnicas de produção de *LISA*⁷⁷ *Maps* e das regressões compostas pelos *Locational Attainment Models* (França, 2017, cap. 2). Além de constatar, em sua análise desses resultados, que a segregação residencial pouco se alterou no período, ele classificou “a segregação entre

⁷⁴ As categorias mais empregadas, ao largo do estudo, correspondem a Brancos e Negros segundo sua faixa de renda: alta, média ou baixa. A utilização destas categorias serve como índice, ou referência, para se pensar divisões de classe que caracterizariam estes grupos.

⁷⁵ Os mais recentes disponíveis durante a produção desta dissertação.

⁷⁶ Para uma descrição detalhada do processo metodológico a partir do qual se estruturam tais mensurações, e sobre como funcionam cada uma destas técnicas de análise espacial, recomendo a leitura do segundo capítulo da tese de Danilo França (2017).

⁷⁷ Local Indicators of Spatial Association – LISA. Para mais informações sobre o modelo, ver: Anselin, Luc. 1995. “Local Indicators of Spatial Association — LISA.” *Geographical Analysis* 27: 93–115.

negros e brancos [como] branda nas classes baixas e torna[ndo]-se mais significativa nas classes médias e altas” (p. 71). O autor prossegue:

A segregação por classe internamente aos grupos raciais é bem mais forte entre os brancos; ou seja, negros de diferentes classes sociais encontram-se mais próximos entre si do que os brancos. No entanto, nos espaços mais elitizados da metrópole há mais brancos pobres do que negros de quaisquer classes sociais. Há um permanente isolamento dos brancos de camadas superiores de todos os outros grupos, sendo que o grupo que mais se aproxima deles são os brancos de camadas intermediárias. Nas camadas intermediárias, aliás, observamos um substancial afastamento entre negros e brancos revelado pela correlação negativa entre os quocientes locacionais (França, 2017, p. 71).

Neste sentido, é interessante apontar como os espaços mais elitizados, consequentemente aqueles que contam com uma melhor infraestrutura e acesso à cidade em geral, tem um padrão de ocupação quase unicamente branco (Caldeira, 2000; Corrêa, 2008). Em detrimento, os espaços negros da cidade, suas periferias, com piores condições de acesso e infraestrutura, não apresentam um padrão de segregação entre classes tão claro – ainda que as oportunidades de mobilidade social, ou mesmo locacional como os *Locational Attainment Models* apresentam (p. 68), possam ser mais significativamente diferentes entre as classes. Na abordagem de França, a segregação se estrutura em duas dimensões,

Uma delas é a dimensão da integração, na qual a proximidade ou distância entre as moradias implicariam em distintas possibilidades de contatos e relações sociais entre membros de diferentes grupos. A outra é a dimensão do acesso, segundo a qual a localização das residências num dado contexto urbano determinaria desigualdades de acesso a recursos e oportunidades disponíveis na cidade (França, 2017, p. 179).

Ciente de que a abordagem de Telles pode não ser suficiente para abordar todos os mecanismos sociais inscritos no território, como argumentado em Corrêa (2008), a primeira dimensão, da integração com maior profundidade, e contribuir para a qualificação do processo de segregação racial, Danilo França entrevista 28 moradores, 14 da região de São Miguel Paulista⁷⁸ (na Zona Leste de São Paulo), e 14 de áreas de alta renda e eminentemente brancas, Tatuapé e Itaim Bibi (respectivamente nas Zonas Leste e Sudoeste). Foram selecionados 14 entrevistados(as) brancos(as) e 14

⁷⁸ São Miguel Paulista uma área considerada periferia consolidada, onde houve/há uma grande investida do mercado imobiliário, como Cidade Ademar.

entrevistadas(os) negras(os), para com eles compreender os diferentes usos do espaço urbano destes grupos, tomando em conta suas redes sociais, trajetos e mobilidades individuais. Suas conclusões apontam para uma apropriação e um uso do espaço racialmente diferenciados e desiguais, em suas possibilidades de acesso, e sugere que isso não decorre apenas da localização das residências, na medida em que há força que confere coesão social por parte dos brancos de classes média e alta, e ao mesmo tempo interpõe barreiras ao acesso à cidade e a sua integração na classe média [branca] (França, 2017, p. 182-3). Esta forma de coesão, sugere o autor, favorece a *constituição* de algo como um *habitus branco*,

Afirmamos que a segregação e o isolamento dos brancos com relação às minorias cria um ‘habitus branco’, um processo ininterrupto de socialização racializada que cria e condiciona os brancos a gostos, percepções, sentimentos, emoções e visões sobre questões raciais. Uma das consequências centrais do *habitus* brancos é que ele promove um sentido de pertencimento grupal (uma cultura de solidariedade branca) e visões negativas acerca dos não-brancos (Bonilla-Silva; Embrick, 2007, p. 324–5).

Nesse momento, gostaria de trazer como aproximação a noção de *habitus branco*, derivada da noção de *habitus* em Bourdieu (1996), que apresenta as noções de *diferença* e *distinção*. Enquanto a primeira demarca uma qualidade, conjunto de características e práticas regulares (sem que haja necessariamente regras), um *habitus*, a segunda diz respeito à separação, a um traço distintivo e, portanto, relacional que só existe em relação a outras propriedades. Enquanto a primeira é signo ou marca, a segunda é a operadora que permite marcar. Como apresentado com a noção de *habitus branco* há entretanto uma violência simbólica, nas *visões negativas acerca dos não-brancos* que reafirma o “[...] ponto de vista destruidor e redutor da estética dominante [, neste caso, branca]” (Bourdieu, 1996, p. 23).

Por sua própria etimologia – *habitus* é o que foi adquirido, do verbo *habeo* -, devia significar muito concretamente que o princípio das ações ou das representações e das operações da construção da realidade social, pressupostas por elas, não é um sujeito transcendental [...] É o *habitus*, como estrutura estruturada e estruturante, que engaja, nas práticas e nas ideias, esquemas práticos de construção oriundos da incorporação de estruturas sociais oriundas, elas próprias, do trabalho histórico de gerações sucessivas [...] (Bourdieu, 1996, p. 158).

Tendo em vista que esse *habitus branco* estaria sempre convertendo *diferença* em *distinção* na medida em que opera com esta separação radical, gostaria de retomar o conceito de *separabilidade*, apresentado no primeiro capítulo.

Esse princípio considera o social como um todo composto de partes formalmente independentes. Cada uma dessas partes, por sua vez, constitui tanto uma forma social como unidades separadas geográfica e historicamente que, como tal, ocupam posições diferentes diante da noção ética de humanidade, identificadas com as particularidades dos coletivos brancos europeus (Silva, 2016, p. 11).

Mediada pela racialidade, um significativo sociológico da diferença humana que pressupõe desigualdades *diante da noção ética de humanidade*, encontramos a *separabilidade* também como categoria fundamental para se pensar a racialidade e vice-versa. Sendo *as particularidades dos coletivos brancos europeus* um signo que compõe a determinação desse lugar normativo, e hierarquicamente mais alto, diante da noção de humanidade, sugiro aqui uma aproximação entre tais *particularidades*, enquanto um *habitus branco*, e o conceito de *branquitude* tal qual elaborado por Maria Aparecida Bento (2002)⁷⁹. Para a autora, esse conceito ao mesmo tempo remete a traços que compõem a identidade racial do branco brasileiro, seus signos, linguagem etc.; e demarca uma posição de poder e dominação em relação ao Outro racializado, permeando a construção e aplicação das políticas de embranquecimento postas em curso no Brasil.

O que esta aproximação sugere, é um problema que não se encontra exposto de forma mais direta quando França trata da noção de *habitus branco* já no final de sua tese. A possibilidade de integração do negro ao *lugar de branco* (Gonzalez; Hasenbalg, 1982), (in)depende das (im)possibilidades de acesso, na medida em que é sempre já-interditada pela força que organiza esta coesão social-racial e se estrutura a partir da subordinação deste Outro racializado. Em outras palavras esta integração é sempre previamente interditada, na medida em que a integração do não-branco dentro dessa mesma ordem social e de sociabilidade, em especial quando

⁷⁹ Ciente do amplo debate que cerca os conceitos de branquitude, branquidade e brancura (aqui retomado como conjunto de características que fazem referência aos corpos e arcabouços culturais, idealmente, brancos), mobilizados em sentidos distintos nas últimas décadas, sugiro a discussão proposta por Lourenço Cardoso (2010), de forma a complementar e contextualizar o uso dos trabalhos e conceitos aqui retomados.

temos em vista os povos indígenas e negros, reencena a trajetória escatológica que o texto nacional explicita, como apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. A integração do negro, no *lugar de branco*, dependeria assim não apenas da desobstrução dos acessos a este lugar – material, em termos de infraestrutura, e simbólico como um lugar alheio às violências urbanas que a pauperização das áreas pobres e negras significam – mas também da dissolução deste lugar tal qual ele existe, alicerçado nessas mesmas violências, como pretendo explorar ao longo deste capítulo. Nesse sentido, minha proposta aqui é a de colaborar na “criação” de outras formas de encarar o problema da segregação, em um posicionamento crítico complementar ao que Torres, por exemplo, aborda:

[...] Aparentemente, existem dois modos diferentes de encarar o problema. O primeiro seria misturar as pessoas, forçando os grupos sociais mais pobres e mais ricos a conviver e interagir mais intensamente [...]. A segunda seria melhorar as condições urbanas das áreas mais pobres, elevando as a um padrão mais próximo das habitadas pelos mais ricos. Obviamente, as duas abordagens podem, e normalmente são, associadas (Torres et al., 2003, p. 117).

Tendo como ponto de partida a discussão sobre estes estudos como significativos em uma trajetória de pesquisas que buscam averiguar, através de dados censitários georreferenciados, a segregação racial em São Paulo, começo então a delinear de forma mais direta minha compreensão sobre a segregação racial neste estudo. Como primeiro movimento, ainda relativamente contestado na academia, reafirmo a compreensão de que a segregação racial é uma realidade e processo-em-curso que organiza as relações de distribuição e apropriação do espaço urbano. Nesse sentido pouco me interessa dizer se ela é dominante em relação à dinâmica de dominação por classes (ou ainda, aquela inserida na contradição capital x Trabalho), ou não. O que me interessa é demarcar que esta modalidade de segregação se combina com a segregação de classes, mantendo, contudo, uma dinâmica própria que excede o poder explicativo da segregação por classes e organiza e estrutura o espaço urbano paulistano. Assim, se a segregação social se apresenta como um efeito perverso da forma capitalista de produção e apropriação do espaço urbano; a segregação racial poderia ser compreendida como aquilo que precisa acontecer para o pleno exercício da branquitude, ou seja, para que no contexto urbano a brancura possa ocupar um lugar de

acesso e usufruto privilegiado da estrutura urbana em relação aos sujeitos racializados subalternos. Conforme exploro ao longo do texto, isso não quer dizer que essas estratégias de poder sejam inconsistentes entre si. Isso quer dizer que a segregação racial reflete aqui um padrão de ocupação da população paulistana branca, e não das pessoas em geral.

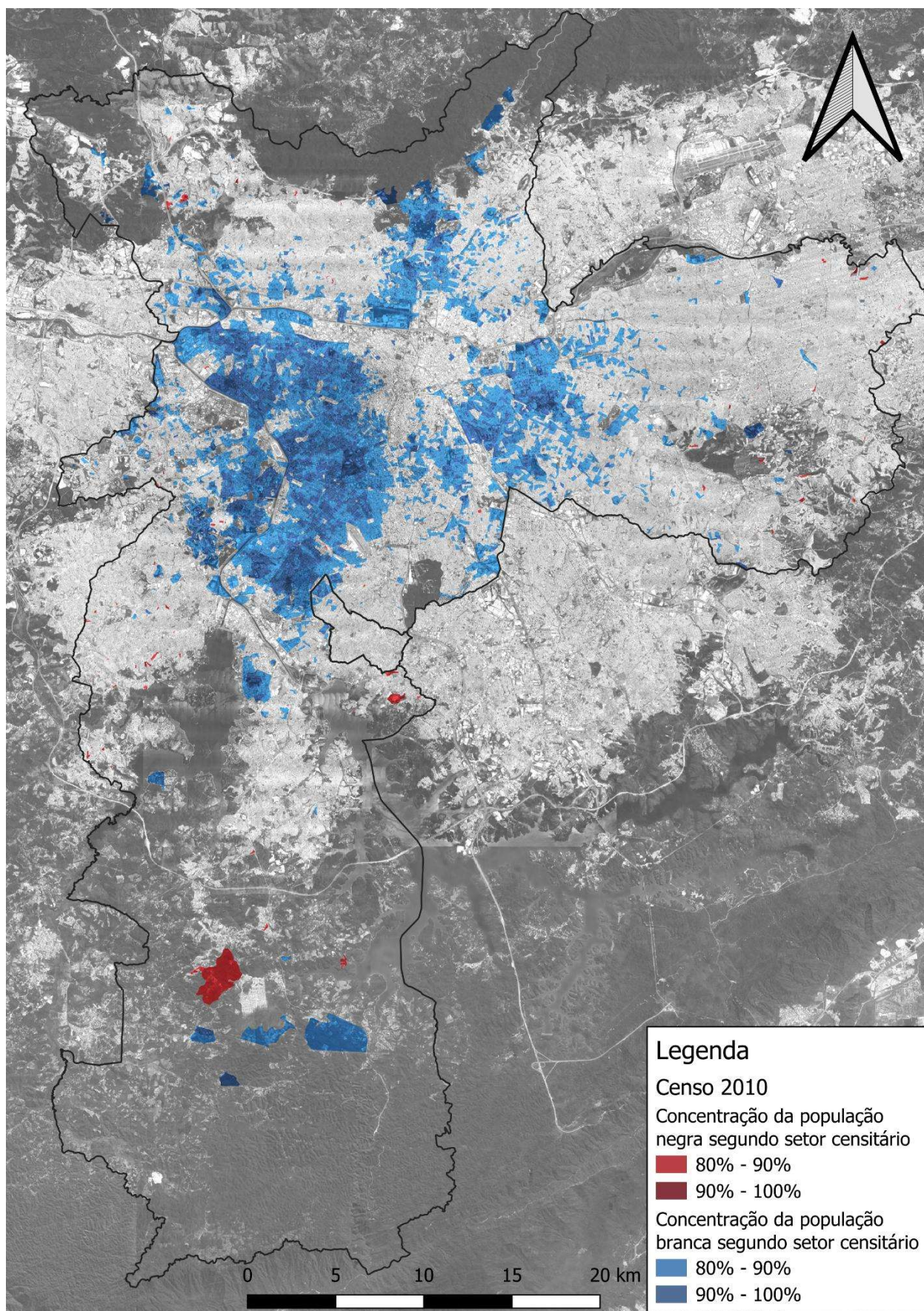
Quando construo o mapa a seguir, que indica os setores censitários onde a ocupação humana é de pelo menos 80% de pessoas negras ou brancas, minha intenção é pensar sobre esse padrão de ocupação. A escassez de setores onde a população negra está racialmente isolada, em contradição com a extensão da mancha azul que indica onde a população branca se isola racialmente chama atenção. Esse mapa me faz pensar que quando ouço Brown cantando que o sonho de todo preto como eu é ter um terreno no mato só seu, sem luxo, descalço, nadar no riacho, sem fome, pegando as frutas do cacho; talvez eu não devesse pensar apenas em termos de propriedade, ou exclusividade, mas sim em termos de estabilidade e abundância. Se a instabilidade, desterro e mobilidade marcam a trajetória negra e originária em São Paulo (ver nota 101), o sonho da terra se apresenta como possibilidade de viver outramente – já que em São Paulo, Deus é uma nota de cem⁸⁰.

Concomitantemente, a segregação racial é entendida aqui como a) um processo que aprofunda as desigualdades (socioeconômicas) raciais previamente existentes; e b) uma expressão, dentre outras, da continuidade do movimento colonial de expropriação do valor das terras e corpos nativos, ou racializados. Mais interessado em explorar nesta dissertação as implicações dessa segunda afirmação e de como a violência, enquanto linguagem, viabiliza esta contínua expropriação, retomo uma das caracterizações que Fanon descreve entre as cidades, ou zonas, colonizadas e dos colonizadores.

O opressor, em sua zona, faz existir o movimento, movimento de dominação, de exploração, de pilhagem. Na outra zona, a coisa colonizada, oprimida, espoliada, alimenta como pode esse movimento, que vai sem transição dos confins do território aos palácios e às docas da "metrópole" (Fanon, 1979, p. 38).

⁸⁰ Referências a música *Vida Loka pt.2*, do grupo Racionais MCs (2002). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZDE_kuSAzXk Acesso em: 02/08/2024.

Mapa 11 - Setores censitários onde a concentração de brancos, ou negros, alcança 80%



*Desde o início, por ouro e prata: olha quem morre, então, veja você quem mata*⁸¹. Mais do que zonas opositivas, Fanon encara tais zonas como complementares, no sentido de que é a contínua espoliação e violenta pauperização da zona, da Coisa colonizada, que viabiliza o movimento de acumulação capitalista que caracteriza e viabiliza, materialmente, a zona do colonizador. Tendo em vista essa afirmação mais geral do quadro, me permito dizer que a segregação – sobretudo enquanto qualidade estática que pode ou não ser verificável em um determinado momento no tempo, e não como movimento, processo –, não é necessariamente uma expressão central para que possamos pensar sobre o papel da racialidade na produção e apropriação do espaço urbano em uma cidade moderna, como São Paulo.

Ainda que a dissolução da segregação racial residencial aconteça, como um retrato daquilo que poderia caracterizar uma espacialização racialmente democrática, uma nova distribuição residencial não basta para lidar com as necessárias violências viabilizadas pelo arsenal da racialidade na produção e apropriação do espaço urbano. Mais importante, a supressão da segregação racial, a partir do movimento de inclusão na cidade moderna, não significa a quebra do continuum de violência racial que caracteriza o empreendimento colonial-moderno, na medida em que a cidade moderna se constitui enquanto Coisa, através da violência racial. Neste sentido, a inclusão, sonho distante, pode ser vista também como a reencenação da trajetória escatológica demarcada pelo texto nacional que deforma para descartar os Outros racializados que não partilham das particularidades do sujeito branco/europeu e/ou da civilização moderna.

Cabe aqui retornar ao conceito de *globalidade*, anunciado no capítulo 1⁸². Em sua dissertação Alva Gotby (2016) propõe um diálogo entre Frantz Fanon e Denise Ferreira da Silva para pensar como as categorias de raça e espacialidade são trabalhadas no pensamento destes autores que pode

⁸¹ Referência a faixa *Negro Drama* do álbum *Nada como um dia após outro dia* (1997) dos Racionais MCs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o50J2xg8-sU> Acesso em: 06/06/2024.

⁸² Discuto este movimento também no artigo *Como assim vocês não veem? Ampliando o debate sobre segregação urbana* (Coelho Silva, 2023).

nos auxiliar nesse retorno. Partindo do reconhecimento de que a racialização é um fenômeno polidimensional, a autora, como eu, crítica a leitura de que a segregação racial seria condição para a subordinação racial (Gotby, 2016, p. 26). Enquanto horizonte ontológico distinto da temporalidade – que demarca o devir humano centrado na experiência do branco europeu – a globalidade inscreve as “[...] configurações [culturais,] corporais e sociais encontradas nas várias regiões do globo como significantes de diferentes tipos de mentes humanas [...]” (Silva, 2006, p. 69). Mediada pela racialidade, a espacialidade, “diferença irreduzível, entre os habitantes da Europa e aqueles de outros continentes”, fixa os sujeitos racializados como objetos exteriores ao movimento ao movimento do espírito, à temporalidade, e o seu horizonte como a morte (ibidem, p. 69). A partir da noção de globalidade reivindicamos a perspectiva de que a subordinação racial urbana não prescinde da separação espacial para existir/funcionar. A segregação não é, nesse sentido, necessária à produção da subjetividade racializada, colonizada. Ao contrário, mesmo em condições de proximidade a globalidade faz com que a raça siga significando distância, diferença e desigualdade.

Em outros termos, é possível afirmar então que a *globalidade* permite que algumas regiões geográficas emergjam enquanto “diferentes”, afetáveis (Gotby, 2016). Para o Estado Moderno, que se apresenta como externalização das características do sujeito (não racializado, transparente) em um território nacional onde detém a legitimidade do uso da violência. Construção racializada da ideia de nação permite que o corpo racializado signifique distância, perigo, mesmo que não haja segregação racial. Em contraposição à leitura de Edward Telles, por exemplo, a própria noção de miscigenação que nasce aqui como ferramenta de branqueamento, obliteração do outro racial, não significa menos racismo, ou maior tolerância. “The lack of segregation does not indicate a ‘post-racial’ society, as the scientific mapping of global space and mental differences persists even in proximity” (Gotby, 2016, p. 28). Raça significa distância e diferença e não depende da separação física-espacial para isso. A própria noção de globalidade, um contexto de diferença, designa estas pessoas como pertencentes a outro espaço, quando não a outro tempo, ainda que estes mesmos corpos racializados transitem em um espaço-tempo branco.

“These racialised forms of violence have come to appear as natural, as they concern the spatial and geographical sphere of race rather than the temporal and historical processes of ‘developed’ societies and people” (ibidem, p. 29).

4.1 Nós aqui, vocês lá, cada um no seu lugar – A produção capitalista (do prédio e) da cidade desde Cidade Ademar

Se não através da segregação, como pensar a relação entre a urbanidade moderna ocidental e a racialidade? Minha proposta nesta sessão é centralizar a análise sobre o edifício, o prédio, como expressão material central deste processo de renovação urbana, gentrificação, ou urbanização em curso no distrito enquanto escrevo esta dissertação. Para isso, trabalharei com duas dimensões que considero centrais para compreender como a racialidade participa do processo de viabilização desses empreendimentos, sendo elas a dimensão jurídica e a dimensão econômica. No capítulo seguinte, por sua vez, tratarei da dimensão simbólica deste processo, discutindo mais a fundo a noção de gentrificação.

Comecemos então pela dimensão jurídica, desde os movimentos que se dão no presente, ou passado imediato. Com a aprovação, em São Paulo, do novo Plano Diretor (São Paulo, 2014), o distrito vem sendo palco de fortes transformações, que têm como foco o bairro de Jardim Prudência. A nova lei⁸³ estipula que a Avenida Cupecê, que delimita toda a face norte do distrito de Cidade Ademar, passa a ser designada enquanto um Setor Eixo de Desenvolvimento, que por sua vez se conecta ao Arco Jurubatuba, um Setor Orla Ferroviária e Fluvial, e que juntos compõem a Macroárea de Estruturação Metropolitana, composta por outros oito subsetores. Os oito objetivos específicos dos Eixos de Estruturação são, segundo a lei de 2014:

I - promover **transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana** com o objetivo de ampliar a

⁸³ Lei 17.975, de 8 de julho de 2023, promulgada em 2014 e atualizada em 2023, conforme discutirei adiante. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17975-de-8-de-julho-de-2023> Acesso em 26/05/2024.

geração de empregos e renda e intensificar as atividades econômicas;

II - **recuperação** da qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os **adequadamente** com os sistemas urbanos, principalmente de drenagem, saneamento básico e mobilidade;

III - promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;

IV - incremento e qualificação da oferta de diferentes sistemas de transporte coletivo, articulando-os aos modos não motorizados de transporte e promovendo melhorias na qualidade urbana e ambiental do entorno;

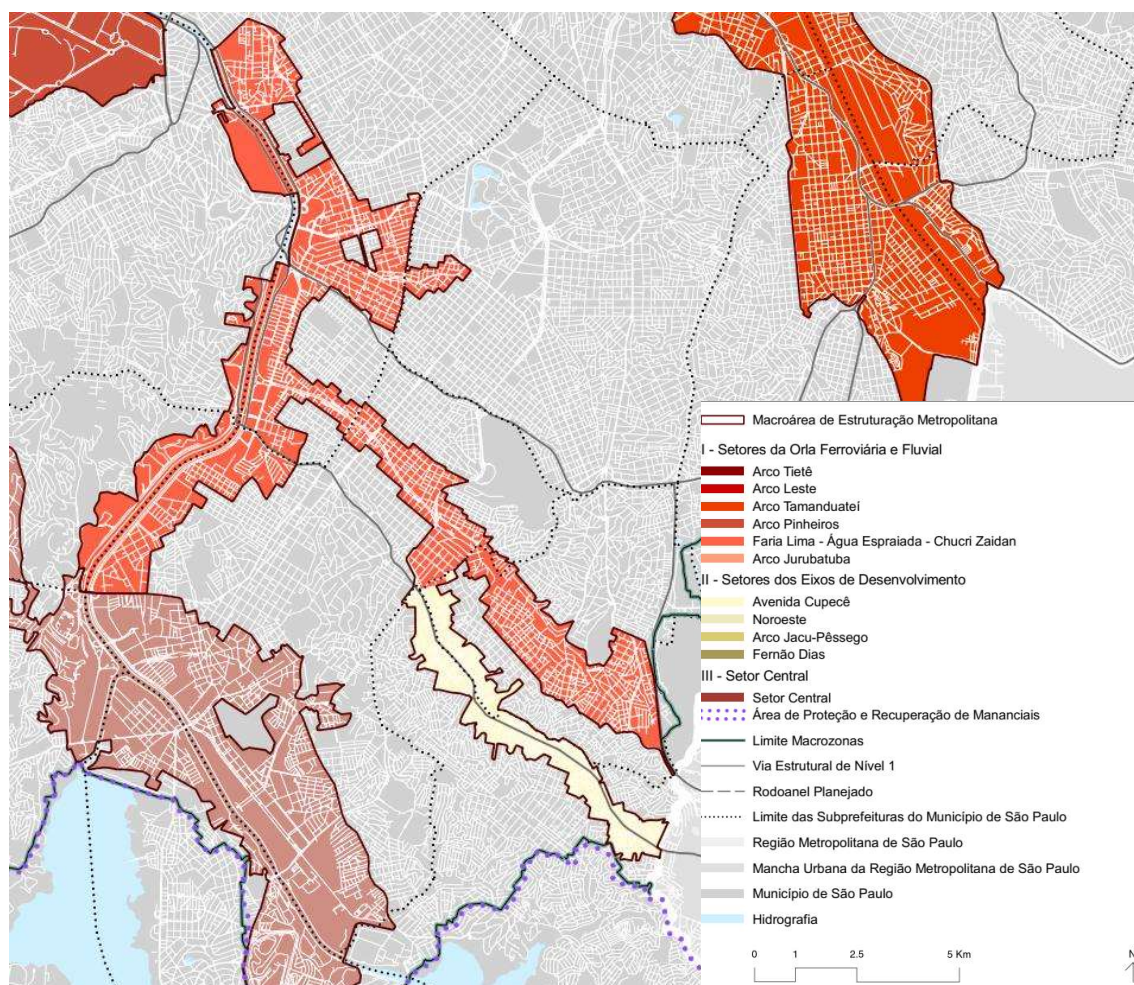
V - implantação de atividades não residenciais capazes de gerar emprego e renda;

VI - redefinição dos parâmetros de uso e ocupação do solo para qualificação dos espaços públicos e da paisagem urbana;

VII - minimização dos problemas das áreas com riscos geológico-geotécnicos e de inundações e solos contaminados, acompanhada da prevenção do surgimento de novas situações de vulnerabilidade, em especial no que se refere à implantação de atividades em áreas de ocorrência de solos e rochas sujeitos a colapsos estruturais e subsidência, mapeados na Carta Geotécnica do Município de São Paulo;

VIII - incentivo à **atividade econômico-industrial de escala metropolitana** (São Paulo, 2014. Destaques meus).

Mapa 12 - Excerto do Mapa 2ª, referente à Macroárea de Estruturação Metropolitana que compõe o plano diretor de 2014



No caso da Avenida Cupecê, onde há corredores de ônibus com faixa exclusiva, as quadras internas a uma linha paralela de 300m do local foram incluídas nos Eixos em 2014, métrica atualizada para 400m em 2023 (São Paulo, 2023). Com isso, o Coeficiente de Aproveitamento⁸⁴ da área (CA), passou de 2 para 4, ou de 3 para 6 no caso de Habitações de Interesse Social (HIS)⁸⁵. Esta mudança, seguramente alinhada com o objetivo de viabilizar um maior aproveitamento da terra urbana, foi passo fundamental para viabilizar a

⁸⁴ Coeficiente de Aproveitamento é a relação entre a área edificada, excluída a área não computável, e a área do lote podendo ser: a) básico, que resulta do potencial construtivo gratuito inerente aos lotes e glebas urbanos; b) máximo, que não pode ser ultrapassado; c) mínimo, abaixo do qual o imóvel poderá ser considerado subutilizado. Disponível em: <https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/novo-pde-coeficiente-de-aproveitamento/> Acesso em: 13/06/2024.

⁸⁵ HIS são habitações destinadas a população que tem renda de até 6 (seis) salários mínimos de renda familiar mensal ou até 1 (um) salário mínimo per capita mensal e que usufrui de benefícios urbanísticos e fiscais previstos pelo Plano Diretor, revisado em 2023, Cap. 2, Art. 14.

construção legalizada de edifícios residenciais verticalizados, prédios, na região, que tem 2014 como ponto de partida na região.

Sem a pretensão de esmiuçar a Lei n. 17.975, o Plano Diretor (2014), ou apontar para todas as críticas cabíveis a um plano que já foi chamado de “coleção de absurdos”⁸⁶ por arquitetos e urbanistas estudiosos da área, gostaria de destacar como os objetivos elencados acima se articulam com o processo de verticalização em curso – processo que torna-se possível também com a promulgação da Lei de Zoneamento (São Paulo, 2016), revisada em 2023 (São Paulo, 2024).

Redefinida como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU), os edifícios representam uma transformação urbana orientada para o maior aproveitamento da terra, na medida em que proporcionam uma maior ocupação humana (adensamento populacional) em local servido por uma via de transporte de alta capacidade. Nesse sentido, voltado a extração máxima do valor da terra (urbana), esse adensamento simboliza uma organização eficiente da terra urbana com capacidade de intensificar as atividades econômicas. É compreendendo a vida humana na cidade enquanto trabalho potencial que se torna possível compreender a capacidade de intensificar as atividades econômicas que o novo zoneamento viabiliza⁸⁷. Afinal, todos queremos chegar logo, perder menos tempo no caminho.

Ao partir do aproveitamento da terra urbana como primeiro objetivo específico, a recuperação dos sistemas ambientais existentes (ou seja, aqueles que sobreviveram à urbanização) de forma adequada aos sistemas urbanos tem como objetivo primeiro garantir um funcionamento eficiente da cidade, não efetivamente viabilizar a recuperação de qualquer sistema ambiental⁸⁸. Trata-se menos de qualquer noção de respeito ao rio, e mais de evitar inundações e

⁸⁶ Raquel Rolnik, 2023. Disponível em: <https://avidanocentro.com.br/cidades/raquel-rolnik-diz-que-revisao-do-plano-diretor-permite-liberou-geral/> Acesso em: 27/05/2024.

⁸⁷ Sobre esta reorganização, pautada na eficiência e máximo aproveitamento da terra urbana, há um diálogo possível e interessante em relação ao conceito de logisticalidade (Moten; Harney, 2023).

⁸⁸ Chamo aqui atenção para a oposição ontológica, no pensamento moderno, entre a cidade, enquanto espaço humano construído, e a natureza, como espaço para-humano, não definido pela ação humana (Pereira, 2023). Discussões sobre as intersecções entre subordinação racial, e dirigida às terras nativas, e demandas por preservação ambiental compõe diversos relatos como os de Rodrigo Ribeiro (2024) e Karoline Santos da Silva (2018).

garantir a normalidade urbana. Em Cidade Ademar o adensamento populacional causado pela emergência de diversos edifícios residenciais sobrecarrega o córrego Zavuvus, cujas repetidas enchentes que antecedem esse processo são conhecidas. A principal obra de recuperação ambiental em curso é a Readequação Hidráulica da Bacia do Córrego Zavuvus, que se cruza com os objetivos específicos III e VII. A cidade não pede agô pra terra, então *cuidado onde cê pisa, essa terra não é sua, olha o que cê deseja, eu nunca ando só na rua*⁸⁹.

Para a população de baixa renda (os empobrecidos pela/na cidade) a promoção da urbanização e regularização fundiária às margens do Zavuvus se cruza com a minimização dos problemas das áreas com riscos geológico-geotécnicos e de inundações e solos contaminados. Os problemas, por um lado, são a poluição do córrego; por outro é a própria ocupação humana urbana⁹⁰ dessa área. Me lembro do questionamento de W. E. B. Du Bois, algo como *o que se sente ao ser um problema?*⁹¹ Em uma de suas matérias, o coletivo Expresso Periférico assim narra este processo de regularização às margens do córrego:

[...] Quanto ao projeto de urbanização, o que se vê é uma verdadeira “zona de guerra”. Com a retirada dos moradores sob alegação de liberar espaço para urbanização, áreas antes ocupadas por moradias estão tomadas por entulho, revelando falta de planejamento e depósito de materiais inadequados nas áreas que estão abandonadas, revelando e a indiferença da prefeitura e do estado com a parte mais sofrida da população (Expresso Periférico, 2020)

O processo de renovação urbana anuncia uma noção capitalista pós-industrial de desenvolvimento, de progresso, não apenas na região de Cidade Ademar, mas de todo espaço periférico, como indica a noção de Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana. Sendo essa a Macroárea que designa todo o restante do distrito de Cidade Ademar não afetado pelo Eixo de Estruturação da Avenida Cupecê, creio que cabe retomar sua definição de acordo com o Plano Diretor Estratégico de 2014:

⁸⁹ Referência a música *Sincera*, de Cristal (2020). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=w--dTzr7C7c> Acesso em: 04/08/2024.

⁹⁰ Urbana pois na cidade, mas urbana também como conscrita as limitações de mobilidade, cultivo, produção com a terra, etc..

⁹¹ “How does it feel to be a problem?” (Du Bois, 1903)

A Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana localizada na periferia da área urbanizada do território municipal caracteriza-se pela existência de elevados índices de vulnerabilidade social, baixos índices de desenvolvimento humano e é ocupada por população predominantemente de baixa renda em assentamentos precários e irregulares, que apresentam precariedades territoriais, irregularidades fundiárias, riscos geológicos e de inundação e déficits na oferta de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas.

Frente à periferia caracterizada pela precariedade, vulnerabilidade, subdesenvolvimento humano e baixa renda, o desenvolvimento e eficiência anunciados são não apenas bem-vindos, mas (quase) irrecusáveis. Os objetivos anunciados representam ao mesmo tempo a completa descaracterização da área, e sua salvação. Uma perspectiva que remonta, sobre outra chave de leitura, àquilo que seria sociologicamente caracterizado como “lugar de negro” por Lélia Gonzales e Carlos Hasenbalg (1982), um lugar social (materializado nesta caracterização da periferia) que remonta a precarização, espoliação e ausência de direitos básicos, constitutivos da noção de cidadania. Em certo sentido, aqui as noções de desenvolvimento e integração social poderiam ser compreendidas como sinônimos.

Quando tomamos, porém, a noção de desenvolvimento como eficiente valorização do capital/geração de valor, por um lado; e branqueamento do território por outro, poderíamos nos perguntar como o desenvolvimento aqui enunciado, sem nenhuma referência à população branca ou negra (salvo menções a sua preservação quando tratamos da presença quilombola), sem referência racial evidente, poderia promover o branqueamento do território?

Poderíamos pensar primeiro nas diferenças entre as diferentes qualidades de zoneamento existentes. No caso dos Setores Orla Ferroviária e Fluvial da Macroárea de Estruturação Metropolitana – como é o caso do Arco Jurubatuba que se conecta ao Eixo da avenida Cupecê – o terceiro objetivo específico me chamou atenção.

III - **manutenção da população moradora**, inclusive através da promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas (São Paulo, 2016, art. 12).

A manutenção da população moradora no Arco Jurubatuba, que se localiza justamente em uma fronteira de ocupação (hoje, quase que exclusivamente) branca, chama atenção não só pela distinção entre os objetivos que se destinam ao distrito de Cidade Ademar. A região passou por um processo de renovação urbana no início do século XXI que foi narrado por Mariana Fix em *Parceiros da Exclusão* (2001), e que culminou com a remoção de diversos moradores pobres da região, sobretudo aqueles que residiam em favelas. Apesar de raça não ser uma categoria central para a pesquisa⁹², que destaca os conflitos entre diferentes classes e entre legais (moradores) e ilegais (favelados), podemos tomar o material documentado por Sabotage, em *Um bom lugar*⁹³ e *Respeito é pra quem tem*⁹⁴. Longe da presunção de que o material seja representativo estatisticamente para as favelas do Canão, Brooklin e adjacências, onde os cliques foram gravados, trago o material como recurso para propor possibilidade de que estas pessoas removidas fossem também, em grande parte, negras, além de pobres ou faveladas. Tendo isso em vista, o objetivo de manutenção da população moradora serve como um mecanismo de reafirmação do processo de branqueamento da ocupação desse território, quer tomemos em consideração as proposições desracializadas⁹⁵ como efetivamente excludentes/racistas, ou não.

Outra possibilidade de localizar a operação do arsenal da racialidade nesse processo seria justamente olhar para o contraintuitivo questionamento: quem pode recusar o desenvolvimento? Se desenvolvimento (urbano) for um sinônimo de branqueamento (da cidade), há possibilidade de articular sua

⁹² O que se dá também devido às restrições no acesso aos dados por parte do poder público e das empresas envolvidas, quaisquer que fossem, sobre a população que seria removida das margens da av. Água espreiada, hoje Roberto Marinho.

⁹³ Clipe da música *Respeito é pra quem tem*, do artista Sabotage (2000), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EnmGyR95bsw> Acesso em: 29/07/2024.

⁹⁴ Clipe da música *Um bom lugar*, do artista Sabotage (2000), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GA7LcSX8tYE> Acesso em: 29/07/2024.

⁹⁵ Como proposições desracializadas, me refiro à tradição de preferência a categorização de distintos grupos sociais a partir da sua renda, ou a partir da sua condição jurídica, neste caso, favelados e moradores. Sua potência excludente, racialmente situada, se desvela na medida em que compreendemos que a população negra é sobre-representada em condições de pauperização, precariedade e vulnerabilidade, algo extensamente trabalhado por uma tradição na qual destaco o supracitado “Lugar de Negro” (Gonzalez; Hasenbalg, 1982). Assim hoje falar dos favelados, falar dos pobres, é em São Paulo falar indiretamente também dos negros, de forma incontornável.

recusa? Destaco um trecho da nova Lei de Zoneamento⁹⁶ que faz referência às áreas que, por serem de “interesse histórico ou cultural”, não serão diretamente afetadas pelo novo zoneamento, podendo assim preservar sua estrutura e população moradora:

Art. 2º A ampliação das Zonas Eixo de Estruturação da Transformação Urbana existentes, atendidas as diretrizes e parâmetros fixados nos arts. 76 e 77 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, com nova redação dada pela Lei nº 17.975, de 8 de Julho de 2023, conforme representado no Mapa I anexo a esta Lei, o qual foi elaborado respeitando os seguintes critérios:

[...] **V** - não demarcação como ZEU das áreas que apresentem as seguintes características de interesse histórico e cultural:

a) os imóveis tombados e as quadras inseridas em áreas envoltórias regulamentadas pelos órgãos de preservação, quando estas tiverem relação com a ambiência urbana, possuírem características singulares do ponto de vista da morfologia urbana ou forem constituídas por **conjuntos urbanos dotados de identidade e memória**, sendo estas áreas envoltórias do **Centro Histórico da Penha** (Res. 13/2018), **Chácara das Jaboticabeiras** (Res. 03/2021), **Bairros Jardins** (Res. 05/1991), **Bairro Jardim Lusitânia** (Res. 05/2002), **Bairros Pacaembu e Perdizes** (Res. 42/1992), **Bairro Sumaré** (Res. 01/2005), **Eixo Domingos de Moraes** (Res. 06/2018), **São Joaquim/Pirapintigui** (Res. 22/2018), **Eixo Histórico Santo Amaro** (Res. 14/2002 e 27/2014), **Praça Vilaboim** (Res. 15/2007), **Ambiental Chácara Klabin** (Res. 06/2004), **Bela Vista** (Res. 22/2002) e **Freguesia do Ó** (Res. 46/1992);

b) as quadras inseridas no perímetro e no entorno do **Mirante de Santana**, delimitados pela Lei nº 7.662, de 18 de outubro de 1971;

c) as quadras inseridas no perímetro do **Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) Bixiga**, delimitado nos termos da Resolução nº 22/CONPRESP/2002, conforme estabelecido no art. 314, § 8º, da Lei nº 16.050, de 2014, alterado pela Lei nº 17.975, de 2023; [...] (São Paulo, 2024)

Com exceção do Bixiga, estipulado como território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICP) recentemente após uma grande mobilização de movimentos negros diversos⁹⁷, Centro Histórico da Penha e Freguesia do Ó, todas as outras áreas residenciais citadas são quase exclusivamente ocupadas por pessoas brancas (IBGE, 2010). Ao retomar essas áreas como conjuntos urbanos dotados de identidade e memória, via um processo jurídico e tão

⁹⁶ Apesar de não ser uma discussão que aprofundarei aqui, cabe ressaltar a existência de toda uma “linha de pesquisa” que vem discutindo as interações entre a legislação de zoneamento, especificamente, e suas interações com as estratégias de expropriação e subordinação racial, em diversas cidades. Como também me informo por essa discussão, recomendo como possíveis caminhos nesta direção, Barone (2018) e Sandercock (1998).

⁹⁷ Ver mais em *Corpos em diáspora: processos de despossessão no território negro do Bixiga* (Françoso, 2022).

democrático como o é, há um implícito reconhecimento de que em geral a identidade ou memória dos territórios não judicializados não é significativa o bastante para frear, ali, o desenvolvimento. Neste sentido, vejo como a continuidade de um processo de embranquecimento, também da História de São Paulo, se cruza com os processos jurídicos que pautam o desenvolvimento na cidade, algo já abordado em diversos estudos sobre a cidade (Angatu, 1998; Domingues, 2002; Françoso, 2022; Neres, 2023; Ressurreição, 2023; Oliveira; Oliveira, 2015).

Em uma perspectiva mais ampla e temporalmente alargada, porém, existem outros elementos importantes a serem percebidos a respeito de como a dimensão jurídica viabiliza a produção destes empreendimentos, bem como o branqueamento da cidade. O primeiro passo-para-trás que podemos dar, diz respeito a pensar na obviedade que é a estrutura jurídica da propriedade privada que viabiliza a dominação de uma parcela do solo (o terreno) enquanto objeto, por um sujeito jurídico.

Para demarcar uma porção de terra – enquanto espaço, não solo⁹⁸ - antes de mais nada é preciso estar familiarizado, como estamos todos, com a concepção moderna de espaço ⁹⁹, enquanto um abstrato quantificável, mensurável, separável e, enfim determinável. A demarcação da terra enquanto propriedade privada só se torna viável a partir dessa concepção de espaço. Em territórios coloniais, ex-colônias jurídicas, a demarcação dessa terra – incluídos aqui os corpos que nela habitavam – se fez através da violência colonial, totalmente implicada conforme explorei anteriormente, por meio da operação simbólica e material do arsenal da racialidade. Esta separação, da terra e entre a terra e os corpos que nela habitam, só se faz possível mediante o uso da violência, simbólica e total, que tem como seu primeiro, e recorrente, passo a violenta determinação de ignorar quaisquer relações que possam ou não estar estabelecidas entre corpos, comunidades, grupos sociais, e a terra que habitam e que é por eles habitada. É também a mesma determinação, replicada juridicamente, que opera a separação do devir das porções de terras ocupadas pela população do Jardim Martini, área a ser desocupada para

⁹⁸ Me refiro aqui a distinção terra-solo pensando na abordagem proposta em (Silva, 2020b).

⁹⁹ Conforme detalhado no primeiro capítulo.

reformas de drenagem do córrego Zavuvus, do devir das pessoas que o ocupam, mediante a demanda pelo desenvolvimento da cidade.

Em 2018, dos cinco destinos possíveis para a população do Jardim Martini, apenas duas estavam confirmadas, sendo ambas em outro extremo da Zona Sul, Jardim São Luís e Itapecerica, repetindo o extensamente narrado¹⁰⁰ movimento contínuo de expulsão dos pobres para a periferia. Algo que, conforme explorei, não se dá na mesma forma no Arco Jurubatuba, ou no bairro dos Jardins, por exemplo. Ecoam em meus ouvidos as palavras de Denise, sobre as operações policiais na Vila Cruzeiro: parece-me que o objetivo dessas ações é uma reapropriação simbólica do território, mas não necessariamente o retorno de seus habitantes à região protegida da legalidade (Silva, 2014, p. 102). Não importa que essas famílias não tivessem condições (ou desejo) de adquirir outras moradias, não importa que eles tenham – ou não – documentos; importa que elas saiam de lá e contribuam assim para o melhoramento ambiental do distrito e da cidade.

¹⁰⁰ Ver por exemplo (Arns *et al.*, 1976; Maricato, 1979a; Ribeiro; Cardoso, 1994).

Mapa 13 - Jardim Matini, Apresentação "PAC-2 DRENAGEM ZAVUVUS", realizada pela SEHAB - Secretaria Municipal de Habitação (2018)



Em Cidade Ademar, outro fenômeno violento que repete esse movimento de continuum desterro na história diaspórica/moderna¹⁰¹ pode ser percebido quando revisitamos a história da territorialização de alguns dos terreiros de Cidade Ademar, publicada na dissertação de Marilene Gerônimo (2022). Ao presumir outra relação com o espaço, que podemos pensar no sentido de complexas atitudes *ecológicas*¹⁰², os terreiros por onde a autora vive sua pesquisa apresentam diversas histórias de remoções que só são passíveis de compreensão se olharmos para a questão racial, como a própria autora o enuncia. Nesse sentido, a despossessão e remoção de espaços de profunda

¹⁰¹ Podemos pensar essa questão em diálogo que a Profa. Gabriela 'Gaia' (Pereira, 2015) propõe, a partir do livro *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus. Sobre a mobilidade da população negra no pós-abolição, recomendo também a escuta do podcast "Livres e agora?", que conta com a participação de Vera Eunice, filha de Carolina, e foi produzido pela História da Disputa, coletivo do qual participo. Disponível em: <https://www.historiadadisputa.com/portfolio/livres-e-agora/> Acesso em 03/06/2024.

¹⁰² Tomo aqui a ideia em um sentido de uma *ecologia radical* como a trabalhada por Muniz Sodré em "O terreiro e a cidade", onde não se presume uma hierarquia humana sobre o restante do mundo natural, e sim uma possibilidade de parceria entre humanidade e cosmos (Sodré, 1988, cap. 5).

memória e identidade se justifica, como movimento em direção ao progresso, ao mesmo tempo que a preservação da *Bela Vista* é resguardada. O que desejo evidenciar aqui é que, mais que seletivo, o discurso e exercício jurídico relativo ao espaço urbano de São Paulo é informado por uma racializada hierarquização dos corpos, memórias e possibilidades de territorializar (isto é, estabelecer de forma autônoma e coletiva uma relação com a terra). Em outras palavras, é o exercício do arsenal da racialidade, enquanto violento instrumento de dominação, que viabiliza nossa ordenação territorial formal. É de se pensar, que isto aconteça em um contexto onde

Janaína já botou lansa de frente, pra arrebentar essa corrente, com o raio ardente e o vendaval da sua mão. Onde Xangô velho viu Obá no seu terreiro, mandou chamar Ogum guerreiro, que tem a lança pra matar esse dragão. Onde São Vicente foi buscar São Cipriano, que ele desmancha desengano, desesperança, desamor, desilusão... Onde foi Oxóssi que falou pra Oxum do Rio, que pra vencer o desafio, tem que lutar senão não tem mais jeito não... É muita mágoa... nem mesmo o mar tem tanta água... Precisa ter pavio aceso pro lampião do coração não se apagar. É muito espanto, é muito ebó, muito quebranto, precisa muito pai-de-santo e o santo vira dois: é santo, é orixá...¹⁰³

Em outro sentido, talvez menos óbvio mas não menos direto, podemos pensar sobre como as demandas por *implantação de atividades não residenciais capazes de gerar emprego e renda e incentivo à atividade econômico-industrial de escala metropolitana* têm se desdobrado na região. Para além dos novos condomínios residenciais, e suas eventuais áreas de comércio no piso térreo, as avenidas Cupecê e Yervant Kissijakian¹⁰⁴ têm recebido diversos novos empreendimentos nos recém-construídos galpões comerciais, que vão de um a três andares, em ambas as vias. Se por um lado as redes internacionais que se instalam ao lado de (não tão) pequenos negócios parecem apresentar um bom presságio dos novos tempos, por outro,

¹⁰³ Referência a música *Santo e Orixá* (2011), de Glória Bonfim, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YiZRQ9sVlo0> Acesso: 10/072024

¹⁰⁴ Definidas pela nova lei de zoneamento como ZEU e Zona Centralidade (ZC), respectivamente.

só quem é de lá sabe o que acontece...¹⁰⁵ Ao passo que os empregos gerados não oferecem estabilidade, ou salários significativamente maiores do que os outros empregos anteriormente gerados no setor terciário na região (ainda que a quantidade de postos por km² possa ser maior), está implícito nesta reorganização territorial a concentração de terra/capital como passo necessário, para que ela seja economicamente viável. A crescente demanda por aproveitamento do espaço urbano se converte, para a população negra, em maior dificuldade ao acesso à terra (que só é legítimo mediante um contrato de propriedade).

Enfim, cabe ressaltar sobre a dimensão jurídica que o próprio processo de construção das legislações urbanas que tivemos em São Paulo se deu de forma a reforçar não só a branquitude como condição de privilégio, mas políticas genocidas contra as populações racializadas, sobremaneira negras e indígenas. Ao passo que se constrói a normatividade, a legalidade, tendo como referência a espacialidade urbana da Europa em primeira instância, e dos brancos brasileiros em segunda, a ilegalidade e logo a criminalização recai, quase como consequência necessária para quem se vê civilizador, sob os corpos racializados e empobrecidos (Rolnik, 1997). Talvez, quase paradoxalmente, seja justamente observando este momento onde estejamos mais próximos de pensar em uma dissolução entre corpos, moradias, (posse da) terra¹⁰⁶... Tudo aqui pode ser criminalizado, aniquilado, ao mesmo tempo, e a todo tempo.

¹⁰⁵ Referência a faixa *Expresso da meia noite*, dos Racionais MCs (Nada como um dia após o outro dia, 2002).

¹⁰⁶ Talvez possamos pensar nesta passagem, neste movimento, como uma demonstração da *fungibilidade*, como qualidade da *corpo cativa ferida na cena da subjugação*, uma abordagem sobre a “[...] Escrava na cena da violência total, onde ela perturba a separação entre Humano e Coisa [...]” (Silva, 2024b).

Figura 2 - Cidade Ademar, território de bandidos

Crime e violência, a trágica rotina desses bairros.

HOMICÍDIOS	FURTOS	ROUBOS	FURTOS E ROUBOS DE CARROS	VEÍCULOS ENCONTRADOS
1- Cidade Ademar 2- Capão Redondo 3- Campo Limpo 4- Itaim Paulista 5- Cidade Dutra	1- Ibirapuera 2- Sé 3- Liberdade 4- Jardim Paulista 5- Consolação	1- Cidade Ademar 2- Sé 3- Ibirapuera 4- Santo Amaro 5- Consolação	1- Ibirapuera 2- Jabaquara 3- Jardim Paulista 4- Consolação 5- Pinheiros	1- Cidade Ademar 2- Jabaquara 3- Santo Amaro 4- Parque São Lucas 5- São Mateus

Refúgio de marginais, Cidade Ademar lidera as estatísticas de crime. Mas não os de furtos e roubos de carros, porque é no Ibirapuera que os ladrões agem. Na Cidade Ademar, eles abandonam os veículos e também roubam.

Cidade Ademar, território de bandidos.

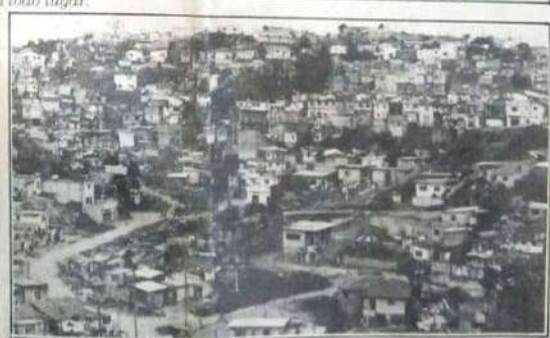
É o bairro mais violento e perigoso da cidade. Lá, ricos e pobres sofrem com os marginais — e todos estão assustados.



Buraco do Sapo: a polícia chega à gigantesca favela, onde o perigo está em todo lugar.



A revista — depois, impunidade.



Lá, os bandidos não têm medo.

Fonte: Jornal da Tarde (1989). Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

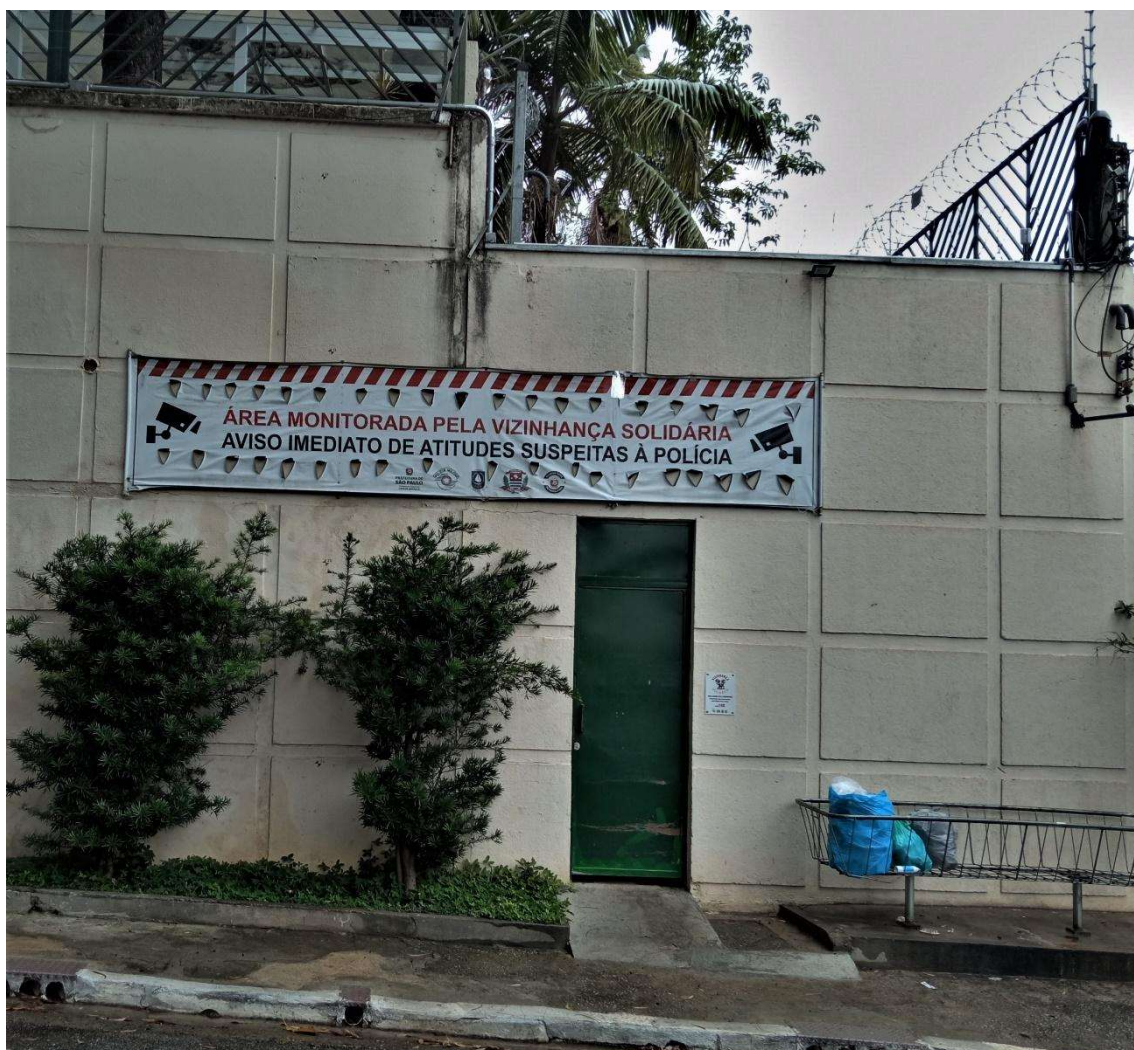
Ao tratar este mesmo processo, material e simbólico, de criminalização a partir do que estabeleço aqui como dimensão econômica, os terrores da *barbárie*, *crime* e *ilegalidade* se convertem em valiosa mercadoria, a segurança. Ao observar o crescimento e transformação da cidade de São Paulo ao longo das últimas décadas do século XX, Caldeira (1997) propõe que frente a um avanço da violência urbana, sobretudo da letalidade policial, e um sentimento de medo crescente, alimentado pela mídia, a forma da segregação paulistana (para a autora, social) estaria se transformando com o progressivo lançamento e ocupação daquilo que a autora chama de *enclaves fortificados*:

São propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão (Caldeira, 1997, p. 159).

Trago a noção aqui tal como abordada pela autora, porque acredito que os edifícios lançados em Cidade Ademar evocam, em seu discurso e materialidade, ideias muito similares às que Caldeira analisa (ainda que sejam expressões mais modestas dos condomínios no Morumbi pela autora analisados): de comparações com “resorts americanos” a um discurso que articula uma nova forma de morar, as imagens de privacidade, acesso privilegiado a serviços, integração a pontos de interesse na cidade e, sobretudo, segurança. Nesse sentido, as separações vigentes entre as já conhecidas entradas de serviço, e moradores, são literalmente reforçadas, da brutalidade dos materiais blindados ao uso das crescentes tecnologias de reconhecimento facial e biométrico, para que não haja enganos. Desse forma, concordo com a autora ao ressaltar como a expansão desses empreendimentos, impulsionada a fim de se obter um maior aproveitamento da terra urbana, representa também uma expansão da privatização dos espaços de uso comum, administrada por gestores profissionais, bem como do policiamento e vigilância de corpos não alinhados a essa concepção do que é moderno – vigilância essa que não se restringe aos espaços internos deste empreendimento, justamente pelo reconhecimento de que o perigo que o assola está, desde sempre, do lado de fora.

No texto a autora aponta para as evidências de uma sociedade racialmente desigual, bem como para a distância entre a negrura e o ideal de modernidade que poderia atrair as elites paulistas, e é com relação ao poder produtivo da racialidade e como ele é operado nestes discursos e construções que acredito poder contribuir, acrescentar à reflexão. Mais do que a continuidade de uma lógica de trabalho escravista que teima seguir entremeando nosso mercado de trabalho, argumento que é também pelo poder produtivo dessa racialidade que tais empreendimentos são possíveis, como o são. Conforme discuti no primeiro capítulo, a racialidade não apenas distingue e hierarquiza os tipos humanos, se não torna possível a organização desta pretensa universalidade, que orbita a brancura e a europeidade. No mesmo sentido, também a distância relativa gerada pela insegurança, instabilidade, criminalização, pauperização e exploração das terras e corpos racializados, negros e indígenas, que valoriza o *enclave*, que confere sentido aos (nem tão) novos edifícios e seus discursos sobre segurança, vigilância e policiamento.

Figura 3 - Aviso de vizinhança solidária, Cidade Ademar (2022)



Fonte: Acervo do autor, (2023).

Eu já, eu sei, eu vejo meu, eu vejo eu sei quem é o segurança, quem é o mão branca, ele não me viu eu já vi eles. Sabe, leitura de rua? Eu tenho a leitura das ruas, das esquinas, de quebrada de boy, de quebrada vazia cheia de guarita, essas quebrada com carro, o cara fica andando de carro procurando o que fazer, piiiiviiii, apitando, cê fica ali parado fumando um cigarro daqui a pouco vem um polícia e pá, encosta, foi ele que ligou, entendeu? Tá altamente vigiado... vigilância! Ali no Capão já tem umas casas, umas quebradas que têm as faixas, escrito assim, quase dizendo, sai fora! Você ficar parado aqui eu vou chamar a polícia. Tá dizendo assim né "Vigilância Solidária" né? "Vigilância comunitária, qualquer atitude suspeita será automaticamente..."

(risos) ou seja, pega o beco negão. Em outras palavras, você não é daqui, não tem porquê ficar aqui, vou chamar a polícia pra você (risos).¹⁰⁷

O controle da mobilidade, que vai da vigilância racialmente informada aos diferentes acessos permitidos¹⁰⁸, extrapola os muros na medida em que fabrica uma sensação de segurança que demanda a vigilância não apenas dos seus interiores, mas também de suas imediações. A desconexão gerada entre a promoção de uma vida individualizada, privativa, e seu entorno, somados à demanda por uma vigilância constante, se materializam em uma arquitetura hostil ao entorno e uma crescente demanda por policiamento (militar).

Em bairros onde a renda dos moradores é maior, e a população mais branca, a sensação de insegurança pode se unir à demanda por preservação da identidade, segurança e cultura da comunidade e encontrar no policiamento militar uma resposta eficaz a esses anseios – dadas as distinções que a racialidade opera entre a periferia e bairros como Jardins¹⁰⁹, por exemplo. O que se passa quando esses edifícios são construídos em territórios periféricos e racialmente fronteiriços? Partindo do fato de que a polícia militar é, historicamente e atualmente, desproporcionalmente mais violenta contra corpos negros¹¹⁰, e em territórios empobrecidos e ocupados pela população

¹⁰⁷ Fala de Mano Brown, no programa Mano a Mano, com André Caramante e Cecília Oliveira, disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0Bm3UOpUBCYAQm2ITpQMim> acesso em 02/10/2024.

¹⁰⁸ Que variam nos empreendimentos analisados, desde os sempre existentes portões de serviço aos elevadores, que podem ser sociais, de serviço ou privativos em alguns casos – estes últimos voltados a compradores de maior renda. Sobre as conexões entre negrura, serviços e invisibilidade consultar _____ sua memória.

¹⁰⁹ Em 2017, o “novo comandante das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), o 1.º Batalhão de Choque da Polícia Militar paulista, disse ao *portal UOL* que os policiais que atuam na região nobre e na periferia da capital paulista adotam formas diferentes de abordagem e contato. ‘É outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma de ele abordar tem de ser diferente. Se ele for abordar uma pessoa da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins, ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado’, disse o tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo.” Disponível em: <https://www.estadao.com.br/sao-paulo/abordagem-nos-jardins-tem-de-ser-diferente-da-periferia-diz-novo-comandante-da-rota/> Acesso em: 04/06/2024

¹¹⁰ Partindo de relatórios recentes, como “Pele-alvo: a cor da violência policial” (2021), disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/12/relatorio-Rede-Observatorios-Seguranca-violencia-policial-14-dez-2021.pdf>; “A cor da violência policial: a bala não erra o alvo” (2021), disponível em https://ponte.org/wp-content/uploads/2020/12/RELATORIO_REDE-DE-OBS_cor-da-violencia_-Embargado-ate-0912_06AM-1-1.pdf; e o “Anuário Brasileiro de segurança pública” (2022), disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05->

negra (Adão, 2017; Silva, 2014), podemos questionar como se dá essa relação entre securitização de espaços públicos e privados e o corpo negro. Admitindo a segurança (seja ela factual ou subjetiva, uma maior sensação de segurança) como categoria progressivamente utilizada como ativo diferencial no mercado imobiliário de São Paulo; e tomando em conta que a valorização não só do imóvel, mas da localidade, é o objetivo primeiro dos agentes privados que investem na área (como investidores, não necessariamente moradores) é fácil compreender o interesse desses agentes nessas estratégias de securitização do espaço. O que, é evidente, não quer dizer que outras estratégias de securitização do espaço não sejam postas em prática na periferia, ainda que “eles” tenham medo do que falamos, medo do que sentimos, medo do que fazemos, medo do que dizemos¹¹¹.

Figura 4 - Cartaz comunitário de Cidade Ademar, 2022



Fonte: Acervo do autor, (2023).

Tomando em conta a discussão desenvolvida até aqui – da legalidade e ilegalidade nas condições de moradia, da criminalização de territórios ocupados pela população negra e de seus corpos, da forma a qual a legislação urbana paulistana criminaliza e expulsa para mais-longe os corpos negros e pobres – meu argumento é que as contínuas ações de impedimento à territorialização da população negra e a violência à ela associada e dirigida não só confluem com os objetivos de uma noção de Estado sustentada pelo arsenal

[anuario-2022-letalidade-policia-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf](#)

Acesso em: 04/06/2024.

¹¹¹ Referência à música *Hediondo*, de SD9. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ULjSldNp-Fs> Acesso em: 04/06/2024.

da racialidade, que opera em termos de branqueamento da sua população e território, como confluem com um projeto de desenvolvimento urbano. Desta forma, a presença negra – não enquanto carne, mas como produto do arsenal da racialidade – é um impedimento à continua valorização (máxima ou eficiente) imobiliária urbana.

Ao propor um distanciamento da abordagem sociológica orientada pela lógica da exclusão, “que inscreve a diferença cultural (moral) como uma expressão e produtora dos ‘males sociais’” (Silva, 2014, p. 98), proponho também que evitemos uma relação (tão) direta entre a negridade e a marginalidade-precariedade, como elos estruturantes das noções de periferia¹¹² e da supracitada *Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana* (p. 83), que informam (sociologicamente e legalmente) parte substancial do Distrito de Cidade Ademar. Para isso, retomo o argumento de Denise Ferreira da Silva (2014) a respeito da produção de Kenneth Clark como um paralelo aos argumentos que informam parte significativa dos discursos sociológicos e jurídicos sobre Cidade Ademar. Meu intuito é interromper discursivamente uma cadeia de consequências onde as ilegalidades e condições de vulnerabilidade social aparecem como expressão de uma forma de ser racializada e pobre (cultural) que é caracterizada (só pode ser explicada) a partir da falta: de estudo, de renda, de história, de...

O mesmo campo de estudos que nos dá as estatísticas dos crimes, geralmente utilizadas em discursos para aumento da presença (jurídica ou biopolítica) do Estado, também nos tem trazido uma abordagem da subjugação que inscreve a diferença cultural (moral) como uma expressão e produtora dos “males sociais” ou “deslocamentos sociais” (“crimes”, “lares chefiados por mulheres”, “famílias instáveis”, “drogas”, “dependência de ajuda do Estado”, etc.) encontrados nesses territórios (Silva, 2014, p. 98).

A importância da interrupção, nesta dissertação, se dá também na compreensão de que essa forma de ser marcada pela falta se caracteriza como uma ameaça, um empecilho, à eficiência que o desenvolvimento da cidade requer e demanda e ao qual os Eixos de Estruturação Urbana, surgem como resposta:

Muitas dessas estratégias e mecanismos foram bem recebidas pelo mercado, para Basílio Jafet, presidente do Secovi-SP (2021) o

¹¹² Ver mais sobre a discussão sobre a categoria “periferia” em Tanaka (2006).

conceito dos Eixos são um grande legado do atual Plano Diretor reconhecendo o intuito dos Eixos de propiciar para o máximo possível de pessoas o acesso mais eficiente para o transporte público (Morrone; Moraes, 2003, p. 9).

Minha proposta então, como anunciei antes, é a de observar este processo contínuo não a partir da falta, como carência que informa a noção de desigualdade, mas sim a partir da violência como linguagem, que viabiliza esta continua expropriação e que tem a precariedade e marginalidade como álibis. Orientado pela história e contexto nos quais a realidade brasileira me inserem, uma realidade colonial, penso que a violência, mesmo a mais extrema, sempre existe latente enquanto um horizonte (im)possível – horizonte que tem como uma de suas funções refazer as fronteiras da humanidade e cidadania organizadas pela racialidade. Quando Sabotage pergunta, *quem sofre mais: os pretos daqui ou os de Angola?*¹¹³ minha leitura é sempre dessa pergunta enquanto retórica, pergunta que permite a criação de um espaço-tempo onde a resposta objetiva perde centralidade frente a outras questões éticas que a circundam: por que sofrem, os pretos daqui e de Angola? Como fazer o sangramento estancar? Como criar um futuro mais ameno pras criança da quebrada¹¹⁴?

4.2 Um monstro sem rosto e coração – Erguendo e mantendo a cidade

Na construção de caminhos e vocabulários por onde pensar sobre estas e outras questões, urgentes, finalizo este capítulo com algumas notas sobre o processo de construção material da cidade, dadas também as especificidades de Cidade Ademar. Primeiro, algumas considerações sobre os profissionais que erguem a cidade e suas condições de trabalho. Segundo dados do IBGE¹¹⁵, no quarto trimestre de 2021 54,6% dos trabalhadores no setor da construção civil na região metropolitana de São Paulo eram trabalhadores informais.

¹¹³ Trecho da música *O invasor*, de Sabotage. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=shmtNfHxAc> Acesso em: 13/06/2024.

¹¹⁴ A “meta” anunciada na voz de Mano Brown na canção *Da ponte pra cá*, dos Racionais MCs (Nada como um dia após o outro dia, 2002).

¹¹⁵ Apresentação PNAD contínua: Indicadores de informalidade na construção civil, 2022. Disponível em: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2022/05/apresentacao-pnadc-informalidade-cbic-11052022.pdf> Acesso em: 06/06/2024.

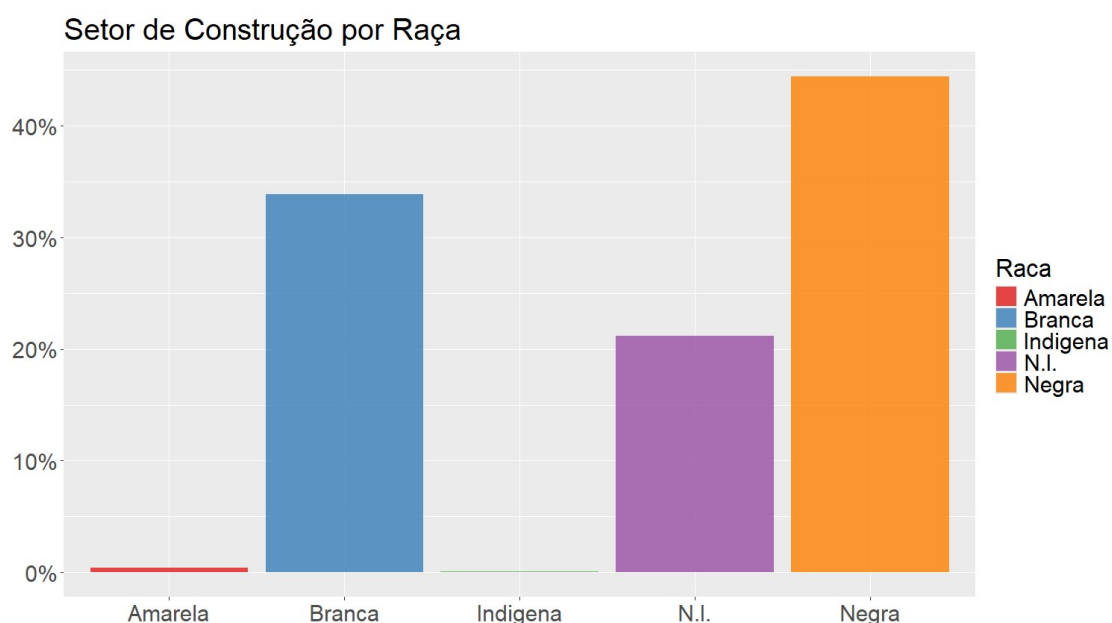
Para além dos menores salários e ausência de direitos trabalhistas que o dado significa para esses trabalhadores, como tantos que vivem em Cidade Ademar, isso também significa que os dados e estatísticas sobre o setor podem apresentar grandes inconsistências com relação à realidade do setor, que tende a ser mais precária (dado que informalidade trabalhista é um importante índice de precariedade do trabalho). Também consideremos que, segundo a Centra Única dos Trabalhadores (CUT) ¹¹⁶, em 2019 negros representavam 65,2% dos trabalhadores informais no setor de construção civil. Dito isso, o que os dados nos informam sobre esses trabalhadores, responsáveis pela materialização dos grandes edifícios que surgem em Cidade Ademar; dos galpões que tomam as avenidas Cupecê e Yervant; das obras de infraestrutura prometidas para o distrito e suas adjacências; enfim, da cidade. Dado (tudo) isso, vamos aos dados ¹¹⁷.

Seja em qual for a base de pesquisa, RAIS ou CAGED ¹¹⁸, é consenso que a população negra é a maioria dos trabalhadores empregados no setor de construção civil, estatística que, como apresento acima, tende a ser subestimada: seja pelo fator informalidade, seja pelo processo de heterodeclaração que culmina na formação destas bases. Esta predominância se dá nos três subsetores que compõe o setor da Construção: construção de edifícios, obras de infraestrutura, serviços especializados para construção. Por considerar que todos são relevantes para pensarmos na produção material da cidade, considerarei todos eles aqui. Em todos os subsetores, e consequentemente no setor de Construção como um todo, a população negra é maioria, absoluta e relativa, em São Paulo.

¹¹⁶ Matéria “Informalidade atinge 47,4% dos trabalhadores negros do Brasil, diz IBGE”, construída com base nos dados da PNAD 2019. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/informalidade-atinge-47-4-dos-trabalhadores-negros-do-brasil-diz-ibge-766e> Acesso em: 06/06/2024.

¹¹⁷ Para referência, neste processo tomei como retratos estatísticos (bases estatísticas estáticas) do setor em São Paulo: CENSO (2010); RAIS (2022), CAGED (2022). Todos os dados citados, suas devidas tabelas ou gráficos e o código (programação em R) está disponível nos Anexos.

¹¹⁸ Os dados de ambas as bases estão em escala municipal pois nenhuma das duas bases permite uma identificação do local de moradia do empregado em escala menor.

Tabela 1 - Setor da construção por raça

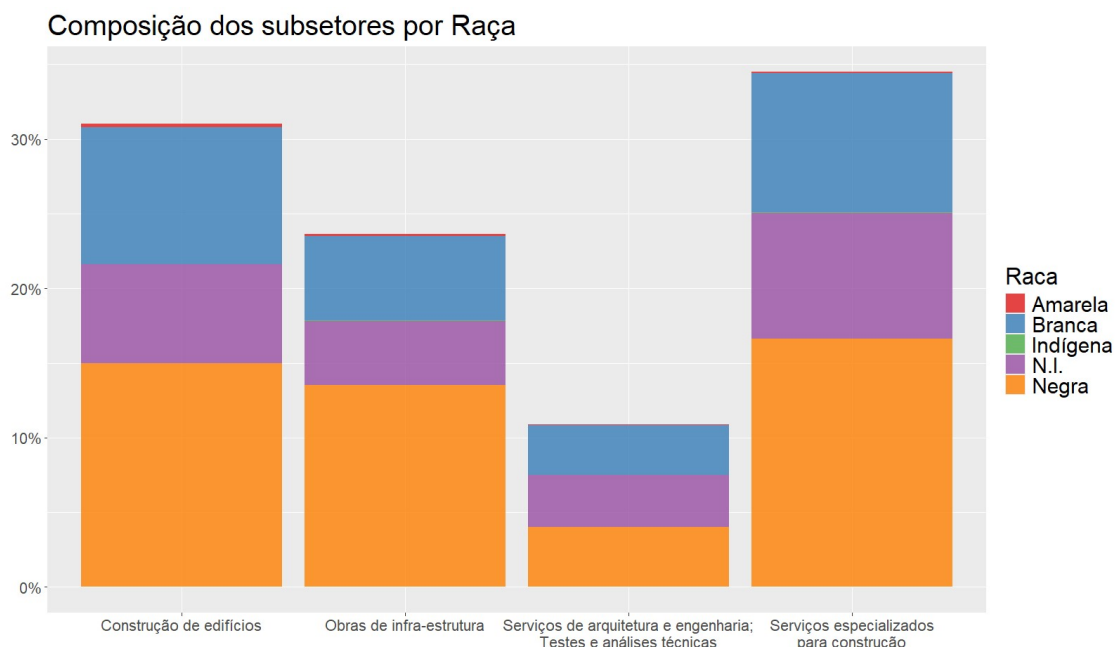
Para esta análise incluirei também as atividades relacionadas a arquitetura não incluídas aqui, dado a quase insignificante presença destes profissionais nos dados sobre o setor de Construção. A legislação urbana demanda a participação desses profissionais na construção de novos imóveis de grande porte (como os galpões e edifícios em Cidade Ademar), bem como na produção da cidade formal/legal. Assim, me parece mais seguro afirmar que essa ausência se dê antes pelas escolhas metodológicas que estruturam as classificações do IBGE, às quais não pretendo criticar; do que por conta da pouca participação desses profissionais nos processo de imageação e materialização da cidade formal, legal. Adicioná-los ao universo da pesquisa, pouco muda o panorama racial do setor, dado sua pequena representação frente ao total de empregados registrados no setor de Construção. Quando observamos à nível de ocupações¹¹⁹ os empregos gerados em 2022¹²⁰, vemos,

¹¹⁹ Segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)

¹²⁰ Para esta análise, utilizei os dados do CAGED, considerando as movimentações de Janeiro a Dezembro cujo saldo fosse positivo, ou seja, que representassem um “novo” posto de emprego. Utilizei os dados do ano de 2022 para possibilitar maior aproximação cronológica entre estes dados de movimentações, frente aos dados estáticos disponibilizados pela RAIS, para o mesmo período.

porém, que a raça impacta fortemente a estrutura ocupacional do setor – como acontece em diversos outros setores da economia¹²¹.

Tabela 2 - Composição dos subsetores por raça (CAGED: 2022)



Segundo os dados do CAGED 2022, 63% dos empregos gerados no setor de Construção (e serviços de arquitetura e engenharia), cuja raça dos empregados foi identificada, foram ocupados por pessoas negras, taxa que sobe para 70% quando tratamos, por exemplo, dos pedreiros, serventes de pedreiros ou carpinteiros. O inverso, como era de se esperar em um mercado pautado pela e para a branquitude, acontece nas ocupações de maior prestígio e salário, como é o caso dos gerentes, desenhistas projetistas, engenheiros civis e arquitetos, onde os brancos ocupam, em média, 70% das vagas. Poderíamos pensar nisso apenas como um resultado de séculos de políticas educacionais discriminadoras e epistemicidas (Carneiro, 2005), sintetizadas em uma desigualdade nos níveis de escolaridade¹²². Porém, quanto maior a escolaridade dos trabalhadores, maior a desigualdade entre os salários entre

¹²¹ Ver, por exemplo, Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (LIMA, M; et.all.2013) Disponível em: https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/livro_dossie_mulheres_negras.pdf Acesso em 13/06/2024.

¹²² Realidade que não é especificidade do mercado de construção, se não norma no mercado de trabalho em geral, como retrata a *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira* (IBGE, 2021. p. 28). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf> Acesso em: 10/06/2024.

negros e brancos, chegando a uma diferença de mais de 50% entre aqueles que tem alguma pós-graduação¹²³. Se por um lado a população negra tem menos acesso à educação formal e às ocupações cujo salário é melhor, por outro, quando ocupa esses cargos a diferença salarial entre brancos e negros torna-se ainda maior.

A evidente separação entre o lugar de negro, e o lugar de branco, no mercado de trabalho da Construção não opera apenas segundo salários e níveis de escolaridade. Embora sejam todas ocupações de salários relativamente baixos e alta rotatividade, em 2022, 88% dos novos contratos de Zeladores e 80% dos cargos de recepcionistas foram ocupados por pessoas brancas, enquanto 84% dos novos trabalhadores de serviços de limpeza urbana foram negros. Estas diferenças apontam, na minha leitura, para outra distinção que se dá da produção à manutenção do espaço urbano: enquanto a população negra se estabelece em ocupações onde o trabalho, fisicamente extenuante, confere pouca visibilidade ou prestígio social; sua entrada é extremamente restrita em postos onde seu trabalho é mediado pela visibilidade do seu corpo¹²⁴, trabalhos que demandam interação na prestação de serviços.

I and I build the cabin, I and I plant the corn. Didn't my people before me slave for this country? Now you look me with a scorn, then you eat up all my corn...

We build your penitentiary, we build your schools,
brainwash education to make us the fools.

We gonna chase those crazy baldheads, chase them crazy...

Chase those crazy baldheads out of town.¹²⁵

A construção e manutenção da cidade de São Paulo, em sua materialidade e infraestrutura, está substancialmente a cargo da população negra (ao menos em relação à sua execução), porém, além disso acontecer a partir de um trabalho mal pago e muitas vezes informal – ou seja, sem nenhuma garantia jurídica – sua presença e visibilidade em espaços privados na cidade formal, ainda que em posição de serviço para pessoas

¹²³ Tabela de mediana dos salários..., encontrada nos Anexos.

¹²⁴ Talvez valha ressaltar, a título de curiosidade, que o grupo de ocupações de Zeladoria (5141) é um dos que menos apresenta declarações de raça “não identificada”.

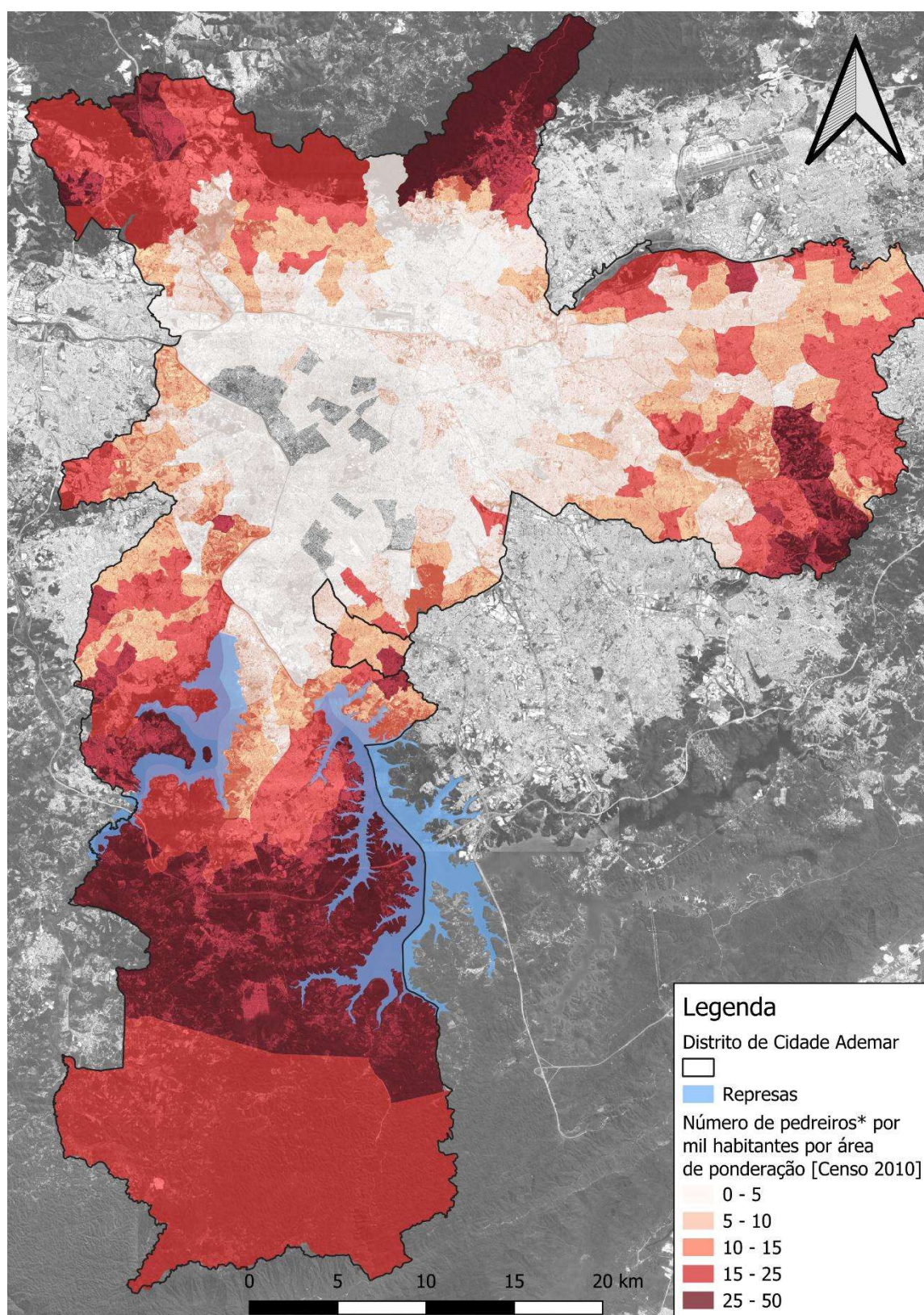
¹²⁵ Trecho da música Baldheads de Bob Marley and the wailers, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXckkQKY6Kk> Acesso em: 10/06/2024).

majoritariamente brancas, é indesejada. Esta percepção se aguça quando observamos que grande parte então dessas pessoas que trabalham, quase em sua totalidade, de 41 a 44 horas semanais (formalmente) tampouco vivem nesta cidade formal, habitada majoritariamente por pessoas brancas, como apresenta o mapa adiante, construído com base em ocupações (classificadas na CBO) como pedreiros e serventes de obras declaradas no Censo de 2010 de acordo com suas respectivas áreas censitárias de moradia.

O fato de a maioria desses trabalhadores, em geral negros, sendo suas condições de trabalho as já apresentadas, morarem em regiões periféricas, onde a maioria da população é também negra, não causa nenhuma surpresa. Porém, um desdobramento importante deste padrão de espacialização das moradias – que evidentemente acompanha o padrão de segregação racial – se dá pela forma a qual historicamente esses territórios são construídos, ou seja, por meio da autoconstrução.

A partir de meados dos anos 1960 diversos estudiosos do fenômeno urbano paulistano se debruçam sobre as transformações que se passam na periferia de São Paulo (SP). Enfocando as especificidades da produção capitalista do espaço, diversos autores buscam compreender aquilo que ao campo dos estudos urbanos aparece, em um primeiro momento, como uma expansão desordenada da cidade, “uma irracionalidade urbana e social flagrante (um verdadeiro ‘processo industrial de favelamento’, afirma [Gabriel] Bolaffi)” (Arantes, 2009, p. 12). Mediante aprofundamento de seu olhar, tal irracionalidade aparece, no entanto, como “um mecanismo de acumulação e de concentração de renda sem paralelos” (Arantes, 2009, p. 12), que aqui ousei dizer se dá não por um passado colonial, mas pela continuidade da violência colonial e racial – um mecanismo que assim se configura devido ao poder produtivo da racialidade enquanto ferramenta de dominação.

Mapa 14 - Concentração de pedreiros¹²⁶ por 1.000 habitantes (2010)



¹²⁶ Para este levantamento, considerei *pedreiros* os "construtores de casas", "pedreiros", "canteiros, cortadores e gravadores de pedras", "trabalhadores em cimento e concreto armado", "carpinteiros" e "outros trabalhadores e operários da construção", de acordo com os dados do Censo (IBGE, 2010) e a CBO.

Os escritos destes estudiosos – que se concentram institucionalmente no CEBRAP e FAU-USP e academicamente nos campos da sociologia, antropologia, arquitetura e urbanismo – frequentemente conectam autoconstrução¹²⁷ (Maricato, 1979b) e espoliação urbana¹²⁸ (Kowarick, 1993) ferramentas de expansão e apropriação capitalista, respectivamente, da cidade que na década de 1960 torna-se a mais populosa do Brasil. Raquel Rolnik e Nabil Bonduki (1979), apresentam um fenômeno que, se hoje parece óbvio, naquele momento não parecia: ao passo que, com muito suor e sangue, moradores pobres autoconstruíam suas casas, ruas e bairros, que seu território passava a ser urbanizado, valorizado, a composição dos moradores mudava. Enquanto espaços de ocupação recente, com menos infraestrutura, abrigavam os moradores mais pobres (e apesar dos autores não dizerem, poderíamos pressupor, negros em sua maioria), aqueles lugares que já haviam conquistado alguma infraestrutura tornavam-se palco de valorização e expulsão, direta e indiretamente, daqueles que a haviam urbanizado, dando lugar assim a novos moradores, com uma melhor condição financeira (e possivelmente, uma pele mais branca, imagino¹²⁹).

Tomando o caso específico de Cidade Ademar, conforme desenvolvi em trabalho anterior (Silva, A. C., 2019), é um fato que a constituição da maior parte do distrito enquanto espaço urbano interconectado (ainda que precariamente) à cidade formal se deu com as mãos de pessoas (em grande parte) racializadas pela via da autoconstrução, ou seja, através de trabalho não pago cujo produto torna-se instantaneamente patrimônio público e de lutas e reivindicações por direitos básicos que atravessam os tempos, até amanhã. A

¹²⁷ O conceito definido por Ermínia Maricato (1979b) diz respeito a prática das populações pobres do meio urbano de construir suas próprias residências, a partir de trabalho não pago, como meio de sobrevivência. Utilizo-me aqui da extensão do conceito, postulado por Ferrara (2013, p. 178) que abarca também a produção de infraestrutura urbana na ausência, seletiva, do Estado.

¹²⁸ “[...] espoliação urbana: é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho” (Kowarick, 1993, p. 62).

¹²⁹ Digo imagino quando quero na verdade dizer que estatisticamente o mais provável, é que as pessoas sejam brancas devido a composição sócio-racial do Brasil, onde a renda se concentra na mão de pessoas brancas, e conforme “subimos” os extratos sociais, mais brancas as pessoas tendem a ser (IBGE, 2010; Osorio, 2021).

exceção nessa história é justamente o epicentro do atual processo de renovação, o Jardim Prudência, que aparece na maior parte dos registros como o bairro/região fundante da ocupação urbana do distrito, o que refuto ao apresentar o movimento de ocupação de bairros como Jardim Miriam (Coelho Silva, 2019, p. 53). Destinado a trabalhadores formais, melhor remunerados, uma mão de obra especializada em sua maioria branca que tende a prosperar economicamente no momento de intensa industrialização, a ocupação urbana do bairro se inicia nos anos 1940/50, através do mercado imobiliário formal, que já na época vende ali casas construídas, em série, para venda (como apresento na figura adiante).

Ao observar essas diferenças tomando os conceitos de *autoconstrução* e *espoliação urbana* e seu uso ao longo das últimas décadas pelo campo, penso que desde o início do processo de urbanização e ocupação urbana do distrito, talvez algo já estivesse ali latente. O fato de grande parte do distrito ter sido autoconstruído – pelas mesmas mãos que estiveram construindo, mantendo e servindo a cidade formal e seus dinâmicos centros de acumulação – não implica apenas na extração do valor do trabalho (pago e não pago) que constitui a cidade. A ilegalidade/irregularidade (ver Mapa 13) que a autoconstrução desde sempre também significou é também ferramenta para viabilizar (juridicamente) a expropriação total dos frutos desse trabalho (mediante a remoção) e, recorrentemente, justificar a própria morte desses corpos. Nesse excesso, que apenas a desigualdade, a pobreza, não parecem dar conta de explicar, vejo o padrão fractal (que parece ecoar, repetindo-se ao longo de um tempo linear que custa a mover-se) que caracteriza o evento racial, eludindo a uma série de políticas sanitárias, de segurança e ocupação do solo que historicamente violaram os corpos e espaços racializados aqui. *Não ora por mim, eles vão precisar ora por eles, nois sabe trabalhar e eles sem nois nem sabe viver. Nois nasceu preparado, se ficar cada um por si vai ser bem pior pro seu lado... Visão turva e amarelo fome, Maria Carolina morreu pobre, a culpa é deles, eles sabem, por isso não dormem, com medo do levante daqueles que não comem...*¹³⁰

¹³⁰ Trecho da música *Poco* (2021) de Tasha e Tracie. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uO4iqK0DGzk> Acesso em: 12/06/2024.

Figura 5 - Anúncio de venda de imóveis (Cidade Ademar)

CIDADE ADHEMAR

CASAS E TERRENOS EM PRESTAÇÕES

- Arruamentos obedecendo aos traçados mais modernos.
- Ruas asfaltadas.
- Onibus Cidade Adhemar partindo do Aeroporto de Congonhas, de 15 em 15 minutos.
- Água, luz e telefone.
- Vendas a prazo em suaves pagamentos.
- Prestações desde Cr\$ 300,00 mensais.
- Plano de arruamento e loteamento aprovado pela Municipalidade.

Inscrições de loteamento de acordo com o Decreto Lei n.º 58 no Registro de Imóveis da 11.ª Circunscrição: n.º 10 de 7-4-47 e n.º 20 de 21-5-49.

CORRETORES NO LOCAL

Fonte: O Estado de São Paulo. São Paulo, 14 de agosto de 1949, p. 6).

Ao trazer a racialidade para pensar neste fenômeno de reprodução do espaço urbano não busco apenas apontar para as múltiplas dimensões de desigualdade entre negros e brancos, certamente produtos de estratégias de subordinação racial – sejam elas entendidas como produtos do racismo, racismo estrutural, ou como argumento da analítica da racialidade. O que busco aqui é pensar sobre como torna-se possível essa série de violências em primeiro plano, como se legitimam e, a par das históricas demandas e avanços nos campos dos Direitos Humanos nas últimas décadas, por que se repetem. Acredito que ao tomar o poder produtivo da racialidade como ferramenta que

demarca os campos da humanidade, dentro do qual a esfera jurídica visa agir, talvez seja possível olhar para o porquê, ainda hoje, em São Paulo a população negra pode dizer que segue *sobrevivendo no inferno*.

Não apenas essas violências se justificam por acontecerem em espaços racializados, dirigidas aos sujeitos raciais subalternos, mas também é a partir da recorrente espoliação, criminalização e violência que a subalternidade confere sentido à classificação racial. Ao mesmo passo que a racialidade permite a criação de justificativas sanitaristas ao longo das primeiras décadas do século XX para que seja ético, e legal, expulsar os negros do centro de São Paulo (Rolnik, 1997); é esse processo de expulsão, criminalização e pauperização ininterrupto que permite por sua vez conectar os espaços nos quais essa população vive hoje com as áreas de ocupação irregulares e ilegais do século XXI na cidade de São Paulo. Nesse sentido, não há uma contínua ocupação de áreas precárias, ilegais e irregulares pela população negra; senão a contínua espoliação, pauperização e criminalização desta população e dos territórios que ocupam.

Por fim, o excesso, a possibilidade de extração total do valor sob a contínua ameaça-possibilidade do exercício da violência total (garantido, quando não realizado, pelo Estado) pode também ser pensado quando observamos quem é morto diretamente pela mão do Estado, onde essas mortes acontecem e, enquanto eventos públicos e publicizados, o que elas respaldam ou produzem. Ao trabalhar a questão de “porquê a violência direcionada de forma recorrente a população negra, sobretudo jovens negros, não produz uma crise ética da humanidade” no texto Ninguém (2014), Denise Ferreira da Silva argumenta que

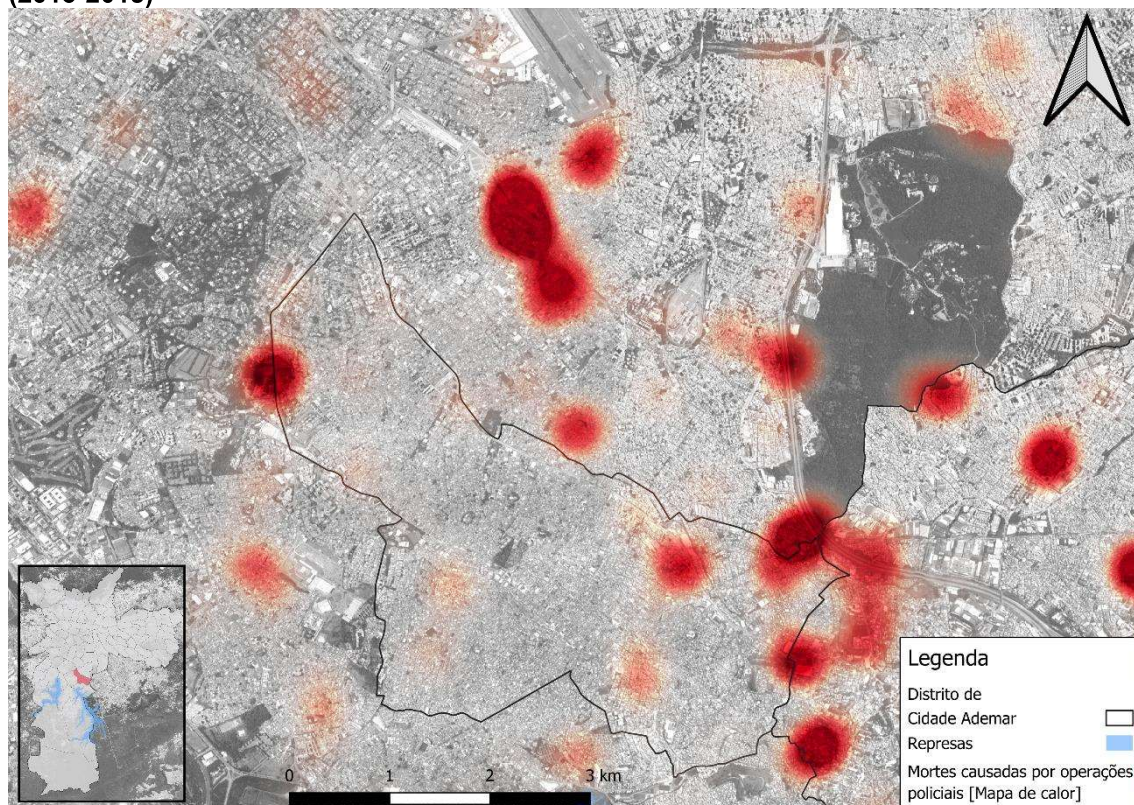
a racialidade produz tanto o sujeito da moralidade objetiva, que é protegido nos salões da lei e pelas forças do Estado, quanto os sujeitos da *necessitas*, os sujeitos raciais subalternos cujos corpos e territórios, o presente global, se tornam lugares onde o Estado faz uso da sua força de autopreservação (Silva, 2014, p. 92).

Se a racialidade, ao produzir o sujeito racial subalterno, remonta continuamente às condições éticas, jurídicas e sociológicas para viabilizar ou explicar as condições sob as quais a contínua extração de valor desses corpos se torna viável, por que matar? Em outras palavras, a população negra em São

Paulo está sobremaneira encarregada de construir, manter e servir a cidade formal – ou seja, encarregada de garantir o máximo aproveitamento do solo urbano, desenvolvendo a cidade – e é compelida ao fazê-lo sob condições precárias de trabalho pago e não pago, enquanto é continuamente desterrada, tendo sua relação com o espaço, a terra, e suas comunidades recorrentemente partida, muitas vezes de forma violenta. Por que então, a morte desses jovens negros, como eu, não é apenas frequente, mas localizável nas periferias de São Paulo, em suas próprias comunidades, em frente a suas próprias casas e famílias? Ainda em Ninguém, Denise argumenta que

Como estes existem na (in)diferença moral, a racialidade inscreve nesses territórios qualquer um, todo mundo, qualquer *pessoa*, a entidade (ético-jurídica) que ali se encontra não configura o sujeito da moralidade objetiva, as *pessoas* autodeterminadas que a lei e o Estado protegem; ante essas estruturas, esses sujeitos raciais subalternos não são ninguém, são não seres (Silva, 2014, p. 100).

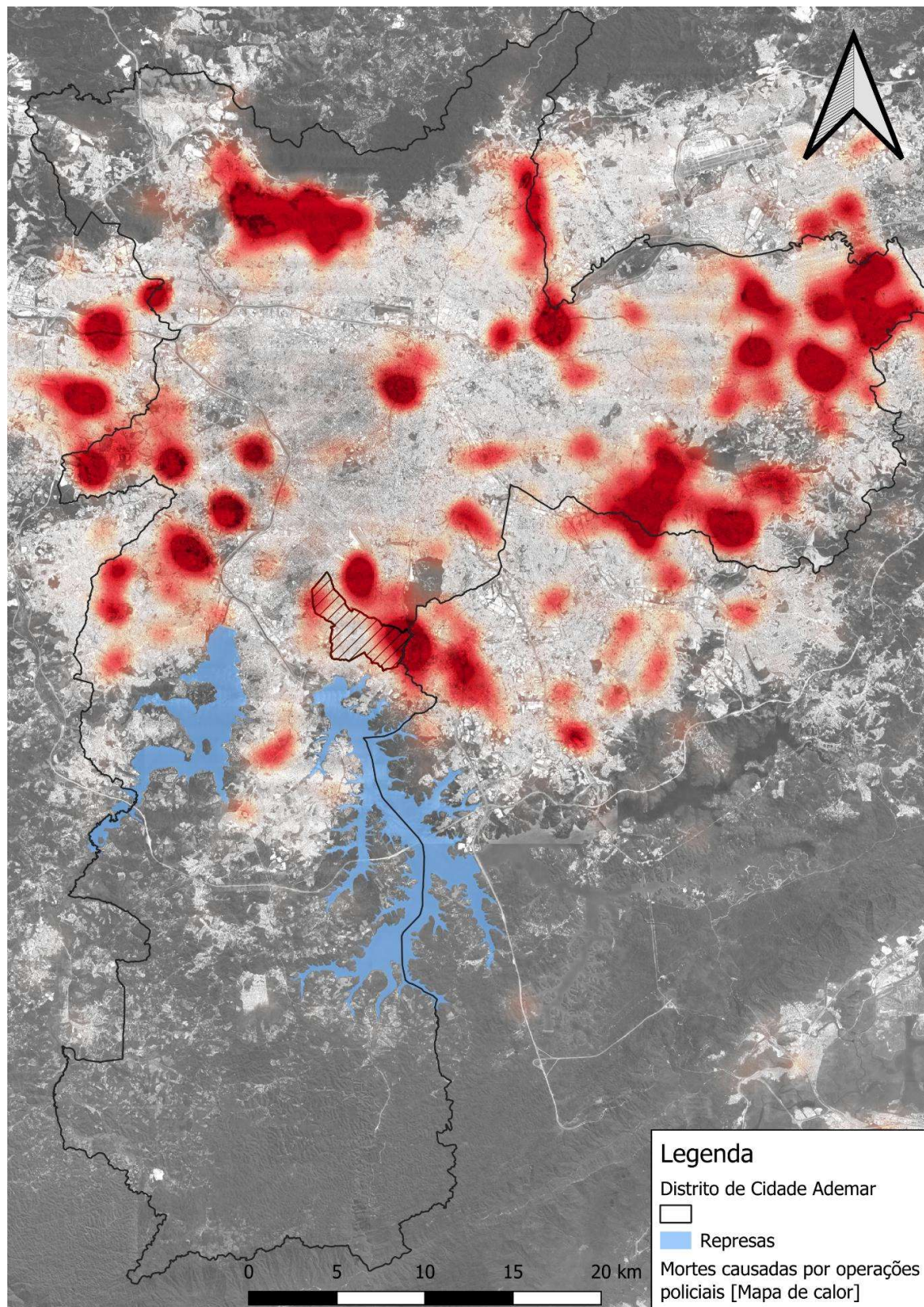
Mapa 15 - Concentração de mortes causadas por operações policiais em Cidade Ademar (2013-2018)



Em acordo com a proposição da autora, gostaria de ressaltar o caráter pedagógico – produtivo, portanto – dessas mortes como uma série de violências, e violações de direitos, que ao passo que só pode se dar em um

território em disputa, em guerra, também reforça a noção desses mesmos territórios como territórios de criminalidade, terror e morte.

Mapa 16 - Concentração de mortes causadas por operações policiais em São Paulo (2013-2018)



Esses homicídios policiais compõe o processo de *epidermização do racismo*, que como argumenta Frantz Fanon em *Os condenados da terra* (1979), se dá sobretudo pela violência, nas cidades coloniais: onde esse processo se repete que não seja de forma direcionada as populações racializadas? Aqui, os homicídios policiais são, independente dos processos judiciais que possam ou não vir a ocorrer em cada caso, sempre anteriormente justificados, ao passo que representam também

“[...] uma reapropriação simbólica do território, mas não necessariamente o retorno de seus habitantes à região protegida da legalidade [...] [onde] o simples fato de matar uma única pessoa que seja significa uma reapropriação desses territórios” (Silva, 2014, p. 102–3)

Como apresenta Nathalia Carneiro (Carneiro, 2021, p. 11) o terror policial, a série de mortes matadas pelo Estado, deixam evidente que para das conta dos modos de subjugação racial em curso é preciso ir além da ideia de que a subjugação racial só acontece quando o descritor racial é diretamente invocado. O evento racial também é reencenado toda vez que uma pessoa negra é parada pela polícia, observada por um segurança, ou morta pelo Estado (Carneiro, 2021, p. 14). A escrita em partido alto entra assim como recurso para ir além, como se sua poética pudesse narrar o inenarrável, a *Coisa*, como que se infundisse algo na linguagem que pudesse tocar a *carne*, como se a escrita pudesse re-de-compor, transformar, tudo...

***** _____ (sob)comum *****

Parece que alguém está me carregando perto do chão...

*Parece um sonho, parece uma ilusão...*¹³¹

Bença, mãe. Estamos iniciando nossas transmissões, essa é a sua rádio Exodus. Hey, hey vamo acorda, vamo acorda. Porque o sol não espera, demoro. Vamo acorda, o tempo não cansa... Ontem à noite você pediu, você

¹³¹ Referências a música *Rapaz Comum*, do grupo Racionais MCs (1997). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i-Nn3jEUfR8> Acesso em: 26/07/2024.

pediu! Uma oportunidade, mais uma chance... Como Deus é bom, né não, nego? Olha aí, mais um dia, todo seu, que céu azul louco, hein?¹³²

Você chegou em São Paulo, chorando é claro. Foi o vizinho do seu primo que trouxe sua mãe até aqui, olhe bem pra ela, engula as lágrimas, esse momento é precioso, grave a sua imagem em sua retina mesmo que nada mais possa ser visto. O laço de vocês pode ser inabalável, mas os horários e regras da casa do patrão também o são. Sim, é verdade que seu bisavô construiu aquela casa, enquanto sua bisavó cuidava daquele menino-já-patrão. Sim é verdade que os tijolos recheados de sangue ali foram feitos a mão, por seu bisavô para construir uma casa que sufoca a vida de sua bisavó, sem luz, abafada pelo concreto. Nada disso importa, você chegou.

A rua está cheia, são muitos, quase demais. Uma senhora que se esgueirava por detrás do portão, em meio as plantas; a rapaziada que estava na rua fazendo um som, curtindo; os vizinhos e mesmo alguns de passagem, amigos? que passavam pela rua. Muitos. Vizinhança, amigos, família? Todos gritando (quase) baixinho, todos. Dá medo? Todos dizem o mesmo: seja bem-vinda, você está em casa.

Tudo por você também¹³³. Século XXI, o sonho¹³⁴: Um passo à frente, esqueça o passado, o presente é quente. Talvez você seja a continuação de alguém que no passado representou o perigo também. Na rua, por entre as zoeiras, por entre as frestas, você vê tudo e só alguns te vêm de volta. Aquele corre corre, muita areia, cascalho: você e as obras crescendo junto.

Aqueles rostos felizes mudam com o tempo, suas expressões se tornam trabalho: cansaço, exaustão, raiva e pressa. As presenças se tornam trabalho, escassas. Em meio ao barulho do trabalho, você descobre as primeiras palavras, primeiro o silêncio e depois o trabalho. Onde está todo mundo?

¹³² Referência a música *Sou + Você*, do grupo Racionais MC's. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TB5gzXCAX7o> Acesso em: 19/06/20214.

¹³³ Referência a música *Tudo por você também*, de Xis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3rUW6sqq88Y> Acesso em: 19/06/2024.

¹³⁴ Referências à música *O sonho*, por KL Jay, Xis e LF. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6EV2Tt4PIq> Acesso em: 19/06/2024.

É vendo e aprendendo. Sua casa pode ser demolida, ela pode alagar. Você pode demorar três horas para chegar no emprego onde você mal recebe o bastante para se alimentar. Pelo menos você tem um emprego. Você pode passar o tempo de esquina¹³⁵, de marola. Você pode estar no corre, tudo é um corre pra quem é correria, só olhar pro teto, isso aí veio da onde? Quem fez? Essa rua, quem asfaltou? A calçada quem varreu? Esse gigante cinza foi vovô quem construiu¹³⁶. Tudo aqui é fruto. Pra quem cuida, toda terra é fértil, e aqui tudo vinga. Daquele jeito, a periferia é um jardim¹³⁷.

O RG estampado na mochila, protegendo as costas que o pingente de São Jorge não alcança. Um corpo aberto demais, que precisa ser fechado pra caminhar em meio a esse monstro, sem rosto e coração. E pera lá, titio construiu, mas subiu essa porra pra quem? Tô sempre longe pra caralho, tudo é um corre. O busão segue uma merda, mas a catraca baixou, a câmera entrou, o cobrador sumiu e a passagem subiu. Quem que inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí? Acorda pra vida rapaz. Nois quer também, fei. Eu quero make money money make money money money, de ouro eles se banham, de ouro me banharei¹³⁸... Entre o sonho e a merda da sobrevivência¹³⁹.

Não, comigo não, comigo nunca mais. As coisas agora vão mudar, pois até um cego pode ver que eu não sou o que você diz. Por isso eu não vou mais curvar minha cabeça e nem beijar seus pés, porque... Pois eu descobri que sou um anjo... Eu descobri que sou um anjo...¹⁴⁰

¹³⁵ Referência a música *De esquina*, de Xis (1999). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GfIKcn5MZ_c Acesso em: 30/07/2024.

¹³⁶ Referência a música *Eu tive um sonho*, de Rodrigo Ogi (2011). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V1Y-ly67Dio> Acesso em: 30/07/2024.

¹³⁷ Referência a música *Olha o menino*, de Negra Li e Helião (2005). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GqT9BPWQBAQ> Acesso em: 19/06/2024.

¹³⁸ Referência a música *Fazer dinheiro*, de Afreekassia (2020). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RyU0GSSn8ZI> Acesso em: 04/08/2024.

¹³⁹ Referências a música *A vida é desafio*, do grupo Racionais MCs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4PNmrGkiXUE> Acesso em: 19/06/2024.

¹⁴⁰ Referência a música *Eu descobri que sou um anjo*, de Jorge Ben Jor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6e1WIAWCML4> Acesso em: 19/06/2024.

Igual você, outra revoltada ali, de esquina: viva bem morra rápido¹⁴¹. Muito movimento, e mesmo na obra, nunca viu ninguém trabalhar com pedra assim: é atenção, tensão e muito tesão na vida pra brindar com a morte. Mas como disse velho Badu, ela também tem a mãezinha dele, ela tem a família dele, e é ela que vai nos representar no amanhã¹⁴²; quem é você pra julgar quem cheira ou quem fuma¹⁴³? A senhora esgueirada por detrás do portão sabe, e você também: o crime vai, o crime vem, a quebrada tá normal, e você tá também¹⁴⁴.

De frente para você, outro pobre louco. Chamou no grau e não deu tempo de responder, pá. Um tiro pelas costas, seguidos de outros três... A senhora, ali como você, cruza seu portão e anda, em direção a tudo aquilo. *Todo mar tem onda...*¹⁴⁵

Você está em casa. Sobre sua mesa, o corpo a ser velado. Tão cedo, há tempo que caiba essa dor? Sal. Em terra salgada, dizem que nada nasce, mas esse corpo é a prova do milagre, da mentira. Mesmo em terra salgada o sol há de brilhar mais uma vez, a luz chegou. O amor será eterno novamente, mesmo agora? Sal. Você se lembra onde aprendeu a velar um corpo, em meio a terra, a mesma terra, com outra terra, que salgava aquela criança, que já não mais vingaria. O que será que seria? Você se lembra de sua avó.

How many rivers do we have to cross?...

We gonna be burnin' and a-lootin' tonight¹⁴⁶

Sua mão quase foi esmagada. Em meio aos 'pedidos' para que sua avó resolvesse algumas coisas quando tivesse tempo – aos quais ela 'feliz'

¹⁴¹ Referência a música *Viva bem morra rápido*, de Don L (2013). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jTPZ873QGko> Acesso em: 30/07/2024.

¹⁴² Referência a música *O mensageiro*, do grupo RZO (2003). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qML4gfww_JI Acesso em: 30/07/2024.

¹⁴³ Referência a música, *Capítulo 4, versículo 3*, dos Racionais MCs (1997). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gtFnJIdA1Xg> Acesso em: 30/07/2024.

¹⁴⁴ Referência a música, *Crime vai e vem*, dos Racionais MCs (2002). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vCk4H_8TCBo Acesso em: 30/07/2024.

¹⁴⁵ Referência a música, *Vesúvio*, de Djavan (2018). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UkM0EKE74NY> Acesso em: 30/07/2024.

¹⁴⁶ Referência a música, *Burnin' and Lootin'*, de Bob Marley & The Wailers (1973). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E0hSmgpFFL0> Acesso em: 30/07/2024.

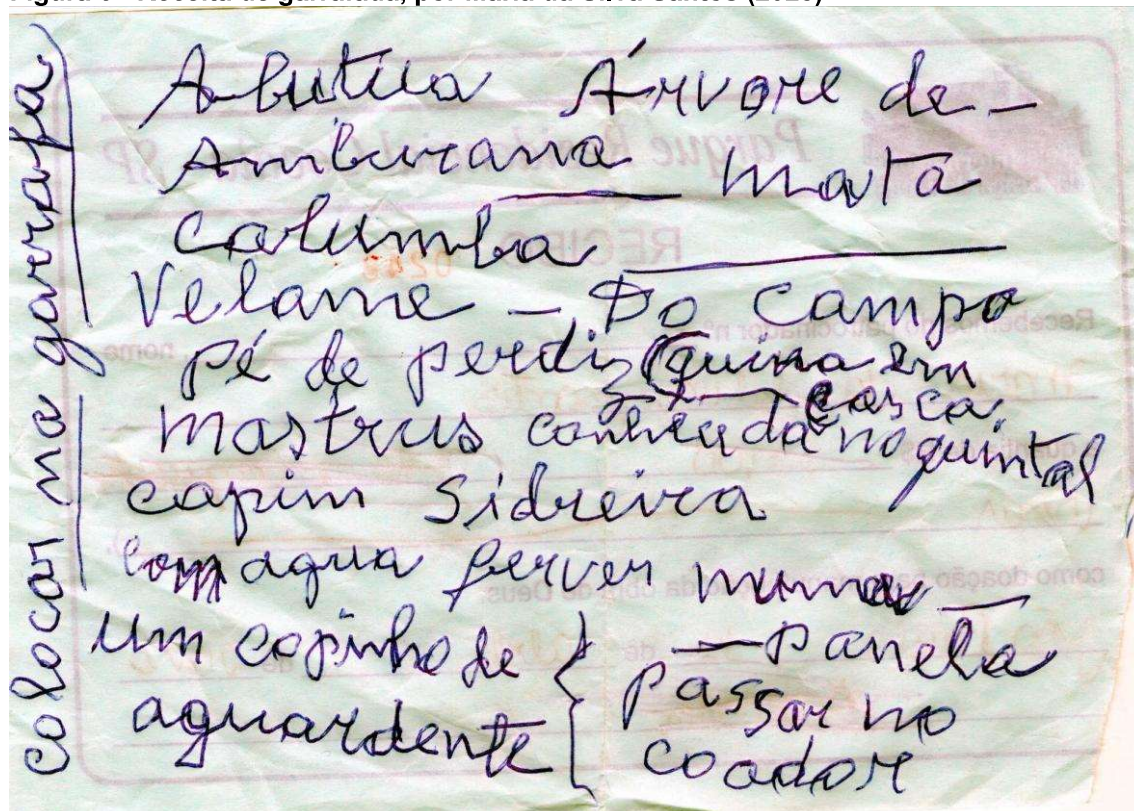
atendeu – ela aperta sua mão e sai andando, quase te arrastando. Sua avó está andando com você – tudo é mato, e ela conhece o mato. Vocês estão na roça, ela te ensina quais plantas sagradas pegar, para quais males tratar. Ela te ensina pedir agô. Misturam com aguardente, dois vidros, uma para cuidar, outro para vingar. Ela te ensina cuidado.

Ogunhê!

Eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge... Para que meus inimigos tenham pés e não me alcancem... Para que meus inimigos tenham mãos e não me toquem... Para que meus inimigos tenham olhos e não me vejam... E nem mesmo em pensamento eles possam ter para me fazerem mal... Armas de fogo meu corpo não alcançaram... Facas e espadas se quebrem sem meu corpo tocar... Cordas e correntes arrebenhem sem meu corpo amarrar... Pois eu estou vestido com as roupas e as armas de Jorge...¹⁴⁷

¹⁴⁷ Referência a música *Jorge da Capadócia*, de Jorge Bem, reinterpretada por Racionais MCs (1997). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pL4bzW2qGqQ> Acesso em: 02/08/2024.

Figura 6 - Receita de garrafada, por Maria da Silva Santos (2023)¹⁴⁸



Fonte: Acervo do autor (2024).

Você registra tudo isso. Você ouve, vê, vive, senti-pensa isso. Você recolhe essas vozes, mudas caladas engasgadas nas gargantas. Você recolhe a mão apertada e a faca utilizada na mata. Você recolhe a fala e o ato, o ontem, o hoje, o agora. Você ressoa o eco da vida-liberdade¹⁴⁹.

Them crazy... them crazy...

We gonna chase this baldheads out of town...

Who can stop the tears?

All that we got, it seems we have lost...

Oh stop them!

We gonna chase this crazy, this crazy baldheads, out of the town¹⁵⁰

¹⁴⁸ A receita concedida a mim por minha tia, traz consigo cuidados. Primeiro é importante notar que caso não saiba, é melhor não fazer. Segundo, minha tia lembra a todos que a receita não é dela, mas dos antigos, daquelas que vieram antes dela e ensinaram os segredos das plantas sagradas.

¹⁴⁹ Referências ao poema *Vozes-Mulheres*, de Conceição Evaristo, disponível em *Poemas da recordação e outros movimentos*. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

¹⁵⁰ Referência a música *Crazy baldhead*, de Bob Marley and the Wailers (1976). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXckkQKY6Kk> Acesso em: 02/08/2024.



Neste capítulo discuti o conceito de segregação racial, primeiro para apontar a segregação, não apenas como característica da cidade de São Paulo e do distrito de Cidade Ademar, mas também como processo, movimento que organiza a produção espacial da cidade. Ao fazê-lo, porém, busquei tensionar seu papel nesse movimento de urbanização, e não sua existência. Meu argumento é o de que a segregação racial se apresenta como ferramenta do arsenal de racialidade, que compõe por sua vez a gama de estratégias de subordinação, expropriação e violência dirigidas aos subalternos raciais, os territórios que esses ocupam e aqueles que ocupam estes territórios.

Em termos de produção espacial, a segregação racial aparece como mecanismo de produção do espaço urbano, mas também como materialização de uma tratativa do *espaço* enquanto objeto, alheio e separado do domínio humanidade pois pertencente ao domínio da natureza. Na medida em que o espaço é tornado segmentável (separabilidade) e, portanto, identificável enquanto singularidade (determinabilidade), ele é também juridicamente descrito e viabilizado como mercadoria-capital precificável de acordo com sua localidade e aproveitamento do solo (sequencialidade). Enquanto mercadoria privilegiadamente posicionada dentro do sistema de acumulação capitalista, a segregação racial, aparece como importante fronteira (material e simbólica) na definição de cada *espaço*, ao demarcar não só as possibilidades de apropriação de cada espaço (das demandas por acesso e tempo a quem efetivamente pode e como pode circular ou viver em cada um deles), como também as formas de produção desse espaço – privilegiando o trabalho não pago nas periferias e o trabalho mal pago na cidade formal.

A segregação racial é apresentada, portanto, também como ferramenta fundamental na gestão intraurbana, organizando e viabilizando as formas de expropriação de valor adequadas à acumulação capitalista em cada uma de suas quadras. Realiza-se assim o aproveitamento máximo do espaço urbano, pautado no esquadrinhamento e espoliação do corpo negro e das terras nativas, como vêm sendo desde o princípio da construção das cidades coloniais em solo americano. Enfim, é a segregação que irá garantir a máximo aproveitamento do solo, ou seja, sua valorização securitizada pelos sistemas

financeiros globais na cidade formal (branca); e a possibilidade permanente de expropriação do valor do trabalho daqueles que vivem na cidade informal, cristalizados na estrutura material e simbólica que organiza a periferia dessa cidade erguida em terras nativas expropriadas pela colonização.

Por fim, ao discutir mais detidamente as condições materiais contemporâneas da construção desta cidade, e de Cidade Ademar, busco apontar algumas das formas às quais a contínua expropriação – a construção de uma infraestrutura realizada às custas de trabalho mal remunerado ou não pago, a contínua despossessão de suas terras, a morte dos seus, preferencialmente em seus próprios territórios –, a contínua violência colonial, ergue os muros da cidade com a carne dos corpos negros e indígenas, e asfalta suas ruas com seus ossos.

Ao tomar a segregação urbana como uma disputa pelas melhores localizações¹⁵¹, tendemos a tratá-la como um confronto entre partes iguais ou desiguais, uma tentativa de dominação seguida por formas de resistência. Nesse sentido, a existência da segregação racial, como um dado-processo, aponta tanto para as lutas por terra e moradia, protagonizada politicamente por diversos grupos e coletividades nas últimas décadas, muitos dos quais compostos majoritariamente por mulheres, mulheres negras¹⁵²; quanto para a constante eminência do confronto violento, narrada ao longo da década de 1990 por diversos grupos de RAP e demarcado pelas mais altas taxas de homicídios que a cidade de São Paulo viveu (até onde vão os relatórios policiais...).

Em franca contradição com as ações das mãos que têm erguido essa luta pela cidade (seria esta, ou outra, a cidade pela qual lutamos?), a narrativa bélica e patriarcal tomada por parte substancial dos discursos presentes no rap, estabelece um confronto pelo espaço urbano e pelo direito de controlar seu desenvolvimento e acessos – isto é, sua capacidade de gerar

¹⁵¹ Ainda que o façamos tomando a localidade urbana como um índice de eficiência em relação ao tempo, de controle do tempo, como o faz Flavio Villaça.

¹⁵² O que não é algo novo, se tomarmos relatos como àqueles encontrados no filme *Ori de Raquel Gerber*, que acompanha parte da trajetória de Beatriz Nascimento, as memórias das lutas por moradias (Araújo, No prelo; Coelho Silva, 2019), ou creche (Gohn, 1985), em São Paulo e fora da cidade.

e acumular valor – quantitativamente e qualitativamente. Quando pensamos assim sobre o processo de urbanização de São Paulo tomando em consideração o poder produtivo da racialidade, rapidamente passamos de uma Guerra de Lugares¹⁵³ - jurídica, econômica e simbólica –, para uma guerra onde o gatilho dispara e alguém rima, desarma o pobre que com arma é perigoso, sem arma morre de fome o boy não acaba morto, milhões pra se proteger do que adianta isso? No restaurante e abaixa do tiro, capuz na cara, porta-mala, finado: essa é sua proteção; fora do blindado com sua filha com minha doze na nuca mostrando que a cidade é nossa, filha da puta!¹⁵⁴ Assim, num piscar de olhos. Mas isso seria não ter aprendido ainda que nem o "quando eles começarem a morrer também" existe enquanto possibilidade, pois quando eles morrem, somos nós morrendo novamente¹⁵⁵.

Tendo em vista o objetivo de contribuir à interrupção da violência racial e à demanda por devolução de todo o valor expropriado dos corpos escravizados e das terras nativas, eu gostaria de estabelecer outro tipo de confronto. Propondo outro vocabulário e entramando um diálogo com Denise Ferreira da Silva e Nathalia Carneiro, me pergunto: e se tivermos como objetivo não o controle do espaço urbano, de seu desenvolvimento, mas a interrupção deste movimento de exploração da terra em direção ao desenvolvimento urbano? E se pensarmos sobre a restituição do valor total retirado de corpos negros e terras nativas, em detrimento de um confronto pelo controle jurídico e econômico daquilo que a modernidade institui como espaço? E se pensarmos que a expropriação total do valor sob coerção violenta - sob a mediação do título de propriedade – faz parte do capitalismo em si, e não apenas do processo de acumulação primitiva (Carneiro, 2021, p. 16)? E se pensarmos esse processo não como confronto, mas violento genocídio?¹⁵⁶ Reposicionar a discussão sobre segregação racial para se pensar as conexões entre a racialidade e a produção espacial urbana, para mim, é também uma forma de reposicionar a discussão em torno da natureza do *espaço*, e não apenas da

¹⁵³ Referência ao livro homônimo de Raquel Rolnik, *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Boitempo Editorial, 2017.

¹⁵⁴ Referência a música *A Cidade é Nossa*, do grupo Facção Central, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wJoIGJL4zSw> Acesso em: 24/06/2024.

¹⁵⁵ Pensemos sobre quem são os políticos, criminosos ou não, mortos no Brasil...

¹⁵⁶ Ver mais sobre alguns desenvolvimentos desta perspectiva em Adão (2017), Alves (2018) e Nascimento (2016), por exemplo.

disputa pelo *espaço*. Como argumentam outros tantos, talvez o espaço urbano moderno-colonial seja, em si, dependente da violência racial (Alves, 2018; Góes, 2022; McKittrick, 2011).

Acredito que ao objetivar a interrupção da violência racial, como destino e ponto de partida, as perguntas servem também à interrupção¹⁵⁷ como método: a possibilidade generativa de um instante de reflexão onde seja possível tomá-las em conta, pensando sobre o que seria ser/estar fora do *espaço* moderno. Do silêncio que permeia todo o disco de *Sobrevivendo no Inferno*¹⁵⁸, ao sample infinito em *Ottus 500*¹⁵⁹, a harmonia que aponta para a suspensão dos 500 anos de Brasil a partir da perspectiva de um homem negro – são também para mim expressões desse exercício de interrupção, que criativamente oferece uma possibilidade generativa. A interrupção se faz necessária na mesma medida em que é impossível comportar aquilo que afirmo dentro de uma narrativa linear do tempo. Seria como pensar que a perda de uma mãe que vê o filho assassinado se dá em um ponto do tempo, quando é óbvio que ela se refaz por todo um futuro-imageado nunca realizado. Há coisas que o tempo linear não comporta.

Para seguir nessa busca por interrupção, e a possibilidade de manutenção e transformação das lutas e resistências que temos orquestrado por nossas vidas, pelas que vieram e que virão, discutirei no próximo capítulo as dimensões simbólicas do processo de renovação em Cidade Ademar e as narrativas articuladas a ele. Enfim, a proposta é finalizar esta dissertação enquanto um continuado experimento, uma articulação da negridade, em diálogo com a Poética Negra Feminista, como uma modalidade da práxis que vem compondo meu coletivo fazer, enquanto pesquisador.

A Poética Negra Feminista, uma modalidade da *práxis* radical, reconhece a capacidade criativa que a Negridade indexa, sua capacidade de expor e dissolver a separabilidade, reivindica o valor total expropriado e exige nada mesmo do que a descolonização - isto é, uma reconstrução total do mundo através da restauração do valor

¹⁵⁷ Uma interrupção que poderia ser pensada em diálogo com a proposição de Isabelle Stengers ao mobilizar a figura do *idiota* (Stengers, 2018).

¹⁵⁸ Ver mais sobre esse argumento sobre o uso do silêncio enquanto elemento musical em *Na quebra*, de Fred Moten (2023).

¹⁵⁹ Referência a música *Ottus 500* dos Racionais MCs, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JWQDQgkjOFY> acesso em: 02/10/2024.

total sem o qual o capital não teria prosperado e do qual ainda se sustenta (Silva, 2019a, p. 96).

5. A fórmula mágica da paz – Desenvolvimento urbano e gentrificação

No capítulo anterior apresentei como a segregação racial compõe o processo de produção e expropriação da cidade de São Paulo, aquilo que identificamos como seu desenvolvimento urbano. Também busquei chamar atenção para como este dado, referente à desigualdade de acesso e infraestrutura, pode ser articulado a uma perspectiva que conceba a cidade moderna em si, como produto material da violência racial. Neste capítulo, minha intenção é articular a (dinâmica) produção simbólica dessa cidade, como diretamente vinculada às noções de progresso e desenvolvimento, que compõe as narrativas utilizadas pelos empreendimentos, e muitas vezes instrumentos legais, que atuam neste momento em Cidade Ademar.

Tomando por ponto de partida a discussão proposta sobre um fenômeno que guarda muitas semelhanças com aquele em curso em Cidade Ademar, retomarei um pouco do trabalho de Camila Saraiva (Saraiva, 2008) sobre o movimento de transformação urbana em Itaquera, na Zona Leste de São Paulo. Em seu trabalho, Camila remonta ao processo de valorização imobiliária, implementação de políticas urbanas em que se dava em Itaquera na primeira década do século XXI não como processo de renovação, ou gentrificação – embora identifique ali um processo potencial de expulsão da população de baixa renda e apropriação deste espaço por uma população de renda mais alta. A autora compreende o movimento em curso como um processo de *consolidação da periferia*, intimamente relacionado a uma expectativa de desenvolvimento urbano continuado – que acompanha o desenvolvimento das forças produtivas e a trajetória do progresso. Nesse estudo de caso, a autora identifica a *consolidação da periferia* “como resultado de uma conjuntura particular construída pelos nexos entre o processo de urbanização em São Paulo e ações desenvolvidas no âmbito do planejamento urbano” (Saraiva, 2008, p. 136). Assim como Itaquera na primeira década do século XXI, Cidade Ademar apresenta baixas taxas de crescimento populacional nas últimas décadas (IBGE, 2010) e tem uma infraestrutura básica relativamente diversificada, ainda que insuficiente, contando com

serviços de saúde, educação, transporte e lazer (Coelho Silva, 2019; SMDU, 2015).

Ao tomar a *consolidação da periferia* como constituída a partir dos modelos centro-periferia¹⁶⁰, a autora aponta como, em Itaquera, esse processo “não se trata, assim da superação da velha diferença entre centro e periferia, mas sim de sua consolidação através da dinâmica do mercado de trabalho e do consumo, tanto coletivo como individual”, dado que

“embora com razoáveis condições urbanísticas e mercado de bens e serviços, não deixa de ser percebida como periferia, ou seja, de maneira condicionada à posição social ocupada por seus moradores nas hierarquias sociais que organizam a vida urbana” (Saraiva, 2008, p. 137)

A afirmação propõe que a partir da análise da esfera da distribuição, da renda e do consumo, não se percebem grandes mudanças relativas à sua ocupação (tendo em vista as hierarquias sociais consideradas pela pesquisa), ainda que, conforme apresentei, haja um processo de expulsão-relocação em curso. A importância dessa constatação se dá na medida em que isso justifica seu argumento de que

a utilização do termo periferia consolidada não dissolve a tensão centro-periferia. Ao contrário a reforça: parte das periferias, não obstante a melhoria de suas condições urbanísticas, estão muito longe de se aproximar das condições de vida oferecidas nos bairros centrais (Saraiva, 2008, p. 138).

Ao fazer este movimento, Camila se posiciona de forma opositiva às perspectivas, por ela mapeadas, que atribuem um caráter evolucionista ao espaço urbano – na medida em que pressupõe seu contínuo desenvolvimento e aperfeiçoamento. Para a autora, essas análises não são capazes de considerar o conteúdo simbólico e a dimensão do poder, em sua atuação na produção e distribuição do espaço urbano. Contudo, a noção de *periferia consolidada* mantém como horizonte possível, o desenvolvimento desses espaços em direção ao padrão de urbanização da cidade legal-formal – que no presente poderia ser simbolizada pelo eixo sudoeste, onde concentram-se

¹⁶⁰ A discussão parte das teorias econômicas e sociológicas da marginalidade desenvolvidas na América Latina ao longo das décadas de 1960 e 1970, passando por autores como Manuel Castells, Celso Furtado e Raúl Prebisch. O texto de Pedro Arantes (Arantes, 2009) pode auxiliar a contextualizar este movimento.

capital, infraestrutura e pessoas brancas; ou pela noção de *centro*, que informa em franca oposição o conceito de periferia.

Partindo de um referencial teórico distinto, buscando explorar-para-interromper o poder produtivo-destrutivo da racialidade na produção do espaço urbano, me sinto impelido a percorrer esta dimensão simbólica do processo em curso em Cidade Ademar, justamente a fim de refletir sobre o caráter “evolucionista” que o desenvolvimento urbano carrega. Assim como os discursos dos moradores entrevistados em Itaquera, o discurso que elaboro aqui remete “à reconstrução do passado, a partir das condições existentes no presente” e ressalta a importância da “previsão de melhorias futuras” para compreender o processo em curso nestes territórios periféricos (até então, caracterizados pela falta). A temporalidade, como cronologia linear e sequencial, parece-me, portanto, central à elaboração dos discursos que atuam sobre a dimensão simbólica desse processo, o que represento e elaboro quando retomo o termo renovação urbana.

Os discursos sobre renovações urbanas, regenerações urbanas e reformas estruturais, por sua vez, têm sido debatidos frequentemente ao redor do termo gentrificação (Smith, 2006), que atualmente povoa desde as produções culturais e acadêmicas, às colunas cotidianas das mídias em geral. Em artigo mais recente, Patrícia Novaes (2019) debate um processo similar de transformação espacial, desta vez tendo como objeto de pesquisa as favelas no Rio de Janeiro. A discussão, que perpassa diversos movimentos de expropriação e remoção de famílias de seus lugares de moradia recentes, repõe a discussão proposta por Saraiva (2008), na medida em que constata que mesmo após a formalização de serviços públicos básicos (antes inexistentes) e investimento público em urbanização, as favelas seguem como territórios estigmatizados pela marginalidade. Assim, os processos de elitização da ocupação destes espaços reproduzem em pequena escala um movimento que antes reposiciona as fronteiras de segregação, em detrimento de alterar qualquer estigma previamente estabelecido.

Este processo remonta à combinação de formalidade e informalidade que caracteriza as capitais brasileiras, e certamente São Paulo.

Para a autora, que partilha do referencial teórico de Saraiva, neste contexto seria interessante acionar então o contexto de *gentrificação periférica*, para discutir algumas dessas transformações. Neste sentido, creio que discutir um processo de renovação urbana como aquele que identifico como em curso em Cidade Ademar, é também tangenciar a noção de gentrificação. Pela maneira que o conceito vem sendo mobilizado, e seu destaque para as dimensões simbólicas deste processo¹⁶¹, proponho então discuti-lo e, dessa discussão, partir para a análise sobre o fenômeno em curso em Cidade Ademar.

5.1 Essa porra é um campo minado - gentrificação e acumulação capitalista urbana

O conceito de gentrificação, na medida em que é utilizado em diversos contextos, traz consigo também diversos sentidos. A fim de contextualizá-lo, irei retomar a discussão proposta pelo geógrafo português Luís Mendes (2017), onde o autor discute o conceito à luz do caso português, em Lisboa. Ao discutir algumas noções que o autor identifica como predominantes do campo, ele apresenta o conceito de *gentrificação* como um processo de mudança socioespacial, onde a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de gênese popular/tradicional, atrai a fixação de novos moradores relativamente endinheirados, levando ao desalojamento de ex-residentes (Mendes, 2017, p. 62–3). Enfim, em discussão com o campo marxista, o autor qualifica o fenômeno como um movimento de substituição social classista, portanto de apropriação pela burguesia dos espaços de habitat populares, com ênfase nas áreas centrais.

Para o autor, o processo remonta à noção marxista clássica de renda diferencial da terra (*rent gap*), que o autor define como “a diferença entre a atual renda capitalizada face ao presente uso do seu solo, e a renda que potencialmente poderá a vir a ser capitalizada tendo em conta a sua localização” (Mendes, 2017, p. 77). Ecoando um dos argumentos centrais de

¹⁶¹ Por dimensões simbólicas, quero dizer algo que preenche das narrativas e imagens construídas sobre a região, ao seu preço, enquanto características que compõe aquilo que, na teoria Lefebvrina do *espaço*, poderia ser pensado como a produção da *representação do espaço* – o que tomando sua teoria tripartite, é também sempre a produção a partir das *práticas espaciais* (materiais) e dos *espaços de representação* (Lefebvre, 1974).

Neil Smith (Smith, 1987) em sua elaboração sobre o conceito¹⁶², o argumento de ambos é de que em um mercado global cada vez mais integrado, tais rendimentos seriam potencialmente mais atrativos a investidores privados, em escala global. Neste sentido, a gentrificação é apresentada como processo síntese da lógica contemporânea capitalista da produção do espaço, em tempos de globalização, ou mundialização financeira¹⁶³ (Chesnais, 1998). São consequências centrais desses processos, tal qual apresentado por Chesnay, a centralização de capitais (em escala nacional e internacional) e a adoção de uma lógica de valorização exterior à esfera produtiva no seio da indústria que opera em escala global (2011, p. 249) – ao que Luís Mendes refere-se como a problemática da exterioridade à produção. Para o autor, inspirado pela obra de David Harvey, geógrafo inglês, essa problemática se resolve por meio da estratégia de acumulação por espoliação¹⁶⁴.

Em *O Novo Imperialismo*, Harvey (2005) confere ao Estado e ao território, como agente e espaço¹⁶⁵ respectivamente, papéis centrais na apreensão dos movimentos de acumulação capitalista. A dimensão espacial é reconfigurada enquanto mecanismo de ordenação espaço-temporal, um mecanismo desenvolvido na economia capitalista para lidar com as crises de sobreacumulação, cada vez mais recorrentes. O investimento, produtivo ou não, de longo prazo e a expansão do crédito seriam formas de lidar, temporalmente, com as contradições capitalistas que resultam em crises. Complementarmente, os deslocamentos espaciais são formas de lidar com crises a partir da expansão da acumulação e do consumo para novos territórios, a partir de práticas como a abertura de novos mercados, a apropriação de insumos a preços mais baixos e, em última instância pela

¹⁶² Neil Smith, por sua vez, define o *rent gap* como a diferença “entre a atual renda da terra capitalizada pelo uso presente (deteriorado) e a renda da terra potencial que poderia ser capitalizada pelo “mais elevado e melhor” uso da terra (ou, ao menos, comparativamente “mais elevado e melhor” uso), em virtude da sua localização centralizada” (Smith, 2007, p. 21)

¹⁶³ Entende-se a globalização [da economia] e a mundialização financeira como conceitos que designam um mesmo processo em escala global de hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, que passa ser orientado por uma dinâmica de maximização do valor acionário no curto prazo e tem como instituição central o mercado secundário de títulos.

¹⁶⁴ Traduzido também como acumulação por despossessão desde *accumulation by dispossession*.

¹⁶⁵ Compreenderei aqui Harvey, e sua concepção do espaço, como tributárias da concepção de Henry Lefebvre, conforme o autor apresenta em Harvey (2012). Neste sentido, o espaço segue, antes de mais nada, um objeto perante o sujeito autodeterminado, seja o espaço percebido/experimentado, o espaço concebido ou o espaço vivido.

desvalorização do capital em territórios periféricos dos circuitos globais de acumulação, deslocando assim os efeitos destrutivos das crises capitalistas (Filho; Paulani, 2011, p. 250; Harvey, 2005, cap. 3).

O Estado, por sua vez, tem para o autor um papel central enquanto mecanismo neoliberal de gestão, vinculada a um trânsito de capitais transnacionais mais abrangente no mundo financeirizado, ou seja, nessa fase do desenvolvimento capitalista. Parte deste papel, central para se pensar o processo de gentrificação, é a de servir como “cordão umbilical” entre o movimento de acumulação capitalista regular (dado pela expropriação do valor-trabalho na forma de mais-valia) e a acumulação por despossessão, a expressão diretamente violenta das crises capitalistas (2005, p. 126).

O conceito de *acumulação por espoliação* designa uma série de práticas violentas e fraudulentas, que tem seu polo central no sistema internacional de crédito, que se tornam o cerne explicativo da acumulação de capital no mundo, em detrimento da valorização operada pelo capital produtivo. Para Harvey, o mecanismo de *acumulação por espoliação* tem como uma de suas funções retirar ativos de circulação, desvalorizando-os, para que em um segundo momento o capital excedente possa dar um novo uso a eles, realimentando o circuito de acumulação. Em um sentido mais amplo, porém, o conceito se apresenta enquanto extensão das práticas nomeadas por Marx como *acumulação primitiva*, enquanto práticas pré-capitalistas – ou seja, apontando para uma intensificação de práticas violentas e expropriatórias continuadas ao longo do processo de acumulação capitalista (Harvey, 2005, p. 121; Luxemburgo, 1970). O que Luís Mendes propõe é que a partir desse contexto, pensemos o espaço (urbano) como a materialização deste movimento de acumulação, cada vez mais predatório e violento, na medida em que “os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital” (Mendes, 2017, p. 66).

Fortemente embasado por uma teoria marxista, em muito também creditária da produção de Henri Lefebvre, Mendes apresenta o *espaço*

enquanto “categoria social real”, socialmente significada *a partir das relações de produção*. Uma visão do espaço onde,

“[...] ao mesmo tempo que determina as relações de produção [o espaço] é também, simultaneamente, produtora e produto, suporte das relações sociais e, portanto, tem um papel importante no processo de reprodução geral da sociedade urbana capitalista” (Mendes, 2017, p. 65).

A partir de sua noção de espaço, o autor define a *fronteira de expansão capitalista* enquanto espaço (social, não geográfico) no qual a dinâmica de acumulação capitalista não se faz plenamente presente ou praticável. Essa concepção se apresenta central para a discussão, dado que é justamente nessas fronteiras de expansão capitalista, que se dão os processos violentos aos quais a noção de acumulação por espoliação se refere. Dado que discuto este movimento a luz de Cidade Ademar, recorrerei a Yvone Mautner, que trata do tema tendo como objeto de estudo a cidade de São Paulo e, mais especificamente, seus territórios periféricos, como o é Cidade Ademar.

Em sua tese de doutorado (Mautner, 1991), e em artigo homônimo, *A periferia como fronteira de expansão do capital* (Mautner, 2010), a autora busca requalificar o processo de urbanização e expansão da cidade por meio do trinômio loteamento popular/casa própria/autoconstrução a partir de 1950. Em síntese, a produção do espaço urbano nesse cenário se daria essencialmente em três camadas: a primeira, onde os terrenos são comprados geralmente em um mercado paralelo de loteamentos, e constituída por trabalho geralmente não pago, na qual as casas são autoconstruídas e ocupadas; a segunda constitui a demanda de movimentos sociais periféricos por infraestrutura e equipamentos públicos – que por vezes são também autoconstruídas (Ferrara, 2013) – e sua eventual resposta por parte do governo às demandas e a consequente regularização fundiária dessas áreas; enfim, a terceira camada corresponde à entrada do capital e transformação gradual das regiões em “espaço urbano” – ou seja, a inclusão sempre parcial e inconclusa da “cidade real” na “cidade legal” (Mautner, 2010, p. 253) que configura as políticas de urbanização de áreas periféricas na cidade de São Paulo ao longo das últimas décadas.

Desse modo o resultado da produção de valores de uso, primeiro por meio de trabalho individual (que produz moradias) e, depois, por meio

de trabalho coletivo (infraestrutura provida pelo Estado) transforma-se em valor de troca, constituindo-se em porções definitivas (propriedades) de espaço urbano consolidado, controlado diretamente pelo capital (Mautner, 2010, p. 258).

Este processo retrata o mesmo processo que narrei ao longo do capítulo anterior, em Cidade Ademar sem, contudo, considerar o poder produtivo da racialidade nesse processo. Quando consideramos o distrito, sua produção material ao longo do século XX se dá em grande medida a partir das duas primeiras camadas sugeridas por Mautner – autoconstrução e demanda comunitária por infraestrutura, conforme discuto em obra anterior (Coelho Silva, 2019). Ocorre que estas partes, autoconstruídas em sentido amplo, são justamente as partes do distrito hoje majoritariamente ocupadas por pessoas negras e pobres, em geral.

Em sua discussão sobre a acumulação por espoliação, Harvey (2005) afirma que neste momento do desenvolvimento das forças produtivas, as demandas destrutivas e violentas por meio das quais a espoliação se dá são constantemente reordenadas espaço-temporalmente e direcionadas ao Outro, que legitimamente pode-deve ser explorado. O meu argumento a partir do conceito de gentrificação se dá justamente neste interstício, por um lado entre o direcionamento desta violência a estes territórios e sua legitimação – que passa pela construção (material e simbólica, busquei argumentar ao longo dos dois primeiros capítulos) deste Outro, que compreendo como Outro racial –; por outro lado entre as formas contemporâneas de acumulação do capital e suas indissociabilidades com aquilo que viabilizou sua proliferação em escala global: a acumulação primitiva, ou a violência colonial.

Retomemos a discussão proposta até aqui sobre o termo *gentrificação*. O que proponho, ao tomar a discussão a partir do estudo de Luís Mendes, é que – considerando a autonomia do mercado imobiliário local (interconectado ao capital global¹⁶⁶) e os territórios periféricos, ocupados por uma população negra e pobre, como fronteiras de acumulação do capital – podemos pensar espaços como Cidade Ademar como alvos prioritários dos

¹⁶⁶ Retomar, por exemplo, a discussão proposta por Mariana Fix em *São Paulo, cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem*. Boitempo Editorial, 2015; ou a discussão proposta por Luciana de Oliveira Royer em *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

movimentos de acumulação por espoliação. Esse espaço, ou essa cena, poderia, portanto, condensar acumulação por despossessão e ampliação da fronteira de expansão capitalista, movimentos que, segundo Mendes (2017), sintetizam a lógica contemporânea capitalista de produção do espaço: a *gentrificação*.

Quando Neil Smith (2006) trata do ensaio seminal “*The significance of the frontier in American history*”, escrito em 1893 por Frederick Jackson Turner, apesar de não utilizar este termo, ele trata da colonização. Assim como Turner reconheceu a existência dos nativos, mas os incluiu do lado selvagem, a imagem contemporânea da fronteira urbana implicitamente trata os atuais moradores da área central como um elemento natural(físico) do meio físico(natural) a que pertencem. Nessa concepção, o processo de gentrificação tem a função de civilizar, criar um espaço habitável, a partir de uma natureza hostil e não cooperativa (e, portanto, em extermínio). Retomar o evento/conceito de colonização torna-se assim essencial, para pensar uma produção espacial urbana tomando em conta o efeito produtivo da racialidade, na medida em que a despossessão implicada na gentrificação, em São Paulo, parece envolver também a repetição do *evento racial*.

Em *Gentrificação*, verbete escrito por Ana Barone (2023) para o *Dicionário das Relações Étnico-Raciais Contemporâneas*, a autora apresenta uma revisão do conceito bastante distinta, ainda que não necessariamente divergente, daquela proposta por Luís Mendes e discutida até aqui. À luz da experiência brasileira – que pode ser percebida como parcialmente complementar à portuguesa dentro de uma perspectiva materialista, dada a expropriação colonial necessária à construção da nação Portuguesa do século XXI – a discussão proposta parte da atenção dada à socióloga estadunidense Sharon Zukin¹⁶⁷, a quem Barone atribui a escrita sobre a “articulação entre os processos de desenvolvimento urbano em centros históricos e a dimensão simbólica da cultura e da memória”.

¹⁶⁷ Ver mais em: ZUKIN, Sharon. *Gentrification: culture and capital in the urban core*. Annual review of sociology, v. 13, n. 1, p. 129-147, 1987.

A partir desta interconexão, Barone toma um percurso sobre a história urbana brasileira com a qual gostaria de contribuir e dialogar. A autora retoma estudos que apresentam essa interconexão¹⁶⁸, começando por aquele que considera “o caso mais antigo e emblemático” o do Pelourinho (Salvador/Bahia), analisado por Osmundo Pinho¹⁶⁹. O Pelourinho foi palco de um longo processo de intervenção que perpassa duas décadas, visando reverter um quadro de “deterioração” urbana a partir de projetos de caráter cultural e turístico. Tais projetos, que engajam Estado e grandes quantidades de capital privado, acabaram por re-traçar os limites da segregação racial na região – expulsando, controlando e espoliando pessoas negras e pobres, e conferindo o controle do capital expropriado ao Estado ou aos agentes do capital privado envolvidos no processo.

Longe de se apresentar como exceção, o caso do Pelourinho traz à tona outros processos urbanos protagonizados pela ideia de um resgate da memória, e da cultura, que merecem melhor atenção quanto ao seu potencial espoliador. É o caso de outros exemplos trazidos por Barone (2023), que envolvem diferentes atores, como os casos de Recife, e a gentrificação do seu Centro na década de 1990, e São Paulo, no entorno da Estação da Luz, nos anos 1980. Sobre o caso em curso do Rio de Janeiro, na Zona Portuária e/ou Pequena África, também poderíamos pensar com estudos que vêm apontando para as categorias de lugar de memória e patrimonialização, ora articuladas por atores sociais da população negra local como forma de assegurar sua permanência; ora articuladas por um mercado turístico que pode agir de forma predatória, inclusive reiterando lógicas de expulsão (Santos da Silva, 2022; Silva; Silva, 2019).

Os casos trabalhados pelas autoras citadas, dentre outras, são relativamente recentes e, com exceção do caso da Luz, se encaixam na discussão sobre gentrificação, porém ressaltam o caráter racial dessas

¹⁶⁸ Cabe aqui ressaltar como alguns saberes, como àqueles muitas vezes relacionados aos campos da memória, relações culturais, e relações raciais são frequentemente relegados a um lugar de menor importância nos campos dos estudos urbanos e urbanismo. Sobre esta discussão, com a qual não engajarei neste trabalho, recomendo NAME, L.; MOASSAB, A. *Por um Ensino Insurgente em Arquitetura e Urbanismo*, 2020. Agradecimentos ao parceiro soteropolitano Flávio Carvalho, pela indicação.

¹⁶⁹ PINHO, Osmundo S. *Descentrando o pelo: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador*. 1996.

operações, globalmente operadas, no Brasil. Quando tomamos a "regeneração urbana" como estratégia urbana global de gentrificação, como propõe Neil Smith (2006), somos imediatamente chamados para outros momentos, nem sempre recentes, da história urbana brasileira. Longe de ser um novo discurso, na Europa ou no Brasil, a regeneração urbana como política higienista e segregadora, vem sendo utilizada ao longo do século XX como uma das diretrizes centrais de grande parte das operações de larga escala nas capitais brasileiras.

Tomando como fio condutor as políticas de regeneração urbana, ou reformas higienistas, temos uma longa história urbana¹⁷⁰ que poderia ser percorrida, e que não pretendo esgotar aqui. Podemos pensar nas transformações urbanas higienistas e sanitárias, da segunda metade do século XIX à década de 1920 em São Paulo e no Rio de Janeiro, descritas por Andreino Campos (2006), por exemplo. Época de desterro generalizado para a população pobre e negra, em São Paulo, como o autor apresenta, as conexões entre o capital inglês e as reformas aplicadas pela *City* são responsáveis por parte considerável do que é hoje o bairro dos Jardins, em 1912.

Esse momento de grandes reformas em São Paulo também é analisado sob a ordem jurídica por Raquel Rolnik (1997, 1999). Na revisão histórica da autora, a construção das cidades-jardim, habitadas pelas famílias brancas e ricas, se dá de forma concomitante a um processo de criminalização que se inicia voltado aos espaços ocupados pela população negra na cidade. A partir de um mapeamento que vai do final do século XIX à década de 1930, a autora identifica territórios negros (como ela os identifica, racial e culturalmente) que são alvos de políticas urbanas espoliativas e desterradoras envolvendo atores privados e o Estado, até a primeira metade do século XX. Buscando um ordenamento urbano condizente com a trajetória de desenvolvimento nacional, o processo civilizatório ao mesmo tempo valoriza o espaço urbano em um emergente mercado imobiliário, de alto risco e alta

¹⁷⁰ As produções sobre o tema são interdisciplinares, muitas vezes agrupadas dentro dos campos de estudos culturais e sobre as relações raciais, permeando assim campos da História, Sociologia, Antropologia, Economia e Arquitetura, enquanto campos que também informam o campo de estudos urbanos. Cabe pensar sobre o caráter político desta setorização da produção, algo discutido em estudos como *Por um estudo insurgente da arquitetura e urbanismo* (Name,; Moassab, 2020).

valorização, e opera com o capital internacional a despossessão de corpos e territórios racializados subalternos – notadamente negros e indígenas (Angatu, 1998) no período.

O trabalho de Rolnik, do qual destaco a rica revisão e agrupamento de outras fontes e a articulação com a legislação urbanística, não é, contudo, uma exceção no campo. Há por exemplo o trabalho histórico e sociológico de Reinaldo e Regina de Oliveira (Oliveira; Oliveira, 2015), que conecta as políticas urbanas do mesmo período à produção da segregação racial em São Paulo, e no Brasil. O historiador Petrônio Domingues (Domingues, 2002), por sua vez, relaciona os movimentos de segregação a política eugenista do estado de São Paulo, sua política de importação de trabalhadores imigrantes brancos às estratégias de genocídio do povo negro. Trabalhando com uma escala menor, podemos pensar também no trabalho da historiadora Carolina Ressurreição (2023), que relaciona as políticas urbanas que buscam construir uma cidade moderna na virada do século XX ao seu caráter regulatório e espoliador quando confrontado sob a ótica daqueles que foram progressivamente empobrecidas. Pesquisas como a de Ressurreição, feitas por mulheres e/ou com um recorte espacial menos abrangente, têm apresentado sistematicamente a forma como o patriarcado se inscreve materialmente na cidade.

A narrativa elaborada pela historiadora aponta em diversas passagens para como a várzea do rio Tamanduateí, na virada do século, pode ser pensada em sua relação com a insubmissão de mulheres em sua relação com uma normatividade urbana, marcadamente burguesa e masculina. Do assédio para com as lavadeiras como entretenimento urbano (Ressurreição, 2023, p. 56), à reclusão doméstica que a modernização da cidade requer das mulheres (sem que isso represente sua segurança, como bem aponta a autora) demarcam um regime de poder, ocupação e mobilidade na cidade que não inaugura, mas reforça uma estrutura patriarcal de controle sobre o espaço. Podemos observar também sob essa perspectiva a narrativa trazida por Rolnik (1997, cap. 2), que detalha como o governo de Adhemar de Barros institui em 1940 no Bom Retiro, ocupado prioritariamente por uma população judia, uma “zona confinada” de prostituição, constituída por quase 150 prostíbulos. Além

de apontar para como o Estado é capaz de articular patriarcado e racialidade para justificar investimentos públicos em políticas de segregação conectadas à permanente ação policial, que caracterizam a *gentrificação* no Brasil (Barone, 2023), a medida aponta para que tipo de soluções o planejamento urbano paulista buscou para adereçar àquilo que trata como depravação – afronta à vida civilizada e burguesa que se busca instituir na Cidade, mas também seu produto. Nesse sentido, talvez a maior intervenção a nível nacional de que tenho notícia se deu em Campinas, com a criação do “bairro satélite” Jardim Itatinga¹⁷¹ em 1967.

A partir de 1940, diversos estudos apontam para como o padrão de crescimento e urbanização de São Paulo é transformado, apontando para o processo de periferização da cidade, o que representa também um deslocamento da população negra e pobre para as periferias da cidade (Oliveira, 2008; Rosa; Figueiredo; Silva, 2022). Esse movimento, se intensifica na década de 1950 com a expulsão da população pobre do campo, para a cidade, mediante um processo de intensificação da centralização da propriedade de terras no Brasil. O processo de periferização da cidade se fez, principalmente, sob o regime de loteamento informal e autoconstrução, processo amplamente documentado pelo campo dos estudos urbanos de São Paulo¹⁷², conforme explorado no capítulo anterior.

Passando pela Lei do Inquilinato (1942), pelo Plano de Desfavelamento (1960)¹⁷³, pelas subsequentes políticas de desfavelamento e urbanização que o Estado promove na cidade, até os movimentos de gentrificação que o século XXI anuncia; movimentos de espoliação e desterro direcionados à população negra tanto produzem a cidade como conformam as possibilidades de moradia e mobilidade da população negra paulistana.

¹⁷¹ Jardim Itatinga é o único bairro planejado para a prostituição no país. Criado durante o regime militar, em 1967 é considerada a maior Zona de Prostituição a céu aberto da América Latina (Augusto; Oliveira; Guimarães, 2019).

¹⁷² Para além da elaboração construída ao longo do segundo capítulo, trato de pormenores deste processo, e seus desdobramentos na entrada do século XXI em trabalho anterior (Coelho Silva, 2019, cap. 1), disponível online.

¹⁷³ Plano que mobiliza o livro *Quarto de Despejo* de Carolina Maria de Jesus, para justificar a remoção dos moradores da Favela do Canindé, onde vivia Carolina enquanto escrevia o livro. Favela esta que, por sua vez, se dá a partir da remoção dos moradores de um cortiço (Pereira, 2015, p. 278).

Ao trazer estas cenas, que se repetem diariamente periferias afora, chamo atenção para a forma como o Macrozoneamento descreve hoje as regiões periféricas, e a relação que a narrativa de um “cotidiano de miséria e insalubridade da periferia” é recorrentemente utilizado para legitimar o discurso da política de aniquilamento promovida pelo Estado (Pereira, 2015, p. 292). Como argumenta Denise Ferreira da Silva em *Ninguém* (2014), o discurso que demarca a marginalidade, como evidência de uma trajetória marcada pela espoliação e violência, pode ser, e frequentemente é utilizado para legitimar aquilo que não demanda justificativa, isto é, a aniquilação-expropriação de corpos negros e terras nativas. Repartida como tarefa que ora está nas mãos do Estado, ora nas mãos de forças de segurança privadas, em geral a mando de frações e *players* (pois, agentes do capital) do/no mercado imobiliário.

Conhecedora destas cenas de desterro em permanente repetição, Barone sugere que o próprio conceito de *gentrificação* é permeado por limites teóricos e questionamentos, dando ênfase à subsunção do caráter racial desses eventos e às noções econômicas ou classistas utilizadas, por exemplo por Luís Mendes ou David Harvey, ao discutir estes processos.

[...] é inevitável perceber que os processos urbanos que o conceito de gentrificação descreve estão presentes nas cidades capitalistas desde o início do seu desenvolvimento. Os processos de higienização social marcaram as origens do urbanismo moderno, envolvendo projetos de embelezamento e melhorias em determinadas circunscrições da cidade que operam até hoje a eliminação de grupos sociais indesejados, sejam eles formados por moradores ou mesmo por usuários do espaço público (Barone, 2023).

Ou seja, estas cenas que condensam acumulação por despossessão e o processo de ampliação da fronteira de expansão capitalista, a *gentrificação*, observada a luz da experiência urbana brasileira, e certamente paulistana, não é mais do que aquilo que a manutenção e renovação das formas as quais as cidades modernas foram construídas e seguem sendo, através da expropriação: a) das terras nativas e do corpo cativo; b) da expropriação do trabalho (livre); c) da expropriação do valor dos corpos racializados subalternos (em São Paulo, negros e originários).

Com isso não ignoro as especificidades do fenômeno no último século, ou descarto que esta modalidade de apropriação do valor da terra

urbana seja central para se pensar a produção contemporânea do espaço urbano. Não procuro traduzir a experiência de gentrificação como colonização, no sentido de que o evento colonial não se trata de uma metáfora, se não uma violenta materialidade histórica global (Kent-Stoll, 2020, p. 24; Tuck; Yang, 2012). Ao contrário, penso que a maximização da mobilidade do capital que a financeirização significa, e o avanço das tecnologias jurídicas e cartográficas que viabilizam economicamente o investimento urbano – o *momentum* das forças produtivas – merecem ainda futuros estudos em suas implicações relativas às políticas de desterro dos sujeitos raciais subalternos em curso¹⁷⁴.

A perspectiva aqui é de contribuir com o esforço de repensar a história e prática da produção urbana brasileira a partir de uma temporalidade implicada onde o *continuum* (Nascimento, 2018) permita pensar a matriz contemporânea do capital global à luz dos eventos-violência colonial racial que o viabiliza¹⁷⁵ (Rosa; Figueiredo; Silva, 2022, p. 67). Em outras palavras, concordo com a pesquisadora Nathalia Carneiro, quando ela afirma que

[...] é preciso pensar a descolonização não como um corte no tempo linear a fim de continuar este mesmo tempo de forma melhorada, justamente porque o desenvolvimento e o progresso são ferramentas da colonização e da racialidade, isto é, da violência total (Carneiro, 2021, p. 4)

Buscando articular a desnaturalização da violência racial no campo dos estudos urbanos, poderíamos pensar neste fenômeno através de outras categorias que não gentrificação, como *racial banishment* (Roy, 2019), *urbicide* (McKittrick, 2011), *branqueamento do território* (Silva et al., 2018), *accumulation by evisceration* (Williams, 1993)¹⁷⁶ ou mesmo a partir da contínua reelaboração da noção de segregação racial, como propus no capítulo anterior. Contudo, a escolha pelo conceito de *gentrificação* se deu pela forma como a ampla discussão existente tece conexões estáveis entre esta categoria, os

¹⁷⁴ Podemos pensar aqui em trabalhos como a *Nova cartografia social da Amazônia*. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007 e *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (Lacoste, 2005).

¹⁷⁵ Para uma crítica mais detida sobre a teoria marxista do valor que contemple esta temporalidade implicada, não linear, recomendo os textos de Denise Ferreira da Silva (2024b; 2019a).

¹⁷⁶ Agradeço a fundamental interlocução com a pesquisadora Juliana Góes, com a qual tive contato em idos de 2020, e que já na época trabalhava articulações entre a noção de gentrificação e terror racial, em forte diálogo com o trabalho de Jaime Alves (Alves, 2018), através do conceito de *acumulação por eviscação* (tradução livre).

processos de acumulação capitalista em uma economia global financeirizada, e as experiências de acumulação por espoliação – todas mediadas por uma definição de *espaço* moderna. Seu enfoque na dimensão estética-discursiva desse processo – seus neologismos como renovação, regeneração e revitalização urbana – confere destaque a contradição que sua rejeição apresenta, a rejeição à materialização presente-e-futura das relações de produção capitalistas, o desenvolvimento/progresso. Assim, o processo material, tratado no capítulo anterior apresenta aqui uma de suas feições contemporâneas, na conversão de sua materialidade espoliativa em valor simbólico e relacional, isto é, em preços no mercado imobiliário.

Ao tomar a *gentrificação* como fenômeno de acumulação por espoliação e processo chave na conformação e regeneração urbana no século XXI, aponto para como o conceito pode ser operacionalizado para se referir a uma série de eventos raciais, isto é, cenas de violência total onde a espoliação/desterro de pessoas negras foi condição ao desenvolvimento da cidade de São Paulo, e Cidade Ademar. O faço em coro com pesquisadoras como Juliana Góes, ou Jaime Alves, que têm apontado para a oposição que o planejamento urbano nas Américas opera, entre o progresso-desenvolvimento e a territorialização das pessoas negras, na medida em que

[...] espaços urbanos apenas representam a modernidade Ocidental quando são 'áreas brancas'. As espacialidades negras urbanas, por outro lado, são vistas como espaços que demandam purificação e eliminação – áreas que impedem as cidades de fazerem/alcançarem progresso (Góes, 2022, p. 22 Tradução livre).

Com isso, faço apontar de forma circular para como a percepção da generalização deste fenômeno no século XXI, entrelaça profundas conexões com a financeirização global, as progressivas tecnologias de mapeamento do *espaço* e a possibilidade de legislar sobre ele de forma minuciosa e segmentada, conformando uma infraestrutura que viabilize a maximização da eficiência no trânsito de capitais a fim de investimentos urbanos. Nesse sentido a generalização desses processos pode indicar não (apenas) a generalização desse fenômeno em direção a territórios periféricos-empobrecidos, mas (também) a maximização da eficiência no que concerne às tecnologias de mapeamento, precificação e despossessão empregadas sobre o *espaço*

ocupado por populações raciais subalternas. Em outras palavras, ao propor o processo de renovação urbana e valorização imobiliária que se dá em Cidade Ademar¹⁷⁷ seja percebido a luz do conceito de *gentrificação*, aponto para o fato de que estas frentes de despossessão – no curto e médio prazo – tendem a se tornar importantes palcos dos processos de transformação, espoliação e acumulação capitalista urbana no município.

Enquanto exercício de revisão, ao articular as discussões sobre segregação racial e gentrificação, argumento que políticas urbanas de despossessão, extração do valor do corpo negro e das terras nativas, simultaneamente atualizam os limites e fronteiras (de valorização capitalista) em uma cidade segregada e estruturam o processo de produção do espaço urbano em São Paulo, e em outras capitais brasileiras ao longo do último século.

Ao tomar a *segregação racial* como estratégia de gestão, distribuição e espoliação, minha proposta é dizer que ela não só tem participado da estruturação do espaço urbano paulistano, e do espaço de Cidade Ademar, mas também pensar sobre como esse fenômeno viabiliza as práticas de morte e espoliação neste território. Ao mesmo tempo que o trabalho negro, em sua maioria, não pago possibilita a constituição material deste espaço-em-permanente-urbanização; a racialidade confere ao Estado a possibilidade de viabilizar juridicamente ou materialmente (violência total) a espoliação de corpos e espacialidades negras quando lhe convier, seja para o desenvolvimento da nação, seja pelo desenvolvimento urbano (e todas as normatividades que o compõe).

O *espaço*, por sua vez, na medida em que é mapeado, precificado, privatizado e acessível ao mercado global de capitais – à medida em que o espaço é destrinchado pelas ferramentas do conhecimento moderno e juridicamente delimitado – maximiza (torna mais eficiente) a possibilidade de realizar investimentos urbanos. Seja pela espoliação violenta ou não, argumento que na medida em que a possibilidade de atuar em pequenas

¹⁷⁷E que certamente se repete em outros distritos periféricos, como o foi na Itaquera descrita por Camila Saraiva e no Tatuapé, analisado por Danilo França.

fronteiras do capital localmente se torna disponível em escala global, através da financeirização do mercado imobiliário e do desenvolvimento cartográfico-tecnológico, territórios como Cidade Ademar – fronteiriços a regiões valorizadas ou em valorização, com populações racializadas, irregularmente e/ou ilegalmente ocupados por uma população pobre, alvos de políticas urbanas que valorizam os terrenos e promovem seu adensamento e transformação imobiliária – tornam-se interessantes destinos ao capital internacional e nacional excedente que busca valorização. Nesse sentido, a segregação racial não só estrutura a cidade, como pode servir aos interesses de acumulação de capital na medida em que facilita o estabelecimento de fronteiras de valorização, bem como de políticas de despossessão e violência, às quais estão em diálogo com o processo de gentrificação tal como desenvolvido aqui. Retomando, por fim, a produção de Lefebvre sobre o espaço, como referente de uma perspectiva marxista bem desenvolvida deste enquanto categoria moderna, meu argumento se encontra com àquele desenvolvido por Kipfer quando o mesmo expõe que

What **Lefebvre** calls abstract (both homogenizing and fragmenting) space produced by bureaucratically administered commodification, technocratic rationalism, linear (clock) time, and phallocentric visibility in 'neocapitalist' France [leia-se Europa Ocidental] is even more immediately shaped by state violence and a formally racialized commodity form in the colonies. In Fanon's work, colonial space was a conceived product of colonial planners oriented to dominate, homogenize, and exclude. At the same time, colonial abstract space integrated the colonized into colonial abstract space through daily spatial practices and affective, bodily spatial experiences (Kipfer, 2005, p. 718).

Partindo da base conceitual que a leitura dessas articulações estabelece como forma de se engajar ao efeito produtivo da racialidade na materialidade de nossa constituição histórica urbana, retomemos o caso contemporâneo de Cidade Ademar

5.2 Cidade Ademar, o que fazer quando a fortaleza tremeu e quase tudo ao seu redor, melhor, se corrompeu?

Epa, pera lá, muita calma ladrão... Cadê o espírito imortal do Capão?¹⁷⁸

Foi com o passado, e hoje, é tempo de futuro em Cidade Ademar. Antes de mais nada é preciso dizer que, felizmente, não podemos afirmar a existência de nenhum processo de gentrificação generalizada, ou seja, de remoções¹⁷⁹, e outras transformações sociodemográficas no distrito.

É virtualmente impossível apontar para um processo de atualização da segregação racial, mudanças demográficas ou transformações socioeconômicas na última década a nível distrital. Ainda que tudo que eu tenha apresentado até aqui, em diálogo com a extensa bibliografia sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo, apontem para isso, não existem dados que possam comprovar qualquer mudança em São Paulo, ou nas demais capitais, no período. Excepcionalmente, na década de 2020, até o ano de 2024 não tivemos um Censo Nacional divulgado – seja devido a uma pandemia, seja devido ao genocida governo do presidente responsável no período. Sendo essa a única fonte de dados em escala distrital (ou menor) (in)disponível, teremos de tratar do processo de outra maneira.

Tendo em vista esse contexto, fiz escolhas metodológicas sobre como tratar esse processo que viabilizassem não apenas denunciar uma violência, se não buscar evitar ou mitigar seus efeitos. Conforme discuti na seção anterior, o conceito de *gentrificação* traz consigo um forte elemento simbólico, isto é, este processo está diretamente vinculado àquilo que Lefebvre trata como *práticas de representação do espaço* (Schmid, 2012b, p. 101). Essa prática diz respeito às representações do espaço como formas de compor imagens e desta forma também definirem o espaço, de forma articulada aos *espaços de representação* (uma dimensão epistemológica, por assim dizer,

¹⁷⁸ Referências à faixa Jesus Chorou, do grupo Racionais MCs (1997). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jLfWZ0nhTAE> Acesso em 13/02/2025.

¹⁷⁹ Digo isso considerando que há, em o que hoje é São Paulo, a ocorrência de sistêmicas remoções em toda a cidade ao longo dos últimos quatro séculos, direcionado a pessoas racializadas subalternas, em especial pessoas negras e indígenas.

desta produção, conforme desenvolvo no primeiro capítulo). À luz dos mapas, plantas e narrativas elaboradas pelos novos empreendimentos¹⁸⁰, buscarei apresentar como a discursividade dos empreendimentos dialoga com as lógicas de espoliação, desposseção e violência direcionadas às pessoas negras no distrito, à luz também do que propõe Kent-Stoll:

On a related note, future work can foreground analyses of which racialized subjects are targeted for containment and removal in gentrification projects and why. This can be done by connecting the technologies of control and narratives of justification to colonial logics of space and nation-making and by examining how political repression—for example in the form of the internal colonization of Black neighborhoods or the settler-colonization of Indigenous land — drives the logics of urban development and the strategies of governance deployed to maintain the gentrification process (Kent-Stoll, 2020, p. 25).

Ao retomar as experiências de regeneração e revitalização urbana postas em prática, como políticas de gentrificação, acadêmicos e movimentos sociais populares vêm se articulando para evitar projetos que podem resultar na expulsão daqueles que estão mais vulneráveis às ações do Estado e do mercado imobiliário. Ao passo que quando a gentrificação passa a ser mapeável é porque ela já ocorreu, tomarei mais algumas narrativas articuladas em torno dos novos empreendimentos imobiliários como formas de apontar para o evento, que argumento estar em curso, a fim de evitar suas possíveis, e violentas, implicações no curto e médio prazo.

Talvez o primeiro passo seja remontar à ideia de que as narrativas articulam a infundável busca por melhores localizações – isto é, mais eficientes em termos de acesso, mobilidade, segurança e sustentabilidade ambiental – à (expectativa de) valorização destas mesmas localizações, na medida em que direcionam investimentos de larga escala a elas. Para isso, mais do que uma pesquisa sobre quais seriam as melhores localizações existentes (segundo critérios, como podem ser os citados acima), é preciso (re)criar imagetivamente e discursivamente este valor em termos compreensíveis dentro do mercado imobiliário – onde estas imagens e discursos pretendem ser circulados.

¹⁸⁰ A análise foi elaborada tendo como base o material de divulgação e promoção dos empreendimentos produzidos diretamente pelas construtoras-incorporadoras, ou com elas em parceria. Foram analisados materiais de ao menos 25 fontes, entre empreendimentos e parcerias correlatas (jornais publicitários de circulação local realizados em parceria com as incorporadoras e materiais informativos semelhantes).

Remontar o discurso sobre a valorização de localizações periféricas (ou até aqui, tidas como periféricas) no contexto de São Paulo, uma disputa também pelo tempo¹⁸¹ como aponta Villaça (1998), é remontar também o discurso elaborado em torno das estratégias de valorização do capital na fronteira de acumulação capitalista. Chamo atenção a isso, reforçando a conexão já muito trabalhada entre valorização imobiliária e espoliação urbana¹⁸².

¹⁸¹ Tendo em vista as produções e análises sobre a expectativa de vida ao nascer por distrito, poderíamos extrapolar a análise de Villaça e dizer que também é uma disputa pelo tempo de vida. Um dos estudos do período, produzido pela prefeitura, encontra-se disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/IDOSO/PUBLICA_COES/Indicadores%20sociais%20\(2\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/IDOSO/PUBLICA_COES/Indicadores%20sociais%20(2).pdf) (p. 47) Acesso em: 08/07/2024.

¹⁸² Aqui entendida como elaboração abstrata da combinação de técnicas espoliativas envolvidas no processo de acumulação, porém trabalhadas em sentido distinto ao apresentado por Lucio Kowarick no homônimo *A espoliação urbana* (Kowarick, 1993).

PRESENTE EM DIVERSAS
REGIÕES, ESCOLHEMOS
OS TERRENOS COM FOCO
NA **LOCALIZAÇÃO**



PRIORIZANDO ÁREAS
PRÓXIMAS ÀS ESTAÇÕES
DE METRÔ E PERTO DAS
PRINCIPAIS AVENIDAS

MOBILIDADE POR PERTO É
TER MAIS TEMPO PARA VOCÊ.

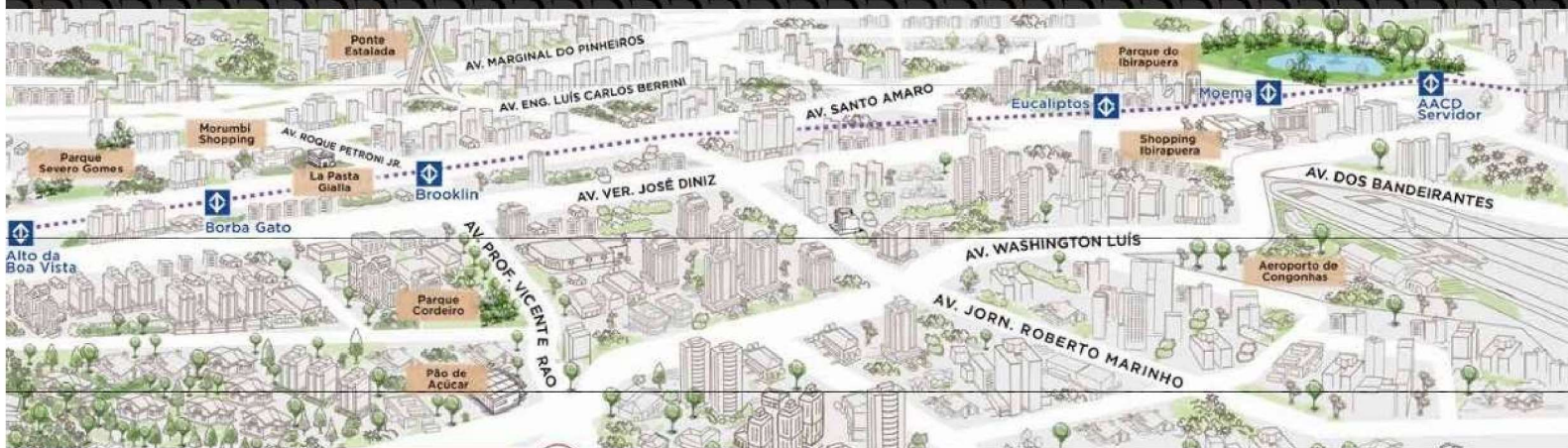
Conforme elaborei ao longo desta dissertação, a segmentação do espaço é jurídica, por meio da propriedade privada e legislação urbana, e também material, por meio da segregação e despossessão. Na medida em que essa segmentação é estruturante da possibilidade de valorar as localizações – isto é, elas possibilitam gerar um sistema relacional e hierárquico de preços – é fundamental pensar como essa é operada imagetivamente em Cidade Ademar.

Por um lado, é evidente a tentativa de aproximação simbólica – dado que a aproximação geográfica, isto é, em termos de sistemas de posicionamento global, é impossível – entre Cidade Ademar e o quadrante Sudoeste de São Paulo. Sendo a área mais branca e mais valorizada da cidade, é simples compreender por que a conexão se torna interessante aos olhos dos agentes imobiliários privados: ela simboliza um potencial de realização de lucros ainda maior. Nesse sentido, diversas narrativas são mobilizadas, sem a necessidade de envolver nenhuma menção ao caráter racial de nenhuma das duas regiões, conforme seguirei explorando nas próximas páginas.

Por outro lado, para que essa imagem possa ser convincente em sua narrativa, é preciso desassociar a região, ou ao menos os empreendimentos, de qualquer referência a precariedade, violência ou marginalidade que prefigura os discursos sobre a periferia – que Cidade Ademar certamente compõe. Nesse sentido, como vemos nas repetitivas representações cartográficas dos empreendimentos, é preciso ocultar ou obliterar as áreas, mais precárias, justamente aquelas onde a população negra do distrito reside e maior proporção. Desse modo, o discurso sobre a periferia, seja em seu caráter de denúncia da violência, seja no sentido de caracterizá-la justamente a partir dessa violência é igualmente prejudicial às estratégias de valorização que os investimentos imobiliários demandam¹⁸³.

¹⁸³ Uma ambiguidade pode ser pensada em torno da valorização de (alguns destes) espaços como patrimônios culturais, como sugerem os estudos sobre circuitos culturais e turistificação de áreas negras e/ou marginalizadas (Santos da Silva, 2022).

MOBILIDADE POR PERTO É
TER MAIS TEMPO PARA VOCÊ.



PLANO & 
**Parque
Nabuco**
Canário

LOCALIZAÇÃO

*More no melhor destino,
sobre o trecho mais
completo da Av. Cupecê.*

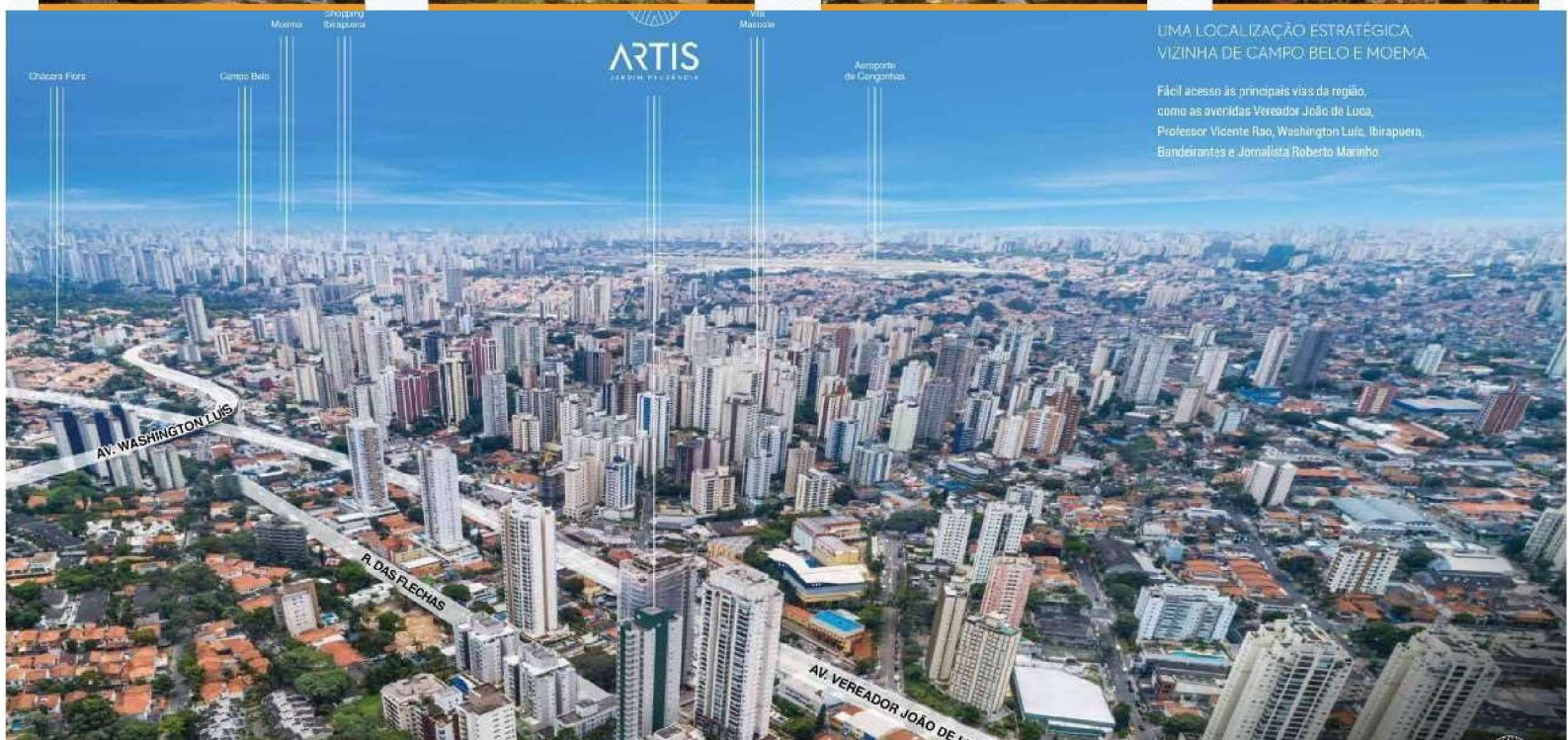
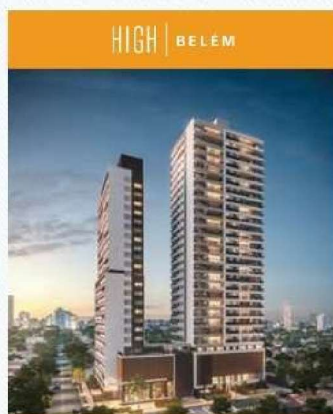
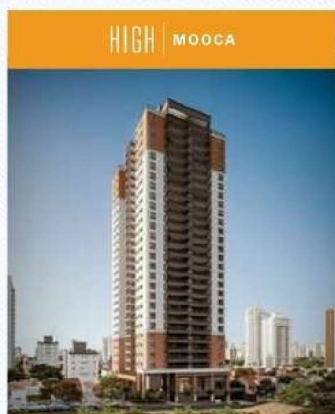
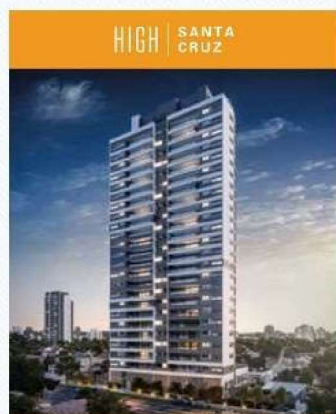


LIGAÇÃO

- Bairro x ABC
- Bairro x Dr. Churí Zaldan
- Bairro x Av. Berrini
- Bairro x Marginal Pinheiros



Linha HIGH CLASS: elegância e requinte em todos os detalhes.



UMA LOCALIZAÇÃO ESTRATÉGICA,
VIZINHA DE CAMPO BELO E MOEMA.

Fácil acesso às principais vias da região,
como as avenidas Vereador João de Luca,
Professor Vicente Rao, Washington Luís, Ibirapuera,
Bandeirantes e Jornalista Roberto Marinho.

LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA E TODAS AS FACILIDADES QUE UM BAIRRO PODE OFERECER.
A SUA FAMÍLIA MERECE ESSE EMPREENDIMENTO DE ALTO PADRÃO.



UMA DAS REGIÕES **MAIS PROCURADAS** DA ZONA SUL,
EM UMA RUA CALMA E ARBORIZADA.



Ao passo que a segmentação simbólica desses espaços é produzida em termos imagéticos pelos informativos, sua segmentação material se dá de outras formas. Conforme argumentei em diálogo com a produção de Teresa Caldeira (1997), a produção destes enclaves se dá através do reforço à privatização do espaço, mesmo aquele compartilhado, bem como a extrema segmentação entre o empreendimento e seu entorno – imediato ou não. Os grandes muros, cercados por cercas elétricas e vigiados vinte e quatro horas por dia sete dias por semana, demarcam a possibilidade de que, onde quer se esteja, ali é seria possível viver uma vida privilegiada (em relação à vida vivida na cidade, nossa percepção sobre o *espaço vivido*, diríamos com Lefebvre). Assim, portarias blindadas, entradas separadas com portas sequenciais, e caixilhos para intermediar o contato com o mundo exterior são aspectos fundamentais.

Os distanciamentos, necessários à realização da distinção simbólica e material que os projetos evocam, reencenam movimentos já conhecidos, seja pela publicidade imobiliária, seja pela discursividade empregada também ao longo do último século pelas políticas de urbanização e regularização fundiária. Modernização, progresso, securitização, sustentabilidade, são “diferenciais” recorrentemente evocados pelos materiais informativos. Os empreendimentos analisados são destinados a distintos grupos sociais¹⁸⁴, no entanto todos eles corroboram das mesmas estratégias de distanciamento daquilo que é percebido como uma rotina comum na cidade – isto é uma rotina de desgaste, intranquilidade e violência. Neste sentido, a reafirmação do privilégio – que passa pela construção simbólica e material destes empreendimentos – em espaços ocupados quase exclusivamente por pessoas brancas remonta não apenas ao conceito de *espoliação urbana* (Kowarick, 1993) como distinção classista entre as possibilidades de vida na cidade, mas também ao termo de

¹⁸⁴ Tomando por base a metragem dos imóveis, bem como as políticas públicas de subsídio à que alguns deles estão submetidos, poderia se dizer que são direcionados para dois grupos: os empreendimentos mais distantes do eixo sudoeste, mais próximos aos espaços de ocupação da população negra, são direcionados à uma classe média emergente, com plantas em torno de 30m² (HIS e HMP); enquanto os mais próximos ao Jardim Prudência, e as áreas mais brancas, são destinados às classes média-alta, com plantas em torno de 70m² e não necessariamente signatários das políticas de subsídio voltadas ao mercado popular (HMP).

branquitude (Bento, 2002). Na medida em que esses empreendimentos refundam o espaço no qual o investimento imobiliário é realizado, tendo como princípio simbólico e material a viabilização de um contexto de privilégio urbano, em uma cidade desigual e erguida com a violência racial, pensar nesses empreendimentos e seu processo de generalização como a realização espacial urbana da branquitude torna-se um passo possível.

Ao remontar o conceito de branquitude, minha intenção não é a de dizer que para realizar-se enquanto estrutura de privilégios urbana, esses empreendimentos ou as regiões que eles ocupam demandam a inexistência de pessoas negras. Ao contrário, as pessoas negras e demais empobrecidos e espoliados na/pela cidade, são fundamentais para construir e também para manter esses espaços funcionando. A intenção é pensar como esse discurso, sem menções raciais, pode dialogar com o previamente existente, discurso racializado sobre as espacialidades na cidade – suas conexões com as noções de progresso, desenvolvimento, legalidade e suas oposições. Um caminho por onde compreender como o eixo sudoeste da cidade tornou-se um espaço quase exclusivamente branco no século XXI, e por onde evitar que Cidade Ademar passe por processos semelhantes, ainda que em 2024 soe quase irreal pensar num processo de valorização e branqueamento/despossessão generalizado em todo o distrito. Estudar a história da ocupação, construção e urbanização das periferias – “onde era tudo mato” e “hoje é uma cidade” (Coelho Silva, 2019) – me fez ter certeza de que nas periferias, pensar o impossível é a única forma de articular suas possibilidade de futuro, sejam elas utópicas ou distópicas.

VIVA EM UM RESORT DE NOVELA COM PÁTIO DE CHURRASQUEIRAS,
HIDROMASSAGENS, DECK MOLHADO E LAREIRA EXTERNA.



LAZER DE RESORT AMERICANO



segurança total para sua família, arquitetura premiada. Tudo isso com as facilidades do programa do Governo Federal. Sua família acima de tudo. Esse sonho é agora, é **Vidi Cupecê**.

Nas próximas páginas você irá descobrir um outro nível de viver: O nível **Vidi Eleva Cupecê**. A qualidade de vida que você e sua família sempre sonharam.

Seja bem-vindo(a).

A COMODIDADE NA PORTA DA SUA CASA.

O HIGHLIGHTS DR. NELSON MORETTI MAXIMIZOU TUDO O QUE VOCÊ DESEJAVA EM UMA LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA, OFERECENDO O MELHOR DA CIDADE EM UM SÓ LUGAR.

NATUREZA, MOBILIDADE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA EM UMA REGIÃO VIZINHA DO CAMPO BELO, MOEMA E BROOKLIN, ALEM DE ESTAR A POUCOS MINUTOS DAS PRINCIPAIS AVENIDAS DA CIDADE.

RUA DOS CAFEZAIS, 410.



VEM AÍ O **MAIOR** HOME CLUB DO BAIRRO.

PLANOS
**Jardim
Marajoara**

DIFERENCIAIS

**Parcelar a entrada e encher o peito para dizer
que saiu do aluguel.**

CONSTRUINDO
À FRENTE DO
SEU TEMPO.

O futuro chega primeiro à EZTEC.
São 4 casacas construindo qualidade
de vida à frente do seu tempo
e materializando o futuro
de arquitetura, tecnologia,
design e eficiência.

Mais do que residenciais



DIFERENCIAIS | HIGH CLASS

Áreas comuns



Wi-Fi nas áreas comuns dos
pavimentos de lazer****



Biometria na entrada social
de pedestre



Portaria com caixilhos, vidros e portas
blindados e ar-condicionado instalado



Sinta a natureza.
Viva a modernidade.
Celebre o seu estilo único de viver.

Em um cenário verde, de localização
privilegiada, com ruas arborizadas
e cheias de charme, nasce
um empreendimento de arquitetura
e design arrojados, com linhas marcantes
e personalidade autêntica. Exalta
o equilíbrio perfeito entre modernidade
e qualidade de vida, revelando uma nova
arte de viver na cidade.



ARTIS
JARDIM PRUDÊNCIA

A VIDA EM SUA MAIS PERFEITA EXPRESSÃO.

LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA E TODAS AS FACILIDADES QUE UM BAIRRO PODE OFERECER.
A SUA FAMÍLIA MERECE ESSE EMPREENDIMENTO DE ALTO PADRÃO.

ÁREAS COMUNS



PORTARIA COM
CAIXILHOS,
VIDROS, PORTAS
BLINDADAS E AR
CONDICIONADO
INSTALADO



BICICLETÁRIO
COM 1 TOMADA
PARA BIKE ELÉTRICA



LÂMPADAS DE LED NO
HALL SOCIAL E DOS
APARTAMENTOS
E TERREÇO INTERNO



WI-FI NO LOBBY,
LAVANDERIA
E FITNESS



INFRAESTRUTURA
DO AR CONDICIONADO
ENTREGUE NOS SALÕES
DE FESTAS, FITNESS
E SALA DE REUNIÃO



BIOMETRIA NA
ENTRADA SOCIAL
DE PEDESTRE E
NO ACESSO AO
FITNESS



GERADOR PARA ATENDER 1
ELEVADOR E ÁREA COMUM,
BOMBAS, PORTÕES,
ESCADARIAS, PORTARIA E
PARTE DA ILUMINAÇÃO DAS
ÁREAS COMUNS



OS SEUS DESEJOS
SEMPRE EM EVIDÊNCIA.

UM LUGAR ONDE NOVAS FORMAS
DE BEM-ESTAR SÃO REVELADAS A
CADA DIA E O SURPREENDENTE
SEMPRE ACONTECE.

UM RESIDENCIAL AUTÊNTICO E MODERNO,
QUE REPRESENTA O SEU ESTILO DE VIVER.

A arquitetura inspirada no design de alto conceito e na projeção de experiências
únicas enriquece a vida em todas as suas formas. Da fachada imponente à perfeita
concepção dos espaços, com apartamentos amplos e bem planejados.
Inovação e personalidade dos ambientes, com lazer e atividades para toda a família,
promovendo diversão, bem-estar, encontros e celebrações.

A ambiguidade entre as estratégias de aproximação com outros distritos e a negação/reelaboração da própria localidade, entra como elemento narrativo/simbólico de uma cisão material que permite articular legitimamente (isto é, sem pressupor um abalo ético) proximidade e distância, segurança e violência, futuro e passado, brancura e negrura. Assim, ao mesmo tempo que as crianças se divertem no local e horário designado para sua idade dentro dos muros do condomínio, a violência pode seguir irrefreável ao lado de fora tendo o futuro (as crianças) sua segurança devida. A vigilância redobrada com a rua, o caráter quase-militar dos acessos, a blindagem das guaritas é ao mesmo tempo garantia de segurança e distinção que só ganha valor positivo a partir da reiteração do ambiente externo como bárbaro e violento. Dessa forma, os condomínios residenciais e prisões ¹⁸⁵ apresentam sentidos comuns, da reafirmação da violência como elemento perene da sociedade, à demarcação dos limites entre civilizado e bárbaro (Nilza da Silva, 2006, p. 22), do campo ético da cidadania e do campo ético da guerra (Silva, 2014). Ambos sobrevivendo a partir da espoliação de corpo negros ao longo das últimas décadas.

¹⁸⁵ A comparação, que para alguns pode soar esdruxula, foi realizada no sentido de também promover articulações entre o trabalho intelectual aqui realizado em sua relação (tributária) aos movimentos abolicionistas modernos, bem como à produções que vem os conectando ao campo dos estudos urbanos (Alexander; (trad.) Davoglio, 2018).



para as crianças brincarem com toda **segurança** e **liberdade**.



Ocupação Vitória Antigo Motel Cleans

Rua Marco Gagliano 55 Cidade Ademar



COM MOMENTOS DE DIVERSÃO



Contudo, esses investimentos, em infraestrutura, publicidade, burocracia imobiliária, têm se realizado? Ainda que de forma bastante parcial, é possível olhar para como esse processo de valorização, isto é, acumulação capitalista no setor imobiliário paulistano (globalizado) vêm acontecendo em Cidade Ademar. Para refletir sobre o processo de valorização da terra urbana, tomei como medida o preço do m² utilizado na base de dados da prefeitura municipal de São Paulo, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ¹⁸⁶. Sobre a base, e sua utilização, algumas considerações são fundamentais.

Primeiro, é importante dizer que o IPTU não é uma referência direta do preço da terra urbana no mercado imobiliário de São Paulo, se não uma referência direta do valor do terreno para finalidades de arrecadação fiscal. A variação dos preços da terra envolve uma série de outras variáveis na medida em que esta medida abstrata só se estabelece mediante o funcionamento do próprio mercado, sendo guiada, portanto, pelas ofertas realizadas no mercado. Ainda que existam alguns serviços privados ¹⁸⁷ que oferecem o serviço, as análises são sempre incompletas dado a fragmentação do mercado e o tamanho do seu mercado informal. Assim, ainda que a medida captada pelo IPTU busque atuar de forma a catalogar o preço real do m² em São Paulo, ela pode ser também um referente pouco confiável – o que seria uma medida progressiva, ou seja, que visa diminuir a desigualdade em termos de arrecadação de impostos. O contrário também é válido: caso os valores sejam achatados, isso representaria uma política de arrecadação regressiva, ou espoliativa, no sentido de cobrar mais de quem menos possui, como o são a maioria dos impostos.

A escolha desses dados, no entanto, também oferece informações importantes sobre o funcionamento do mercado de terra urbana. O acentuado processo de valorização a partir da implementação da legislação urbana em 2014, que é visível nos gráficos a seguir, reflete não apenas o efeito regulador

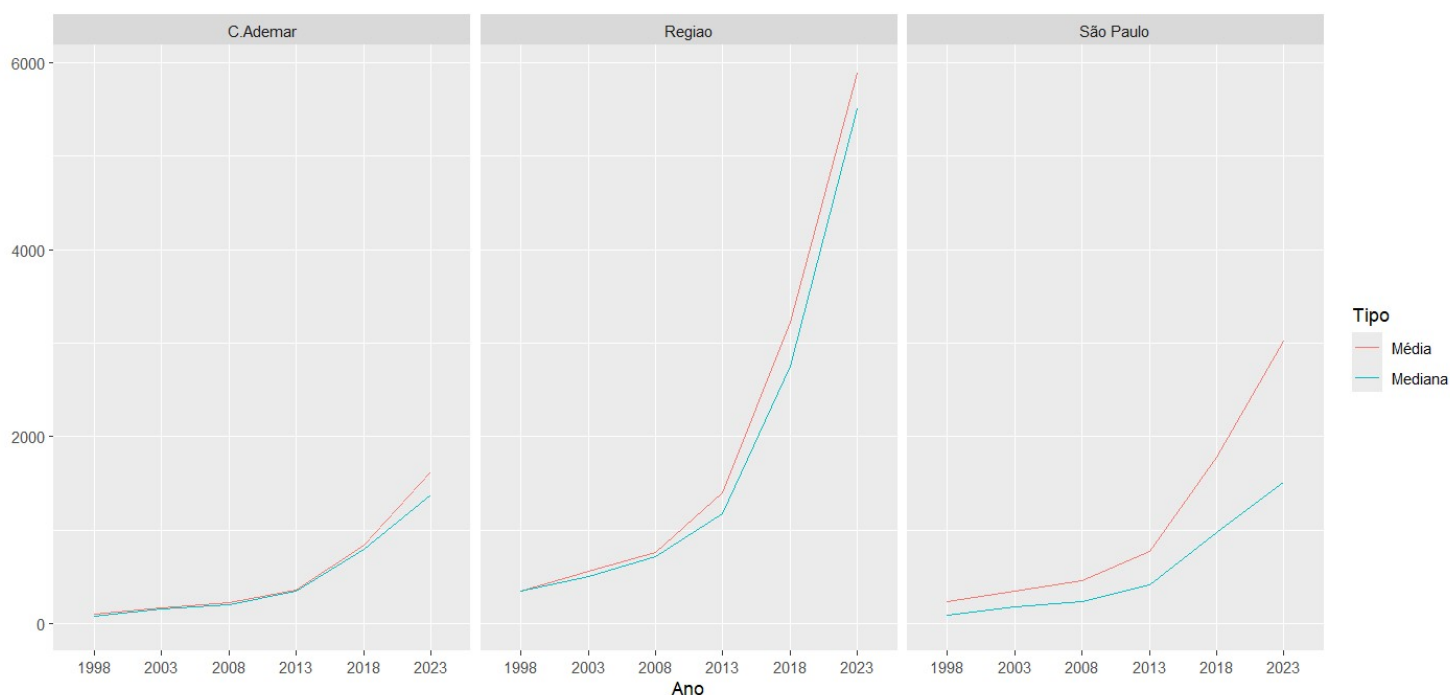
¹⁸⁶ Dados disponíveis na plataforma Geosampa: <https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/> Acesso em 08/07/2024.

¹⁸⁷ Alguns dos grupos que oferecem este serviço são <https://grupoquintoandar.com/> e <https://www.datazap.com.br/>.

de preços da legislação, mas também é fruto dos processos de regularização fundiária no período. Diversas políticas municipais atuaram nesse sentido ao longo das duas últimas décadas. Neste sentido, a observação dos preços da terra em São Paulo no período também reflete o caráter ambíguo do processo de urbanização.

Por um lado, tais políticas atuam com a finalidade de civilizar (no sentido de tornar a cidadania acessível) o espaço urbano, juridicamente garantido uma série de direitos básicos, infraestrutura, saneamento básico e segurança fundiária. Ainda que essas garantias jurídicas recorrentemente não se realizem nas periferias de São Paulo, como em Cidade Ademar, seria legítimo afirmar que tais políticas representam um ganho potencial, e assim são comumente lembradas.

Por outro lado, o espaço construído ou a propriedade fundiária antes de ser regularizada é tanto ilegal/irregular quanto potencialmente não mapeada. O processo de regularização fundiária, além de impactar diretamente nos preços da terra, ao viabilizar a inclusão destes espaços no mercado imobiliário formal, também serve como estratégia de mapeamento das ocupações que, por sua vez se tornam irregulares e/ou ilegais. Sob a diretriz de que a ocupação sob o território nacional deve estar regulamentada juridicamente pelo Estado, e que essa ocupação deve ocorrer mediante o planejamento estatal visando o desenvolvimento nacional, as ocupações criminalizadas passam a encarar então um cenário de extrema insegurança fundiária para o seu próprio bem, que é também o bem do Estado. Tendo isso em vista, analisemos os dados.

Gráfico 1 - Evolução do preço do m²

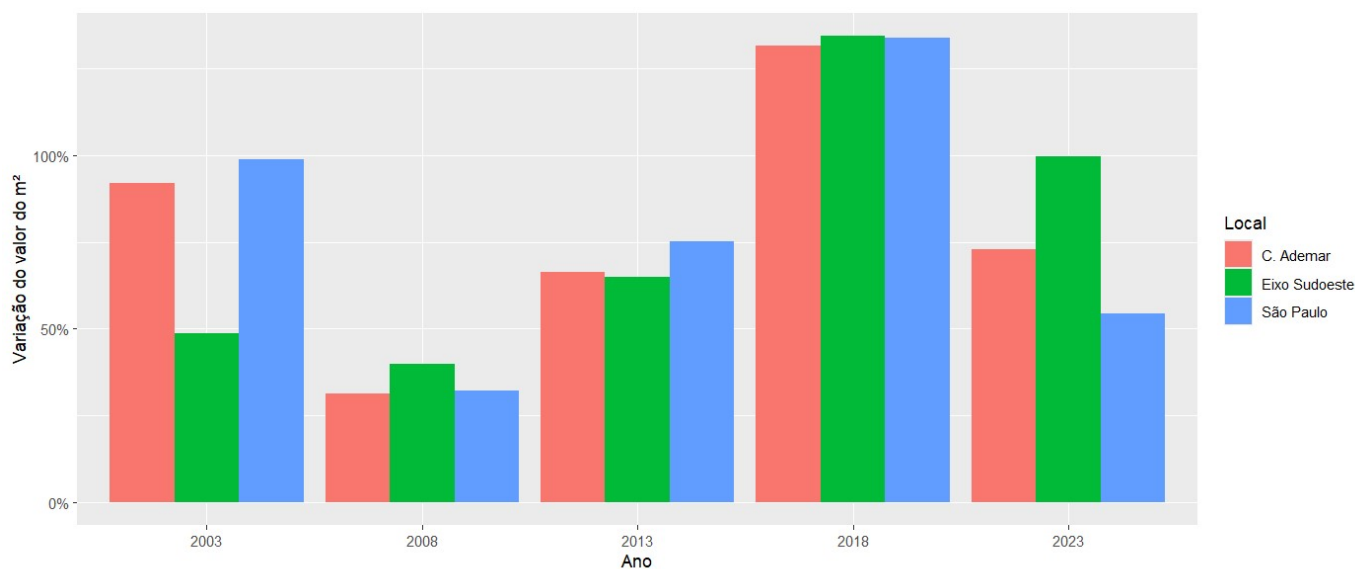
fonte: Geosampa (2024). Elaboração do autor.

O processo de acumulação capitalista, seja por espoliação ou por expropriação da mais valia, nem sempre é facilmente capturado através de índices, ou dados brutos. O mesmo se dá para os movimentos que acompanham essa acumulação, isto é, os movimentos de centralização e concentração de capital (Marx, 1867). Analisando o valor do m² urbano na cidade, o movimento de centralização do capital não é facilmente observável, apenas presumível como pontuei no segundo capítulo, é possível apontar para como a concentração de capital (imobiliário, terra) via valorização se acelera em Cidade Ademar a partir de 2013. Ao passo que média e mediana do valor do m² se distanciam, repetindo o que acontece na cidade como um todo, se apresentam dois movimentos distintos, que refletem a natureza segregada do distrito. Ainda que a valorização seja comum ao distrito como um todo, como era de se esperar, e que ela se dê em termos relativos de forma muito mais intensa na periferia do distrito¹⁸⁸, o valor do m² desde o loteamento do distrito é muito superior nas regiões brancas, assim como sua valorização bruta. O gráfico central, que aponta para as fronteiras da região com o eixo Sudoeste,

¹⁸⁸ Conforme aponto nos Mapas adiante.

aponta para como essa valorização ocorreu¹⁸⁹, nas últimas décadas, nas regiões mais brancas e mais ricas da cidade.

Gráfico 2 - Evolução do valor venal mediano do m²

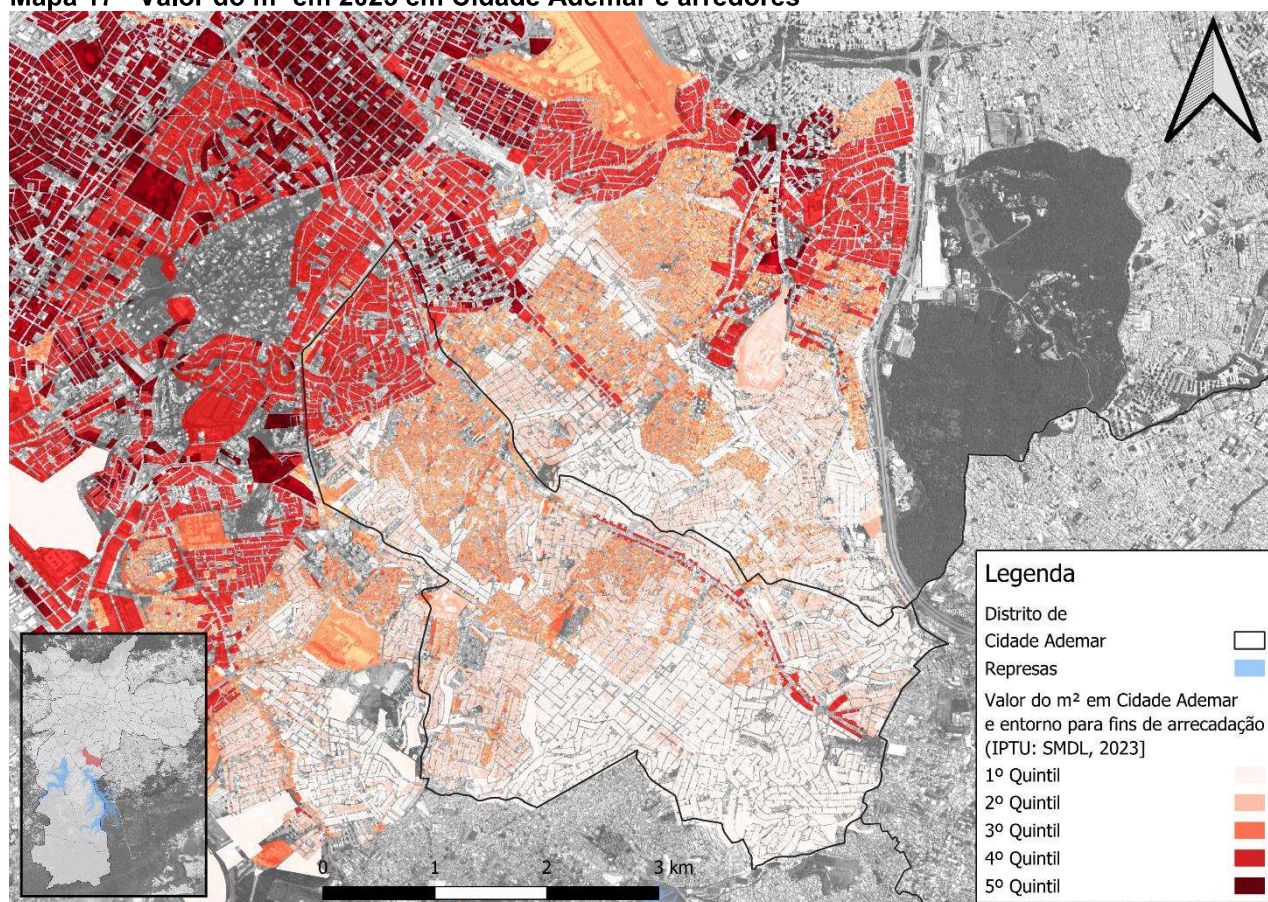


O valor mediano do m² tem evoluído ao longo das duas últimas décadas em Cidade Ademar de forma a acompanhar a valorização do município de forma geral, isto é, em grande parte a valorização das periferias de São Paulo. A partir das grandes mudanças instauradas com o Plano Diretor, e a Lei de Zoneamento, no entanto, sua dinâmica tem estado mais próxima daquela observada nos territórios do eixo sudoeste – isto é, Jabaquara, Campo Belo, Santo Amaro e Campo Grande. Tendo em vista as consistentes aproximações simbólicas e em termos de localidade/acesso que os novos empreendimentos tem narrado, e as políticas de adensamento, verticalização e modernização do distrito; me permito indagar se a dinâmica de produção urbana em Cidade Ademar não começa a se aproximar daquela operada no quadrante mais branco da cidade. Na medida em que essa aproximação possa se dar, em termos de produção e apropriação do espaço enquanto a urbanização do distrito se consolida, me pergunto, esse espelhamento se daria também em termos raciais?

¹⁸⁹ Pensando ainda as interconexões entre a valorização da terra e as políticas urbanas, cabe ressaltar que a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (OUCAE) foi criada pela Lei 13.260 de 28 de dezembro de 2001, mas regulamentada apenas pelo Decreto n. 53.364/2012, que parece ter influído decisivamente no processo na região (Fix, 2001, 2004).

Essa indagação parte da preocupação apontada no capítulo anterior, onde discutir branquitude e *habitus branco* (França, 2017), significa discutir também a interdição da possibilidade de pessoas negras se tornarem moradoras de regiões altamente valorizadas, regiões estas ocupadas (quase totalmente) por pessoas brancas (Mapas 7 e 10). Por hora, cabe discutir mais atentamente o processo de valorização da região e suas conexões enquanto movimento de concentração de capital.

Mapa 17 - Valor do m² em 2023 em Cidade Ademar e arredores¹⁹⁰



Chamo atenção para esse movimento de concentração capitalista, isto é, uma valorização-acumulação continuada que, *ceteris paribus*¹⁹¹, sempre beneficiará mais aqueles que detiverem maior quantidade

¹⁹⁰ Tendo em vista que minha intenção com os mapas que seguem sobre o preço do m² era observar a relação de preços e valorização interna do distrito, optei por utilizar uma metodologia que separa os lotes a partir de quintis (repartições do universo de valores em ordem crescente em cinco grupos equidistantes entre si). Desta forma, a sua evolução no tempo reafirma a conexão entre o seu processo de valorização interno e a forma como a desigualdade interna evolui no tempo, e sua relação com o processo de valorização do quadrante sudoeste, uma das regiões mais valorizadas de São Paulo.

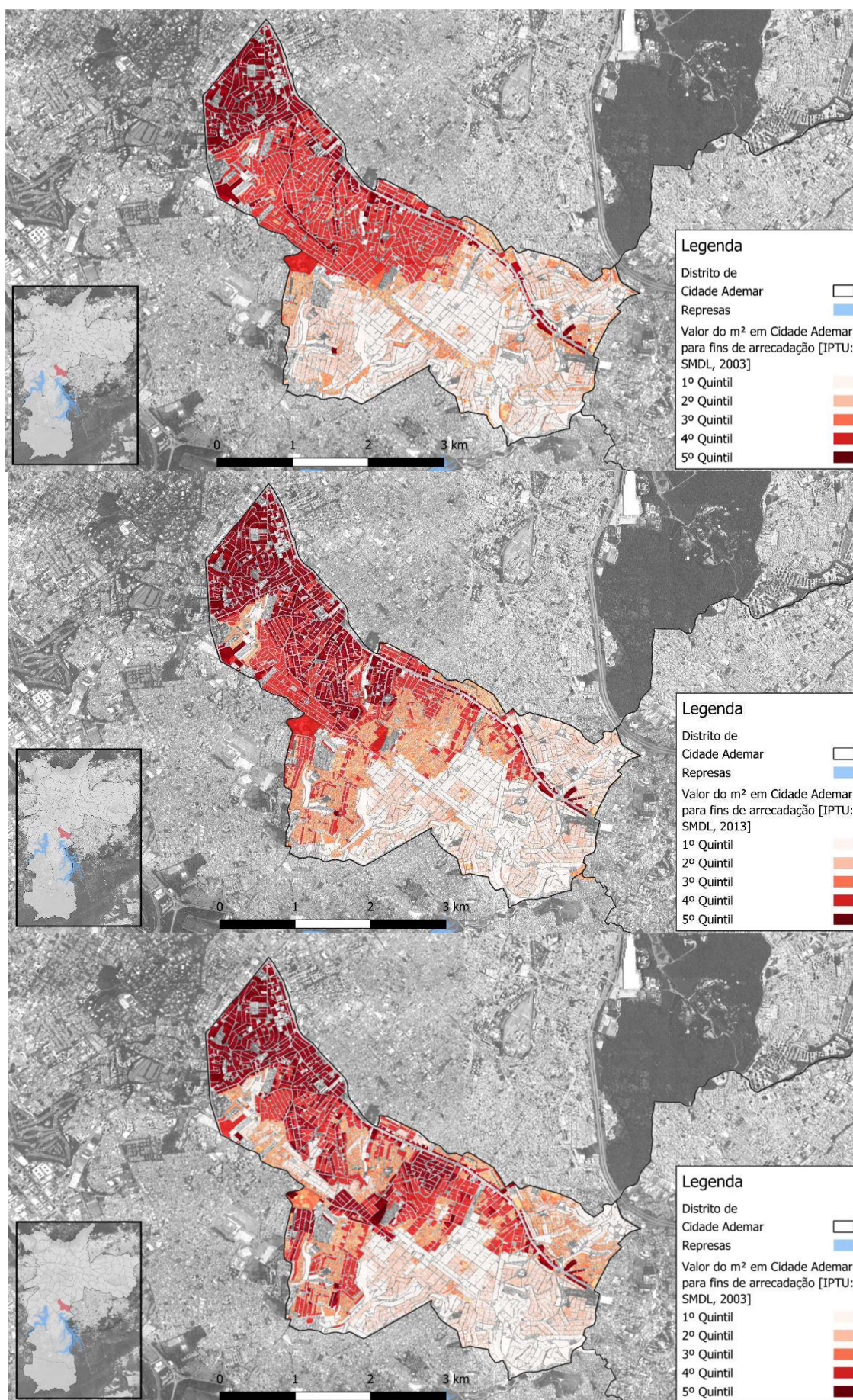
¹⁹¹ Caso todas as outras variáveis se mantenham constantes

de capital, e para sua sincronia em relação à aprovação do Plano Diretor e de Zoneamento em 2014 e 2016. Faço isso pois na medida em que o processo de renovação busca a valorização do capital investido, assim como busca aproximar-se do eixo Sudoeste que o gráfico acima parcialmente representa. Este gráfico parece apontar para um aumento das pressões do mercado imobiliário pela região. Em outras palavras, a possibilidade de maximizar o aproveitamento do solo na região, parece tornar-se cada vez mais lucrativa para o mercado de construtoras e incorporadoras. Assim, a distância crescente entre a média e a mediana dos valores do m² na região aponta também para a distância entre o que Cidade Ademar é, e aquilo que ela pode realizar, em termos de investimento imobiliário. Vejamos nos mapas a seguir como essa valorização acontece dentro do distrito.

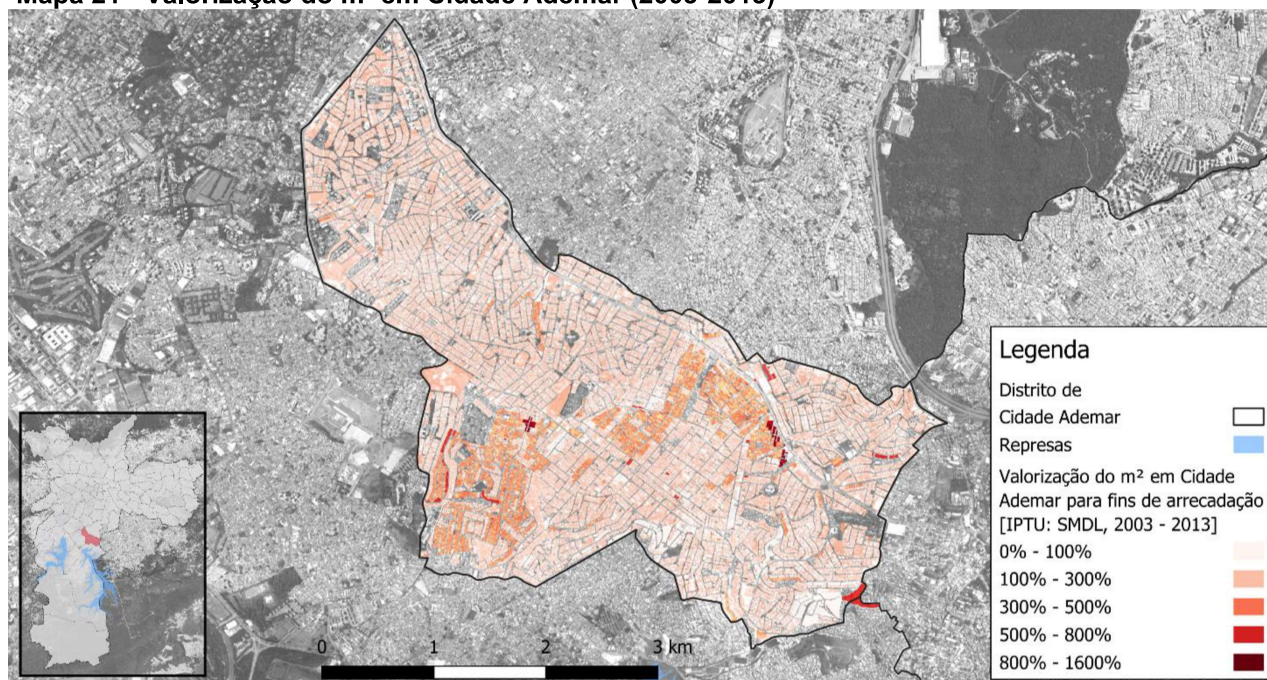
A valorização do m² é evidente na última década¹⁹² mesmo em termos relativos. Ainda que a distância entre os m² mais caros e mais baratos dentro do distrito seja maior hoje, a presença de terrenos valorizados ao longo de quase toda a face norte do distrito parece ser algo que a nova legislação colaborou para inaugurar. A par de seu valor bruto menor, no entanto, é justamente na periferia do distrito que a valorização foi mais intensa.

Como aponta a definição de fronteira da acumulação capitalista, a qual recorri para pensar sobre o processo de produção urbana em Cidade Ademar, nos mapas abaixo simultaneamente observamos uma intensa valorização da periferia do distrito, uma a concentração de famílias juridicamente ameaçadas de expulsão nesses mesmos territórios. Intensos ganhos de capital e processos sistemáticos de despossessão permeiam a produção e distribuição do espaço urbano de Cidade Ademar na última década.

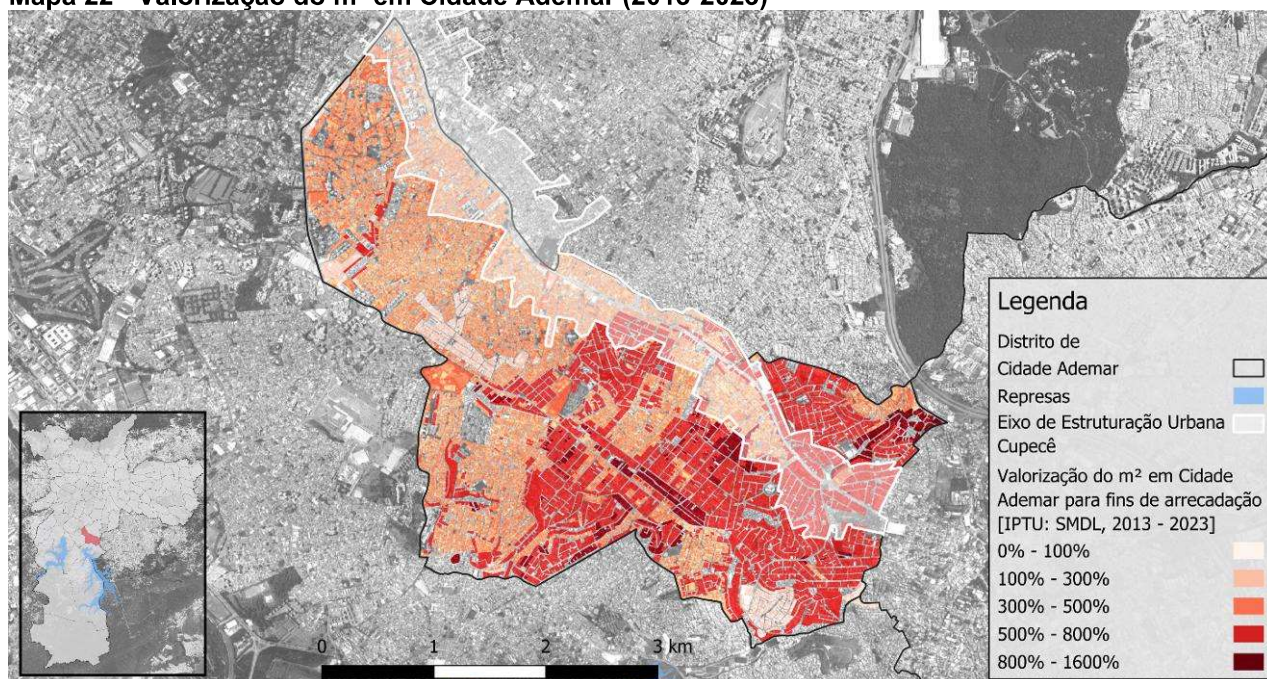
¹⁹² Cabe ressaltar, para comparação com outros casos, que a inflação (IPCA), em ambas as décadas esteve em torno de 80%.

Mapas 18, 19 e 20 - Valor do m² em Cidade Ademar (2003, 2013, 2023)

Mapa 21 - Valorização do m² em Cidade Ademar (2003-2013)



Mapa 22 - Valorização do m² em Cidade Ademar (2013-2023)

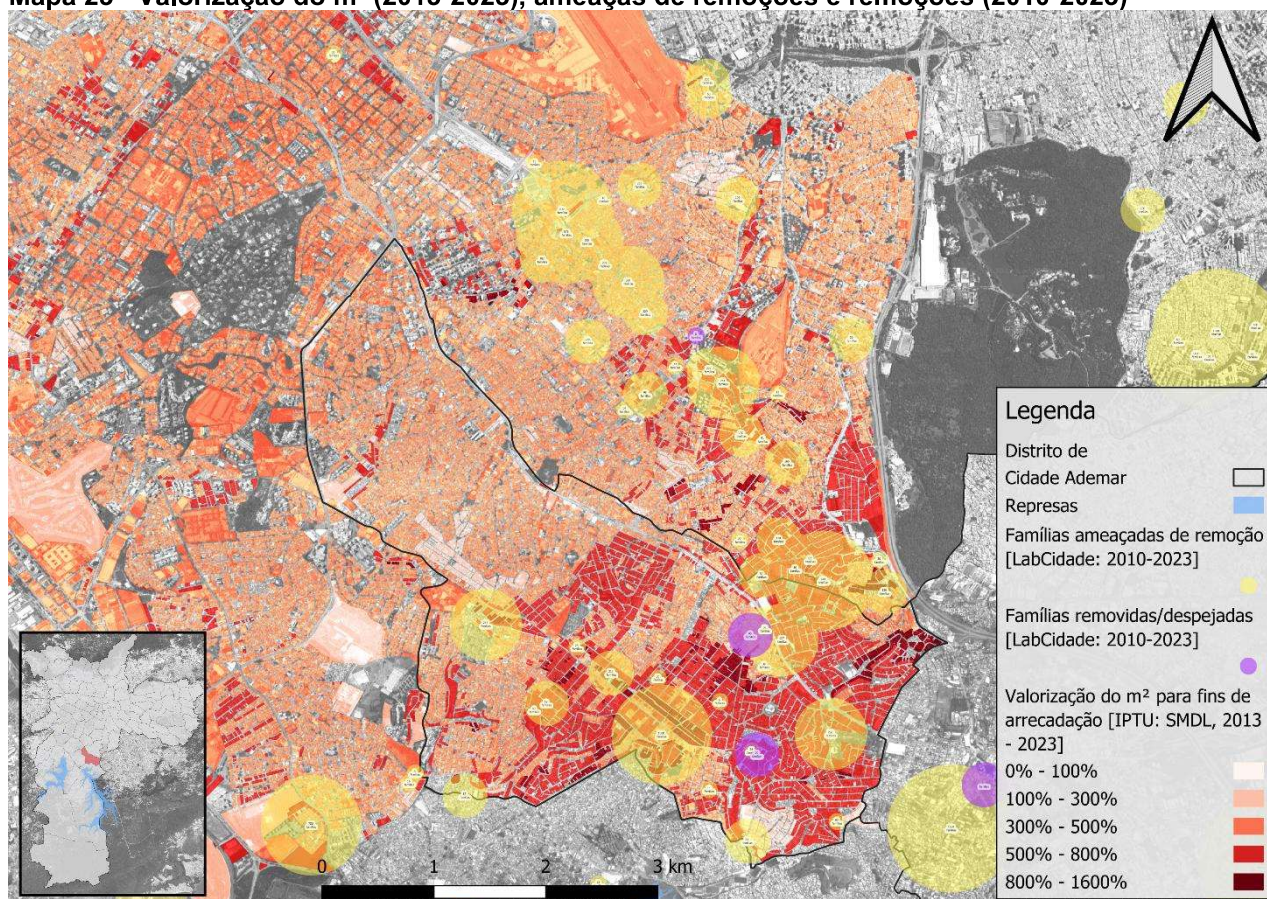


Penso assim, com mais carinho, nas cenas de remoção. Me lembro em idos de 2016, da felicidade de acompanhar o Movimento de Ocupação do antigo Motel Cleans, a Ocupação Vitória¹⁹³, e da tristeza de observar impotente, sua eventual remoção nove meses depois em 25/07/2017. Hoje, enquanto um edifício financiado com dinheiro público é erguido ali, onde

¹⁹³ Publicações antigas, da época da ocupação, podem ser encontradas em <https://www.facebook.com/p/Ocupa%C3%A7%C3%A3o-Vit%C3%B3ria-Antigo-Motel-Cleans-100064534310536> Acesso em: 30/07/2024.

aquelas pessoas moravam, penso como a contínua destituição da possibilidade de viver no espaço urbano, operada sobretudo pelo Estado ¹⁹⁴, de sua materialidade e conexão com o movimento de desenvolvimento urbano. O que esse movimento em curso parece antecipar, e como podemos nos articular para sobreviver a mais uma onda (aparentemente) irrefreável de progresso?

Mapa 23 - Valorização do m² (2013-2023), ameaças de remoções e remoções (2010-2023)



¹⁹⁴ Quase a totalidade das remoções mapeadas pelo LABCidade(FAU/USP) no período foram feitas pelo Estado. Dados disponíveis em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/remocoes-na-regiao-metropolitana-de-sao-paulo/> Acesso em: 20/05/2024.

530 R. Ernesto Van Dyck

São Paulo

Google Street View

fev. de 2011



[06/07/2017] A Promotoria da Infância e da juventude (através do seu Promotor) que deveria , proteger os Direitos das Crianças e de possíveis prejuizos a este Direito, simplesmente (através de um atendente, pois o promotor nem recebeu os Pais) alegou que somente quando as crianças estiverem na Rua podem agir. Talvez ai, queiram culpar os Pais. Mas fica aqui o registro, que até o momento a Promotoria da infância e da juventude também se omite. Ainda é tempo da mesma, agir e evitar que se jogue mais de 40 crianças na rua. [...] Os moradores querem negociar a área para projeto de Moradia. Não querem nada de graça. [link]

[07/07/2017] A especulação imobiliária funciona exatamente assim pois nós do Movimento de Moradia Vila Missionária Cidade Ademar procuramos os órgãos competentes e através da Sehab e CDHU tentamos negociar com os proprietários desta área, pelo menos até o final do ano letivo para que as 47 crianças que ali viviam com seus familiares, não precisassem deslocar para outras escolas e ouvimos um NÃO!!!! Pois eles tinham projetos urgentes para a área e hoje constatamos que era só pelo prazer de ver a área sem cumprir a Função Social da Propriedade. [link]

Hoje [26/07/2017] passei pela rua Marco Gagliano, 55 e chega doer no coração, pois os proprietários passaram os tratores e derrubaram as 50 acomodações que abrigavam as famílias e nos órgãos públicos Sehab e COHAB nós pedimos que ficassem até começarem a construir.... [link]



100 R. Marco Gagliano

São Paulo

Google Street View

set. de 2022 Ver mais datas



5.3 E quando a ideologia enfraqueceu?

Lave o rosto nas águas sagradas da pia, nada como um dia após o outro dia... Que... quem? Sou eu, seu lado direito tá abalado, por que veio, nego? É desse jeito...¹⁹⁵

A violenta ação de despejo realizada em 25 de Julho de 2017, o esbulho do direito de morar, viabilizou que outro empreendimento privado fosse realizado com financiamento público naquele local. Antes mesmo que o proprietário do terreno, que decidiu não negociar com a ocupação e a incorporadora pudessem realizar seus ganhos financeiros, as famílias já estavam na rua. E elas estavam na rua justamente para que isso pudesse acontecer.

O processo de renovação-regeneração urbana-ambiental que se dá em torno da uma relação público-privada / Estado-capital não é uma fórmula mágica para o desenvolvimento urbano paulistano, como aponta Mariana Fix (2004) ao tratar das operações urbanas da Água Espraiada. Nesse sentido, muito menos é fórmula mágica da paz ou segurança, como prometem as narrativas organizadas pelos empreendimentos no distrito. Para as populações negras e pobres do distrito, das margens da Cupecê à Avenida Yervant Kissijakian, o processo talvez se assemelhe mais a uma arma de guerra, instrumento de colonização. Em um diálogo com Fred Moten e Stefano Harney (Moten; Harney, 2023) eu poderia dizer: *nego, progresso pra quem? Esses pilantra vão é amassar a gente junto com cimento pra bater a laje do duplex deles*. Digo isso diante de um contexto em que cansamos de ser a consequência do esquecimento: miséria, cadeia ou então sepultamento...¹⁹⁶

O espaço, por sua vez, enquanto categoria moderna mesmo tomado nas distintas dimensões elaboradas por Lefebvre, parte do princípio da cisão entre O sujeito, em sua materialidade corporal, e tudo aquilo que o cerca, bem como da cisão entre corpo e mente, sentido e razão. Frente à permanente indissociabilidade entre o corpo, tudo aquilo que o cerca, e a mente, como

¹⁹⁵ Referência a música *Jesus chorou*, do grupo Racionais MCs (1997). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jLfWZ0nhTAE> Acesso em: 07/06/2024.

¹⁹⁶ Trecho da música *Quando é que vão olhar pro inferno?* do grupo Facção Central, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p6ifW2WR14Q> Acesso em: 26/06/2024.

dimensão da razão e autodeterminação; a *indeterminabilidade* que demarca a *inseparabilidade* destas dimensões enquanto *Coisa* se mantém como problema que Lefebvre não resolve a partir de sua discussão com Leibniz (Lefebvre, 1974). Na medida em que essa cisão se globaliza ontologicamente e epistemologicamente a partir da colonização, penso que uma *práxis* dirigida a interrupção da violência racial, à descolonização, talvez demande vocabulários e lógicas do viver, da produção espacial, que não pressuponham esta cisão. Como apresenta o geógrafo Cláudio Pereira, a partir da discussão sobre a cisão entre sociedade e natureza no pensamento de Lefebvre, “depreende-se que o legado lefebvriano a esse respeito parece distante de certas tendências atuais críticas” (Pereira, 2023, p. 23). Como o autor propõe, eu concordo que

a urbanização planetária e generalizada mantém nexos com a crescente transformação da natureza em mercadoria e valor de troca. [...] A geopolítica ambiental em busca de recursos naturais baratos (água, minérios, alimentos) redefine as relações entre os Estados e fomenta a reprodução do espaço abstrato do capitalismo. Esses processos são entrelaçados e fundamentais para a reprodução e a acumulação do capital, e precisam ser assim compreendidos, dada a necessidade de análise com base na **totalidade** (Pereira, 2023, p. 24–5. Grifos meus).

Leio a busca por uma análise com base na totalidade como indissociabilidade, não-separabilidade, mas compreendendo que o léxico científico moderno dificulta e/ou inviabiliza essa operação, conforme busquei tatear ao longo do primeiro capítulo. Nesse sentido a metodologia, os diálogos em coro que as páginas performam com aquilo que apelidei amorosamente de *Escrita em Partido Alto*, aparece como uma possibilidade de tangenciar, acessar esta totalidade, que o poder produtivo da racialidade compõe.

As cenas narradas ao longo desta dissertação são mais sobre o que eles fazem de nós através da espoliação, da racialidade, da imposição da negrura, e menos sobre o que fazemos de nós, seja pensando através da identidade e cultura, seja através da negridade, da pretitude, da recusa. Frente à expectativa de que outra cena (desta vez de resistência) ocupe este espaço, acabo deixando espaço é para o segredo, para que isso não precise ser pensado aqui individualmente por meio dessa escrita, mas siga sendo bolado entre esquinas e vielas, academias ou virtualidades por onde passarmos. O segredo pode ser também aquilo que é elaborado e articulado coletivamente e

que, por hora, podemos decidir deixar nas sombras (Martins, 1995; Sodré, 1988). Dessa forma, a partir dessa metodologia o que busco fazer é articular estas palavras e sons que a periferia da Zona Sul já abençoou com seu carinho como dimensões de segredo, que permeia nossas práticas de existência, recusa e rebelião. Como disse Sandrão, pode não importar para a sociedade as injustiças que acontecem aqui todos os dias, mas nunca vão nos convencer, porque 100% das pessoas que estão aqui, são pobres. Se para o nosso bem a solução é a rebelião, então que seja feita a revolução¹⁹⁷. Entre gritos, essa metodologia me permite acessar e responder a perguntas que se repetem em meio às cenas de violência total que permeiam nossa realidade, como a questão também lembrada por Góes (2022, p. 21) e reformulada por Z'África Brasil:

*Porra... se na periferia ninguém fabrica arma, quem abastece isso aqui? O sistema não está do lado da maioria. Já estive por aqui sei lá quantas vidas e continua a covardia... Esquenta não, somos madeira que cupim não rói, a gente supera...*¹⁹⁸

Uma última, e pequena interrupção. Mais um passo para trás...

A viabilidade desse projeto, reforço, se dá justamente através da perene reinvenção de suas práticas, da busca por criar uma nova língua dentro desta, como persegue Beatriz Nascimento (2018). Como práxis, este processo de reinvenção pode muito se beneficiar do programa de pesquisa estabelecido por Beatriz décadas atrás, interrompido pelo seu assassinato.

Nascimento (2018, p. 413) propõe o estudo histórico dos quilombos como estruturas sociais autodeterminadas, isto é, balizadas por seus próprios valores e com um horizonte de futuro que excede o seu papel enquanto antagonista do Estado Brasileiro. Sua proposta por um estudo dos quilombos em tempos de paz – seu funcionamento, suas práticas, seus projetos e suas lições –, mesmo tendo-os enquanto inseridos numa permanente guerra, se

¹⁹⁷ O trecho, eternizado na voz de Sandrão para a música *Pirituba* do grupo RZO faz referência a uma gravação realizada (ou ambientada como) em uma casa de detenção, e acaba com os seguintes dizeres: dentento nunca tem dó, entre gritos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lrMY0OUomM> Acesso em 09/07/2024.

¹⁹⁸ Referência a música *Antigamente Quilombos, Hoje Periferia* do grupo Z'África Brasil, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oXyfiapFR4> Acesso em 08/07/2024.

entra assim na sua pesquisa sobre outras possibilidades, físicas e existências de territorialidade. É tempo de escuta.

Na minha perspectiva, uma das riquezas desse projeto é reconhecer que cotidianamente, através de um tempo (des)organizado em termos não-lineares, alguns de nós têm também exercitado outras formas de espacializar-se ou territorializar-se. Dos terreiros (Gerônimo, 2022) à Ocupação Vitória, das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão (Silva de Souza, 2022), passando pelos caixas no Rio Verde na Juréia/SP (Ribeiro, 2024) até as lideranças dos movimentos por moradia, recusas são cotidianamente mobilizadas frente a força irrefreável do desenvolvimento, do progresso e do capitalismo entrelaçados às estratégias da branquitude. É isso que, aos meus olhos, o brilhante uso da noção de *vocação do território*¹⁹⁹ trabalhada por Ressurreição, (2023, p. 110), os territórios de vida (Góes, 2022) e os territórios de afeto (Lima, 2021) significam, de variadas formas. Como argumenta Juliana Góes,

Assim, enquanto a modernidade Ocidental reconhece apenas uma forma de “ser urbano” – ser branco e materializar uma cultura individualista, secular e capitalista –, eu argumento que nós precisamos reconhecer espaços urbanos e corpos negros como demonstrações de que outras formas de “ser urbano” são possível. Finalmente, eu argumento que mesmo que movimentos urbanos não sejam ancestrais, suas experiências sobrevivendo à colonialidade permitiu que criassem novas ontologias, culturas, estruturas políticas e econômicas – novas formas de ser e viver (2022, p. 2. Tradução livre).

Me lembro das riquíssimas falas da quilombola e pesquisadora Zica Pires²⁰⁰, com quem tive a felicidade de partilhar uma mesa em 2021, “a gente precisa brigar por um espaço na cidade, ou a gente precisa brigar para que não haja cidade?”. Na época, fiquei me questionando em forma e conteúdo sobre o que ela dizia, como eu poderia elaborar a resposta que eu desejava para essa pergunta? Há muito o que aprender, talvez tanto quanto haja para desaprender. “Como dizer que esse lugar chamado de cidade não é só uma desculpa para matar as Coisas em nome do progresso?”

¹⁹⁹ A partir da compreensão do “território como parte da memória”, e um olhar detido para a “curva de rio” do Tamanduateí onde ações, gestos, práticas e lugares se combinam através da ritualização (sagrada ou profana)

²⁰⁰ Fala na Mesa 02: Práticas coletivas de produção de habitação social junto à luta anti-racista. Parte do Seminário online organizado pela Usina CTAH em parceria com CAU SP, 2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hCGr40OzRL8> Acesso 09/07/2024.

Quando sugiro que a gente ignore a ação do sistema, mas por outro lado, faça sua taboca, levante sua paliçada, quando digo prepare-se, não acredite em contos de fardas²⁰¹, digo para mantermos atenção à recusa de Zica Pires, de Caróu, Dona Luiza, Rafaela e Juarez e outras tantas que insistem viabilizar a vida, sua própria e de outras. Quem ouve o *Pagode na Disciplina*²⁰² no Miriam, imaginei um dia, pode compreender que ainda que o samba seja facilmente mapeável dentro das culturas negras, o que está em curso não é apenas uma expressão daquilo que é a ideia de negro, se não uma experiência transcendental que extrapola a prisão da negrura, que a racialidade constrói. É ver o *negro visto por ele mesmo* (Nascimento, 2018), é escutar Olodum como propõe Denise Ferreira da Silva e dançar ao som Bob Marley com Sylvia Wynter, como poderia propor Maria Fernanda Novo em seu texto *Crazy baldhead: zona de fronteira e a re-imaginação da política cultural de Sylvia Wynter e Denise Ferreira da Silva*²⁰³. É atenção a série de embates, recusas e estratégias de vida e luta que viabilizaram nossa existência até aqui²⁰⁴. Não se trata de encontrar a verdade, senão de viabilizar nossa(s) existência(s).

Se a territorialidade do capital, da branquitude, envolve e demanda a sequencial e regular despossessão do povo negro, de arrasamento e espoliação da terra, em uma linearidade temporal repetitiva e irrefreável; retomar a experiência dos quilombos e outras experiências de sobrevivência frente a colonização é retomar a possibilidade de pensar paz em meio a guerra-permanente. Como disse Zica, é tempo de dar um passo para traz, recuar agora para ter certeza do que a gente precisa destruir, porque a gente precisa destruir, de fato, muita coisa.

Com as pausas, passos para trás, também podemos avançar...

²⁰¹ Referência a música *Antigamente Quilombos, Hoje Periferia* do grupo Z'África Brasil.

²⁰² <https://www.instagram.com/disciplinajdmiriam/> Acesso em: 30/07/2024.

²⁰³ Em processo de publicação.

²⁰⁴ Um interessante documento neste sentido é a série de Livros-Calendários Insurrecionais produzidos pelo coletivo *História da Disputa* ao longo dos últimos anos. A coleção analisa e cataloga rebeliões negras e populares contra o Estado brasileiro (colonial, republicano e imperial). A série se encontra disponível para download em: <https://www.historiadadisputa.com/portfolio/calendario-insurrecional/> Acesso em: 08/07/2024.

*... todas as drogas e as armas que estão aqui, devolveremos em guerra!*²⁰⁵

Pra todas as famílias aí que perderam pessoas importantes morô?

Não se acostume com esse cotidiano violento,
que essa não é a sua vida, essa não é a minha vida morô, mano?

[...] [coro:] *Agradeço à Deus e aos Orixás*

Eu tenho muito a agradecer por tudo

[coro:] *Agradeço à Deus e aos Orixás*

Eu vou procurar e sei que vou encontrar

Cheguei aos 32, eu sou um vencedor, tá ligado mano?

[coro:] *Agradeço à Deus e aos Orixás*

Aí procure a sua, eu vou atrás da minha

fórmula mágica da paz

²⁰⁵ Referência a música *Antigamente Quilombos, Hoje Periferia* do grupo Z'África Brasil.

AS CHAMAS¹

Dona Luíza e Rafaela vivenciaram na manhã de 25 de julho, 2017, o esbulho do direito de morar. Passaram a noite sem dormir, pensando no que às estava a esperar. Na luta por um abrigo, muita gente começou a chegar. Já passava das cinco horas e o dia se pondo a clarear. Rafaela de apenas dez anos, inquieta no seu lugar. Olhava gente indo e vindo, pra lá e pra cá. Na sua inocência, sentada em uma cadeira de rodas, sem poder se movimentar. O clima era tenso, mas o coletivo de lutas não se deixava intimidar. Contestava ação de um juiz, que tirava o direito das pessoas a morar. Os moradores e moradoras se revezavam na tribuna popular. Repudiando a injustiça que os homens da lei decidiram aplicar. Foi quando apareceu a dona Luiza, com firmeza e um jeito singelo de falar: Nunca vivi tão bem, como nesse lugar, mas não tem problema,

a luta vai continuar.



Rafaela e dona Luiza, ficaram mesmo abismadas, já tinha tanta polícia e a tropa foi reforçada. Gasta o dinheiro público pra defender os ricos e a moradia do povo é ignorada. Contra o aparato armado, cantaram a canção de resistência do Vandrê. Em seguida entoaram em alto e bom som: a polícia esta aqui, mas nós já estamos de PÉ De repente chega os bombeiros, labaredas fumegantes, la dentro e fora latejava. Sem êxito, o fogo não se apagava.

No peito daquela gente, as chamas da luta só aumentava.

Nove meses, quarenta e nove famílias vivenciaram experiencias de partilha na ocupação vitória. Participando,
somando,
abrindo caminhos
e
fazendo a história.

Esse foi apenas um dos relatos, de pessoas que precisa e lutam por moradia.

A lei e o juízo tem lado,
favorável a burguesia.

Muita gente sem casa, entre elas, Rafaela e dona Luiza.



Por Juarez José,
grande companheiro,
grande poeta,
que com amor e respeito,
alimenta as chamas em nós



6 Notas de encerramento...

Ao longo desta dissertação busquei articular diferentes trabalhos, de campos diversos, para pensar sobre como a analítica da racialidade é mobilizada na produção do espaço urbano paulistano. Em especial, busquei entender este fenômeno à luz de um processo de renovação imobiliária em curso (em 2024) em Cidade Ademar, bairro da periferia da Zona Sul de São Paulo.

Para isso formulei e exercitei uma metodologia de escrita que carinhosamente cunhei de *escrita em partido alto*. Enquanto experimento e prática metodológica implicada com (e que busca reconhecer-homenagear) o Hip Hop, busquei compor através deste recurso na escrita uma forma de dialogar com aquilo que se encontra para além das possibilidades do vocabulário científico moderno, o indeterminável, a Coisa.

A busca por algo que excedesse esse vocabulário se torna importante na medida em que reconheço como a modernidade, em seus aspectos materiais, simbólicos, jurídicos e científicos, sobrevive(u) a partir da contínua espoliação dos corpos racializados subalternos e das terras nativas. Ao trabalhar no primeiro capítulo a construção do *espaço* enquanto categoria moderna e sua indissociável trama com o evento colonial, busco atentar para como essa construção é também a viabilização da objetificação do espaço. Objetificado, isto é, (in)animado no campo exterior a humanidade como forma mais desenvolvida da *vida*, o espaço torna-se apropriável juridicamente e explorável economicamente – por aquilo que se reproduz enquanto capital colonial – apenas através da violência racial, tendo seu laboratório nas Américas e costa Africana. Também no primeiro capítulo, apresento a forma como compreendo e trabalho com as estruturas de analítica da racialidade e suas conexões com o projeto de nação que o Estado moderno brasileiro mobiliza. Enfim, finalizo o capítulo apresentando de forma mais detida Cidade Ademar, o distrito em processo de transformação urbana que analisei ao longo deste trabalho e onde nasci.

No segundo capítulo, discuti a produção material da cidade de São Paulo e, para isso, recorri ao conceito de segregação racial como forma de pensar de que forma o arsenal da racialidade poderia vir a ser mobilizado neste processo. Ao fazê-lo, apresentei como a segregação racial, enquanto movimento-processo, estrutura a cidade de São Paulo em seus diversos momentos. Assim, tornou-se possível refletir sobre o papel da racialidade nas dinâmicas de produção e reprodução espaço urbano, que tem como uma de suas características a permanente-intermitente continuidade da violência racial. Nesse sentido a segregação racial pode ser compreendida para além das noções de justiça (direito) social e cidadania – o que demanda um enfrentamento que não se resume a algumas suas (aparentes) oposições: a integração e a cidadania.

Um segundo movimento, complementar ao primeiro, foi trabalhar a legislação urbana em vigor em Cidade Ademar (a partir do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento), para apontar assim como o processo de espoliação direcionado às pessoas negras, no Brasil, não demanda o uso de categorias raciais enquanto elemento discursivo. A partir de um diálogo com pontos centrais destes instrumentos jurídicos, em relação ao seu impacto recente em Cidade Ademar, mostro como ele viabiliza operações que passam da espoliação ao emprego da violência total sobre corpos negros. A violência é então justificável na medida em que é expressa enquanto condição de desenvolvimento urbano-nacional. Enfim, finalizo o capítulo apontando para algumas das condições materiais sob as quais se deu e se dá o processo de produção urbana, e de produção da violência total, em Cidade Ademar. Me pergunto se se trata de disputar o direito à cidade, ou disputar a viabilidade da existência das cidades como as conhecemos. Para formular essa pergunta, remonto às condições e estrutura do setor de construção civil, bem como para as cenas de remoções e morte realizadas pelo Estado.

Partindo da discussão da materialidade desses movimentos de violência, que constituem o distrito, no terceiro capítulo me detenho na discussão sobre o caráter simbólico desse processo de produção espacial. Partindo de uma discussão bastante internacionalizada sobre o conceito de *gentrificação*, apresento como o mesmo poderia ser utilizado para pensar o

processo em curso no distrito. Em meio à discussão sobre o conceito, também aponto para como a articulação entre as noções de futuro, desenvolvimento e progresso que a *gentrificação* mobiliza, busca justificar as violências que a *acumulação por espoliação* materializa. Ao retomar a discussão a partir da historiografia urbana brasileira, à luz do proposto por Ana Barone (2023), as cenas de espoliação que a *gentrificação* anuncia, bem como seus diferentes discursos, se conectam impreterivelmente às cenas de violência racial que acompanham a produção da cidade. Dessa forma, simbolicamente e materialmente, os processos de produção e renovação da cidade se constroem com base na violência racial, assim como também dependem da extração de mais-valia que caracteriza a produção capitalista.

Na segunda seção apresento os discursos e recursos imagéticos construídos em torno dos empreendimentos, e sua relação com o processo de valorização simbólica e financeira destes empreendimentos, em sua dependência da contínua violência racial para se realizar. A partir de análises cartográficas e estatísticas dos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, busco apontar como a intensificação de um processo de violência em torno de corpos e moradias de pessoas negras e empobrecidas se anuncia na região. A análise se fecha, como cada um dos pequenos ciclos localizados de valorização imobiliária, com uma cena de espoliação que repete e reitera a importância da violência racial ao processo de acumulação que pretende maximizar o processo de extração do valor, dos corpos negros e das terras nativas em todo o território nacional. É este argumento o projeto de desenvolvimento urbano em curso em Cidade Ademar, viabilizado pelo Estado nacional brasileiro.

Os caminhos que este trabalho abre e/ou alarga são diversos. Tendo em vista que parte dos interesses desta dissertação passam por entramar novos e antigos sujeitos e pesquisas no campo dos estudos urbanos, gostaria de pensar na possibilidade de continuidade de algumas das trilhas que este trabalho percorre. Creio que seja fundamental repensar criticamente as noções de espaço utilizadas no campo a luz da produção anticolonial, bem como a luz de inovações jurídicas no campo do direito internacional, como o direito da

natureza²⁰⁷. Também acredito que os estudos a respeito dos paradigmas de desenvolvimento urbano podem em muito beneficiar-se dos novos e antigos estudos sobre segregação racial, tendo-os como parte constitutiva do processo, e não uma falha, ou exceção na urbanização normativa. Por fim, ao mobilizar um fenômeno de *renovação urbana*, a dissertação pode ser vista também como um convite a nos perguntarmos que tipo de futuro desejamos com a cidade. Espero assim ter contribuído às grandes produções já existentes sobre espacialização-territorialização negra, e para o campo dos estudos urbanos em geral.

Este trabalho, como tantos outros, se apresenta assim não como súplica, mas como recusa a aceitar este progresso, este desenvolvimento, como a única (im)possibilidade de futuro a partir da qual disputar politicamente. Retomando o projeto de pesquisa proposto por Beatriz Nascimento (2018), e as palavras ditas por Zica Pires, sugiro que a disputa se dê – seja a partir da rebelião, do segredo (Martins, 1995; Sodré, 1988), ou de uma imaginação radical (Hartman, 2022) – a partir daquilo que excede a capacidade descritiva científica moderna. Em outras palavras, a partir daquilo que só pode ser “lido” como arte, poesia. As experiências de vida das populações negras e indígenas, sejam elas no campo ou no espaço urbano, recorrentemente abarcam e demandam uma práxis que excede mesmo abrangentes definições de espaço, como a apresentada por Lefebvre, na medida em que recusam a cisão entre corpo-terra. Este trabalho não busca analisá-las, ou explicá-las, no entanto. Em relação a estas práxis, a proposta aqui é uma só, colaborar para a manutenção e viabilização destas vidas, ou seja, colaborar para a interrupção da violência racial.

O projeto, que norteia este trabalho é, assim, inequívoco (ou gostaria que assim o fosse): a descolonização, isto é, o retorno de todo o valor extraído dos corpos cativos e terras nativas. Para isso, e em diálogo com um cenário anunciado de catástrofe ambiental, é urgente que o desenvolvimento urbano, a urbanização em escala global, sejam interrompidos. Não se trata de repensar o

²⁰⁷ Matéria *A natureza também tem seus direitos* do jornal Brasil de Fato (2003). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/03/a-natureza-tambem-tem-seus-direitos> Acesso em 26/07/2024.

que deveria ser, ou como deveria ser, um “novo” desenvolvimento urbano. Como alertam Fred e Stefano (Moten; Harney, 2023), o aprimoramento de nós mesmos e das nossas tecnologias e formas de habitar foram os responsáveis por nos trazer até aqui, pra começo de conversa.

Meu argumento é que a interrupção é necessária. Que a recusa, como movimento possível, pode ser a chama que alimenta a rebelião. Que a destruição não precisa ser seguida pela construção de uma nova e melhorada versão daquilo que havia. Que, talvez, o asfixiamento (morte) dos rios, do solo, das possibilidades de vida – conhecidas e descritíveis, ou não – que se estendem do passado ao presente abaixo do asfalto, na terra, seja simplesmente violento demais, inaceitável. E que, talvez, precisemos lidar com isso.

Às vezes, pode ser que se trate menos de como pensar sobre o impossível, e mais de continuar cultivando formas sob as quais o vingar continue sendo um sonho tangível.

não é seguro
assegurar sua partida

às vezes
elas parecerão ter ido
mas estarão lá

às vezes
elas podem
enganar
ressurgir
desta terra
salgada e molhada

às vezes
elas parecerão ter partido
mas seguirão
onde sempre
estiveram

REFERÊNCIAS

- ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de morte**: homicídio, raça e vulnerabilidade social na cidade de São Paulo. 2017. - Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-29012018-131847/pt-br.php>. Acesso em: 19 ago. 2019.
- ALEXANDER, Michelle; (TRAD.) DAVOGLIO, Pedro. **A Nova Segregação**: Racismo e Encarceramento em Massa. 1a edição. [S. I.]: Boitempo Editorial, 2018.
- ALMEIDA, Jonathan Ferreira. **A terra dos condenados**: Uma leitura da segregação racial no rio de janeiro na preparação para os megaeventos. XX ENANPUR, [s. I.], n. BELÉM (PA), 2023. Disponível em: <http://anpur.org.br/wpcontent/uploads/2023/05/st11-11.pdf> .
- ALVES, Jaime Amparo. **The anti-black city**: Police terror and black urban life in Brazil. [S. I.]: U of Minnesota Press, 2018.
- ANGATU, Casé. **Nem Tudo Era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)**. São Paulo: Fapesp/AnnaBlume, [s. I.], 1998.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Em busca do urbano**: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. Novos Estudos - CEBRAP, [s. I.], n. 83, p. 103–127, 2009.
- ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos. **SUB URB - BIO**: o deslocamento compulsório das mulheres trabalhadoras - agrícolas – da Vila das Torres. No prelo. - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, No prelo.
- ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos. **SUB.URB.BIO** – vida, memórias e luta pela permanência de sentido do território vila das torres. 32o Simpósio Nacional de História - ANPUH, [s. I.], 2023. Disponível em: https://www.snh2023.anpuh.org/resources/anais/11/snh2023/1692995377_ARQUIVO_972457f55aff58e9663834d1af937036.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.
- ARNS, Paulo Evaristo et al. **São Paulo 1975** crescimento e pobreza. São Paulo: Loyola, 1976.
- AUGUSTO, Ana Paula; OLIVEIRA, Caio da Silva Lourenço; GUIMARÃES, Luna Peres. **A segregação socioespacial das mulheres em Campinas**: a formação do Jardim Itatinga. Simpósio Nacional de Geografia Urbana, [s. I.], v. XVI SIMPURB, 2019.
- BARONE, Ana Cláudia Castilho. Gentrificação. In: **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. ORG. Flávia m. Rios, Alex Ratts, Marcio André dos Santos. [S. I.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=k4bPEAAQBAJ>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. **Harland Bartholomew e o zoneamento racialmente informado**: o caso de St. Louis. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 20, n. 3, p. 437–456, 2018.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. [S. l.]: Tempo Brasileiro Rio de Janeiro, 1975. v. 41

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, [s. l.], p. 5–58, 2002.

BITTENCOURT, Sofia Arrias. **Conhecendo a Subprefeitura de Cidade Ademar**. [s. l.], p. 1–57, 2016.

BONILLA-SILVA, Eduardo; EMBRICK, David G. **“Every place has a ghetto...”**: The significance of whites’ social and residential segregation. *Symbolic Interaction*, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 323–345, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e espaço simbólico**. *Razões práticas*, [s. l.], p. 13–34, 1996.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. **Memórias da transfiguração**: Redizendo a fonte grande. *Humanidades & Inovação*, [s. l.], v. 7, n. 25, p. 166–172, 2020.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. [S. l.]: Editora 34, 2000.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Enclaves fortificados**: a nova segregação urbana. *Novos estudos CEBRAP*, [s. l.], v. 47, p. 155–176, 1997.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**: Discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. 2006. - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), 2006. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/680588.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

CARDOSO, Lourenço. **Retrato do branco racista e antirracista**. *Reflexão e Ação*, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 46–76, 2010.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. [s. l.], 2005.

CARNEIRO, Nathalia Silva. **A demanda por descolonização**: a po-ética, o grito e as imagens em Denise Ferreira da Silva. 45o Encontro Anual da Anpocs, [s. l.], v. GT37 – Colonialidades, violências e memórias-Sessão 1-Colonialidades, violências e memórias, p. 18, 2021.

CARRIL, Lourdes F. B. **Quilombo, favela e periferia**. *In: A cidade e o negro no brasil - cidadania e território*. São Paulo: Alameda, 2013. p. 145–161.

CHESNAIS, Francois. A mundialização financeira e vulnerabilidade sistêmica. *In: A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.

CORRÊA, Filipe Souza. **As cores das fronteiras urbanas**. Segregação residencial e desigualdades “raciais” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Cadernos IPPUR, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 9–36, 2008.

DA SILVA, Bezerra. **Partido Alto Nota 10** - Vol. 2 - Bezerra da Silva e Seus Convidados. Rio de Janeiro: CID, 1979 GOG. **CPI DA FAVELA**. Brasília, DF, Brasil: 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JRUzfOA8r2M>.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. - Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-18062013-095304/>. Acesso em: 11 jun. 2017.

DE AZEVEDO, Celia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites--século XIX. [S. l.]: Annablume, 1987. v. 6

DMN. **Saída de emergência**. São Paulo: RDS Fonográfica, 2001.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro**: alguns apontamentos históricos. Tempo, [s. l.], v. 12, p. 100–122, 2007.

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de almas brancas?** A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo, 1915-1930. Estudos Afro-Asiáticos, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 563–600, 2002.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2019.

DOS SANTOS SILVA, Stéfany. **Disputa de lugar**: narrativas e ficções para a Zona Portuária do Rio de Janeiro. XX ENANPUR, [s. l.], v. Belém, 2023. Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st12-06.pdf>.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **The souls of black folk**. 1903. [s. l.], 1903.

ENTREVISTA COM EDI ROCK. Brasil: **Gringos Podcast**, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1qwWCwdGX2Q>.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. [S. l.]: Pallas Editora, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivências da afro-brasilidade**: história e memória. Releitura, Belo Horizonte, [s. l.], v. 1, p. 5–11, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá vicêncio**. [S. l.]: Host Publications, Inc., 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FANON, Frantz. **Racismo e Cultura**. Revista Convergência Crítica, [s. l.], v. 13, n. Dossiê: Questão ambiental na atualidade, 2018.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Posfácio. In: FANON, Frantz (org.). **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FERRARA, Luciana Nicolau. **Urbanização da natureza**: da autoprovisão de infraestruturas aos projetos de recuperação ambiental nos mananciais do sul da metrópole paulistana. 2013. 384 f. - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-25092013-110858/>. Acesso em: 4 jan. 2017.

FILHO, Niemeyer Almeida; PAULANI, Leda Maria. **Regulação social e acumulação por espoliação**. Economia e Sociedade, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 243–272, 2011.

FIX, Mariana. **A “fórmula mágica” da parceria público-privada**: Operações Urbanas em São Paulo. Cadernos de Urbanismo, [s. l.], v. 3, 2004.

FIX, Mariana. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 f. - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil, 2011. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/286383>. Acesso em: 7 ago. 2019.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. [S. l.]: Boitempo Editorial, 2001. v. 201

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro; TANAKA, Giselle. **São Paulo, Brazil**. History, [s. l.], 2003. Disponível em: Acesso em: 27 jun. 2017.

FRANÇA, Danilo Sales do Nascimento. **Segregação Racial em São Paulo** : Residências , redes pessoais e trajetórias urbanas. 2017. - Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2017. Disponível em: Acesso em: 9 ago. 2019.

FRANÇOSO, Luís Michel (USP/SP). **BIXIGA (SP) EM DISPUTA**: as potencialidades antropológicas diante de um território tombado e sob ataque. 33o Reunião Brasileira de Antropologia, [s. l.], p. 18, 2022.

GERÔNIMO, Marilene. **Memórias De Terreiro**: Fios que Trançam e Tecem o Urbano. 2022. - Universidade Federal de São Paulo - U, Instituto Das Cidades – Campus Zona Leste(Iczl), 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/69450>. Acesso em: 3 jun. 2024.

GOG. **CPI DA FAVELA**. Brasília, DF, Brasil: 2000. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JRUzfOA8r2M>.

GÓES, WEBER LOPES. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro** : a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. 276 f. - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, Brasil, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124368>. Acesso em: 27 jul. 2019.

GÓES, Juliana. **Western modernity, cities, and race**: Challenges to decolonial praxis in the African diaspora in the Americas. Sociology Compass, [s. l.], v. 16, n. 10, p. e13033, 2022.

GOFFMAN, Erving. **Regiões e comportamento regional**. In: A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis/RJ: Vozes, 1975. p. 101–131.

- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **A Força da Periferia: A luta das mulheres por creches em São Paulo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1985.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de Negro**. [S. l.]: Editora Marco Zero, 1982.
- GOTBY, Alva. **Body, Geography, Exteriority: Race and spatiality in the writings of Denise Ferreira da Silva**. 2016. - Södertörn University, Suécia, 2016.
- HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, [s. l.], v. 22, n. 48, 2020.
- HAESBAERT, Rogerio. **Território e multiterritorialidade: um debate**. [s. l.], 2010.
- HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Confins [Online], [s. l.], v. 5, p. 2–24, 2009.
- HARTMAN, Saidiya. **Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias Íntimas De Meninas Negras Desordeiras, Mulheres Encrenqueiras E Queers Radicais**. [S. l.]: Fósforo, 2022.
- HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave**. GEOgraphia, [s. l.], v. 14, n. 28, p. 8–39, 2012.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. tradução: Paulo Meneses; Henrique C de Lima Vaz. Petrópolis/RJ: Vozes Petrópolis, 1807. v. 5
- HEIDEGGER, Martin. **Bâtir, habiter, penser**. Essais et conférences. Gallimard, Paris, [s. l.], 1958.
- HEIDEGGER, Martin et al. **L'être et le temps**. [S. l.]: Gallimard Paris, 1964.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Brasil: [s. n.], 2010.
- KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. [S. l.]: EDIPRO, 2020.
- KENT-STOLL, Peter. **The racial and colonial dimensions of gentrification**. Sociology Compass, [s. l.], v. 14, n. 12, p. 1–17, 2020.
- KIPFER, Stefan. **Fanon and space: Colonization, urbanization, and liberation from the colonial to the global city**. Environment and Planning D: Society and Space, [s. l.], v. 25, n. 4, p. 701–726, 2005.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. [S. l.]: Papirus, 2005.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. [S. l.: s. n.], 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

- LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: An, [s. l.], 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **Le retour de la dialectique**: 12 mots clefs. [S. l.]: Fenixx, 1986.
- LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. [S. l.]: Blackwell Publishers Limited, 1991.
- LIMA, Thaís Fernanda Gonçalves de. **Viela das flores na Vila Missionária**: as escrituras de um território violentado pelo estado e a configuração da subjetividade. 2021. - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2021. Disponível em: Acesso em: 8 fev. 2023.
- LORDE, Audre. **Sister outsider**: Essays and speeches. [S. l.]: Crossing Press, 2012.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. [S. l.]: Zahar Rio de Janeiro, 1970.
- MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos**. Para repensar o Brasil e o, [s. l.], 2021.
- MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: [s. n.], 1979a.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: [s. n.], 1979b. p. 71–94.
- MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras**. [S. l.]: Editora Perspectiva S/A, 1995.
- MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela**. [S. l.]: Editora Cobogó, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1867.
- MAUTNER, Yvone. A periferia como fronteira de expansão do capital. In: **O processo de urbanização no Brasil**. Sueli Ramos Schiffer (ORG.). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MAUTNER, Yvone. **The periphery as a frontier for the expansion of capital** - UCL Discovery. 1991. - University College London, Londres, Inglaterra, 1991. Disponível em: <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10136859/>. Acesso em: 27 jun. 2024.
- MCKITTRICK, Katherine. **On plantations, prisons, and a black sense of place**. Social & Cultural Geography, [s. l.], v. 12, n. 8, p. 947–963, 2011.
- MC'S, Racionais. **Cores e valores**. São Paulo: Cosa Nostra & Boogie Naípe, 2014.
- MCs, Racionais. **NADA COMO UM DIA APÓS O OUTRO DIA**. [S. l.]: Cosa Nostra, 2002. Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=OLAK5uy_mAtZHHv4fBd-f2iczEFb3cuBILQMWqsw&feature=gws_kp_album&feature=gws_kp_artist
- Mcs, Racionais. **SOBREVIVENDO NO INFERNO**. São Paulo: Cosa Nostra, São Paulo, 1997.

MENDES, Luis. **Gentrificação, financeirização e produção capitalista do espaço urbano**. Cadernos Poder Local, [s. l.], p. pp.56-86, 2017.

MENDOZA, Edgar S G. **Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil**: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). Sociologias, [s. l.], p. 440–470, 2005.

MORRONE, Alexandre Lukas; MORAES, Thiago Oliveira Rodrigues de. Alternativa de localização para a produção do alto padrão que se apropriou da região dos eixos de estruturação. **Fórum SP 23**, [s. l.], Propostas para a revisão do plano diretor e a impenetração da política urbana de São Paulo, 2003.

MOTEN, Fred. **A resistência do objeto**: O grito de tia Hester. Revista Eco-Pós, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 14–43, 2020.

MOTEN, Fred. **Na quebra**: a estética da tradição radical preta. tradução: Matheus Araujo dos Santos. [S. l.]: N-1 Edições, 2023. Disponível em: <http://www.n-1edicoes.org/shop/9786581097417-na-quebra-a-estetica-da-tradicao-radical-preta-fred-moten-matheus-araujo-dos-santos-osmundo-pinho-n-1-edicoes-his056000-129070>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MOTEN, Fred; HARNEY, Stefano. **Tudo incompleto**. 1. ed. [S. l.]: GLAC Edições, 2023..

NAME, Leo; MOASSAB, Andréia. **Por um Ensino Insurgente em Arquitetura e Urbanismo**. Foz do Iguaçu, Brasil: Editora da UNILA | EDUNILA, 2020. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/editora/livros/e-books/porumensinosite.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2024.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual**: possibilidade nos dias da destruição. [S. l.]: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. [S. l.]: Editora Perspectiva SA, 2016.

NERES, Felipe dos Santos (FAU/USP). **Processos de despossessão no território negro do samba**: O Vai-Vai do Bixiga. Anais da XX ENAMPUR: ANPUR 40 anos: novos tempos, novos desafios em um Brasil diverso, [s. l.], p. 20, 2023.

NOVAES, Patricia Ramos. **Favelas e Gentrificacao**: ampliando o debate. site do Observatório das Metrópoles, [s. l.], 2019. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2019/12/Favelas-e-Gentrificacao_ampliando-o-debate_Patricia-Novaes.pdf. Acesso em: 25 jun. 2024.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **A cidade e o negro no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2013.

OLIVEIRA, Regina M. de Souza. **Identidade do jovem negro e metrópoles**: enunciados da diáspora em São Paulo e Paris. In: A cidade e o negro no brasil - cidadania e território. São Paulo: Alameda, 2013. p. 161–227.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Segregação urbana e racial na cidade de São Paulo:** as periferias de Brasilândia, Cidade Tiradentes e Jardim Ângela. 2008. - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2008.

OLIVEIRA, Regina M. de Souza; OLIVEIRA, Reinaldo José de. **Origens da segregação racial no Brasil.** *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, [s. l.], v. 29, p. 1–12, 2015.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas.** [S. l.]: Texto para Discussão, 2021.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território:** a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus. 2015. 252 f. - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em:
https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. **Qual o lugar da natureza na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre?** Algumas reflexões. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s. l.], v. 25, n. 1, 2023. Disponível em:
<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7259>. Acesso em: 6 jul. 2024.

PERIFÉRICO, Expresso. **Córrego do Zavuvus:** uma tragédia a céu aberto. *Córrego do Zavuvus: uma tragédia a céu aberto*, [s. l.], 22 dez. 2020. Disponível em:
<https://expressoperiferico.org/corrego-do-zavuvus-uma-tragedia-a-ceu-aberto/>. Acesso em: 28 maio 2024.

PONCIANO, L. **Bairros paulistanos de A a Z:** pequeno dicionário histórico e amoroso. [S. l.]: Editora Senac São Paulo, 2017. Disponível em:
<https://books.google.com.br/books?id=velDDwAAQBAJ>.

PONCIANO, Levino. **São Paulo: 450 Anos, 450 Bairros.** [S. l.]: SENAC SP, 2004.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** [S. l.]: Editora Companhia das Letras, 2011.

RESSURREIÇÃO, Carolina Oliveira. **Hábitos e habitações: ocupação popular e construção do território na Várzea do Carmo na virada do século XX. 2023.** - Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, São Paulo, 2023. Disponível em:
<https://repositorio.unifesp.br/items/40c80bf2-ba9f-4bb8-8946-b86576a9eabb>. Acesso em: 5 jul. 2024.

RIBEIRO, Rodrigo. **A outra margem do rio verde:** etnografia da violência ambiental no território caiçara da Juréia. 2024. - Universidade Estadual de Campinas, [s. l.], 2024.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CARDOSO, Adauto Lucio. **Planejamento urbano no Brasil:** paradigmas e experiências. *Espaço & Debates*, [s. l.], v. 37, p. 77–89, 1994.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queirós; RODRIGUES, Juciano Martins; CORRÊA, Filipe Souza. **Status, Cor e Desigualdades Socioespaciais nos Grandes Espaços Urbanos Brasileiros:** São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza, Brasília, Belém, Manaus, Campinas, Goiânia,

- Florianópolis, Vitória, Natal e Maringá. [S. l.]: Observatório das Metrópoles, 2009.
Disponível em:
https://observatoriiodasmetrolopes.net.br/arquivos/biblioteca/abook_file/relatorio006_2009.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.
- RIOS NETO, Eduardo; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. **Desigualdades raciais nas condições habitacionais da população urbana**. Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro no ensino de geografia, [s. l.], 2007.
- ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- ROLNIK, Raquel. **Para Além da Lei**: Legislação Urbanística e Cidadania (São Paulo 1886-1936). In: Metrópole e globalização-conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: CEDESP, 1999. (Maria Adélia A Souza; Sonia C. Lins; Maria do Pilar C. Santos; Murilo da Costa Santos. (Org.)).
- ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras**: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, [s. l.], v. 17, p. 1–17, 1989.
- ROLNIK, Raquel; BONDUKI, Nabil. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 117–154.
- ROSA, Thaís Troncon; FIGUEIREDO, Glória Cecília; SILVA, Atailon da Silva Matos. **O subúrbio ferroviário de Salvador entre despossessões e atravessabilidades**: (des)encontros entre mundos de vida e produção de infraestruturas. Política & Trabalho, [s. l.], v. 56, n. Janeiro/Junho de 2022, p. 62–85, 2022.
- ROY, Ananya. Racial banishment. **Keywords in radical geography**: Antipode at 50, [s. l.], p. 227–230, 2019.
- RUA, Visão de. **A noiva do Thock**. Campinas-SP: Rhythm & Blues Records, 2004.
- RZO. **EVOLUÇÃO É UMA COISA**. São Paulo: Warlok Records, 2003.
- SANDERCOCK, Leonie. **Making the invisible visible**: A multicultural planning history. [S. l.]: Univ of California Press, 1998. v. 2
- SANTINO, Matheus. Em três anos, aluguel em São Paulo aumentou mais nas periferias do que no centro. **Agência Pública**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/08/em-tres-anos-aluguel-em-sao-paulo-aumentou-mais-nas-periferias-do-que-no-centro/>. Acesso em: 26 ago. 2023.
- SANTOS, Guilherme Vieira dos. **Qualificação urbanística dos tecidos urbanos periféricos**: Um estudo sobre Cidade Ademar. 2003. - Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2003.
- SANTOS, Renato Emerson dos. **Rediscutindo o ensino de geografia**: temas da Lei 10.639. Rio de Janeiro, CEAP, [s. l.], 2009.

SANTOS, Nathan Barbosa dos; DARIDO, Marcela; COELHO, Sillas de Castro Ferreira. **O negro na obra Formação Do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Júnior**. In: , 2020. X Encontro de Pós-Graduação em História Econômica & 8a Conferência Internacional de História Econômica. [S. l.: s. n.], 2020. p. 17.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Câmara Municipal. **Conceitos, diretrizes e estratégias de ordenamento territorial**. Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a **Lei no 16.050**, de 31 de julho de 2014 – (PDE). 22 mar. 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/txto%20de%20lei%20pdf.pdf. Acesso em: 27 maio 2024.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. **Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei no 13.430/2002. 31 jul. 2014. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16050-de-31-de-julho-de-2014>. Acesso em: 27 maio 2024.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Câmara Municipal. **Revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo**. Dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei no 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4o. 8 jul. 2023. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-17975-de-8-de-julho-de-2023>. Acesso em: 27 maio 2024.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. Câmara Municipal. **Revisão parcial da Lei no 16.402**. Dispõe sobre a revisão parcial da Lei no 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei no 17.975, de 8 de julho de 2023 – Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências. 19 jan. 2024. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-18081-de-19-de-janeiro-de-2023>. Acesso em: 27 maio 2024.

SARAIVA, Camila Pereira. **A periferia consolidada em São Paulo**: categoria e realidade em construção. 2008. 164 f. - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, 2008. Disponível em: http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_o_bra=157189. Acesso em: 12 ago. 2019.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre**: em direção a uma dialética tridimensional. GEOUSP Espaço E Tempo (Online), [s. l.], v. 16, n. 3, p. 89–109, 2012.

SILVA, Aquiles Coelho. **Como assim vocês não veem?** Ampliando o debate sobre segregação urbana. In: , 2023, Belém. XX ENANPUR 2023 – BELÉM 23 A 26 DE MAIO. Belém: [s. n.], 2023. p. 1–18. Disponível em: <http://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-18.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA, Aquiles Coelho. **Vila Missionária**: Constituição e Desenvolvimento da Periferia na Cidade de São Paulo (1960-1990). São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, 2019.

SILVA, Denise Ferreira da. **À brasileira**: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Revista Estudos Feministas*, [s. l.], v. 14, p. 61–83, 2006.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Casa do Povo, 2019a. Disponível em: <https://casadopovo.org.br/wp-content/uploads/2020/01/a-divida-impagavel.pdf>.

SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Companhia das letras, 2024.

SILVA, Denise Ferreira da. **Em estado bruto**. *ARS (São Paulo)*, [s. l.], v. 17, n. 36, p. 45–56, 2019b.

SILVA, Denise Ferreira da. **Facts of Blackness**: Brazil is not Quite the United States... and Racial Politics in Brazil?. *Social Identities*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 201–234, 1998.

SILVA, Denise Ferreira da. **Hackeando o sujeito**: feminismo negro e recusa além dos limites da crítica. In: EDIÇÕES, N-1 (org.). *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo, 2021. p. 228.

SILVA, Denise Ferreira da. **Homo modernus** — Para uma ideia global de raça. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Denise Ferreira da. **Ninguém**: direito, racialidade e violência. *Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC*, [s. l.], v. 9, n. 1, 2014.

SILVA, Denise Ferreira da. *Pensamento fractal*. *Plural: Revista de Ciências Sociais*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 206–214, 2020a.

SILVA, Denise Ferreira da. **Reading the Dead**: A Black Feminist Poethical Reading of Global Capital. In: *OTHERWISE WORLDS: AGAINST SETTLER COLONIALISM AND ANTI-BLACKNESS*. [S. l.]: Duke University Press, 2020b. Disponível em: https://www.bakonline.org/files/p/psp.95.ferreira_da_silva_reading_the_dead_otherwise_worlds.pdf. Acesso em: 29 jul. 2024.

SILVA, Denise Ferreira da. **Sobre diferença sem separabilidade**. Catálogo de la 32a Bienal de Artes de São Paulo Incerteza Viva, [s. l.], p. 57–65, 2016.

SILVA, Denise Ferreira da. **Towards a Critique of the Socio-logos of Justice**: The Analytics of Raciality and the Production of Universality. *Social Identities*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 421–454, 2001.

SILVA, Karoline Santos da. **Lugares de memória negra e circuitos**: possibilidades de análise do processo de patrimonialização na Pequena África-RJ. In: *TERRITÓRIOS NEGROS*. Rio de Janeiro, Brasil: [s. n.], 2022. p. 128–141. Disponível em: <https://territoriosnegros.com.br/>.

SILVA, Karoline Santos da et al. **Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro**: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. I

Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, [s. l.], v. Belo Horizonte: Fluxos, p. 464–487, 2018.

SILVA, Karoline Santos da. **Processo de segregação racial urbana na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro**. 2018. Monografia - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, [s. l.], 2018.

SILVA, Karoline Santos da; SILVA, Stéfany dos Santos. **PERSPECTIVAS DO CAIS DO VALONGO: ENTRE LUGARES DE MEMÓRIA E PATRIMONIALIZAÇÃO**. 5o Seminário Salvador e suas cores, [s. l.], v. GT1 – RACISMO E CIDADE: Segregação Étnico-Racial, Bairros Negros no Brasil, Guetos na África, e Resistências Urbanas em África e Brasil, p. 17, 2019.

SILVA, Viviane Nogueira da. **A escrevivência enquanto fabulação crítica**: Ponciá Vicêncio e as possibilidades do nada. ABRALIC 2023, [s. l.], p. 8, 2023.

SILVA, Maria Nilza da. **Nem para todos é a cidade**. Brasília, DF, Brasil: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <https://sites.uel.br/leafro/wp-content/uploads/2023/04/Nem-para-todos-e-a-cidade.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SMDU, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento. **Cadernos das Subprefeituras: Cidade Ademar**. São Paulo: [s. n.], 2015.

SMITH, Neil. **A gentrificação generalizada**: de uma anomalia local à “regeneração urbana” como estratégia urbana global. In: DE VOLTA À CIDADE: DOS PROCESSOS DE GENTRIFICAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE “REVITALIZAÇÃO” DOS CENTROS URBANOS. [S. l.]: Annablume, 2006.

SMITH, Neil. **Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [s. l.], v. 11, n. 1, p. 15–31, 2007.

SMITH, Neil. **Gentrification and the Rent Gap**. Annals of the Association of American Geographers, [s. l.], v. 77, n. 3, p. 462–465, 1987.

SODRÉ, Muniz. **Terreiro e a Cidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

SOUZA, Igor Thiago Silva de. **As rosas negras**: quebradeiras de coco babaçu, raça e território no maranhão contemporâneo. 2022. 213 f. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-São Luís, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/255641>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SOUZA, Eurico Pereira de. História do Jardim Miriam, história de luta. **Expresso Periférico**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://expressoperiferico.org/historia-do-jardim-miriam-historia-de-luta/>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SPILLERS, Hortense. **Bebê da mamãe, talvez do papai**: uma gramática estadunidense. Pensamento negro radical. São Paulo: N-1, [s. l.], p. 29–69, 2021.

STENGERS, Isabelle. **A proposição cosmopolítica**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, [s. l.], n. 69, p. 442–464, 2018.

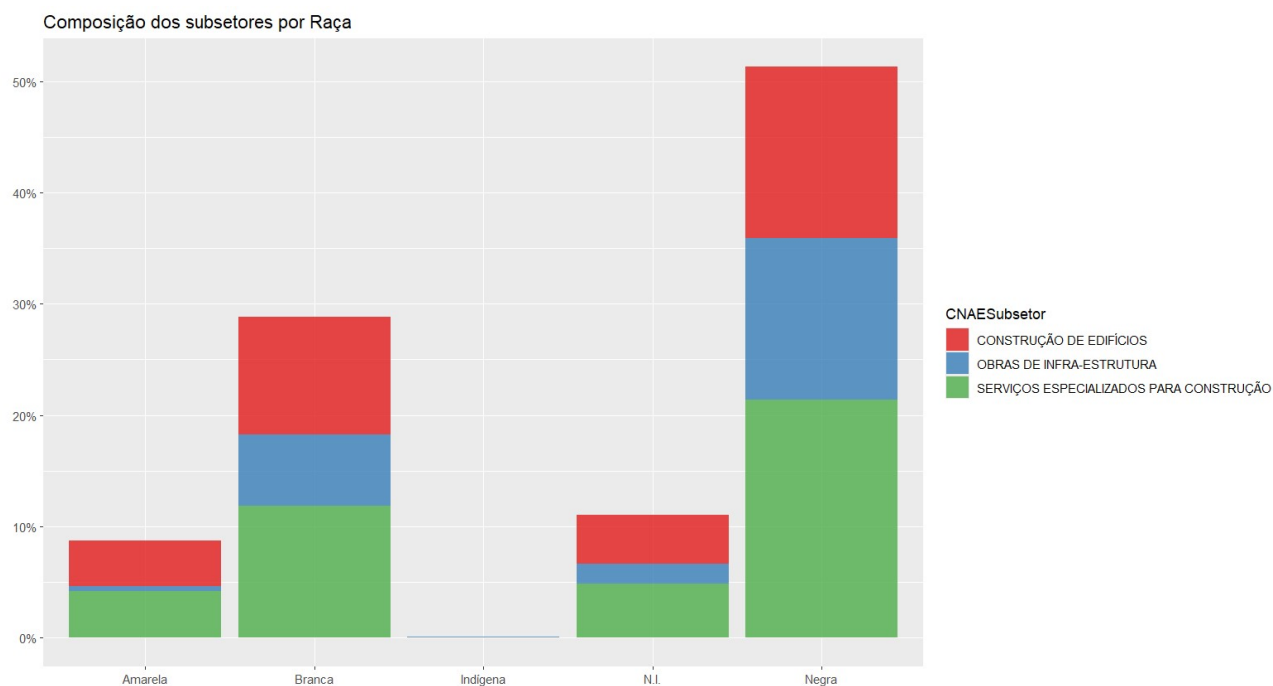
- TANAKA, Giselle Megumi. **Periferia**: conceito, práticas e discursos. 2006. - Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-26052010-133856/pt-br.php>. Acesso em: 24 jun. 2017.
- TELLES, Vera da Silva. **Anos 70**: experiências, práticas e espaços políticos. In: As lutas sociais e a cidade. São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 316.
- TELLES, Edward E. **Cor da pele e segregação residencial no Brasil**. Estudos Afro-Asiáticos, [s. l.], v. 24, p. 5–22, 1993.
- TELLES, Edward Eric. Segregação Residencial. In: **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. [S. l.]: Relume Dumará, 2003.
- TORRES, Haroldo da Gama et al. **Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo**. Estudos Avançados, [s. l.], v. 17, p. 97–128, 2003.
- TOSOLD, Léa. **Autodeterminação em três movimentos**: a politização de diferenças sob a perspectiva da (des) naturalização da violência. 2018. - Universidade de São Paulo, [s. l.], 2018.
- TUCK, Eve; YANG, K Wayne. **Decolonization is not a metaphor**. Decolonization: Indigeneity, education & society, [s. l.], v. 1, n. 1, 2012.
- URBANDATA, Brasil. **São Paulo em Teses**: catálogo bibliográfico (1940-2015). São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2023. Disponível em: <https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/sao-paulo-em-teses>.
- VIEIRA, Daniela; SANTOS, Jaqueline Lima (org.). **Racionais**: entre o gatilho e a tempestade. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- WILLIAMS, Rhonda M. **Accumulation as evisceration**: Urban rebellion and the new growth dynamics. In: READING RODNEY KING/READING URBAN UPRISING. [S. l.]: Routledge & CRC Press, 1993. Disponível em: <https://www.routledge.com/Reading-Rodney-KingReading-Urban-Uprising/Gooding-Williams/p/book/9780415907354>. Acesso em: 7 jul. 2024.

Anexos

Gráficos, tabelas e código em R.

CAGED

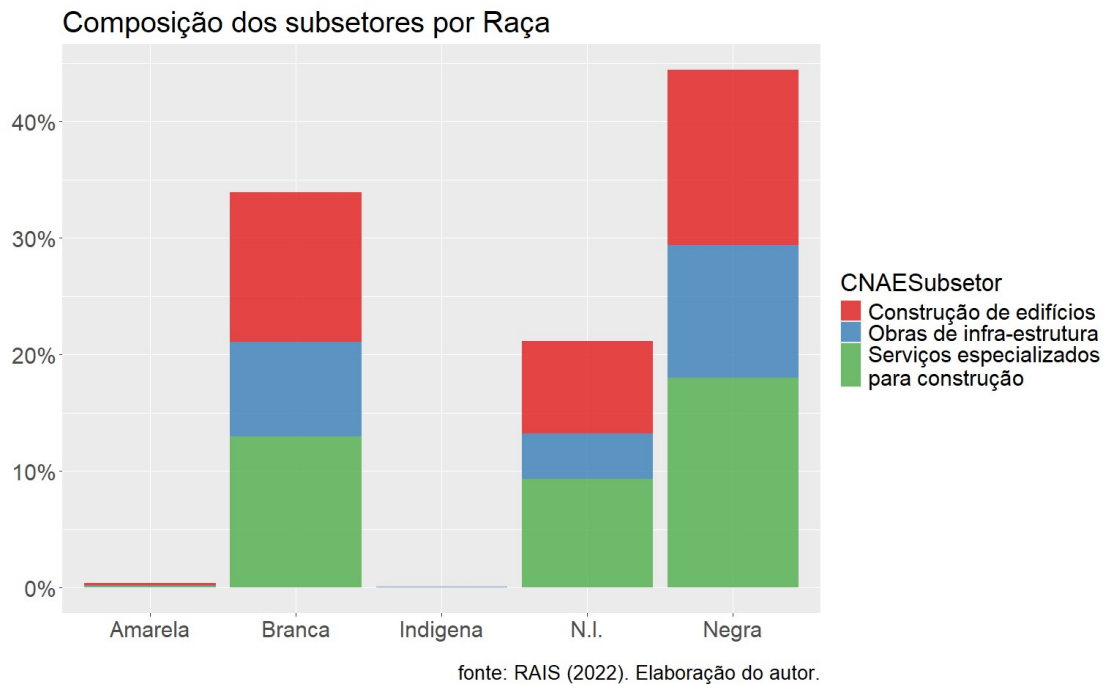
1/2024



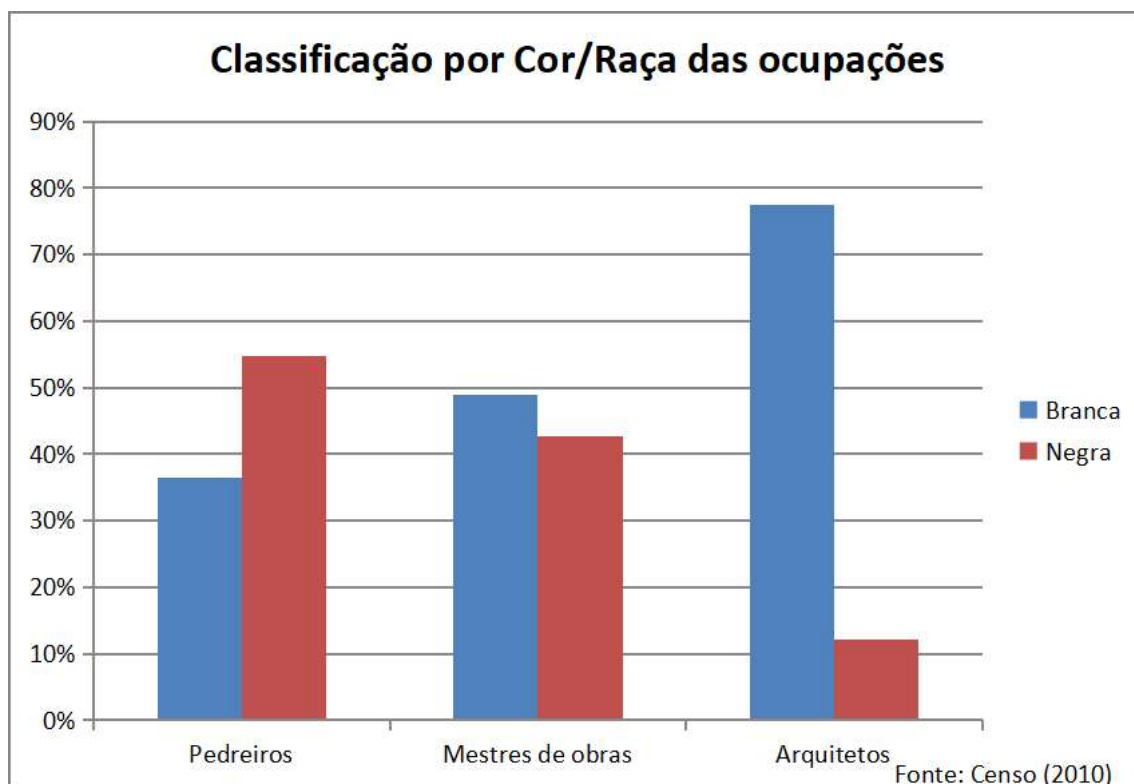
```
ggplot(sp[sp$Raca!="N.Id."], aes(Raca, y = (..count..)/sum(..count..),
fill=CNAESubsetor)) +
  geom_bar(alpha=.8) +
  scale_y_continuous(labels = percent) +
  labs(x="", y="", title="Composição dos subsetores por Raça") +
  scale_fill_brewer(palette = "Set1")
```

RAIS

2021



```
ggplot(sp[sp$Raca!="Ignorado"], aes(Raca, y =
(..count..)/sum(..count..), fill=CNAESubsetor))+
  geom_bar(alpha=.8)+
  scale_y_continuous(labels = percent)+
  labs(x="", y="", title="Composição dos subsetores por Raça", caption
= "fonte: RAIS (2022). Elaboração do autor.")+
  scale_fill_brewer(palette = "Set1",
    labels = c('Construção de edifícios',
               'Obras de infra-estrutura',
               "Serviços especializados\npara construção"))+
  theme(
    legend.text = element_text(size = 18),
    legend.title = element_text(size = 20),
    axis.text = element_text(size = 18),
    plot.title = element_text(size = 24),
    plot.caption = element_text(size = 16, hjust = 1)
  )
```



```
# Ocupações selecionadas e seus códigos ----
Pedreiros - c(7, 71, 711, 7111, 7112, 7113, 7114, 7115, 7119)
Arquitetos - c(2161, 2162, 2164, 2165)
Admpublica - c(1111, 1112, 1113, 1114)

# Ocupações por Raça
tst - CensoEstados[[i]]
tst - tst %>% subset(V6461 %in% Pedreiros)
tst - tst %>% count(wt = V0010, V6461, V0606)
tst - spread(tst, key = V0606, value = n)
CorRaca - c("Ocupacoes", "Branca", "Preta", "Amarela", "Parda",
"?nd?gena", "Ignorado")
names(tst) - CorRaca[1:length(names(tst))]
tst["Total"] - rowSums(tst[2:length(names(tst))], na.rm = T)
tst["Negra"] - rowSums(tst[c("Preta", "Parda")], na.rm = T)
tst[(nrow(tst)+1),] - colSums(tst, na.rm = T)
tst["Negra Perc."] - tst$Negra/tst$Total
tst["Branca Perc."] - tst$Branca/tst$Total
```

Mediana do salário por raça e nível de escolaridade. RAIS (2022)	Amarela	Branca	Indígena	Negra	Diferença salarial entre negros e brancos	n.
Analfabeto	1736.490	1944.050	12648.440	1985.650	-2.10%	7307
Ate 5.A Inc.	2916.775	2148.200	1831.630	2100.965	2.25%	64160
5.A Co Fund.	2283.360	2040.785	2375.010	2042.990	-0.11%	42791
6. A 9. Fund.	1895.640	2101.620	2263.465	1998.925	5.14%	104902
Fund Compl.	2030.570	1928.330	1935.670	1961.590	-1.70%	194637
Médio Incomp.	1889.655	1923.620	1773.565	1827.785	5.24%	109763
Médio Compl.	2202.195	2082.745	2019.145	2081.750	0.05%	818854
Sup. Incomp.	3272.410	2662.680	3089.530	2514.575	5.89%	34174
Sup. Comp.	7281.305	4800.000	3674.120	3919.515	22.46%	119754
Mestrado	12913.780	10729.170	13843.885	6152.685	74.38%	1452
Doutorado	15757.460	10414.140	3203.270	5011.830	107.79%	369

```

lista - list(sp$`Escolaridade após 2005`, sp$Raca)
teste - data.frame(tapply(sp$`Vl Remun Média Nom`, lista, median,
na.rm=TRUE))
teste$dif - percent(teste$Branca/teste$Negra-1)
teste$n - data.frame(tapply(sp$Raca, sp$`Escolaridade após 2005`,
length))[1]

```


Tabela de mediana dos salários de cada ocupação, por raça (com % de pessoas brancas em cada ocupação) CAGED 2022

Ocupações	Amarela	Branca	Indígena	Negra	N. de observações	% de Brancos	Dif. salarial
7244	2389.650	2500.000	2389.650	2389.60	3850	13.8946%	6%
5142	1384.640	1554.620	1526.310	1464.83	1292	16.9543%	6%
7157	1900.000	2030.190	2347.900	2030.60	1217	25.3648%	0%
7321	1362.250	1540.000	1362.250	1512.60	4449	25.3858%	3%
7243	2883.215	3242.800	3239.100	2966.43	3053	25.6022%	9%
7257	2128.330	2000.000	NA	1800.00	788	25.9076%	12%
7821	2182.400	2283.480	2618.000	2283.60	1048	26.2530%	0%
7311	NA	1702.800	1702.800	2255.00	972	26.7465%	-24%
7153	2237.400	2232.800	2030.600	2183.50	7686	28.4083%	3%
7155	2283.360	2232.800	2283.360	2233.00	16038	28.6263%	0%
7170	1669.800	1834.800	1668.890	1793.89	60983	28.6405%	3%
7233	1764.210	2154.670	1879.020	1958.04	1379	29.6098%	9%
7252	2308.900	2497.000	2368.300	2432.79	1232	31.4235%	3%
7152	2034.075	2182.400	1975.600	2182.40	22140	31.4648%	0%
7164	2182.250	2232.800	2283.360	2180.00	3663	31.4795%	3%
9511	2053.870	2283.360	2363.930	2030.19	2430	31.8879%	12%
7166	2030.190	2057.440	2031.000	2097.71	7944	32.5419%	-3%
7165	2030.270	2232.800	2283.360	2182.25	2492	33.7323%	3%
7241	1891.690	2283.360	2283.360	2283.36	8467	33.7790%	0%
7156	2272.205	2147.200	2060.795	2133.62	8450	34.6598%	0%
9113	2283.360	2441.395	NA	2464.00	1015	35.3823%	0%
7825	2039.730	2283.360	2271.375	2300.00	3657	35.4972%	0%
9922	1576.000	1414.730	1262.830	1414.73	3821	35.5868%	0%
7242	1715.180	1838.570	192049.700	2107.60	2363	35.5960%	-12%
7102	4000.000	3600.000	3500.000	3600.00	5485	36.2593%	0%
7151	2248.400	2898.160	2633.745	2756.60	3226	36.5768%	6%
9541	1905.450	2150.000	1386.580	2254.37	899	38.4984%	-6%
3912	3300.000	3012.520	NA	3700.00	1364	39.5789%	-18%
5174	1850.000	1681.710	NA	1681.71	1007	41.0364%	0%
4142	2283.360	2200.000	NA	2182.40	842	41.8124%	0%
3123	1379.400	2179.030	2738.740	2305.74	817	43.9441%	-6%
9112	1386.720	1877.580	1700.000	1695.22	1211	43.9809%	12%
3131	2400.000	2347.815	11000.000	2400.00	883	44.5759%	-3%
5199	1548.630	1323.450	NA	1356.47	988	44.6809%	-3%
5143	1668.890	1384.640	1451.790	1668.89	8144	45.3070%	-18%
3516	3626.405	3972.000	4152.000	3800.00	2558	45.3972%	6%
4141	1877.000	2038.770	1900.000	2025.29	2707	47.1014%	0%
7823	1942.960	2191.200	2472.500	2175.80	1206	47.7667%	0%
4110	2200.000	1937.000	2000.000	1877.00	11465	51.3118%	3%
4101	4850.665	4000.000	4900.000	3887.23	903	52.1800%	3%
5211	2200.000	1397.000	2000.000	1300.00	1539	55.4700%	6%
3121	3000.000	2933.000	2425.455	2717.58	3102	56.2862%	9%
3911	4005.580	1850.000	NA	2308.00	981	58.6103%	-21%
2521	6247.230	4430.500	NA	4200.00	889	63.7636%	6%
2142	10080.000	9350.000	NA	9026.34	1476	67.7582%	3%
4221	1374.770	1372.950	NA	1657.00	786	80.0000%	-18%
5141	1828.320	1828.320	1828.320	1828.32	1016	88.2413%	0%